UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
Departamento de Educação, Conhecimento, Linguagem e Arte

TESE DE DOUTORADO

O Leviatã e a Rede:
mutações e persistências político-estéticas

Doutorando: Henrique Zoqui Martins Parra
Orientador: Prof. Dr. Wencesláo Machado de Oliveira Júnior

2009

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

TESE DE DOUTORADO

O Leviatã e a Rede:

mutações e persistências político-estéticas

Autor: Henrique Zoqui Martins Parra

Orientador: Wenceslao Machado de Oliveira Jr.

Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida por Henrique Zoqui Martins Parra e aprovada pela Comissão Julgadora.
Data: 22 de maio de 2009
Assinatura:.....
Orientador
Wenceslao Machado de Oliveira Jr.

COMISSÃO JULGADORA:

2009

© by Henrique Zoqui Martins Parra, 2009.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca da Faculdade de Educaçao/UNICAMP

Parra, Henrique Zoqui Martins
P247L O Leviatã e a Rede: mutações e persistências politico - estéticas / Henrique Zoqui Martins Parra. – Campinas, SP: [s.n.], 2009.

Orientador : Wenceslão Machado de Oliveira Júnior.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

1. Leviatã. 2. Imagem. 3. Conhecimento. 4. Poder. 5.Politica. 6. Tecnologia digital. 7. Internet I. Oliveira Júnior, Wenceslão Machado de. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educaçao. III. Título.

09-150/BFE

Título em inglês : The Leviathan and the net: political-aesthetics mutations and persistences
Keywords : Leviathan ; Image ; Knowledge ; Power ; Politics ; Digital Technology ; Internet
Área de concentração : Educação, Conhecimento, Linguagem e Arte
Titulação : Doutor em Educação
Banca examinadora : Prof. Dr. Wenceslao Machado de Oliveira Júnior (Orientador)
Profª. Drª Cibele Saliba Rizek
Prof. Dr. Rogério da Costa Santos
Prof. Dr. Carlos Eduardo Albuquerque Miranda
Prof. Dr. Sérgio Amadeu da Silveira
Data da defesa: 22/05/2009
Programa de Pós-Graduação : Educação
e-mail : polart@riseup.net

RESUMO

Ao pesquisar as mutações e persistências na relação imagem-saber-poder, advindas com a expansão das tecnologias de comuncação digital, nosso objetivo é caracterizar a emergência de um campo de conflitos que, na política visual adotada e nas configurações técno-políticas do ciberespaço, refletem tensões análogas que darão forma ao atual diagrama de poder.

A pesquisa tem inicio com uma investigação dos antecedentes históricos que marcam a produção da imagem do *Leviatã* de Thomas Hobbes, onde uma dada ordem visual se coadunava com uma nova composição do poder. Em seguida, analisaremos as transformações desta configuração específica, metaforizada pelo regime imagético do Leviatã, através das tecnologias de produção de imagens nos meios analógicos e digitais.

Nossa hipótese é que as disputas (estéticas, jurídicas, econômicas) que regulam a imagem nos meios digitais e que configuram uma determinada política visual, são análogas às tensões que determinam as condições do ciberespaço se constituir como uma outra superfície sensível, potencialmente mobilizador de outras formas de conhecer, de se organizar e produzir. Para examinar o problema, analisaremos o conflito em curso entre essas diferentes forças sociais que apontam tanto para a criação de novas práticas e significações, como para as tentativas de imposição sobre os meios digitais dos mecanismos regulatórios consolidados no contexto dos meios analógicos.

Concluímos o trabalho caracterizando o atual diagrama de poder que se forma a partir das disputas estético-política que intervêem sobre as bases que regulam o campo de enunciação e visibilidade no ciberespaço. Finalmente, trata-se de evidenciar um conflito em curso por outros modos de pensamento e de organização social, mediado por uma guerra sobre a produção do virtual e do imaginário, portanto, simultaneamente dirigida ao presente e ao futuro.

Palavras-chave: Leviatã; imagem; poder; conhecimento; política; tecnologias digitais, Internet.

ABSTRACT

Through an analysis of the transformations and persistencies in the image-power-knowledge relationship that result from the spread of digital communication's technologies, our goal is to characterize the emergence of a conflict that, in the politics of visuality and the cyberspace's techno-political configuration, reflects similar tensions that constitute the actual power relations diagram.

The research begins with an investigation of the historical background that influenced Thomas Hobbes Leviathan's images production, where a given visual order corresponds to a new power order. Then, we analyze the changes of this specific configuration – that is perceptible as the Leviathan image regime's metaphor – in face of the analog and digital image production technologies.

Our hypothesis is that the disputes (aesthetic, legal, economic) that attempt to regulate the image within the digital media domain and that shape a particular politics of visibility, are similar to those tensions that affect the cyberspace conditions to become a different «sensible» surface (medium), that potentially mobilizes other forms of knowing, other models of organization and production. To examine this issue, we analyze the ongoing conflict between different social forces that point out both for new practices and meanings that emerge in the cybercultural arena, and for the trends that attempts to impose over the digital medium the regulatory mechanisms established in the context of analog medium.

At the end we characterize the current power diagram, and we argue that cyberspace aesthetic and political configuration depend upon a capacity to intervene over the very fundamentals that regulate its field of enunciation and visibility. Finally, we take it as a struggle for others modes of thought and social organization models, as a war over the virtual and imaginary production, therefore a war that is oriented to the future.

Keywords: Leviathan; image; power; knowledge; politic; digital technologies; Internet

Agradecimentos

O crédito àqueles que participaram da realização deste trabalho reflete um dos argumentos centrais da tese: a produção de conhecimentos é obra coletiva e acontece por diversos caminhos, relações, agenciamentos, decisões e acidentes. Há, todavia, uma pequena parte deste processo que somos capazes de reconhecer e visualizar, e outra, igualmente importante, mas que somos incapazes de nomear por diversas razões que escapam à nossa vontade. Agradeço:

A meu orientador Wencesláo Machado de Oliveira Jr. pela atenção, disponibilidade e afeto durante todo este percurso. Sua confiança e apoio nos caminhos que a pesquisa tomou foram fundamentais para que a tese pudesse acontecer. Além de um orientador parceiro, ganhei um grande amigo.

Aos professores do OLHO, Carlos Eduardo Albuquerque Miranda e Milton Almeida, por terem me recebido no grupo de pesquisadores, pelas aulas inspiradoras e contribuições à investigação. Ao Carlos Eduardo agradeço ainda as diversas sugestões realizadas na banca de qualificação. A Antônio Carlos Amorim, pelas oportunidades de trabalho criativo e coletivo com pessoas estimulantes.

À Cibele Saliba Rizek, pela generosidade e precisão nas diversas contribuições na banca de qualificação. Sua presença é muito importante porque me ajuda a conectar os caminhos da minha trajetória de pesquisador.

Aos professores que me receberam como aluno (ouvinte, especial ou acidental) em disciplinas na PUC-SP, UNICAMP e USP: Eugênio Trivinho, Rogério da Costa, Norval Baitello, Etienne Samain, Laymert Garcia dos Santos e Vladimir Safatle.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP - pela bolsa de pesquisa. Sem este suporte, a investigação não teria a mesma densidade. Agradeço também ao parecerista desconhecido que contribuiu com críticas e sugestões em todos os relatórios.

Aos funcionários da Faculdade de Educação que tornam a vida acadêmica possível e menos burocrática.

As colegas Alik e Giovana que primeiro me apresentaram o OLHO.

Aos colegas do grupo de orientação: Ana Maria Preve, Pablo Sebastian Moreira, Sua Baquero, Paulo Henrique e Carlos Queiroz, pela atenção e pela poesia sempre ativa em nossas discussões.

Ao Eugênio Zoqui e Suzana Reck Miranda pela hospitalidade e carinho em todos os momentos em que precisei de um pouso em Campinas durante o doutorado.

A Zé Mario e Pablo, novamente, pela amizade que surgiu nesta trajetória e sem a qual não conseguiríamos dar profundidade e realidade aos nossos sonhos.

Aos amigos do Centro de Mídia Independente, com os quais muito aprendi e partilhei momentos de intensa alegria, tensão e criação, sempre permeados pela solidariedade e confiança inabalável. Os nomes são tantos que não arriscarei apontá-los. Sinto que esta pesquisa deve muito ao que foi vivido junto de vocês.

Aos diversos colaboradores ativos nas redes e listas de discussão que contribuíram livremente: Submidialogia (submidialogia@lists.riseup.net); Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas de Acesso à Informação (gpopai@lists.riseup.net); Net Art arte_digital@yahoogrupos.com.br; Propriedade Intelectual Brasil (pibrasil@yahoogrupos.com.br).

Aos colegas Edilson Cazeloto, Michelle Prazeres e prof. Eugênio Trivinho do Centro

Interdisciplinar de Pesquisas em Comunicação e Cibercultura - CENCIB, onde iniciei minhas investigações em mídias digitais.

À Rita Freire e demais integrantes da Ciranda Internacional da Informação Independente, que me proporcionaram oportunidades únicas de conhecer outras experiências nesta área em Caracas, Nairobi e Belém, por ocasião dos Fóruns Sociais Mundiais.

À Laura, pelo incentivo nos caminhos percorridos.

Aos colegas dos coletivos de arte e intervenção que contribuíram de diversas formas com o projeto, principalmente: Experiência Imersiva Ambiental, Esqueleto, Elefante, Bijari, Política do Impossível e CORO (Coletivos e Organizações em Rede).

Aos artistas e amigos do Ateliê Espaço Coringa que me receberam para o projeto de residência, que estimularam meu trabalho e que se tornaram parceiros de novas empreitadas: Fabrício, Dan, Mateus, Dedé, Chico, Roger e Guilherme.

Aos coiotes fotógrafos Rogério Nagaoka e Isaumir Nascimento pela disposição colaborativa e pela compreensão às exigências próprias da pesquisa.

Às pessoas que me acolheram nas viagens de trabalho. Cássia e Ana Emília, pelo carinho e hospitalidade em Olinda; Fernando Maués e família, em Belém; colegas do Indygesto em Goiânia; John Bwakali, pelos cuidados necessários em Nairóbi. Na Espanha, aos amigos que me proporcionaram uma intensa imersão no ambiente político local: Xavi, Miguel, Mauro, Marta, Toret, Nico, Mirian, Maria, Osfa e demais companheiros dos centros sociais 2.0.

Aos amigos, que me ajudaram a superar algumas limitações tecnológicas. Foi graças a vocês que abri a “caixa-preta” do computador e pude viver uma mudança radical na minha relação com esta máquina. Obrigado Marcelo, Diogo, Fernão e Foz. Também agradeço aos técnicos da Incubadora

FAPESP que colaboraram com a manutenção do portal Xamã (http://xama.incubadora.fapesp.br), parte integrante do projeto de pesquisa.

Aos amigos que contribuíram em diferentes momentos da tese: Luciano Pereira, Sílvio Rhatto, Chico Linares, Flávia Vivacqua, Euler Sandeville, Tomas Comino, Angélica del Nery, Lilian Sampaio, Pablo Ortellado, Ana Lúcia Ferraz e Isabelle Ruelland. Em especial, a Gavin Adams pelas referências imagéticas e teóricas sintonizadas com a pesquisa. Agradeço também a Paula Ordonhes, Danielle Noronha e André Mesquita pela ajuda na criação e produção das imagens que participam da difusão deste trabalho. Agradeço também à Angélica Zoqui Sabadini e Daniel Junior Lima pelas correções finais e adequações às normas da ABNT.

À Gisella Hiche, pelo carinho, atenção e liberdade que marcaram esta trajetória compartilhada. Foram inúmeras suas contribuições à pesquisa, à redação e às imagens. Sua poesia e seu sorriso sempre me impulsionam a ir além.

A Maurício, meu irmão, pela companhia valente, pelo suporte cotidiano e pelas experiências intraduzíveis de superação. Aos meus pais Wilke e Nelci pelo apoio de todos os momentos e pelo amor infinito.

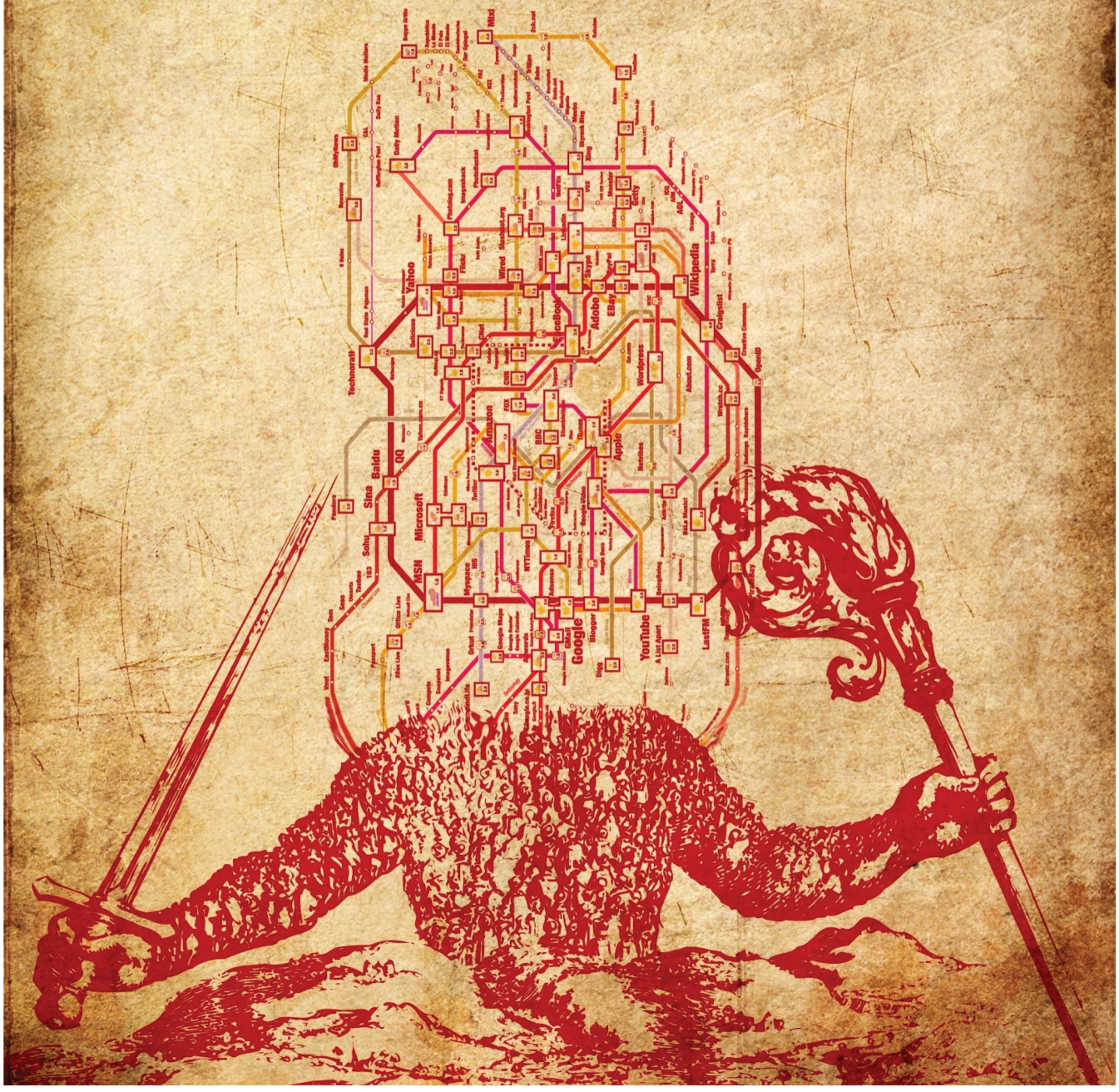
É por tudo isso que sinto que esta tese deve ser escrita através de um “nós”.

Àqueles que partilham sonhos,
que vivem e insistem em criar versões imprevistas do real,
e que poetizam com alegria modos mais livres de vida.

HENRIQUE PARRA

O LEVIATÃ E A REDE

mutações e persistências político-estéticas



Capa: criação de André Mesquita a partir de processo colaborativo organizado por Danielle Noronha e Henrique Parra. A iniciativa ainda teve a participação de Gavin Adams e Paula Ordonhes. Imagens de base: mapa da WebTrends 2007 e Leviatã de Thomas Hobbes e Abraham Bosse.

Sumário

Introdução.....1

Capítulo 1: Regime Imagético do Leviatã: formas de ver, pensar e imaginar.....7

1.1 Pensando através das imagens ou como as imagens pensam em nós.....9

1.1.1 O texto e a imagem.....17

1.1.2 Formas de apresentação: o humano, o racional e as paixões da alma.....19

1.1.3 Visão, perspectiva e política.....26

1.1.4 Fundamento mítico versus fundamento jurídico: política visual e relação homem-máquina.....34

1.1.5 O Leviatã como imagem e signo: produção da memória e da imaginação.....41

1.2 O regime imagético do Leviatã.....45

Capítulo 2: Mutações e persistências do regime imagético.....55

2.1 Ecologias do Conhecimento e Políticas Visuais.....57

2.2 Mundo-Imagem, Real e Virtualidade.....75

2.3 Aparelhos de Visão e Políticas de Subjetivação.....83

2.4 Imagem e Ciência: educação político-visual.....93

2.5 Conflitos Imagéticos e a Ressurreição do Leviatã.....109

Capítulo 3: Regime Digital: configurações político-estéticas e novos diagramas de poder..119

3.1 A emergência de um novo conflito.....121

3.2 Disciplina e controle, do analógico ao digital.....127

3.3 Liberdade de conhecer e existência aparelhada.....141

3.4 Sujeito, Território e Propriedade: tensões estético-políticas sobre a emergência do *commons* digital.....171

3.4.1 Sujeito e Território na Cibercultura.....153

3.4.2 Imagem e Impropriedade Intelectual na Cibercultura.....167

3.5 Imagens do ciberespaço: entre redes, pirâmides e icebergs.....179

3.5.1 Apagão da Internet-Telefônica e as estruturas invisíveis da rede.....185

3.5.2 Representação política e regulação da Internet.....191

Capítulo 4: Considerações finais: ponto de fuga e linhas de fuga.....199

4 Considerações finais: ponto de fuga e linhas e fuga.....201

4.1 O Leviatã e a Rede: representação e simulação.....205

4.2 Política e Medialidade: as fronteiras da informação.....211

4.3 Transbordamentos: linguagem e invenção democrática.....217

Referências.....225

Bibliografia Consultada.....239

Anexos.....243

Ensaio I: Imagem, Mito e Poder.....245

Ensaio II: Entre *Blow-up* e *The Road to Guantánamo*.....263

Ensaio III: Internet, economia e política: o eterno-retorno do Leviatã?.....275

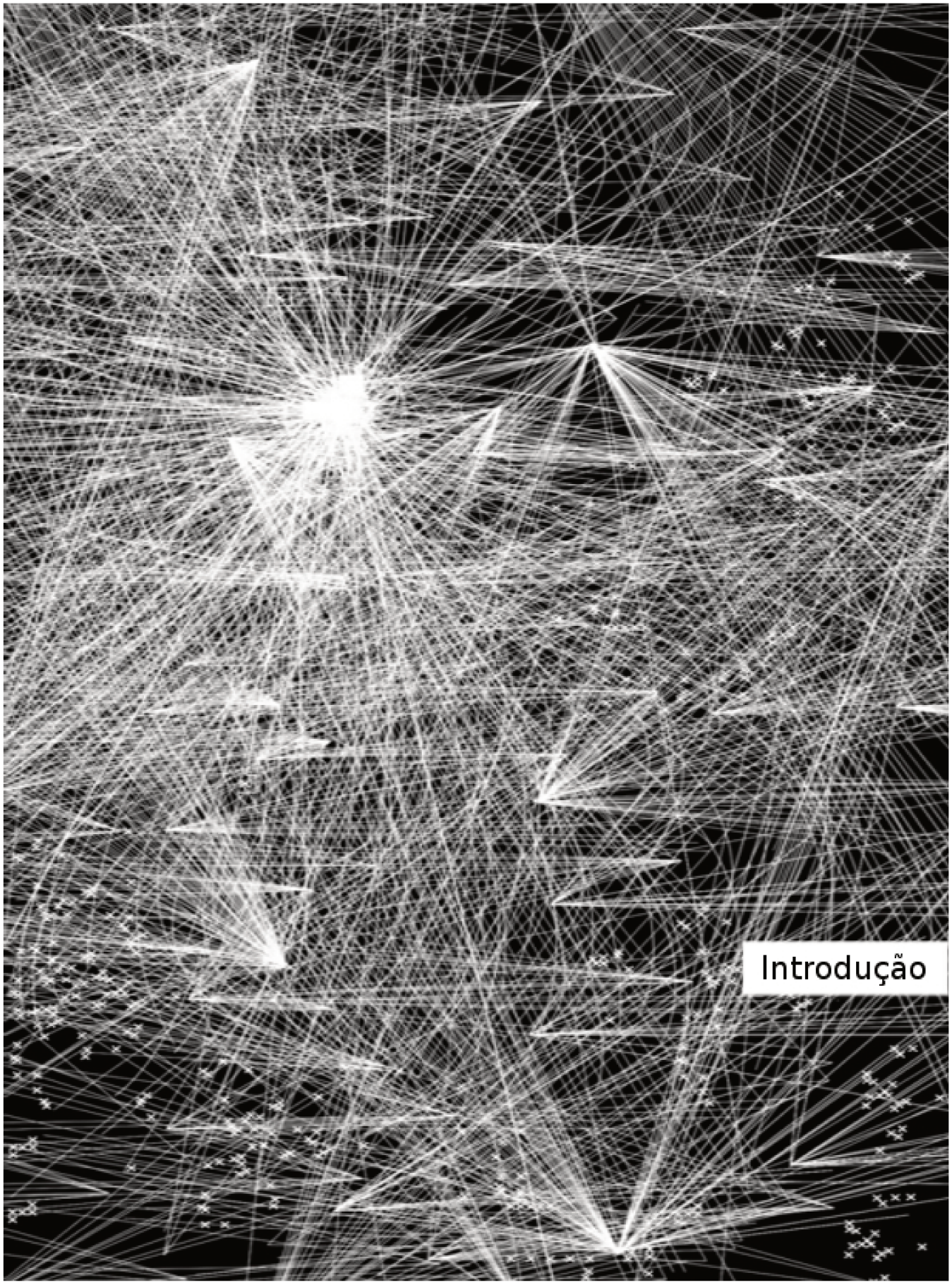
Imagens

Il. 1: Reprodução da capa do livro Leviatã de Thomas Hobbes, 1651.....13
Il. 2: Detalhe da ilustração de Abraham Bosse.....15
Il. 3: Les Perspecteurs de Abraham Bosse.....21
Il.4: Ilustração desenhada por Bosse em 1650 para a edição manuscrita.....24
Il. 5: Emblema de Francis Quarles, 1658 (1°ed. 1635).....28
Il. 6: Esquema do experimento de Jean-François Niceron.....30
Il. 7: Detalhe do quadro apresentado no esquema anterior.....31
Il. 8: Reprodução do livro "*Os Meios são as Massagens*" 62
Il. 9: Prisão na Ilha da Juventude, Cuba.....63
Il. 10: Torre de Transmissão e Árvore.....65
Il. 11: NS Propaganda.....67
Il. 12: Alunas do colégio *Des Oiseaux*.....68
Il. 13: Reprodução do "Quadro Econômico" de Quesnay, 1758.....95
Il. 14: Counter-Strike X BOPE.....98
Il. 15: Campus Party, São Paulo, 2008.....100
Il. 16: Visualização de atividade cerebral.....101
Il. 17: Imagem do Óxido de Zinco 102
Il. 18: Ilustração da campanha do *Greenpeace* contra os transgênicos.....103
Il. 19: Fotografia apresentando o milho "Safrinha".....104
Il. 20: Convite - "Atitude Suspeita".....131
Il. 21: Montagem câmeras vigilância.....132
Il. 22: Manifeste-se.....133
Il.23: Escaneamento digital das impressões digitais.....158
Il. 24: Nova carteira de identificação com chip.....158
Il. 25: Cartografia do projeto Fadaiat.....161

Il. 26: Simulação georreferenciada de patentes.....162
Il. 27: Mapa das principais rotas de tráfego na Internet mundial.....163
Il. 28: Fotograma do filme *Warriors of the Net*.....180
Il. 29: Diagrama de forças e formas de organização.....183
Il. 30: Modelos de rede criados por Paul Baran em 1964.....187
Il. 31: Mapa com a topologia da Rede Ipê.....188

Imagens dos anexos

Il. 32: Leviatã e Mussolini.....246
Il. 33: Leviatã e Bush Jr.....247
Il. 34: Fotogramas do filme *The Revolution will not be televised*.....251
Il. 35: Fotogramas do filme *The Revolution will not be televised*.....251
Il. 36: Fotogramas do filme *The Revolution will not be televised*.....253
Il. 37: Fotogramas do filme *Juba*.....258
Il. 38: Fotogramas do filme *Blow-up*.....264
Il. 39: Fotogramas do filme *Blow-up*.....265
Il. 40: Fotogramas do filme *Blow-up*.....266
Il. 41: Fotogramas do filme *Blow-up*.....267
Il. 42: Cartaz de divulgação do filme *The Road to Guantánamo*.....268
Il. 43: Fotogramas do filme *The Road to Guantánamo*.....270
Il. 44: Fotogramas do filme *The Road to Guantánamo*.....271
Il. 45: Bolsa da Malásia. 276
Il. 46: Imagens de Barack Obama.....280
Il. 47: Imagens de Barack Obama.....280


Introdução

Introdução

O interesse por esta pesquisa surgiu de uma necessidade de articular no âmbito da vida pessoal, algumas dimensões de atuação que se encontravam relativamente dissociadas antes do doutorado. Até então, o trabalho de pesquisa em sociologia, meu interesse pela fotografia, pelas tecnologias de comunicação digital e pela política, tinham dificuldade em dialogar.

A partir de 2003, numa aproximação maior junto a alguns projetos de midiativismo através da fotografia, comecei a experienciar de maneira mais direta uma combinação entre aqueles elementos. Levou alguns anos para que as questões ali vivenciadas se transformassem num desejo de investigação. Neste período, ainda trabalhava no governo municipal de São Paulo e passei a freqüentar algumas disciplinas como aluno ouvinte na PUC, USP e UNICAMP. Sentia que meu interesse pela pesquisa distanciava-se do tema do mestrado, porém, se aproximava cada vez mais dos assuntos com os quais eu começava a me envolver.

No final de 2004, entrei no doutorado em Educação com um projeto bastante distinto deste que acabei concluindo. As transformações devem-se, acredito, ao aprendizado intenso dos primeiros anos de pesquisa, pois havia um déficit a ser superado com relação a um referencial teórico que não fazia parte da minha formação anterior. Ao final do segundo ano a pesquisa já começou a ter uma estrutura próxima a esta aqui apresentada.

Um dos eixos centrais de mobilização intelectual era o impacto e o entusiasmo que sentíamos pelas novas possibilidades de comunicação, de organização de redes e de produção colaborativa que estávamos vivenciando com a Internet. Além disso, a percepção de que podíamos juntar num mesmo suporte as diferentes linguagens com as quais trabalhávamos, provocou inquietações sobre a maneira de como aprendíamos e produzíamos conhecimento. Com a expansão dos meios de comunicação digital e as transformações que passamos a observar nas vidas mediatizadas, na sociabilidade, nas formas de trabalho, consumo e criação artística, passamos a nos perguntar: “o que é conhecer”?

Ao mesmo tempo, tais interrogações refletiam-se numa esfera mais ampla, na medida em que experienciávamos novas formas de organização e de ativismo político. Se num primeiro momento vimos surgir uma diversidade de práticas tornadas possíveis pelas redes telemáticas, ao mesmo tempo nos perguntávamos sobre os impactos a médio e longo prazo dessas tecnologias. Tenho a impressão que ainda estamos nos primeiros momentos deste processo. Por outro lado, já podemos vislumbrar um novo campo de tensões que começa a se delinear sobre essas potencialidades. Parte desta tese está dedicada a problematizar esse campo de disputas.

A porta de entrada para a investigação foi definida a partir de um tema que eu pouco conhecia, mas que o sentia como uma zona de intensidades. A "sedução" provocada pela imagem e pelas formas de conhecimento não-formal mobilizadas por esta, deslocaram minha atenção para o universo da visualidade. Assim, a percepção de que a produção-circulação de imagens ocupa um lugar importante nas redes digitais levou-me a tomá-las como o fio condutor que atravessa as diversas questões que a investigação pretende analisar. Seguimos as imagens por duas razões: (1) as transformações sofridas pelo regime imagético no decorrer do tempo manifestam diversos problemas que estão presentes em outros domínios do universo digital, neste sentido as imagens funcionam como "bons" sintomas; (2) as configurações da visualidade, as fronteiras entre o visível e invisível, são constitutivas das relações saber-poder.

A tese se organizou, então, a partir do encadeamento de algumas questões: (a) de que forma a imagem (e o regime visual) participa dos processos de produção de conhecimentos e do exercício do poder? (b) quais as transformações introduzidas nessas relações pelas tecnologias digitais e de comunicação em redes telemáticas? e (c) que forças e disputas atuam sobre a emergência de uma nova "superfície" (campo social) potencializada pelas tecnologias digitais?

Dada a dimensão do assunto, no percurso da investigação definimos um recorte mais específico para os problemas que se mostraram mais relevantes. Também devemos antecipar, para não decepcionar o leitor, que apesar de analisarmos assuntos recentes (alguns dos eventos estudados na tese estão ocorrendo no exato momento em que escrevo), nossa atenção estará direcionada a captar um cenário de transição, ou seja, não se trata de pesquisar os "novos" elementos de uma sociedade da Era Digital.

Diferentemente, a partir da análise das estratégias visuais adotadas em situações onde se vislumbra uma tensão "medial", iremos examinar as tendências e a fronteira que se constitui e que dá vida à Política, exatamente a partir das persistências e mutações que emergem com a expansão nos meios de comunicação em redes telemáticas.

Para isso, um dos eixos do trabalho é investigar como as disputas (estéticas, jurídicas, econômicas, científicas) em torno dos fundamentos que buscam estabilizar a imagem no âmbito de um regime da representação ou da simulação, relacionam-se às tensões em torno das possibilidades do ciberespaço se constituir como o *médium* que expressa um outro ordenamento societal. Em outras palavras, como um espaço-tempo que institui uma outra configuração, distribuição e pertencimento entre os sujeitos que integram uma determinada sociedade. Ou ainda, nos termos de Rancière, inaugurando uma outra "partilha do mundo sensível" (Rancière, 2005). Tal análise deverá contribuir para a caracterização do atual diagrama de poder (relação entre formas de conhecimento e regime de dominação), bem como para a identificação dos seus principais desafios teóricos e políticos.

Organizamos o texto em três capítulos. Ao final da tese inserimos três ensaios que apresentam de maneira mais livre alguns dos problemas teóricos analisados. Nestes textos partimos de acontecimentos políticos recentes, filmes, fotografias e outras imagens que circulam na Internet, procurando evidenciar a maneira como a visualidade participa dos problemas analisados em cada capítulo. Há outros elementos produzidos, mas que deixamos de fora da versão impressa da tese, como os conteúdos e a metodologia de trabalho que levou à criação do portal Xamã (http://xama.incubadora.fapesp.br). Ali, desde o início da pesquisa, organizamos e disponibilizamos todo o material investigado, bem como os textos, ensaios e imagens que foram produzidos no percurso. Nossa proposta era favorecer dinâmicas de investigação mais colaborativas.

Por fim, quando já havíamos terminado o trabalho, sentimos falta de uma imagem para a capa. Mas aí, nos confrontamos com um problema: como não cair na mesma armadilha que criticamos na tese? Optamos então por uma estratégia que deveria conter, no processo de criação e na visualidade alcançada, alguns dos elementos que caracterizam as tensões estético-políticas que estamos vendo emergir (e que será analisada na tese). Selecionamos um conjunto importante de imagens da pesquisa e

o disponibilizamos em um site de compartilhamento. Esta seleção formou um repertório de imagens-chave que poderiam inspirar a criação de imagens colaborativas. Convidamos algumas pessoas e criamos uma conta comum (usuário e senha) que foi partilhada por todos. Ao final, graças à colaboração de Danielle Noronha, Paula Ordonhes, Gavin Adams e André Mesquita, novas imagens foram criadas e uma delas se tornou capa da tese.

Regime Imagético do Leviatã: formas de ver, pensar e imaginar

No primeiro capítulo mergulhamos nas estratégias visuais adotadas por Thomas Hobbes para a elaboração da famosa imagem do Leviatã que ilustra a capa do livro homônimo. Tal percurso, realizado quase à maneira de um estudo de caso, irá discutir as interconexões entre um regime visual, as formas de conhecimento e as configurações da política implicadas naquele contexto. Em certa medida, é a relação entre os termos desta tríade que será analisada ao longo da tese, sendo que neste capítulo caracterizaremos o "*regime imagético do Leviatã*" como expressão metafórica desta relação entre imagem-saber-poder.

Ao final deste capítulo estabeleceremos algumas relações entre esta configuração que emerge no século XVII e que se atualiza, sob outras formas, na visualidade que participa dos mecanismos contemporâneos de legitimação do poder e de produção do "real", resultantes da convergência entre os processos comunicacionais em meios digitais, a produção econômica material e imaterial e as novas formas de dominação.

Mutações e persistências no regime imagético

O segundo capítulo faz uma elaboração mais precisa dos marcos conceituais e empíricos que delimitam o problema e as hipóteses da tese. Inicialmente, analisaremos a relação entre as formas de produção de conhecimento, as tecnologias de comunicação e as formas de organização social em dois grandes recortes históricos.

Neste processo, destacaremos as transformações que apontam para um processo de aceleração societal e para o deslocamento do foco de intervenção política em direção ao virtual. Trata-se de uma nova configuração social onde, graças à expansão dos meios digitais em rede e a uma crescente hegemonia do paradigma informacional na ciência, na economia e na política, surge um novo campo de disputas sobre o universo virtual e, portanto, dirigidas à gestão do futuro.

Paralelamente, caracterizaremos a política visual mobilizada por cada um dos regimes imagéticos analisados para discutir a maneira como ela atua sobre as formas de percepção, sensação e interpretação, implicando em diferentes modos de subjetivação. Ao analisar a maneira como a imagem participa dessas duas dimensões - tendências macro-sociais de aceleração e virtualização, e tendências micro-políticas de subjetivação – preparamos o terreno para descrever a formação deste campo de disputas estéticas e políticas na Era Digital.

Uma das hipóteses que começa a ser investigada é a de que as formas contemporâneas de dominação se constituem no entrecruzamento (ora solidário e ora conflitivo) de dois diagramas de poder, e estes podem ser apreendidos a partir das tensões que atuam sobre as formas de regulação da imagem em mídias digitais e do ciberespaço. Aqui, as mutações e as persistências do regime imagético são o elo de ligação entre estes dois universos: política e estética.

Regime Digital: configurações político-estéticas e novos diagramas de poder

O terceiro capítulo é talvez o mais complexo. Aqui, iremos estabelecer analogias de caráter formal-estético entre as tensões que regulam o regime imagético e os diagramas de poder que se configuram em torno das disputas sobre/no ciberespaço.

Iniciamos o capítulo analisando o encapsulamento da imagem técnica analógica pelo regime da imagem de simulação, e como este processo reflete a emergência de novos dispositivos de controle social. Em seguida, descrevemos a emergência do ciberespaço em sua aparente planeidade (ou neutralidade) inicial e algumas práticas sociais no universo da cibercultura que estão orientadas por

princípios de compartilhamento e livre acesso à informação.

Nossa intenção é apresentar as tensões que surgem diante das potencialidades instauradas pelos meios digitais em rede nas seguintes direções: do ponto de vista das disputas em torno das definições de propriedade intelectual; e do ponto de vista da regulação estatal sobre a dimensão do território (relação espaço físico e espaço informacional) e sobre o indivíduo (políticas de controle e identificação do internauta).

Como desdobramento, a partir de uma analogia entre as tensões que se desenvolvem sobre o regime imagético e sobre a regulação do ciberespaço, descreveremos como as disputas em torno da configuração do *commons digital* se constitui numa importante fronteira Política. Na medida em que a informação digital e a comunicação mediada por computador estão cada vez mais presentes em diferentes esferas de nossas vidas (trabalho, lazer, ciência, sociabilidade), as disputas em torno das condições de produção e circulação de imagens (e conhecimentos) tornam-se centrais nos processos sociais e subjetivos. Trata-se, para além de um conflito sobre a apropriação dos recursos materiais e simbólicos inaugurados pelos meios digitais em rede, de uma guerra sobre as condições de produção do imaginário e, portanto, sobre as possibilidades de produção do presente e do futuro.

Pontos de fuga e Linhas de Fuga

Nas considerações finais sintetizamos os principais argumentos dos capítulos anteriores numa narrativa mais direta e procuramos avançar na caracterização dos principais dilemas teóricos e políticos que se anunciam a partir da imbricação entre tecnologias de comunicação digital, capitalismo cognitivo, ciências da informação e gestão biopolítica da sociedade.

Finalmente, o trabalho descreve como a configuração estético-política do ciberespaço depende desta capacidade de intervenção sobre os fundamentos que regulam o seu campo de enunciação e visibilidade, tendo, portanto, a linguagem e a liberdade de conhecimento como importantes territórios de criação Política e resistência contra a obsolescência do Humano.



Capítulo 1: Regime Imagético do Leviatã: formas de ver, pensar e imaginar

Capítulo 1 - Regime Imagético do Leviatã: formas de ver, pensar e imaginar

Tudo está acertado a partir do momento em que a forma-Estado inspira uma imagem do pensamento

(Deleuze & Guattari, 2005)

1.1 Pensando através das imagens ou como as imagens pensam em nós

Uma das imagens mais emblemáticas[1] na história da Ciência Política é aquela produzida para a capa do livro *Leviatã*, de Thomas Hobbes, em 1651 (Il.1). Poucas são as imagens posteriores a ela que associaram de maneira tão competente um ideário político-filosófico emergente às condições estéticas de uma época. Da mesma forma como em outros períodos históricos os afrescos e as pinturas cumpriam visualmente uma pedagogia política, apresentando nas paredes dos edifícios os valores éticos-políticos de uma determinada época (Almeida, 1999), esta imagem do *Leviatã* executa há séculos uma discreta educação visual.

A imagem da capa do livro de Hobbes já foi analisada por diversos autores. Proporcionalmente, no entanto, das obras publicadas sobre este filósofo e seu livro, poucas são aquelas que tratam da imagem propriamente dita (Brown, 1978, 1980; Goldsmith, 1981; Schmitt, 1996). O excelente livro de Bredekamp (originalmente de 1999) atualizou o debate com outras referências de uma profunda pesquisa iconográfica, apontando inclusive os elementos que levaram os demais autores a tomar Wenceslao Hollar[2] como o autor daquela gravura (Bredekamp, 2003). Ainda que não haja condições de se afirmar conclusivamente quem foi o executor e o impressor, há fortes indícios de uma parceria

1"*In the long history of political theories, a history exceedingly rich in colorful images and symbols, icons and idols, paradigms and phantasms, emblems and allegories, this Leviathan is the strongest and most powerful image*" (Schmitt, 1996).

2 Há uma bela seleção de imagens digitalizadas dos trabalhos de Wenceslao Hollar, organizada pela Universidade de Toronto: http://link.library.utoronto.ca/hollar/index.cfm

efetiva entre Hobbes e um artista francês. Como revela Bredekamp, a escolha de Hobbes pelo artista Abraham Bosse[3] estaria em parte motivada por sua insistente defesa, no plano estético, da perspectiva renascentista, do método geométrico e do pensamento de Descartes, os quais estariam em sintonia com os fundamentos político-filosóficos partilhados por Hobbes. Mesmo que não seja possível determinar se a concepção da imagem foi obra integralmente sua, ou qual foi o grau de colaboração entre Hobbes e Bosse, o que nos interessa para efeito desta investigação é a aproximação entre os elementos filosóficos-políticos e o contexto estético que envolvem esses dois homens.

É curioso que a afirmação de Brown que descreve Hollar como autor da gravura, continue ressoando no trabalho de outros autores, como é o caso da recente e prestigiada edição do *Leviatã* organizada por Richard Tuck e publicada pela Martins Fontes em 2003 (tradução da versão inglesa da *Cambridge University Press* de 1991). Este assunto parece ter ficado à margem no debate acadêmico, contribuindo para a desvalorização de um importante conhecimento mobilizado para a produção desta imagem, a qual cumpria, para Hobbes, uma função educativa e política específica.

Numa direção complementar, tomaremos esta ilustração como um disparador da nossa reflexão. Acreditamos que a potência dessa imagem resida, em parte, na sua capacidade de "didatizar" uma proposta de entendimento sobre o mundo político, funcionando como uma espécie de "máquina abstrata" que conduz a imaginação e o pensamento por encadeamentos lógico-racionais ao mesmo tempo em que mobiliza nossa percepção e sentidos através de outros territórios diretamente tocados pela imagem.

Em nossa pesquisa, aproximaremos o funcionamento deste dispositivo visual à noção de "*imagem do pensamento*", conforme elaborada por Gilles Deleuze (2006). Parte do percurso intelectual deste autor guiou-se pela crítica à "*imagem do pensamento*", entendido aqui como uma configuração específica do próprio pensar ou como um certo "regime do pensar". Conforme analisado por Safatle[4], neste contexto a "imagem" significa aquilo que o pensamento é capaz de "ver". Portanto, refere-se a um regime de

3 Citamos a seguir alguns sites que apresentam o trabalho de Bosse:
Exposição da Biblioteca Nacional da França: http://expositions.bnf.fr/bosse/index.htm
Verbete sobre A.Bosse na Wikipedia Francesa: http://fr.wikipedia.org/wiki/Abraham_Bosse
4 Safatle (2007).

visibilidade do pensamento, sua capacidade de dispor, determinar e diferenciar "objetos". Ao questioná-la, Deleuze tinha em mente a crítica do primado da imagem, como uma pré-configuração, ou um esquematismo que orienta o pensamento: aquele que se deixa guiar por uma imagem não é capaz de pensar em sua potência, pois já parte de uma arquitetura instaurada, de uma geometria que domestica e adequa o pensamento. Portanto, a crítica a esta pré-disposição desdobra-se numa crítica da representação e num questionamento dos pressupostos implícitos que formam um campo não problematizado de enunciados (Deleuze, 2006). No limite, pensar implica numa capacidade de destruir um sistema produtor de imagens unitárias que estabilizam o pensamento; significa atacar o sistema de representação estabelecido[5].

Junto a Félix Guattari, eles irão realizar a noologia[6] da "forma-Estado", tratando-a como uma forma específica do pensar que se institui como dominante. Neste momento, a preocupação dos autores é mostrar como a forma-Estado se constitui como uma imagem particular do pensamento. A "forma-Estado" irá se expressar em diferentes campos do conhecimento: nas tradições científicas que se tornaram dominantes e no próprio ordenamento social e político, na medida em que o pensamento-Estado (em oposição ao pensamento nômade) instaura formas próprias de categorização, de identificação, de mensuração, de partilha e pertencimento numa totalidade constituída:

> Haveria portanto uma imagem do pensamento que recobriria todo o pensamento, que constituiria o objeto especial de uma "noologia", e que seria como a forma-Estado desenvolvida no pensamento. Esta imagem possui duas cabeças que remetem precisamente aos dois pólos da soberania: um *imperium* do pensar-verdadeiro, operando por captura mágica, apreensão ou liame, constituindo a eficácia de uma fundação (*mythos*); uma república dos espíritos livres, procedendo por pacto ou contrato, constituindo uma organização legislativa e jurídica, trazendo a sanção de um fundamento (*logos*). Na imagem clássica do pensamento, essas duas cabeças interferem constantemente: uma "república dos espíritos cujo príncipe seria a idéia de um Ser supremo". (Deleuze & Guattari, 2005, p. 43-44).

5 A reflexão de Deleuze sobre a "imagem" modifica-se ao longo de sua trajetória intelectual. Nesta parte do texto, quando nos referimos à "imagem do pensamento" partimos de sua elaboração conforme realizada em seu livro *Diferença e Repetição*. Também, mais adiante, quando nos referirmos à imagem do pensamento em sua *forma-Estado*, conforme discutido no *Tratado de Nomadologia*, manteremos o mesmo referencial. A noção de "imagem" em Deleuze ganha outras significações nos anos 80, quando ele adentra as discussões sobre estética, arte e cinema, para tratar de um outro regime de conhecimento que se torna possível através da "imagem-movimento" e "imagem-tempo", com o cinema.

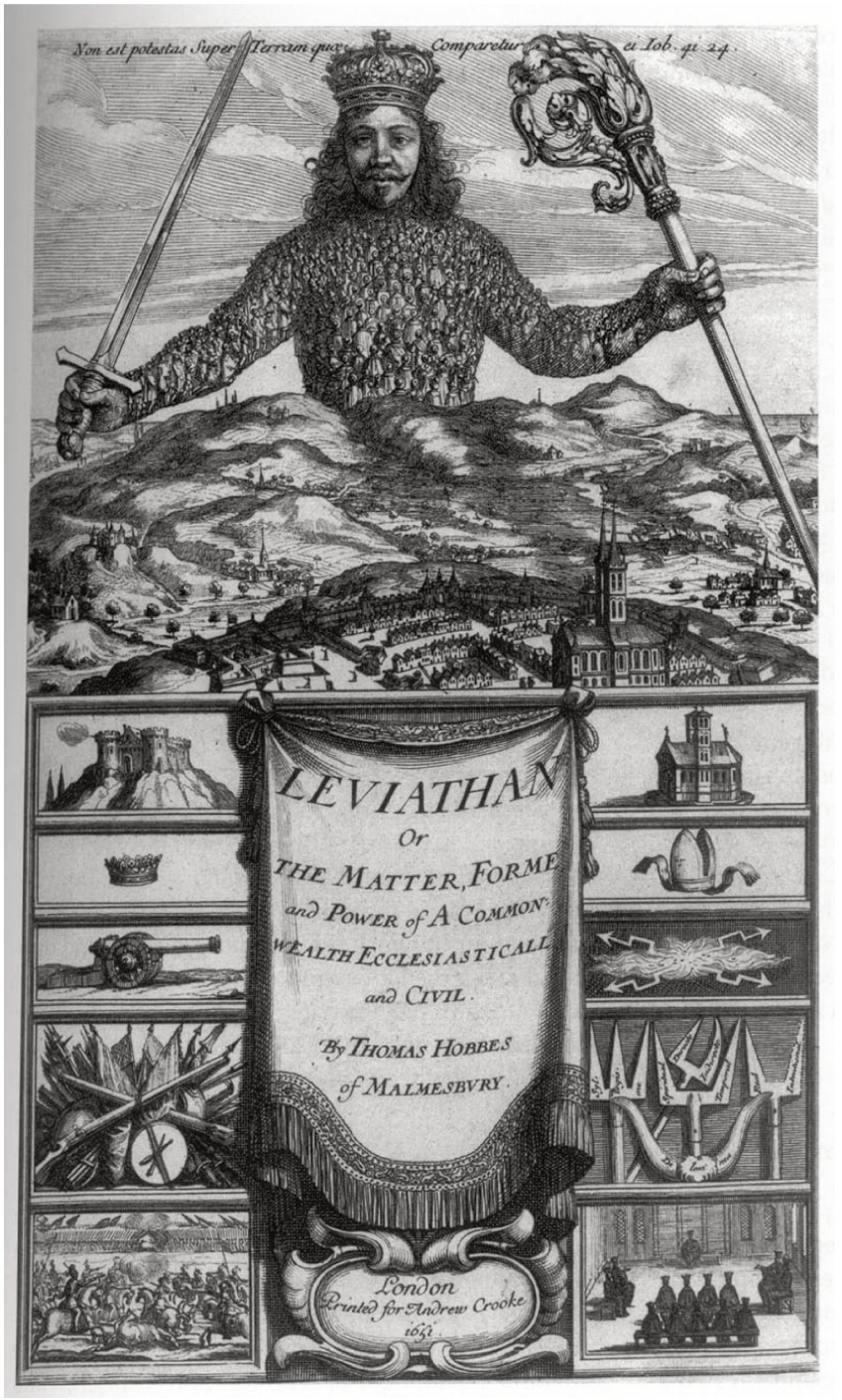
6 O estudo das imagens do pensamento e de sua historicidade, será denominado de "noologia" por Deleuze e Guattari (2005).

A crítica da forma-Estado elaborada por Deleuze e Guattari não se refere a uma imagem visual específica, mas a um certo regime do pensar. Entretanto, quando nos confrontamos com sua descrição, fomos inspirados a buscar uma imagem visual que pudesse reunir e sintetizar alguns elementos caracterizados por esses autores. Com isso, desejávamos dar visibilidade e expressão sensível a este regime do pensar. Revisitamos os clássicos fundadores da teoria do Estado e ao pesquisar a iconografia política do século XVII chegamos, inevitavelmente, à figura do Leviatã de Thomas Hobbes (1651). Diante dela, fomos arrastados para um novo caminho de investigação e na medida em que fomos conhecendo - graças ao brilhante trabalho de Horst Bredekamp - as estratégias visuais adotadas por Hobbes e por ele condensadas naquela imagem, percebemos que a construção de homologias entre a forma-Estado deleuziana e a imagem do Leviatã poderia ser frutífera[7].

De maneira labiríntica, foi a crítica à imagem do pensamento elaborada por Deleuze e Guattari que nos levou ao encontro de uma imagem que, em sua própria constituição e na visualidade alcançada, condensa algumas das características presentes naquele conceito. Mais que uma ilustração (no sentido restrito do termo) para a capa do livro, o estudo desta imagem revela toda uma estratégia político-visual adotada por Hobbes para criar um caminho alternativo ao conhecimento do texto. Finalmente, seduzidos pela importância desta imagem na história do pensamento político, resolvemos empreender uma reflexão sobre o contexto de sua produção, na expectativa de que isso colabore para novos entendimentos sobre as relações entre a imagem e as tecnologias de comunicação, as formas de conhecimento e as configurações da política.

***

7 Para tal empreitada, também nos inspiramos na reflexão lançada por Foucault a partir do quadro “As Meninas” de Velásquez, e na discussão empreendida por Deleuze sobre o trabalho de Francis Bacon (Foucault, 2000; Deleuze, 2005).



Il. 1: Reprodução da capa do livro *Leviatã* de Thomas Hobbes (1651).

Na imagem (Il. 1), o soberano surge ao fundo do quadro em grandes proporções, no horizonte do território, acima das montanhas e tendo a sua frente e abaixo a cidade e o campo devidamente ordenados, sendo a primeira formada por zonas de fortificação militar, muros, residências e igrejas, e o campo por estradas, castelos, igrejas e pequenos povoados espalhados. Sua mão direita porta uma espada, enquanto a mão esquerda carrega um cetro religioso. Cada um desses instrumentos representa uma forma de poder (temporal e civil de um lado, atemporal e eclesiástico do outro), mas que estão reunidos no corpo de uma unidade finita e que se deseja perene: o Soberano. Este corpo é constituído pela amálgama e indiferenciação de inúmeros "indivíduos" (não se trata do indivíduo moderno sociologicamente falando) que lhe dão forma e unidade. De qualquer ângulo que observamos a imagem, todos eles estão voltados na direção do soberano, alguns de pé e outros ajoelhados, em posição de admiração, medo ou submissão (Il. 2). No quadro, os olhos do soberano coincidem com um dos pontos de maior tensão da gravura, localizando-se na terça-parte superior da ilustração, no meio do eixo vertical, estando praticamente no centro de um triângulo equilibrado formado pela espada, cetro e territórios como base.

Esses elementos apóiam-se sobre três colunas verticais, sendo que as duas laterais estão divididas em cinco retângulos[8] alinhados por uma relação de equivalência. Da mesma forma que os instrumentos carregados nas mãos do Leviatã, a coluna da esquerda (do observador) refere-se ao poder civil-militar, enquanto a da direita ao poder eclesiástico. Assim, em relação ao forte civil temos a igreja; à coroa o *mitre* papal; ao canhão os relâmpagos da excomunhão; aos signos do combate, as armas da lógica; à batalha ou guerra a *disputatio* (controvérsia eclesiástica).

Entre essas duas colunas há um manto ou cortina que apresenta o título da obra e o conteúdo do texto que seguirá. Segundo Bredekamp, esta cortina, ao mesmo tempo que mostra e anuncia o conteúdo do texto que será apresentado, também permite esconder o que está atrás. Em relação à metade superior da capa, é relevante que o texto esteja abaixo do soberano, como que a reforçar o caráter subordinado do

8 Essa distribuição geométrica e numérica poderia ser investigada ainda com maior detalhe. Visualmente, temos ainda um triângulo e uma forma circular que predominam na parte superior, enquanto abaixo temos retângulos, quadrados e colunas. Dada a proximidade de Hobbes dos estudos herméticos e de publicações hoje consideradas ocultistas, é possível que esses números ainda transportem outros significados.

texto ao soberano. O autor ainda chama a atenção para o fato de que o Leviatã e a paisagem do seu entorno não têm "bordas", fazendo alusão a uma nova aparição que não tem fronteiras, enquanto os elementos da parte inferior estão todos circunscritos e limitados pelas molduras do quadro.



Il. 2: Detalhe da ilustração de Abraham Bosse.

O Leviatã de Hobbes constitui um esforço teórico de superação da divisão entre os poderes da Igreja e do Estado. Sua maior preocupação é afirmar a indivisibilidade do poder de um corpo político: "*a insignificante distinção entre temporal e espiritual*" tem que ser proscrita, pois "*quando estes dois poderes se opõem um ao outro, o Estado só pode estar em grande perigo de guerra civil ou de dissolução*" (Hobbes, 1983, p. 196, apud Castelo Branco, 2004, p. 27). Esse corpo político, para evitar a guerra civil e a emergência da multidão como forças desintegradoras, tem que ser Uno. Assim, o poder soberano encarnado no Leviatã nasce da delegação do poder (potência) dos indivíduos que através do contrato com ele se submetem por paixão, "*medo ou temor da morte violenta*" (Castelo Branco, 2004).

Essa delegação do poder difere da idéia de representação política clássica na medida em que para Hobbes não interessa a ligação de continuidade da vontade entre o representante e o representado. O soberano representa o Todo e sua vontade é autônoma e superior. A emergência desse poder unitário, como veremos adiante, corresponderá dentro desta filosofia política à constituição de outros princípios também universais: Razão, Sujeito e Verdade.

1.1.1 O texto e a imagem

Há, no centro subterrâneo de nossa discussão, um conflito que permeará a investigação. Trata-se dos problemas associados às tensões entre diferentes linguagens que mobilizam habilidades e processos mentais distintos: a escrita e a imagem.

Se por um lado a maior parte dos autores que discutiu o trabalho teórico de Hobbes deu pouca atenção àquela imagem na capa do livro, alguns autores, como Carl Schmitt, analisaram a imagem do Leviatã na sua relação com o próprio texto de Hobbes, e não como um trabalho complementar e por vezes autônomo ao texto. A preocupação de Schmitt, por exemplo, limita-se a investigar a simbologia do Leviatã nos livros sagrados das tradições judaico-cristãs para traçar algumas correspondências com a "imagem" presente no texto de Hobbes e não na ilustração criada para a capa do livro.

A conclusão final de Schmitt, que iremos analisá-la com maior detalhe ao longo do texto, é que Hobbes teria cometido um grave equívoco, tanto teórico quanto político, ao se utilizar da imagem do Leviatã:

> Hobbes used this image because he considered it to be an impressive symbol. He failed to realize, however, that in using this symbol he was conjuring up the invisible forces of an old, ambiguous myth. His work was overshadowed by the leviathan, and all his clear intelectual constructions and arguments were overcome in the vortex created by the symbol he conjured up. *No clear chain of thought can stand up against the force of genuine, mythical images*. (Schmitt, 1996, p. 81, grifo nosso).

Hobbes, segundo Schmitt, teria cometido um erro em duas direções: ao mobilizar uma imagem já bastante carregada de uma simbologia específica, relacionada tanto à cultura cristã como judaica, que desperta significações que irão contra os pressupostos teóricos que o pensamento de Hobbes tenta instituir no plano político; e também ao combinar texto e imagem, pois para Schmitt tal procedimento enfraqueceria a racionalidade e o ordenamento lógico do argumento escrito.

Nossa linha de investigação, ao contrário, supõe que Hobbes sabia muito bem o que estava fazendo

quando optou por utilizar esta imagem. E mais, esta escolha teria sido estratégica, tanto do ponto de vista político como teórico. Este caminho de investigação apóia-se em grande parte nos achados de Horst Bredekamp, que iremos sintetizá-los para apresentar aqueles aspectos que dizem respeito aos argumentos centrais de nossa investigação mais ampla.

1.1.2 Formas de apresentação: o humano, o racional e as paixões da alma

Discutiremos, inicialmente, alguns elementos que aproximam a filosofia política de Hobbes do contexto estético partilhado pelo artista parisiense Abraham Bosse (1604-1676). Tais fatores, segundo Bredekamp, podem revelar indícios que fazem da escolha por Abraham Bosse, dentre outros artistas da época, uma decisão mais estratégica do que circunstancial.

Havia na primeira metade do século XVII, uma intensa disputa no ambiente artístico europeu em torno das possibilidades de representação visual. Sinteticamente, pode-se dizer que as duas principais tendências neste campo sofreram forte influência do pensamento emergente de Descartes. Entretanto, cada uma delas se apropriou de maneira diversa de seus princípios filosóficos (Bredekamp, 2003; Miranda, 2000).

Um dos artistas mais proeminentes na França naquele momento era Charles Le Brun, que em 1648 participa da fundação e torna-se presidente da Academia Francesa. Designado pintor oficial de Louis XIV, encontrou espaço e apoio para desenvolver um projeto inovador de representação visual, na medida em que, como aponta Miranda, Le Brun soube perceber as vantagens que uma determinada apropriação do pensamento de Descartes, se aplicado à pintura oficial, poderia oferecer em termos do fortalecimento do poder absoluto nas mãos de Louis XIV (Miranda, 2000, p. 117-118).

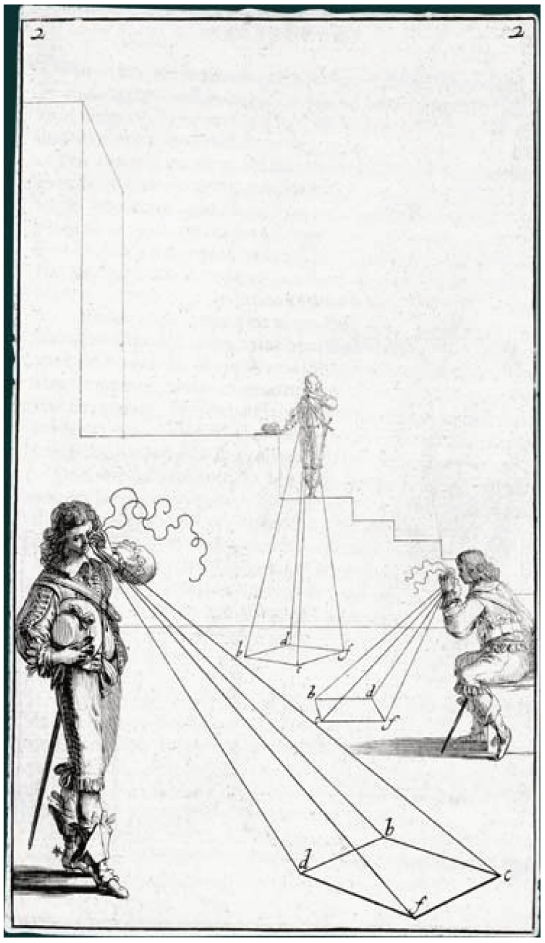
O que estava em jogo naquele momento era a emergência de um projeto centralizador do Estado, cuja força racionalizadora e organizativa começava a se manifestar num impulso generalizado de produzir e sistematizar informações sobre a administração do reino e dos súditos. Se por um lado o Estado instaura o monopólio das regras do método, a arte deverá se apresentar como a expressão e obra deste método. É neste sentido que Le Brun, afirma Miranda, produzirá um “novo” sujeito através da sua pintura. Um sujeito dotado de autonomia que se manifesta na apresentação do seu próprio tempo de vida, havendo uma forte relação entre a sua representação física expressa na pintura e as “paixões da alma” descritas por Descartes (Miranda, 2000, p. 123).

Em especial, no que diz respeito aos estudos das "paixões da alma" de Descartes (e conseqüentemente à idéia das relações do corpo-máquina proposta pelo filósofo), Le Brun procura traduzir as paixões e suas manifestações numa maneira própria de pintar os corpos e, sobretudo, os rostos. Se antes de Descartes e Le Brun o rosto era o "*espelho da alma*", depois deles o rosto torna-se a "*própria expressão física das paixões*" (Miranda, 2000, p. 123-126).

Le Brun se engaja, portanto, no projeto de centralização do Estado desencadeado pela regência de Louis XIV e desenvolve um programa visual que é também um programa de educação visual: "*a política do soberano deve se tornar visual para que se torne real"* (Miranda, 2000, p. 133, grifo nosso). A citação seguinte do trabalho de Julien Philipe é exemplar para nosso problema:

> Em uma palavra, a intenção de Le Brun não é pintar aquilo que é, mas o que deve ser. O olhar que coloca sobre as coisas é uma ordem que ele dá a elas. Ele não se preocupa em pintar segundo a natureza, e não procura a representação do mundo tal como se apresenta, mas representar o mundo como deve aparecer. É muito diferente, e é, por isso, que o veremos definir e classificar as paixões, e mesmo explicá-las, antes de tratar sobre a expressão que delas se deve dar na pintura. A preocupação teórica prevalece sobre tudo, e basta considerar as expressões de suas famosas cabeças, para se persuadir de que, se Le Brun tivesse pintado segundo a natureza, nós não teríamos tanta dificuldade em adivinhar, ocultando-se a legenda, a qual paixão corresponde tal desenho. (Philipe, 1994, p. 16 apud Miranda, 2000, p. 154).

Numa outra direção, encontramos o artista Abraham Bosse, na época bastante conhecido pela publicação de um método detalhado da gravura em metal e também por sua defesa da perspectiva geométrica renascentista como modelo de representação. Bosse, neste sentido, insere-se num contexto intelectual mais amplo que advoga a "geometrização do mundo" - sendo Descartes um dos mais importantes representantes - como forma de conhecimento mais adequada para se alcançar e apreender o real, o justo e o verdadeiro. Hobbes era também um estudioso da geometria euclidiana e apaixonado pelos seus impactos nos estudos da ótica e no aperfeiçoamento dos aparelhos visuais. Ele colecionava diversos instrumentos óticos e dava aulas de física e matemática a Charles II. Destaca-se ainda, dentro deste mesmo cenário, a publicação na França em 1651 do Tratado de Pintura de Leonardo da Vinci (mesmo ano da publicação do Leviatã), fortemente ancorado na defesa dos mesmos princípios geométricos.



Il. 3: *Les Perspecteurs*[9] de Abraham Bosse. Gravura para livro dedicado ao método perspectivista de Girard Desargues, Paris, 1647-48.

Esta ilustração de Bosse (Il. 3) apresenta claramente este projeto de "geometrização" como forma de conhecimento: o olhar mediado pela técnica, a partir de um ponto de fuga único (na imagem as linhas convergem para apenas um dos olhos), se apresenta como o modelo ideal de apreensão do real.

Além desta proximidade intelectual, Bosse era um dos artistas que melhor dominava a técnica da gravura em *água-forte*, que permitia a realização de pequenos detalhes na imagem, o que nas técnicas

9 Fonte: http://www.ciren.org/ciren/productions/perspecteurs/index.html

anteriores (frequentemente o *buril*) era mais difícil de ser alcançado. Assim, ainda que não possamos afirmar o "porquê" da escolha deste artista, é interessante pensarmos nas convergências entre o pensamento geométrico de Hobbes e o cartesianismo estético de Bosse.

Conforme analisado por Miranda, neste mesmo período histórico Descartes está desenvolvendo sua "teoria das paixões" e seus estudos de "fisiognomonia"[10], objetivando estabelecer relações entre uma determinada "paixão" ou manifestação da alma e sua expressão física e facial. Tal tradição foi determinante para os artistas da época. Se observarmos, por exemplo, o "rosto" do Leviatã de Hobbes, temos uma expressão que não aparenta qualquer emoção. O olhar é direto e firme para o observador, sem manifestação de amor ou ódio em sua face. Isso nos faz pensar nas referências teóricas de Hobbes que apontam para a necessária criação de um Estado inspirado na força e na razão, orientado, portanto, por um pensamento neutro em suas paixões porque segue uma construção racional, segundo princípios matemáticos e geométricos. Portanto, um Estado que fosse "mais" que o humano, no sentido de uma nova unidade de qualidade superior; um novo "sujeito" que não estaria submetido às variações das paixões que interferem na razão dos humanos.

A imagem do Leviatã, se comparada às figuras criadas por Le Brun, é paradoxalmente estática e dinâmica. A gravura é dinâmica na medida em que apresenta um acontecimento, um instante de um tempo que corre, articulando o tempo mítico, através da simbologia ancestral do Leviatã, com a inauguração do novo tempo da fusão do poder temporal com o poder atemporal no soberano. Por outro lado, a figura não é dotada de "movimento" como as imagens dos quadros de Le Brun, onde aquilo que está representado possui marcas visuais (por exemplo, nos gestos) que lhe conferem um tempo próprio de vida. Hobbes está interessado em criar algo que seja universal e duradouro. Portanto, não pode estar ligado ao tempo de vida de qualquer ser humano. A imagem criada, assim como a sua teoria, tem pretensões à universalidade e à persistência no tempo, portanto é importante que ela não esteja baseada na representação de um soberano existente, o que a reduziria a uma dimensão pessoal e geograficamente localizada[11].

---

10 Estudo que objetiva estabelecer relações entre as expressões ou marcas faciais e determinadas estados d'alma ou do corpo.

11 Bredekamp analisa a dúvida (presente em alguns autores) sobre a identificação, nesta versão impressa, do "rosto" Leviatã a Charles II ou a Cromwell. Para Bredekamp a dúvida é respondida pelo próprio posicionamento teórico-político do autor.

Duas imagens foram confeccionadas para o livro. Uma delas é um desenho realizado sobre papel-pergaminho que foi utilizado para a capa de uma edição especialmente manuscrita para presentear Charles II em 1650; a outra foi a gravura em metal para a capa da primeira edição impressa em 1651.

Bredekamp compara as duas capas (desenho e gravura) e destaca algumas diferenças fundamentais (Il. 4). Talvez a principal delas é que que, na versão manuscrita, o Leviatã adquire diversos traços que o tornam mais particular, mais próximo de uma possível identificação com Charles II. Hobbes sabia dos problemas que iria enfrentar com a publicação do seu texto e por isso, tentava estabelecer algumas alianças para sua proteção. A versão impressa, ao contrário, almeja a universalidade. Ela não tem como referência qualquer soberano da época, não está localizada em qualquer nação e nem parte de uma forma de poder já constituído. Neste sentido, do ponto de vista da linguagem adotada, ela está em total sintonia com as novas possibilidades de reprodutibilidade técnica oferecidas pela gravura em metal, rompendo com o caráter original e único do desenho à mão. Selecionamos a partir do trabalho de Bredekamp três diferenças relevantes entre estas duas edições.



Il.4: Ilustração desenhada por Bosse em 1650 para a edição manuscrita por Hobbes para Charles II. Fonte: Bredekamp (2003, p. 31).

A primeira é a supressão na versão manuscrita do título superior - versículo do Livro de Jó: "*Non est potestas Super Terram quae Comparetur ei*" (Não há sobre a terra qualquer potência que lhe seja comparável). Talvez por prudência, como o interpreta Bredekamp, Hobbes teria retirado a frase para que não corresse o risco do seu presente ser interpretado como uma ironia à situação de Charles II. Um pouco antes, seu pai, o Rei Charles I, fora executado, e as disputas pelo poder com as forças parlamentaristas de Cromwell eram crescentes. Na versão impressa, a frase é fundamental para indicar a fundação da potência superior do Leviatã.

Outra modificação, já citada acima, é o rosto do soberano. Bredekamp compara alguns retratos de Charles II realizados por outros artistas e afirma que na versão manuscrita o rosto do Leviatã assemelha-se a outras imagens conhecidas de Charles II, em especial, um retrato do próprio candidato ao trono realizado por Wenceslao Hollar, em 1650 (Bredekamp, 2003, p. 47). Tal possibilidade ganha força se acreditamos que o presente de Hobbes tinha também a intenção de enaltecer Charles II.

Outra alteração significativa é o corpo do Leviatã. Na versão impressa, a multiplicidade de indivíduos que constituem e fundam o corpo do Leviatã está voltada em direção à cabeça do soberano. Na versão desenhada, o corpo do soberano é formado por pequenas cabeças que estão voltadas para fora, em direção àqueles que observam o desenho. Uma possível interpretação para essas pequenas faces voltadas para o observador - conforme analisado em outros desenhos em circulação na época - seria a de que elas serviriam para assustar ou afugentar os inimigos do soberano. No contexto de ameaça em que Charles II se encontrava, essa interpretação também se torna possível.

Bredekamp ainda irá investigar outras versões da capa do livro que foram impressas em períodos próximos na Holanda, França ou Inglaterra. A tese do autor é que as mudanças identificadas entre as diversas capas constituem respostas próprias dos editores que visam alterar o conteúdo da imagem, como medidas de prudência às condições históricas determinadas (Bredekamp, 2003, p. 24).

1.1.3 Visão, perspectiva e política

O momento de criação da ilustração do Leviatã é também marcado pela crescente importância da visão como órgão privilegiado do ato de conhecimento, combinando a clássica separação sujeito-objeto (observador-observado) com uma doutrina renovada das paixões. O "olhar", mediado por objetos técnicos (lunetas, câmeras escuras e outras máquinas de visão), vai ao longo dos séculos XVIII e XIX se combinando ao processo de reificação científica, fortalecendo a fusão das noções de "objetividade", "verdade" e "realidade". Por outro lado, não é "qualquer" visão que servirá para a ciência, uma vez que os nossos sentidos, influenciáveis pelas "paixões", deverão ser disciplinados pela técnica e pelos procedimentos de racionalização.

Como bem examinou Miranda, fomos paulatinamente educados a pensar o olho como um órgão-aparelho-máquina. Esta percepção acaba por legitimar um entendimento apolítico dos aparelhos tecnológicos de visão como se fossem apenas a extensão do olho, permitindo um aprimoramento, uma correção e ampliação da nossa capacidade visual. Ver mais significava saber mais! Entretanto, para isso ser alcançado, a visão deveria ser disciplinada, corrigida pela pretensa neutralidade científica dos instrumentos óticos (Miranda, 2001).

O interesse de Hobbes pela geometria e pelos estudos de ótica já estava, portanto, imerso em um ambiente intelectual que valorizava a visão como forma de conhecimento, tendo nas imagens um importante recurso de memorização e construção argumentativa. Assim como Descartes, Hobbes partilhava da idéia de que a visão se completava no cérebro sob influência dos afetos corporais[12]. Como analisou Miranda, para Descartes as paixões têm origem nas sensações do corpo e como todos os órgãos dos sentidos são duplos, tudo que é percebido deverá unir-se para chegar à alma. Esta percepção dual, e portanto confusa, deverá ser unificada para ser clara e distinta. O instrumento deste processo de unificação, visando uma verdade de qualidade superior, é a "dúvida racional" que se realiza pelo afastamento de qualquer paixão, emoção ou sentimento (Miranda, 2000, p. 127).

12 Por volta de 1648, segundo Bredekamp, Hobbes já manifestava esta opinião em algumas correspondências trocadas com o poeta Willian Davenant (Bredekamp, 2003: Capítulo *Tradition de la forme et optique politique*).

De maneira correspondente, Hobbes concede à visão a prioridade de produzir imagens que reflitam os movimentos do cérebro diante do mundo exterior. Esta visão, no entanto, deverá estar submetida à geometria (equivalente ao método racional de Descartes) para que possa se auto-corrigir. Neste sentido, a geometria será o "órgão" de controle do sentido visual, mais uma garantia de que o homem pode se aproximar à distância de uma realidade exterior para conhecê-la. Deste modo, para Hobbes, pensar, falar e agir conforme as leis da geometria significava produzir uma realidade artificial que não estava fundada sobre os fantasmas e a imaginação, mas sobre a realidade (Bredekamp, 2003).

Aqui, começamos a encontrar mais indícios da importância dada por Hobbes à construção da ilustração para a capa do seu livro, bem como sobre a escolha de um artista que correspondesse no plano estético a seu pensamento político-geométrico.

A combinação da geometria euclidiana às técnicas de representação visual, como o esforço de gerar formas de representação mais semelhantes ao "real" e, portanto, mais apropriadas para o conhecimento "verdadeiro", irá se manifestar como um aparato simultaneamente técnico e político na perspectiva renascentista. Como discutido por Almeida, a *perspectiva* é pensada como ciência, objetivamente produzida (através da geometria) para apreender o real e reproduzi-lo, afirmando-se como sua única e competente representação, portanto, apresentando-se como politicamente neutra (Almeida, 1999).

Tal tradição será potencializada no século XVII pelos instrumentos de visão que começavam a se popularizar, construídos em sua maioria com base nos estudos da ótica e da perspectiva renascentista. Neste mesmo período, este pensamento será articulado e fortalecido por uma doutrina que valorizava o "controle das paixões" como a luta do homem contra os seus impulsos e desejos autodestrutivos (Bredekamp, 2003). É nesta época - primeira metade do século XVII - que começam a circular inúmeras imagens, sobretudo na forma de "emblemas", que são portadoras de uma educação moral e que orientavam para o controle das paixões através da ciência (neste caso, representada pelos aparelhos óticos).

Nesta imagem (Il. 6) analisada por Bredekamp, a mulher nua e inocente é seduzida pela visão fantasmagórica gerada pelo prisma que está em suas mãos. As imagens produzidas pelo prisma não

existem de “verdade”, elas são enganadoras aos olhos. A seu lado, uma outra mulher está vestida em sinal de prudência e olha através de um telescópio, que permite que ela veja à distância as aparições essenciais (deus, a morte, o juízo final e o poder divino).

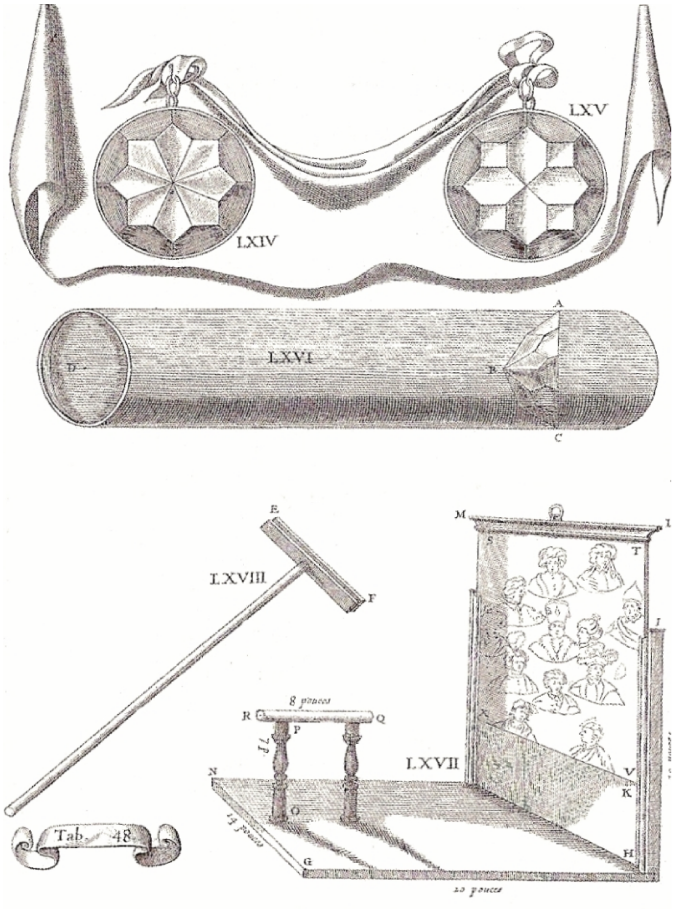
Tal emblema, exemplar para nosso caso, ajuda a compreender não apenas o contexto intelectual, mas também a educação política, moral e visual em curso. Portanto, quando a imagem do Leviatã estava sendo produzida ela também dialogava com uma cultura visual da época. Há, ainda, uma outra imagem que terá, segundo Bredekamp, especial impacto sobre o pensamento de Hobbes.



Il. 5: Emblema de Francis Quarles, 1658 (1° ed. 1635).
Fonte: Bredekamp (2003, p. 83)

Em 1638, o parisiense Jean-François Niceron publica um livro chamado *La perspective curieuse*, que apresentava um conjunto de imagens produzidas através de diversas deformações óticas. Niceron era um especialista em instrumentos óticos e dominava a construção de um objeto específico chamado "lentes perspectivas" (*verres perspectives*, no original). Em uma das experiências apresentadas no livro, uma luneta construída com essas lentes perspectivas é utilizada para gerar uma nova imagem a partir de um quadro contendo diversos retratos. Conforme apresentado por Bredekamp, a experiência ocorria da seguinte maneira:

Vemos na parte superior da ilustração 7 um modelo da construção das "lentes perspectivas" que estão no interior da luneta (LXVI), logo abaixo das lentes em forma de "medalhas" talhadas (LXIV e LXV). Na metade inferior do desenho vemos um esquema do experimento. A luneta é colocada horizontalmente sobre um suporte (posição R-Q) e fica direcionada a um quadro que possui vários retratos desenhados. O observador do experimento deverá olhar este quadro através da luneta nesta posição determinada. A seguir, uma outra ilustração (Il. 8) com o detalhe dos retratos e na parte inferior à direita (LXXI), a nova imagem que resultará da observação através da luneta.



Il. 6: Esquema do experimento de Jean-François Niceron, publicada em 1638 no livro *La Perspective Curieuse.* Fonte: Bredekamp (2003, p. 84).



Il. 7: Outra imagem do quadro apresentado no esquema anterior, agora detalhando o processo de constituição da nova imagem (LXXI). Fonte: Bredekamp (2003, p. 85).

Neste exemplo, o observador tinha diante de si diversos retratos de indivíduos de uma família. Ao observá-los através da luneta via-se apenas um novo rosto, formado a partir da fusão ótica gerada pelas lentes perspectivas.

Há ainda um outro exemplo da utilização das lentes perspectivas em uma situação que fora muito comentada na época, e que teve impactos diretos sobre Hobbes. A hipótese de Bredekamp é que este experimento teria inspirado Hobbes a conceber a imagem do Leviatã como o resultado da "fusão" dos cidadãos que produz uma nova unidade, justamente por ele não ser nenhum dos cidadãos representados e ao mesmo tempo ser formado pela junção de todos eles.

Nesta mesma época em Paris, o chanceler Pierre Séguier possuía em seu gabinete uma luneta e um quadro perspectivo capaz de reproduzir o mesmo efeito. Neste caso, no entanto, havia no painel os retratos de seus familiares e a imagem resultante era a sua própria. Esta experiência não teria sido mais importante do que as outras se ela não tivesse sido vista e comentada pelo poeta Richard Fanshawe. Segundo Bredekamp, o comentário de Fanshawe a respeito desta experiência completaria o quadro de influências sobre o pensamento imagético de Hobbes.

Em 1647 Richard Fanshawe dedica a Charles II sua tradução do livro *Il Pastor fido* de Giovanni Battista Guarini. Naquele momento político conturbado, Fanshawe não deixa de manifestar seu apoio a Charles II, desejando que ele seja capaz de retomar o poder e reconstruir o Estado. Sua dedicatória no livro é primorosa do ponto de vista da teoria política então emergente, e estava diretamente sintonizada com o pensamento de Hobbes, que irá escrever posteriormente a Fanshawe parabenizando-o pelo prefácio e também para explicitar o seu entendimento sobre o mesmo experimento ótico analisado por Fanshawe. Reproduzimos abaixo, na íntegra, o mesmo trecho de Fanshawe citado por Bredekamp, pois este pequeno fragmento parece conter, virtualmente, o projeto teórico do *Leviatã* de Hobbes:

> Sua Alteza talvez tenha visto em Paris uma imagem (ela se encontra no gabinete do grande chanceler), que é tão admiravelmente imaginada que ela apresenta ao observador ordinário uma multitude de pequenos rostos (os gloriosos ancestrais deste senhor), mas, ao mesmo tempo, aquele que a observa através de uma perspectiva [luneta perspectiva], lá disposta para tal propósito, verá um único retrato em grande formato do próprio chanceler. Dessa forma, o pintor dá a entender que na pessoa do chanceler se concentram todas as virtudes de seus ancestrais; ou, por uma filosofia mais sutil, ele consegue mostrar que o *corpo político* é composto de um grande número de *corpos naturais* e que cada um deles é em si completo e consiste de uma cabeça, olhos, mãos e coisas parecidas, e no outro, uma cabeça, olhos e uma mão; de tal forma que os *corpos privados* dos humanos não podem ser preservados se o *corpo público* é destruído; também assim, que as pequenas imagens não poderiam conservar a sua existência se a grande imagem estiver corrompida, pois esta grande imagem foi também a primeira e a mais importante no desenho do pintor, e foi em seu nome que todo o resto foi feito. (Guarini, 1647, p. A3v, apud Bredekamp, 2003, p. 88, tradução nossa).

Hobbes, em correspondência com o poeta Fanshawe, irá estabelecer relações diretas entre os experimentos realizados pelas lentes perspectivas e o seu pensamento político. Para ele, as lentes representariam o filtro da razão e da ciência, e apontariam, através da fusão, para a criação de uma nova imagem, uma nova unidade de qualidade superior. Em contraposição à luneta telescópica que amplia as imagens, sendo usada como metáfora da ganância e da busca dos interesses pessoais, a lente perspectiva representaria um outro "estágio" do pensamento, no qual os cidadãos já teriam renunciado as suas paixões pessoais. Para Hobbes, metaforicamente, aqueles que já "olharam" através das lentes perspectivas estão decididos a se reunir no corpo do Leviatã (Bredekamp, 2003, p. 80-82).

Há, portanto, uma combinação de fatores que cria um ambiente intelectual que influenciará tanto sua teoria política como também a concepção da imagem do Leviatã de Hobbes. Em relação à imagem destacamos que: os estudos geométricos e físicos conferem à visão um estatuto privilegiado como forma de conhecimento; doutrinas morais valorizam o disciplinamento da percepção através dos aparelhos técnicos (neutros e científicos); a existência de experimentos óticos e comentários poéticos que tratam de problemas da teoria política.

1.1.4 Fundamento mítico *versus* fundamento jurídico: política visual e relação homem-máquina

Há um interessante caminho de reflexão sobre as possíveis imbricações mitológicas provocadas pela imagem do Leviatã. Retomamos aqui, o trabalho de Carl Schmitt naquilo que ele apresenta de crítica à utilização da imagem do Leviatã por Hobbes. À sua argumentação, baseada na interpretação do texto de Hobbes sobre a figura mitológica do Leviatã e sua relação com o universo judaico-cristão, contrapomos uma análise baseada na própria imagem da capa do livro.

O Leviatã de Hobbes apresenta um momento de fundação que coincide com o nascimento do poder soberano do Estado. Se observarmos atentamente a gravura, podemos perceber que todos os indivíduos que compõem o corpo do Leviatã estão voltados diretamente para a sua cabeça, única parte do corpo que não é feita da multiplicidade.

O Leviatã emerge por detrás das montanhas, tendo a sua frente o campo e a cidade. A gravura não nos permite definir se o Leviatã surge da terra ou do mar, pois no canto superior direito da imagem podemos ver algumas embarcações. Da maneira como o Leviatã foi construído, tanto uma interpretação como a outra são possíveis. Se, por um lado, em algumas culturas o Leviatã[13] estava associado a um monstro marinho, por outro, Hobbes está preocupado com a constituição de um Estado, necessariamente vinculado ao estabelecimento de um território. A dúvida, neste caso, fortalece a pretensão universalista do pensamento hobbesiano, uma vez que ele não localiza o surgimento do Leviatã a um país específico: poderia ser uma ilha (Inglaterra) ou um país continental (França).

Os instrumentos que o Leviatã carrega em suas mãos estão caracterizados como uma espada (símbolo do poder temporal civil) e um cetro (símbolo do poder atemporal religioso). O fato de ambos estarem reunidos na mesma "pessoa", uma unidade corporal, indica a necessária unidade do poder. A preocupação central de Hobbes era enfrentar a divisibilidade do poder, que ele identificava como a principal causadora da guerra civil que então assolava a Inglaterra. Para evitar a destruição do Estado e alcançar a superação do "estado de natureza" (no qual os homens são movidos por seus interesses e

13 Na Wikipedia de língua inglesa há um bom verbete sobre a figura do Leviatã em suas diversas expressões culturais: http://en.wikipedia.org/wiki/Leviathan

paixões), era necessário o estabelecimento de uma força unitária e de maior potência. Do contrário, a guerra seria eterna (Castelo Branco, 2004; Ribeiro, 1993).

A confecção de uma imagem que representa a criação do Estado chama a atenção para o fato de que a sua construção seria efetivamente um trabalho de caráter artificial (relativo às artes) e voluntário, obra dos próprios homens (e não de uma força exterior) como ação necessária à superação da "natureza humana". Esta, para Hobbes, é por definição dominada pelas paixões e interesses particulares, levando, no limite, à destruição dos próprios homens. Assim, a produção deste homem de qualidade superior fará coincidir a eternidade artificial (dos deuses e das máquinas autônomas) num "homem artificial".

A idéia de um mecanismo artificial presente nesta "invenção" pode indicar uma influência das primeiras máquinas autônomas que surgem no século XVII. Tais aparelhos inspiraram diversos pensadores da época sobre as relações mecânicas entre as partes constitutivas do corpo, e também sua relação com a essência (alma) do humano. Como veremos adiante, este é mais um fator que contribuirá para a emergência duma outra relação "homem-máquina" naquele momento.

Schmitt, em sua interpretação do trabalho de Hobbes, destacará este caráter artificial e mecânico do Estado, de maneira que o poder supremo e impessoal deveria culminar não em uma pessoa, mas em uma máquina. Neste sentido, o Estado moderno representaria o primeiro produto da Era da Tecnologia:

> [...] that state was created not only as an essential intelectual or sociological precondition for the technical-industrial age that followed but also the typical, even the prototypical, work of the new technological era – the development of the state itself. (Schmitt, 1996, p. 34).

Assim, para este autor, o Estado como totalidade é corpo e alma, *homo artificialis*, uma máquina. Da mesma forma, os homens que compõem este Estado podem reciprocamente assumir uma "forma-máquina", produzindo assim uma transformação "antropológica" do humano:

> After the body and soul of the huge man became a machine, the transfer back became possible, and even the little man could became a *homme-machine*. The mechanization of the concept of the state thus completed the mechanization of the anthropological image of man. (Schmitt, 1996, p. 37).

Portanto, para Schmitt, a tradição mobilizada pela imagem judaico-cristã do Leviatã, somada a esta fusão homem-máquina, fará com que o Leviatã de Hobbes adquira o mais alto nível de força mítica. Esta "mecanização" do Estado instala um problema central para Schmitt. Conforme analisado por Laymert Garcia dos Santos, a operação realizada por Hobbes de transferir o conceito cartesiano de homem como "mecanismo dotado de alma" para o Estado como "máquina-animada" criaria, na leitura de Schmitt, uma antinomia insuperável entre o poder decisório do soberano e a sua mecanização, tornando-o um autômato sem arbítrio. Esta supressão do humano é interpretada negativamente por Schmitt: "*ele se dá conta que a metafísica que rege o primado do econômico e do tecnológico no plano da dominação política transfere a potência da exceção das mãos do soberano para a machina machinorum, seja ela incorporado no Estado total ou no Mercado*" (Santos, 2007, p. 347).

Porém, como aponta Santos, não podemos perder de vista que esta crítica à Hobbes esconde uma das preocupações centrais de Schmitt, que é restabelecer uma teologia política como fonte originária da legitimação do Estado, em detrimento do primado da ciência e da técnica (Santos, 2007).

Aqui, é interessante destacar duas dimensões presentes na construção imagética do Leviatã que funcionam de maneira não-contraditória. De um lado, temos a defesa do pensamento geométrico e matemático como norteadores filosóficos da criação de um poder central, que deveria funcionar segundo normas racionais. Este, por sua vez, só nasce da adesão voluntária dos indivíduos que aceitam integrar este corpo social, dando origem a uma nova totalidade. Se este Estado nasce da fusão e do trabalho artificial dos homens e funciona de maneira "mecânica", não é exagero afirmar que também estamos diante de uma nova concepção da relação homem-máquina, mesmo que o soberano na acepção hobbesiana persista como o detentor do poder e vontade decisórias. Por outro lado, ainda que Hobbes valorize as formas de conhecimento originárias das ciências geométricas e matemáticas como disciplinadoras das paixões humanas, ele não abre mão da utilização da imagem como recurso alternativo ao texto, convencido das suas próprias potencialidades intelectuais.

Além do desenho do Leviatã, todo o cenário montado por Hobbes na capa do livro parece indicar para a produção de um acontecimento singular, à maneira de um ato de fundação mítica que se projeta no tempo para que possa durar e ultrapassar os limites do presente. A idéia de utilizar uma antiga imagem de diversas culturas poderia fortalecer a sua intenção de produzir uma "nova" imagem que resistisse ao tempo, uma vez que o Estado por ele concebido ainda não existia como tal. Neste sentido, podemos interpretar que Hobbes pretendia mobilizar forças míticas que funcionariam de forma diversa sobre a memória e o pensamento dos leitores de sua época (exploraremos adiante a teoria da memória partilhada por Hobbes). A gravura do Leviatã, portanto, pretende fixar o exato momento de nascimento do Estado, lembrando aos cidadãos da sua participação neste ato e da necessária permanência do Estado.

Para Schmitt, no entanto, a escolha feita por Hobbes ao utilizar a figura mitológica do Leviatã será um grave erro que contribuirá para a destruição da simbologia que ele próprio pretendia criar. O autor argumenta que o objetivo central de Hobbes era superar a disputa entre o poder político e o poder religioso. Tal conflito estava na origem das guerras civis da época, e eram vistas por Hobbes como uma ameaça ao Estado[14].

Para Schmitt, a escolha da figura do Leviatã por Hobbes, poderia ser explicada pelo fato dela estar ligada a diversas mitologias de guerra (anteriores a sua inserção nas tradições judaico-cristãs), sobretudo, conectada aos mitos pagãos. Assim (inspirado nos estudos hobbesianos de Helmut Schelsky), Schmitt afirma que a luta representada pelo Leviatã aponta para duas direções: ou o mito do Leviatã de Hobbes constitui a restauração da unidade original da vida política (sem distinção política-religião), ou ela representa a imagem mítica-política que luta contra a destruição judaico-cristã desta unidade original. Para fundamentar a segunda possibilidade, Schmitt problematiza a separação entre política e religião iniciada no judaísmo em contraposição às sociedades pagãs que desconheciam tal cisão. Schmitt construirá sua tese a partir de interpretações da bíblia hebraica, em especial o Livro de Jó, e dos poucos fragmentos do texto em que Hobbes cita diretamente a figura do Leviatã (a palavra

14 Não podemos perder de vista que no contexto em que escrevia, a Alemanha dos anos 30, Schmitt via como ameaçador a falência do Estado Alemão diante do crescente tensionamento político interno. É inclusive este o argumento utilizado para fazer uso da "cláusula de exceção" e "salvaguardar" o Estado alemão, dando poderes totais ao *Füher*.

Leviatã aparece no seu livro em apenas três páginas).

Na tradição judaica, segundo Schmitt, o Leviatã é o monstro marinho que combate o monstro terrestre Behemot. Tal embate mítico representaria a luta entre os povos pagãos, observada de longe pelos judeus que aguardariam pela morte dos combatentes. Mas o Leviatã também está presente no Livro de Jó como o monstro marinho enviado por Deus para demonstrar a sua potência. Essas histórias, para Schmitt, tornariam a imagem do Leviatã utilizada por Hobbes pouco "simpática" aos olhos da cultura judaica.

Do ponto de vista do cristianismo, segundo Schmitt, o Leviatã era frequentemente associado a uma força do "mal" enviada por Deus (no Livro de Jó) ou como o símbolo do diabo, conforme algumas versões nos livros da Idade Média Cristã. O autor ainda aponta que nas imagens bizantinas do Juízo Final, o Leviatã aparecia como o monstro que engole o universo.

Portanto, tanto para os cristãos como para os judeus, o Leviatã representava uma força que não deveria ser despertada, pois a sua ação sempre significaria um momento de desordem no mundo. Novamente, Schmitt aponta a utilização da imagem como o ponto frágil da estratégia adotada por Hobbes: *"that image was inadequate to the system of thought to which it was applied in historical reality and it perished as a result of its encounter with the forces arrayed behind the traditional Jewish interpretation of the leviathan"* (Schmitt, 1996, p. 82).

Além do fato desta imagem mobilizar sentimentos contrários àqueles que ela poderia despertar, a partir da proposta teórica de Hobbes, Schmitt aponta outro elemento na teoria política hobbesiana que ampliaria a liberdade de interpretação sobre a figura do Leviatã, aumentando assim a vulnerabilidade do próprio Estado que Hobbes pretendia criar.

Schmitt afirma que a separação proposta por Hobbes entre o "pensamento" (dimensão *inner*) e sua manifestação externa (dimensão *outer* de ação no mundo) será outro fator que, ao proteger as liberdades individuais em determinadas circunstâncias, poderia trazer ameaças ao Estado. Hobbes argumentou que o Estado deveria ocupar-se apenas dos aspectos externos do pensamento dos cidadãos, ou seja, aquilo

que é publicamente manifestado, garantindo aos cidadãos a liberdade de pensamento. Para Schmitt, este grau de autonomia do pensamento, permitindo que cada indivíduo julgue a partir de sua própria vontade, criaria possibilidades de interpretações contrárias ao projeto político que estava sendo gestado por Hobbes, ampliando as chances de indisposição à figura do Leviatã:

> Although the enlightened humanitarian could conceive of and admire the state as a work of art, the symbol of the leviathan as applied to the state appeared to his classical taste and sentimental feeling as a bestiality or as a machine turned into a Moloch that lost all the powers of a sensible myth and at first represented an externally driven lifeless "mechanism" and then as animate "organism" of a political contract, an organism driven from within. When a widespread romantic feeling began to perceive in the image of the "state" a plant, a growing tree, or even a flower, the image generated by Hobbes began to be perceived as downright grotesque. The new symbol left nothing to remind people of a "huge man" and a god created by human reason. The leviathan assumed an inhuman or a subhuman appearance which led to a secondary question that need not be aswered, namely, whether the perceived inhumanity and subhumanity represented an organism or a mechahism, as animal or an apparatus. (Schmitt, 1996, p. 62-63).

O argumento de Schmitt destaca o fundamento mítico no ordenamento jurídico, tendo como decorrência a criação de um paradoxo no interior da reflexão hobbesiana. Conforme descrito por Santos, o "paradoxo da soberania" apresentado por Schmitt consiste no fato do soberano ser aquele que decide sobre o estado de exceção, ficando simultaneamente "dentro e fora" do ordenamento jurídico. Este argumento será desmontado por Agamben ao afirmar que o "estado de exceção" é o princípio de todo ordenamento jurídico. No limite, é a própria possibilidade de decidir excepcionalmente que caracteriza o poder soberano. Portanto, não há um "fora da lei" e assim, a decisão soberana deixa de ter necessidade de um fundamento mítico (Santos, 2007).

Para concluir, podemos sintetizar os argumentos de Schmitt da seguinte maneira:

1) o fato de Hobbes se utilizar de uma imagem sem referente "real" aponta uma inspiração de origem mítica; (2) a escolha por uma imagem mítica específica estaria orientada pela busca da unidade original pagã, que desconhecia a distinção entre religião e política; (3) a decisão de mobilizar uma imagem mítica e combiná-la ao pensamento "lógico-racional" realizado pela escrita do texto foi um equívoco;

(4) a “mecanização” do Estado em oposição ao “decisionismo” do soberano cria uma contradição interna; e (5) a busca de uma fundamentação teológico-política por Schmitt seria uma forma de superar o “paradoxo da soberania”.

Talvez por estar muito preocupado em identificar as razões político-culturais que levaram à crise do Estado alemão (e portanto, justificar sua tese do estado de exceção nazista), Schmitt tenha optado por rastrear os elementos presentes na obra de Hobbes que conflitavam com as tradições religiosas judaico-cristãs. Entretanto, Schmitt não analisa a cultura imagética da época, nem as outras tradições de pensamento que estavam em voga e que tinham na representação visual a sua centralidade (estudos de física, ótica e geometria). Ao se fixar na análise textual, Schmitt foi incapaz de olhar a imagem.

Numa outra direção, o estudo de Bredekamp se concentrou na interpretação das imagens e do seu contexto de produção, o que o levou a conclusões muito diversas de Schmitt: (1) Hobbes se utiliza da visualidade como estratégia complementar ao texto; (2) a imagem criada tem uma função mnemônica precisa e propõe, conforme os entendimentos da época, uma outra forma de pensamento; e (3) a ausência de referência real para a imagem lhe confere potência simbólica.

1.1.5 O Leviatã como imagem e signo: produção da memória e da imaginação

Chegamos ao ponto mais importante para as discussões da nossa investigação, a saber: a relação entre a produção de imagens, formas de conhecimento e imaginário[15] político. Hobbes, em seu esforço criativo para gerar uma imagem adequada à teoria política que pretendia difundir, nos revela um profundo interesse em alcançar uma forma mais "eficiente" de comunicação. Sua busca por esta imagem estava apoiada em seus entendimentos sobre as relações entre memória, imaginação, pensamento e corpo. Esta preocupação é em parte motivada pela influência das diferentes tradições teóricas pelas quais Hobbes simpatizava. Além da geometria euclidiana e da física-ótica, a proximidade de Hobbes das chamadas ciências herméticas é frequentemente apontada em sua biografia de maneira marginal e como algo relacionado a uma influência "ocultista" (Schmitt, 1996). Entretanto, é justamente nessas ciências que as reflexões sobre a importância da imaginação e da dimensão perceptivo-sensível ganham maior importância.

Bredekamp, em sua análise sobre o pensamento visual de Hobbes, encontrará alguns elementos que reforçam este caminho de análise. Em correspondência enviada ao poeta Sir Willian Davenant, Hobbes escreve sobre a relação entre a imagem e a letra:

15 Hesitamos na utilização da palavra "Imaginário" pelo seu desgaste e pluralidade de usos a que esteve sujeita. No entanto, decidimos mantê-la pela sua forte presença na história das idéias. Partimos de uma noção de "imaginário" na trilha dos estudos tardios de C. Castoriadis (1995) e G. Durand (1994). Mais recentemente, encontramos nos trabalhos de Deleuze, uma proposição que agregava outros entendimentos, em especial, a relação com a "imagem-cristal". Na entrevista "*Dúvidas sobre o Imaginário*", de 1986, o autor apresenta uma explicação que nos parece adequada ao uso que faremos nesta tese: "O imaginário é uma noção muito complicada porque está no entrecruzamento dos dois pares [real-irreal, verdadeiro-falso]. O imaginário não é o irreal, mas a indiscernibilidade entre o real e o irreal. Os dois termos não se correspondem, eles permanecem distintos, mas não cessam de trocar sua distinção. É o que se vê bem no fenômeno cristalino, segundo três aspectos: existe a troca entre uma imagem atual e uma imagem virtual, o virtual tornado-se atual e vice-versa; e também há uma troca entre o límpido e o opaco; o opaco tornando-se límpido e inversamente; enfim, há a troca entre um germe e um meio. Creio que o imaginário é esse conjunto de trocas. O imaginário é a imagem-cristal [...] É por isso que não atribuo muita importância à noção de imaginário. Por um lado, ela supõe uma cristalização, física, química ou psíquica; ela não define nada, mas se define pela imagem-cristal como circuito de trocas; imaginar é fabricar imagens-cristal, fazer a imagem funcionar como um cristal. Não é o imaginário, é o cristal que tem uma função heurística, segundo seu triplo circuito: atual-virtual; límpido-opaco; germe-meio (Deleuze, 2007, p. 84-85).

> For memory is the World (though not really, yet so as in a looking-glasse) in which the Judgement the severe Sister busieth her selfe in grave and rigide examination of all the parts of Nature, and in registering by Letters, their order, causes, uses, differences and resemblances. (Bredekamp, 2003, p. 64-65, nota 132. Correspondência entre Hobbes e Davenant).

Enquanto a memória é povoada por imagens, que são a "matéria-prima" do mundo icônico produtor da imaginação, a escrita teria a função complementar de ordenar o reino especular. Nesta passagem, afirma Bredekamp, a deusa do Julgamento (a escrita) surge como a irmã de Mnemosyne (memória). Da mesma forma, se a potência contida na imaginação é fonte criadora do pensamento, para Hobbes, o melhor é que ela seja guiada pelo pensamento matemático-geométrico. Portanto, a relação de complementariedade entre essas duas habilidades mentais (pensamento imagético e o pensamento lógico-racional) em Hobbes é tratada de maneira não contraditória.

Mas, para que a memória possa funcionar adequadamente, continua Bredekamp, as imagens mentais não devem ser produtos virtuais da imaginação. Ou seja, essas imagens devem ter existido antes no mundo sob alguma forma. Assim, da mesma maneira como para Hobbes a existência de um corpo é condição para que possa haver um "pensamento substancial", uma imagem na memória necessitará de uma referência sensível externa e anterior. Nesta reflexão, encontramos novamente a articulação de duas tradições filosóficas frequentemente tratadas como excludentes. Se por um lado Hobbes mostra-se simpático à teoria sobre a síntese mental (lógico-formal) das afecções que nos chegam à alma através do nosso corpo, conforme proposto por Descartes, percebemos também uma influência epicurista (materialista), na qual tanto o corpo humano quanto os objetos externos têm uma centralidade na produção do pensamento. (Bosi, 1988).

É neste sentido, conclui Bredekamp, que a imagem do Leviatã cumpre para Hobbes a função de um "*signo sensível mnemônico*", sendo colocado no início de toda "*ordem de pensamentos*" (Bredekamp, 2003, p. 63-68). Esses signos, e aqui talvez tenhamos a influência de outros teóricos da época que discutiam as estratégias de espacialização da memória, criariam "marcas" que conduziriam nosso pensamento através daquilo que percebemos sensivelmente (Almeida, 2005).

Mas Hobbes ainda vai mais longe. Enquanto as "marcas" mnemônicas têm um caráter pessoal, na medida em que cada indivíduo pode criar suas próprias referências, os signos gerais têm uma potência de outra ordem, na medida em que são organizadores dos conhecimentos e do pensamento comum. Em outro livro seu, *De corpore*, o autor descreve a importância dos signos mnêmicos[16]:

> Ce n' est que lorsque les signes mnemoniques sont le bien commun d'une multitude, et que d' autres peuvent recueillir ce qu'un seul a inventé, que la science parvient à s'accroitre pour le salut et le bonheur du genre humain tout entier. Sont, par suite, indispensables pour la constituition et l'accroissement des connaissances philosophiques, les signes au moyen desquels un individu peut communiquer et faire comprendre à d'autres ce qu'il a conçu. (Hobbes, *De corpore* apud Bredekamp, 2003, p. 67).

Assim, Hobbes recorre à potência da imaginação para a apresentação de algo ainda não existente. Na medida em que o Leviatã apresenta um Estado que não pode ser imediatamente representado (pois ele ainda não existe tal qual), Hobbes cria um signo do Estado. Empenhado em uma "arte da memória", o filósofo constrói uma "imagem agente" que guia o pensamento e governa a "alma" e as ações dos homens[17]. Finalmente, conclui Bredekamp, "*puro símbolo de um não-representável, a ilustração da capa torna-se imagem mental que cobre a lacuna entre representante e representado*", corrigindo assim o simbólico calcanhar-de-aquiles do Leviatã (Bredekamp, 2003, p. 68).

16 Esta citação contém outra informação importante que será retomada numa outra chave na última parte da tese. Trata-se dos signos que participam de um *commons* como condição para a produção social de conhecimentos.

17 As noções de "arte da memória" e de "imagem agente" utilizadas aqui foram inspiradas pelas leituras dos livros de Milton Almeida (Almeida, 1999, 2005)

1.2 O regime imagético do Leviatã

A singularidade desta imagem do Leviatã gerou um forte impacto na iconografia política da época e, ao mesmo tempo, como expressão visual e teórica, influenciou a teoria moderna do Estado. Como veremos nos próximos capítulos, passados mais de 350 anos, alguns dos elementos que configuram esta imagem como uma espécie de "máquina abstrata" de pensamento seguem se transformando através de novas imagens e suportes tecnológicos. Não faremos, entretanto, uma discussão da teoria da soberania (nos moldes foucaultianos) e tampouco uma noologia (nos moldes deleuzianos). Pretendemos, diferentemente, reunir elementos teóricos que contribuam para a caracterização desta configuração específica entre um certo ordenamento visual e a relação saber-poder, que denominaremos "regime imagético do Leviatã".

A construção da ilustração do Leviatã de Hobbes opera uma importante fusão histórica, na medida em que combina conhecimentos relacionados à visualidade (geometria, física-ótica, perspectiva) a uma forma de pensamento e valores políticos. Tal mistura institui um "regime de verdade" que partilha das mesmas bases racionalistas da ciência ocidental emergente, caracterizando assim o que Deleuze & Guattari chamaram de um "*imperium* do pensar-verdadeiro". Ao mesmo tempo, tal regime guardará parte de sua eficácia de apreensão numa fundação de origem mítica: a simbologia do monstro Leviatã. Paralelamente, Hobbes quer criar uma nova unidade que ainda não existe, um novo "corpo social" constituído pela fusão dos inúmeros cidadãos que, em situação de relativa igualdade (diferentes categorias sociais estão caracterizadas no corpo que dá forma ao Leviatã), realizam um contrato. Ou, nos termos de Deleuze & Guattari ao se referirem à forma-Estado: "*constituindo uma organização legislativa e jurídica, trazendo a sanção de um fundamento (logos)*", a racionalidade, a técnica e a eficiência (Deleuze & Guattari, 2005, v. 5, p. 43-44).

Estes dois pólos da soberania, essas "duas cabeças" da forma-Estado, parecem se fundir na imagem do Leviatã como o único soberano, como o Estado que nasce da obra dos próprios homens.

> [...] É como se o soberano se tornasse único no mundo, abarcasse todo ecúmeno, e tratasse apenas com sujeitos, atuais ou potenciais [...]. O Estado torna-se o único princípio que faz a partilha entre sujeitos rebeldes, remetidos ao estado de natureza, e sujeitos dóceis, remetendo por si mesmo à forma do Estado. (Deleuze & Guattari, 2005, v. 5, p. 43-44).

Em suas discussões sobre o poder soberano e disciplinar, Foucault defende como método científico e político a importância de se "*estudar o poder colocando-se fora do modelo do Leviatã, fora do campo delimitado pela soberania jurídica e pela instituição estatal. É preciso estudá-lo a partir das técnicas e táticas de dominação*" (Foucault, 1993, p. 186). Tal proposta inverte a questão hobbesiana que está preocupada em saber como, a partir da multiplicidade de indivíduos e vontades diversas, é possível criar uma vontade única em um só corpo político. Foucault, ao contrário, está interessado em revelar os mecanismos de produção da dominação, tendo em mente o poder como um fluxo em rede. Aqui, o indivíduo é simultaneamente produtor, objeto e transmissor das relações de dominação. Pergunta-se, portanto, como são constituídos os "súditos" e como se formam a partir de um conjunto diverso de fatores (matérias, relações de força, desejos, pensamentos) as relações de dominação. Ou seja, procura-se apreender a constituição das condições materiais de sujeição também como processo de constituição dos próprios sujeitos (Foucault, 1993, p. 179-191).

Foucault questionará o problema da soberania como fundadora do sistema de direito nas sociedades ocidentais, pois o "*direito deve ser visto como um procedimento de sujeição que ele desencadeia, e não como uma legitimidade a ser estabelecida*" (este é problema da soberania). O autor discutirá a persistência da teoria da soberania através das sociedades disciplinares e no surgimento da biopolítica em duas direções: (1) como organizadora do sistema de direito, mostrando como ocorre um encapsulamento e a convivência histórica de diferentes formas de dominação e, (2) e na expressão material da produção de saberes, ou seja, na maneira como se constituem aparelhos que são instrumentos reais de formação e de acumulação de saber. Assim, o mais importante para este autor é compreender os mecanismos recíprocos de dominação entre os sujeitos, e não a relação de dominação a partir da posição central do rei (Foucault, 1993, p. 179-191).

É preciso deixar claro, portanto, que quando analisarmos as persistências e ressonâncias do "regime

imagético do Leviatã", não estamos nos referindo a um retorno do sistema do "poder soberano" e tampouco a uma volta da "teoria da soberania" como modelo explicativo das relações de dominação tal qual criticadas por Foucault.

Nossa abordagem difere na medida em que toma o Leviatã não em sua acepção jurídica da teoria da soberania, mas sim, como um símbolo articulador de diferentes mecanismos de subjetivação e de ordenamento do mundo social através de uma forma de pensamento que pode ser apreendida visualmente. Portanto, quando falamos em "persistência" do Leviatã nos referimos à manifestação de disposições mentais e subjetivas que se relacionam a uma forma de partilha e pertencimento no mundo (ou seja, uma configuração política). Aproximamos a idéia do "regime imagético do Leviatã" a um enunciado metafórico benjaminiano, como a figura de linguagem capaz de estabelecer uma relação que é percebida de forma sensível no seu caráter imediato (Arendt, 1991).

Assim, ainda que uma parte dos fatores que caracteriza o poder soberano (como a capacidade de decisão autônoma do soberano ou do poder representativo) não se faça presente da mesma maneira no contexto atual, iremos analisar as possíveis configurações de uma forma-Estado do pensamento que se atualiza em novos contextos e através de outras tecnologias de comunicação e de produção de imagens. Ou seja, trata-se de problematizar os mecanismos pelos quais continuamos a produzir e a viver sob determinadas imagens de autoridades (como o soberano deus-Mercado que vem substituir o deus-Estado), que se traduzem em efetivos regimes de pensamento, de ordenamento social e subjetivo.

Indiretamente, portanto, interrogamos se as formas contemporâneas de dominação poderiam ser caracterizadas por uma simultaneidade entre essas "atualizações" do Leviatã, que se combinam com o exercício de outras formas de poder, correspondentes a outras formas de organização e participação no mundo social. Desprovido, no entanto, de algumas das características específicas do poder soberano, o Leviatã se manifestaria como fantasma que confere legitimação e sobrevida às instituições políticas que já não são capazes de exercer o poder na sua dimensão deliberativa autônoma.

Nesta acepção, a imagem do Leviatã não se reduz àquela impressa na capa do livro homônimo de Hobbes. Esta imagem, para usar uma expressão de Hans Belting, "acontece". É por isso que Belting

insiste na separação entre *médium* e imagem. Enquanto que a primeira é o suporte necessário para dar visibilidade a uma imagem, e portanto o *médium* in-forma de alguma maneira a imagem, esta última nunca está presa ou totalmente determinada pelo suporte (Belting, 2005, 2004). Uma mesma imagem pode acontecer em uma gravura, em uma pintura ou na tela de um computador, tendo é claro diferentes expressões em cada um desses suportes. Assim, a imagem contém um excesso de significação que sempre ultrapassa a singularidade de uma manifestação específica. É por isso que se pode dizer que algumas imagens "persistem", que elas vivem através de diferentes suportes e de outras imagens[18].

Norval Baitello, em suas reflexões sobre Aby Warbury, discute como este autor investigou o "pós-vida" das imagens, tendo como pergunta central em seu trabalho: "de onde vem a força de uma imagem?" Para Warbury, ao analisarmos uma imagem é necessário fazê-la "falar" por si, para que possamos acessar a "energia" presente nos conteúdos que ela transporta. Ele então classifica as imagens em três categorias: (1) imagem ritual-mítica, cuja função era a memória; (2) imagem religiosa, cuja função é de culto para exorcizar a morte; e (3) imagem artística, cuja função é de visibilidade estética[19]. Como veremos adiante, parece que Hobbes soube combinar essas três categorias dentro de uma mesma imagem, objetivando conferir força simbólica a sua imagem e assim imprimir marcas duradouras na memória individual e coletiva.

Milton Almeida, com preocupações semelhantes, irá se debruçar sobre as técnicas mnemônicas renascentistas que se manifestam nas estratégias de produção das "cenografias da memória". Estas se realizam através de procedimentos poéticos que deslocam uma imagem para contextos imprevisíveis, atribuindo-lhe novos significados, tornando-as inesquecíveis. Essas imagens, afirma Almeida, resistem no tempo e governam invisíveis nosso entendimento e emoção (Almeida, 2005, 1999).

Mas há outra razão para detalhar a preocupação de Hobbes com a visualidade de sua obra. Ao evidenciar os diálogos deste filósofo com um conjunto de teorias e pensadores que trazem a visão para o centro do processo de conhecimento, pretendemos mostrar como a metáfora ocular ocupa um lugar

18 Aqui, o sentido mais adequada seria o da palavra "*picture*", como a expressão "fixa" de uma imagem. No inglês há uma diferença mais evidente entre *image* e *picture*.

19 Estes apontamentos são provenientes de anotações de aula, durante um curso realizado no Departamento de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica, da PUC-SP. Buscamos o desenvolvimento dos argumentos do autor em outras publicações, em especial *A Era da Iconologia* (Baitello Jr., 2005).

central na construção do pensamento ocidental. Tal problemática ganhará outros desdobramentos nos próximos capítulos, na medida em que as novas tecnologias de comunicação apóiam-se sobremaneira no aprimoramento dos aparelhos de visão. A forma como o pensamento de Hobbes é permeado por diferentes tradições científicas mostra também como o autor procura sintetizar de maneira não contraditória as diferentes habilidades humanas envolvidas num ato de conhecimento. Tal característica serve de inspiração para o nosso estudo, já que o trabalho com imagens mobilizará outras dimensões do humano, realizando a todo momento a articulação entre os processos perceptivo-sensíveis, lógico-formais e a própria imaginação.

Dentre os diversos elementos que poderiam receber maior atenção na trajetória do pensamento intelectual de Hobbes, privilegiamos apenas os cruzamentos entre a geometria euclidiana, os estudos de perspectiva, de física, as teorias das paixões, os estudos de fisiognomonia, as teorias dos corpos compostos e dos autômatos, problematizando como eles ganharam visibilidade na construção da imagem do Leviatã. Entendemos que estes elementos continuam se manifestando em novas atualizações quando encontramos uma produção imagética que procura mobilizar sentidos e significações orientados pelos princípios unitários da Razão, do Verdadeiro e do Sujeito, princípios estes subjacentes à grande imagem do Leviatã hobbesiano.

Ao se apoiar na construção perspectivista, a imagem do Leviatã propõe um método de entendimento do mundo que advoga UM único e privilegiado ponto de vista, a partir do qual a Verdade e o Real podem ser alcançados. Ademais, o nascimento do corpo político do Leviatã funda uma relação específica sujeito-sociedade-poder e inaugura as articulações entre homem-organismo e homem-máquina, tanto através do domínio da racionalidade, como nas relações de identidade (dicotômicas e estáticas) entre as partes que compõem o "Todo" (organismo) social.

Os desdobramentos apontados acima manifestam-se nas estratégias visuais que serão analisadas quando elas re-atualizam e re-interpretam alguns dos elementos que constituem aquela imagem do Leviatã como, por exemplo, uma determinada forma de relação entre o homem-orgânico e o homem-máquina; o princípio perspectivista e a fusão que ele proporciona entre o visual e o real; o surgimento do Estado como maquinaria impessoal; o aparecimento de um indivíduo em sua "relação com si", expresso na

forma-Homem (Deleuze, 1995); e finalmente numa nova forma política que surge com a delegação da vontade através da representação política.

Tal investida implica em tensionar o próprio campo da representação e lidar com a "brutalidade" dos fatos e das imagens. No nosso caso, as imagens como fatos. De maneira análoga, Pier Paolo Pasolini diria que os objetos do mundo nos educam autoritariamente. Esta é sua brutalidade! Da mesma maneira, metaforicamente, diremos que a imagem do Leviatã e as imagens contemporâneas inspiradas pelo mesmo regime imagético seguem nos (in)formando, conduzindo nossos pensamentos e emoções.

Assim, de agora em diante, seguiremos o caminho do meio, aquele percurso entre o "*olhar já codificado e o pensamento reflexivo*", buscando através das imagens esta "*região mediana que libera a ordem no seu ser mesmo*" (Foucault, 2000, p. 17). Partimos, no entanto, do reconhecimento de um limite que será talvez intransponível:

> Mas a relação da linguagem com a pintura é uma relação infinita. Não que a palavra seja imperfeita e esteja, em face do visível, num déficit que em vão se esforçaria por recuperar. São irredutíveis uma ao outro: por mais que se diga o que se vê, o que se vê não se aloja jamais no que se diz, e por mais que se faça ver o que se está dizendo por imagens, metáforas, comparações, o lugar onde estas resplandecem não é aquele que os olhos descortinam, mas aquele que as sucessões da sintaxe definem. (Foucault, 2000, p. 12).

Paradoxalmente, ao mesmo tempo em que a imagem do Leviatã não realiza exatamente a função de "representação" (na medida em que ela apresenta um Estado que ainda não existia), ela parece seguir condensando e atualizando todo um ideário que combina novas expressões do pensamento cartesiano, da geometria euclidiana, da perspectiva renascentista, da relação orgânica entre indivíduo e sociedade, da necessidade de autoridade central e única, como produtoras do Real e Verdadeiro. Em suma, uma forma de pensamento baseada em princípios identitários, de produção de unidades estáticas e dicotômicas, a que correspondem modos de pensamento e subjetivação que lhe são próprios (mas não diretamente determinados). É esta combinação de elementos, muitas vezes re-atualizada através das tecnologias de comunicação e *médiuns* posteriores, que estamos denominando "regime imagético do Leviatã".

Como periodização histórica e manifestação de um sistema de conhecimentos, a imagem no Leviatã de Hobbes situa-se num contexto semelhante àquele atribuído por Foucault[20] ao quadro "*As Meninas*" de Velazquéz. Da mesma forma que naquele quadro o motivo central é o próprio ato de representação (marcando o advento da episteme clássica), através de uma proposta distinta de ordenação do campo de visibilidade, o Leviatã inaugura uma forma de partilha do espaço sensível[21] entre os cidadãos e destes para com o Estado. Ambos introduzem o sujeito-cidadão (aquele que olha e é olhado) no interior do campo de visibilidade do saber e do poder, e a esta disposição corresponde a sobreposição do método perspectivista a um regime de verdade, fazendo coincidir o ponto de fuga com o olhar do sujeito (e do Leviatã) capaz de apreender objetivamente o real.

Ademais, as diversas técnicas de impressão, sendo uma das primeiras tecnologias a introduzir a reprodutibilidade mecânica de imagens, antecedem alguns dos problemas estéticos e políticos que serão reforçados pelo aparelho fotográfico. Algumas dessas características, presentes na produção imagética dos séculos XVII-XVIII, irão se transformar e ganhar novas expressões tanto nas imagens técnicas analógicas (fotografia), inauguradas no século XIX, como nas imagens técnicas de síntese (em mídias digitais), introduzidas pela computação gráfica na segunda metade do século XX.

Com a fotografia e as suas formas visuais derivadas que reivindicam[22] uma relação de indicialidade com o visível (o cinema, vídeo e televisão), temos a radicalização do efeito de realidade - herdeiro do princípio perspectivista, que buscava o melhor ponto de vista para a apreensão do real - conseguido através da reprodução físico-química-mecânica da imagem com o aparelho fotográfico. Neste sentido, o início da fotografia corresponde à consolidação de um sistema de conhecimentos que se baseia na separação sujeito-objeto, estabelece um rígido sistema de identificação, e afirma um modelo de cientificidade oriundo da fusão objetividade-evidência-prova-verdade. Enfim, pode-se dizer que a

20Há uma crítica interessante às conclusões de Foucault sobre este quadro. Segundo Svetlana Alpers, o que está em jogo não é a interrogação, como afirma Foucault, da noção clássica de representação, mas sim a tensão entre dois modos distintos de pintar a relação entre o observador, a imagem (picture) e o mundo: "*one assumes the priority of a viewer before the picture who is the measure of the world and the other assumes that the world is prior to any human presence and is thus essentially immeasurable*" (Alpers, 1983, p. 30-42).

21 A "partilha do sensível" revela a existência de um comum partilhado e partes exclusivas; define recortes, lugares e partes respectivas; define o fato de ser ou não visível num espaço comum, dotado de uma palavra comum; define o que está em jogo na política como forma de experiência (Rancière, 2005).

22 O capítulo seguinte discutirá como a construção deste fundamento indicial é uma tarefa eminentemente política.

fotografia, ao mesmo tempo em que inaugura o “real”, lança indiretamente as bases da sua superação.

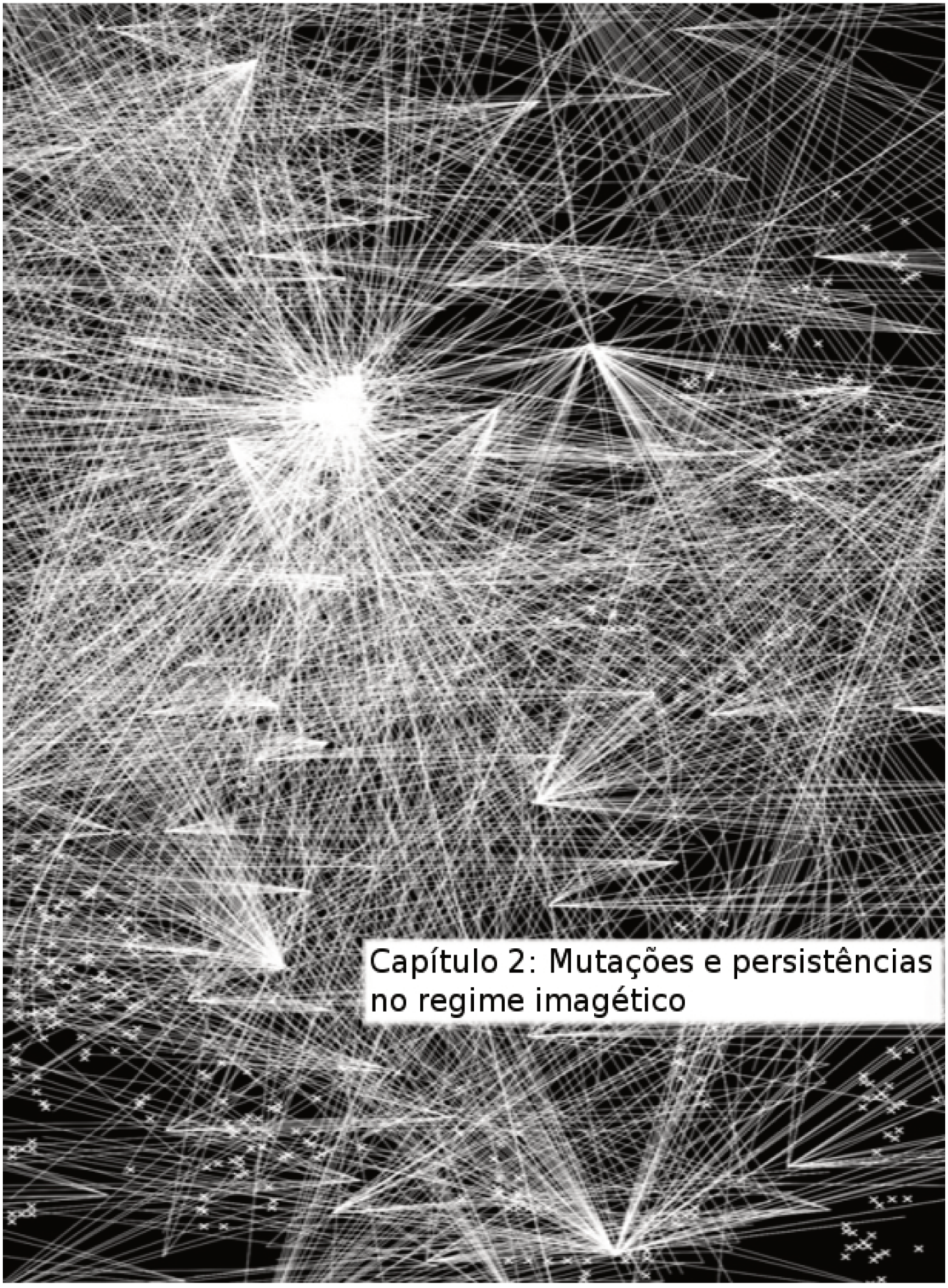
Com o surgimento do suporte eletrônico-digital e com as possibilidades ampliadas de síntese computacional, as imagens voltam a ser geradas a partir do “nada”. A radicalização dos problemas relacionadas à “representação”, “indicialidade” e “caráter documental” introduzidos pela imagem de síntese abrem novas fronteiras para a imagem. Historicamente, se tomarmos o final do século XX, pode-se dizer que os questionamentos mobilizados pela novas possibilidades de produção imagética inserem-se num quadro mais amplo de transformações político-sociais no qual o próprio sujeito de conhecimento e o “real” entram em processo de dissolução (Harvey, 2003; Jameson, 1996; Trivinho, 2001). Tendências essas que já se faziam presentes em outras expressões artísticas realizadas mesmo sobre os suportes tidos como “tradicionais”, como é o caso da pintura. Esta relação foi elaborada com precisão por Rancière:

> A política e a arte, tanto quanto os saberes, constroem “ficções”, isto é, rearranjos materiais dos signos e das imagens, das relações entre o que se vê e o que se diz, entre o que se faz e o que se pode fazer. [...] Os enunciados políticos ou literários fazem efeito no real [...] traçam mapas do visível, trajetórias entre o visível e o dizível, relações entre modos de ser, modos de fazer e modos do dizer. (Rancière, 2005, p. 59).

Portanto, a questão é justamente o mecanismo através do qual a legitimação das formas contemporâneas de dominação encontra fundamento dentro dos processos comunicacionais e da visualidade; dentro dos processos de produção material e imaterial, no entrecruzamento do imaginário e do simbólico, ou seja, dentro da própria vida. Nas palavras de Hardt e Negri, como os sujeitos são produtores da imagem de autoridade que os integra e domina (Hardt & Negri, 2001).

Não se trata de procurar outras imagens que possam se opor à forma-Estado ou ao regime imagético do Leviatã. Ao contrário, trata-se de disparar a “*força que destrói a imagem e suas cópias, o modelo e suas reproduções, toda possibilidade de subordinar o pensamento a um modelo do Verdadeiro, do Justo ou do Direito (o verdadeiro cartesiano, o justo kantiano, o direito hegeliano etc.*)” (Deleuze & Guattari, 2005, p. 47).

Finalmente, trata-se de problematizar as transformações entre as formas de visibilidade, de conhecimento e de exercício do poder, que dão forma à emergência de um novo campo político. Afinal, como a produção e regulação de certas imagens contribuem para afirmar uma determinada configuração política do mundo?


Capítulo 2: Mutações e persistências
no regime imagético

Capítulo 2: Mutações e persistências no regime imagético

> *No momento em que pretendemos procurar as formas de ver mais e melhor o não-visto do universo, estamos no ponto de perder o frágil poder de imaginar que possuímos*.
>
> (Paul Virilio, *A Máquina de Visão*, 2002, p. 18)

2.1 Ecologias do Conhecimento e Políticas Visuais

Se o desenvolvimento da fotografia, do cinema e da televisão significou a formação de novos regimes estético-políticos do olhar, correspondendo a modificações nas maneiras de ver e produzir o "real", que transformações são engendradas pela imagem em suporte digital na sua manifestação cibercultural?

Em diferentes sociedades, as relações entre a utilização de certas tecnologias de comunicação (oralidade, texto, imagem etc), as formas organizacionais adotadas (sistemas de parentesco, burocracias, organização política) e suas configurações culturais, foram exploradas por diversas vertentes da antropologia (Samain, 1994; Goody, 1977; Levi-Strauss, 1987, 1985; Salhins, 1985). Apesar dos diferentes impactos criados pela introdução de uma nova tecnologia de comunicação em uma dada sociedade - por exemplo, a criação da escrita em uma comunidade que antes só dominava a oralidade – não podemos isolar cada uma dessas formas de comunicação e apontar os seus impactos específicos. Ainda que possamos afirmar que algumas formações sociais só se tornaram possíveis a partir da adoção de certas tecnologias – por exemplo, é difícil imaginar o surgimento dos aparatos burocráticos sem o advento da escrita –, a diversidade de usos, apropriações e re-significações que cada tecnologia de comunicação permite é revelador da relativa plasticidade das linguagens que surgem através de novos meios.

Numa direção complementar, outros autores procuram estabelecer uma relação entre as formas/estilos de pensamento (*modes of thought*), as capacidades de abstração predominantes em uma dada sociedade, as formas institucionais e as tecnologias de comunicação adotadas. Neste caso, discute-se como essas configurações sócio-técnicas criam um ambiente que acolhe e in-forma as possibilidades de desenvolvimento do conhecimento (Goody, 1977; Lévy, 1998). Esta configuração, formada entre as tecnologias de comunicação e as formas de produção de conhecimentos numa dada sociedade, denominaremos de Ecologia do Conhecimento[23]. Esta noção, mais do que estabelecer os limites precisos entre cada "ecologia", contribui para a compreensão desta interdependência sócio-técnica encontrada tanto nas sociedades da oralidade quanto naquelas marcadas pela força cultural da escrita, dos meios de comunicação de massa ou da cibercultura[24].

É em referência a esta última que situamos algumas das questões analisadas na tese. Tomaremos a noção de cibercultura, para além de uma expressão cultural de época, como uma nova configuração societal, na qual os processos de comunicação digital em tempo real mediados pelo computador e pela convergência digital ganham uma maior centralidade na configuração das dinâmicas econômicas, políticas, culturais e psico-sociais (Castells, 2003; Trivinho, 2001).

No universo da cibercultura, as imagens que circulam são de "natureza" digital, ou melhor, são difundidas sobre uma mídia digital, independentemente de sua origem (sejam elas pinturas, gravuras, fotografias analógicas, vídeos, entre outras). Esta passagem para o "digital" é bastante complexa, pois a mudança do suporte impacta sobre as condições de produção, apreensão, recepção e significação da imagem. São diversas as abordagens sobre o assunto e os entendimentos sobre esta transformação irão variar conforme a filiação teórica de cada autor (Ramos, 1994; Santaella, 1994; Plaza, 1994; Belting, 2004; Dubois, 1999; Virilio, 2002). Por hora, partiremos da tensão existente entre a imagem e o seu

23 O sentido que utilizamos aqui é semelhante ao conceito de "ecologia cognitiva" empregado por Pierre Lévy (1998). Porém, optamos pela palavra "conhecimento", pois quando nos referimos às configurações das formas de conhecer, interessa-nos também outras dimensões (sócio-organizacionais, por exemplo) além dos aspectos cognitivos.

24 Isso não implica, todavia, numa linha evolutiva ou progressiva, uma vez que há uma sobreposição, um encapsulamento de uma forma sobre a outra e também as persistências e redefinições através de infiltrações e contágios de cada sistema de conhecimento. Por exemplo, a Internet num primeiro momento foi apresentada com um "retorno" da escrita como forma hegemônica de comunicação após anos de predomínio do áudio-visual na comunicação de massa. Mais recentemente, ela é apresentada como uma "nova forma" de fortalecimento da sociedade imagética, ou como mais um suporte para as novas formas de oralidade do "tempo real".

suporte (*médium*), um problema presente em quase todas as correntes teóricas que discutem o tema.

A introdução das tecnologias digitais nos meios de comunicação não implica, por si só, numa transformação dos mesmos. Como bem analisado nos diversos trabalhos de Lev Manovich, frequentemente ocorre uma persistência das "velhas" linguagens nas "novas" mídias. O exemplo mais comum é a presença do vídeo, da fotografia ou mesmo do rádio mediados pelo computador. Ao invés de verificarmos uma imediata revolução das linguagens multimídia, o que temos comumente é a combinação do texto com a fotografia, com o vídeo, com o audio, todos numa mesma plataforma, mantendo, portanto, a "identidade" de cada uma dessas linguagens (Manovich, 1999). Há, ainda, bons exemplos recentes do surgimento de uma linguagem multimídia. O universo da computação gráfica, os ambientes de realidade virtual e as diversas expressões da simulação talvez sejam alguns dos melhores casos, ao lado de uma cultura emergente da colaboração e da "recombinação" (*remix culture*) - presentes nos movimentos de *software* livre e na "cultura livre" – que estão levando as noções atuais de propriedade intelectual, autoria, privacidade e liberdade de comunicação a novas configurações (trataremos deste tema no terceiro capítulo).

Do ponto de vista da tensão entre suporte e imagem, interessa-nos problematizar a persistência das imagens, ou a maneira como algumas imagens continuam "agindo" em nós através das modificações dos suportes tecnológicos. Tal situação baseia-se no pressuposto de que há um certo descolamento da imagem com relação a seu *médium*. Para isso, tomamos emprestado de autores como Hans Belting, Giorgio Agamben e Gilles Deleuze a idéia da imagem como algo da ordem do acontecimento, algo que contém uma "energia" dinâmica que pode se atualizar na relação com o sujeito que a observa (Belting, 2004; Deleuze, 2007; Agamben, 2007).

Mesmo assim, conforme analisado por Belting, nossa relação com as imagens dá-se necessariamente através da uma mídia. É somente através dela que uma imagem torna-se visível (Belting, 2004). Este autor é quem melhor explora esta relação, descrevendo como cada mídia modifica ou modela a atenção que dedicamos a uma imagem.

O *médium*[25] (suporte = mídia) dispõe de uma estrutura físico-técnica e de um aspecto histórico determinado, produto das relações sociais da época que definem o campo do visível. Por isso, é sobre ele que as possibilidades de controle e determinação político-social se fazem mais presentes. Na medida em que os suportes *(médium)* são capazes de dirigir ou reforçar o efeito de uma imagem sobre nossa percepção, certas imagens persistirão através de diferentes *médiuns* e nos atingirão de maneira imprevista. "*Nos armamos de próteses visuais para abandonar aos aparelhos o governo de nossas percepções. Resultado: a introdução de uma mediação técnica que não podemos controlar fisicamente afeta nossa experiência icônica e o vivido corporal*" (Belting, 2004, p. 41, tradução nossa). Dessa forma, conclui o autor, quanto mais percebemos o *médium* menos percebemos a imagem; e quanto menos percebemos a parte que o *médium* toma à imagem, mais fortemente a imagem agirá sobre nós, como se tivesse autoridade própria (Belting, 2004, p. 33).

A situação diante da qual estamos colocados aponta para um processo de hibridização entre distintos dispositivos comunicacionais – corporativos privados, estatais e sociedade civil - na construção de mecanismos de legitimação de estruturas de poder. No plano subjetivo, tal convergência cria novas tensões que podem tanto apontar para novas formas de subjetivação de caráter mais emancipatórias, como para formas de aparelhamento subjetivo conduzidos pelos dispositivos técnicos e para o fortalecimento da identificação às imagens externas de autoridade.

***

25 Belting refere-se ao suporte da imagem como "*médium*". Trata-se, portanto, de um sentido mais restrito para a palavra "mídia", a qual é entendida frequentemente como veículo de comunicação.

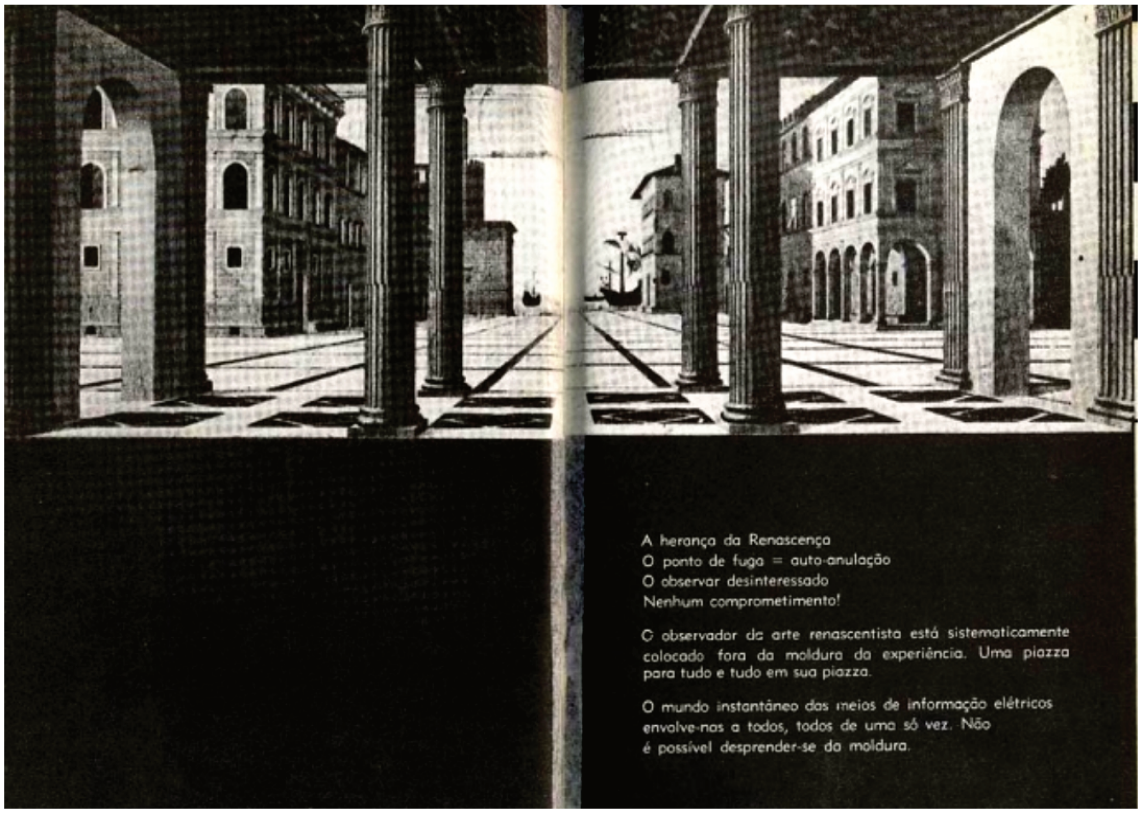
A imagem do Leviatã de Hobbes, de 1651, surge num período em que prevalecia, até o final do século XVIII, um rígido sistema que regulava as formas de representação nas artes visuais (pintura, gravura, arquitetura). Muito posteriormente, no início do século XIX no Ocidente, a fotografia fortalecerá o estabelecimento de um regime da "imagem técnica indicial". Para além do campo estético, tal inovação reflete transformações sociais mais amplas que, por sua vez, irão compor uma nova ecologia do conhecimento. Tal simultaneidade está presente, por exemplo, no pensamento científico, no qual a fusão entre objetividade-evidência-realidade concretizada pelo "método" é análoga à aplicação dos ideais da perspectiva renascentista na construção do aparelho fotográfico (por exemplo, o ponto de fuga coincide com o olhar que evidencia a verdade; separação sujeito-objeto). Assim, o objeto “câmera fotográfica” pode ser abordado como expressão da condensação de um conjunto de idéias e valores oriundos dos estudos da ótica aplicada, da geometria euclidiana e da perspectiva renascentista (Miranda, 2001).

Muito sinteticamente, o impulso de aperfeiçoamento das técnicas de representação imagética relaciona-se a uma determinada concepção filosófica de mundo. Pode-se estabelecer uma relação de influências mútuas entre, por exemplo, o nascimento da perspectiva renascentista e os ideais científicos, religiosos e políticos da época. Como explica Almeida, seja nas técnicas adotadas como nos temas visuais escolhidos nos séculos XVI e XVII, existe uma educação político-estética operando, visando formar e educar o observador segundo os princípios de justiça e verdade idealizados (Almeida, 1999).

A busca de representações mais objetivas da “realidade” pelos artistas, políticos e teóricos, também significou uma luta pela instituição de um conjunto de noções que organizaram nosso pensamento por séculos. Referimo-nos aqui a uma série de dicotomias conhecidas: objetividade *versus* subjetividade; concreto *versus* abstrato; conteúdo *versus* forma, entre outras. No caso da construção da perspectiva renascentista, a eleição de um ponto de vista privilegiado (coincidente com o ponto de fuga) para a composição de uma pintura, relaciona-se também a um determinado entendimento das noções de “Verdade” e “Essência”. Pensadas sobretudo como unidades formais e permanentes.

Alguns desses elementos persistem e se radicalizam nos projetos racionalistas dos séculos XVIII e

XIX. No que tange ao debate filosófico, há um gradual afastamento das dimensões mais sensíveis, perceptivas e imaginativas do pensamento humano em direção a uma forma de racionalidade identificada como mais "pura". Como escrito por Alfredo Bosi, se por um lado a linhagem platônica privilegiava a busca do conhecimento através de processos de abstração racional, baseados na universalização de conceitos, de outro a linhagem epicurista estaria ancorada na percepção e no sensível, portanto, no empírico e particular (Bosi,1988).



Il. 8: Reprodução do livro "*Os Meios são as Massagens*" de M.McLuhan e Quentin Fiori (1969, p. 41-42).

A “vitória” de um modelo específico de racionalidade colocou na berlinda parte dos processos cognitivos ao tratá-los como desviantes da Razão. Sensações, emoções e imaginação, por exemplo, são tratadas como interferências indesejadas no processo de racionalização. Entretanto, a centralidade da visão como forma de conhecimento é tomada em determinadas circunstâncias como a abordagem privilegiada para a experimentação e para o sistema de validação do método científico. Se por um lado a visão permanece importante na sua dimensão perceptível-sensível, para a Razão ela deve ser esvaziada de suas possibilidades imaginativas.

As noções de prova e evidência ligam-se sobremaneira à conjunção visão = luz = verdade. Tal persistência da visão como recurso de conhecimento e poder manifesta-se também nos ideais políticos do Iluminismo, nas definições e delimitações dos espaços público e privado, na arquitetura das cidades, escolas, hospitais, nos métodos científicos experimentais, entre outros (Foucault, 1993, 1996).



Il. 9: Prisão na Ilha da Juventude, Cuba. Foto de Friman. Fonte:
http://en.wikipedia.org/wiki/Panopticon

Da mesma forma, a busca por técnicas cada vez mais “objetivas” de representação imagética estava orientada para superação dos elementos que poderiam interferir na racionalidade do processo de representação do “Real”. Se na pintura, mesmo através da sofisticada perspectiva geométrica, a subjetividade do pintor era vista como um fator “desviante” da possibilidade de representação objetiva, era preciso criar novas tecnologias capazes de eliminar ou reduzir essa “interferência” subjetiva. A partir dos princípios óticos estabelecidos através da “câmera escura”, o surgimento posterior das técnicas de registro físico-químico da luz somam-se às lentes (não coincidentemente também chamadas de objetivas) aprimoradas pelos estudos óticos posteriores. Chega-se, finalmente, ao aparelho fotográfico e com ele, à confirmação indireta da existência do mundo “real”. O princípio subjacente a este percurso é a crença segundo a qual a “verdade da realidade” nos seria dada a partir de instrumentos construídos pelos homens e não pela recepção direta dos nossos sentidos.

Do ponto de vista da organização social da produção e circulação desses saberes, o fortalecimento das disciplinas acadêmicas e das instituições universitárias garantirão o monopólio e a legitimação dessas formas emergentes de produção de conhecimentos, orientadas segundo um sistema próprio de validação e verificação que consolidam a formação de um campo científico autônomo. Tal processo, baseado numa rígida divisão sócio-técnica do trabalho e dos saberes, configura-se institucionalmente de forma bastante verticalizada e hierarquizada: separação entre produtores e receptores do conhecimento, concentração e acesso privilegiado à informação.

Podemos traçar co-relações formais entre esta estrutura "piramidal" ou "arborescente" do conhecimento e o desenvolvimento das grandes instituições burocráticas (militares, administração pública, sistemas de representação política) voltadas para o estabelecimento dos Estados-Nação, bem como dos aparatos produtivos privados. A partir do início do século XX, podemos acrescentar a esta equação o surgimento dos meios de comunicação de massa (rádio, cinema e televisão) como outras expressões deste modelo de organização verticalizada, no qual a produção de informação é bastante centralizada, para em seguida ser difundida aos sujeitos receptores-executores (trabalhadores, audiência, consumidores). Essas sobreposições apontam para a interdependência entre um certo modo de vida e a maneira como o aparato e as tecnologias de comunicação (oralidade, escrita, audio-visual etc.) estão organizadas numa sociedade.



Il. 10: Torre de Transmissão e Árvore [26]

Esses processos, entretanto, não ocorrem de maneira homogênea ou simultânea. Houve e há diferentes expressões locais, formas de resistência, hibridizações e adequações a essas grandes convergências que estamos descrevendo. Em cada sociedade, cada um desses vetores se associou e se desenvolveu de maneira própria, sem dar forma a um sistema único. Assim, por exemplo, a formação econômica do capitalismo, as configurações sociais e culturais, as instituições e os marcos jurídicos regulatórios, que se constituíram historicamente em uma dada sociedade, terão características próprias em cada país ou região do globo. Se aqui exercemos uma relativa "generalização" de algumas dessas características, é apenas para que possamos evidenciar alguns elementos subjacentes que queremos discutir com maior detalhe.

Como macro-processos[27] sociais deste período (primeira metade do século XX no Ocidente) podemos destacar: o estabelecimento das grandes instituições de representação política (sindicatos, partidos e

26 Mantivemos esta ilustração da maneira como foi encontrada na Internet. Fonte: http://www.brasilpnuma.org.br/acontece/info_95_antena.htm. A imagem de uma torre de transmissão (rádio ou televisão) fundida com uma árvore (metáfora corrente da construção e "crescimento" do conhecimento ao longo do século XX) é muito apropriada para falarmos de uma forma de produção-difusão-recepção de informações e conhecimentos. Do ponto de vista "topográfico" ela compartilha a mesma verticalidade e distanciamento entre agente emissor e receptor que encontramos nos veículos de comunicação de massa, colocando a concepção e a organização do que deve ser difundido no vértice superior da torre.

27 Neste tópico seremos muito sintéticos na descrição dos aspectos históricos e sociais mais amplos, pois tal digressão interessa-nos apenas para desenhar o contexto dos problemas que estamos analisando. Para uma análise detalhada desses processos: (Hobsbawn, 1995; Kurz, 1993; Fiori, 1998; Sabel, 1982).

governos democráticos); a organização produtiva e a divisão sócio-técnica do trabalho de base taylorista e fordista; a expansão das formas de consumo individual; o crescimento dos aparatos militares dos Estados-Nacionais; a criação de novos instrumentos estatais para a gestão populacional; a expansão do mercado capitalista; e o desenvolvimento de organismos internacionais, tanto privados como públicos, para a regulação das relações (bélicas ou comerciais) internacionais.

No conjunto dessas relações, alguns vetores parecem atuar como agentes dinamizadores tanto desses fenômenos histórico-sociais como da estruturação dos meios de comunicação de massa. A articulação entre hierarquia-autoridade-centralidade parece-nos uma dessas forças de estruturação. Tanto o rádio, como o cinema e a televisão só se constituíram como aparatos comunicacionais de ampla escala a partir do momento em que foram implementados por instituições organizadas verticalmente, e segundo um regime de especialização baseado no modelo de organização do trabalho industrial (de caráter taylorista-fordista) que corresponde às condições técnicas de produção submetidas à centralização decisória dos detentores do capital[28]. As empresas de comunicação (públicas ou privadas) utilizam equipamentos que exigem grandes investimentos de capital. Os conteúdos veiculados por elas são também produzidos no interior de uma cadeia produtiva de bens (materiais e simbólicos) bastante especializada, rígida e hierarquizada do ponto de vista dos processos de concepção e execução. Portanto, dentro deste modelo, os meios de comunicação de massa atuam como grandes emissores centrais, distantes da interferência dos sujeitos receptores, que mesmo de forma ativa (nunca são sujeitos receptores passivos) são bombardeados pelas imagens, textos e sons.

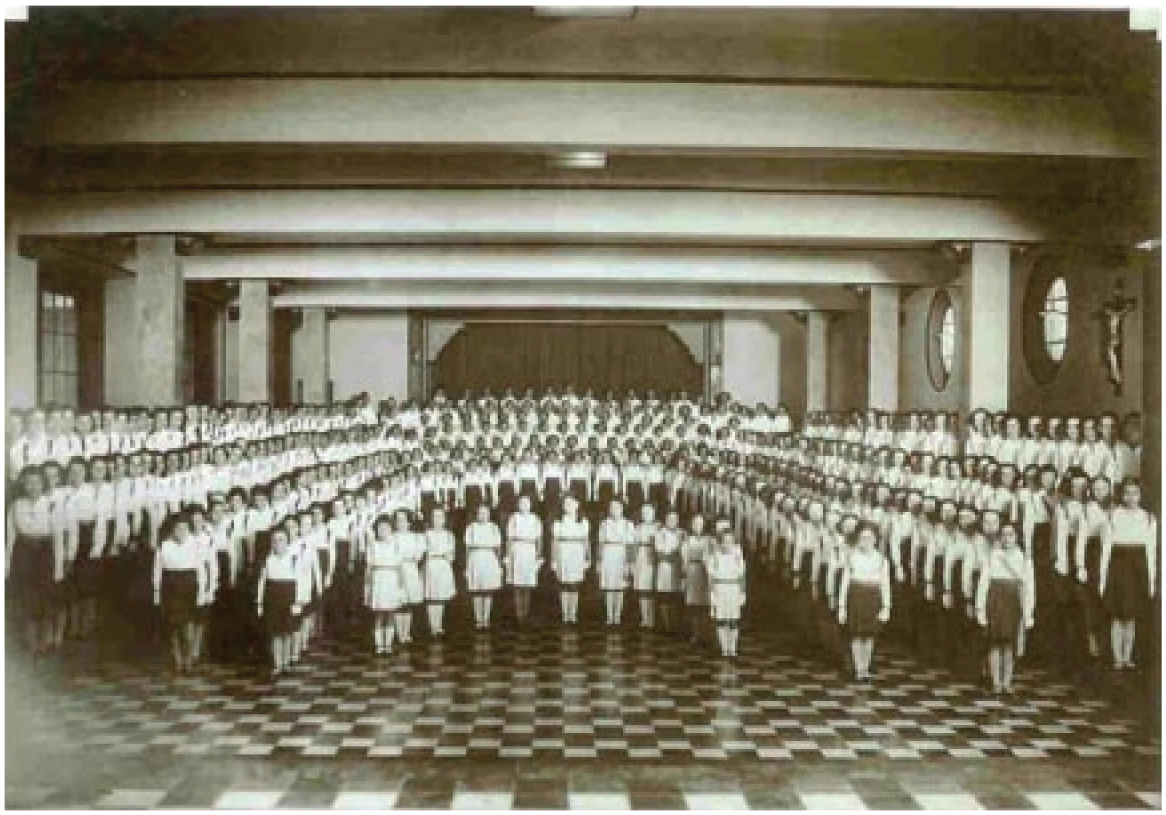
28 As relações entre as condições político-econômicas e as formas de organização social de determinados arranjos tecnológicos é bem explorado pela sociologia econômica. Mais especificamente, no que diz respeito às formas de verticalização *versus* horizontalização da gestão da produção, conforme as opções tecnológicas adotadas há uma vasta bibliografia: (Breggren, 1992; Bourdieu, 2000; Graham, 1996; Granovetter, 1985; Halal & Taylor, 1999; Louchart, 1995; Marglin, 1980; Mingione, 2000; Sabel & Zeitlin, 1997).



Il. 11: NS Propaganda. Fonte: Zbynek Zeman, *Selling The War*, London: Orbis Publishing, 1978. Arquivo pessoal Gavin Adams.

Outra articulação, agora no plano da subjetividade, que também nos parece mobilizadora é aquela entre unidade-identidade. Esta se traduz nos diversos mecanismos que buscam estabilizar a noção de identidade em torno da idéia do idêntico, do essencial ou do verdadeiro. O que aprendemos através das políticas de identificação nacionalistas, nas formas de disciplinamento e fidelização do trabalhador ao regime de assalariamento (nas suas diversas formas, inclusive as precárias) e também a partir da nossa relação com o conhecimento escolar são, em sua maior parte, formas de subjetivação orientadas por um regime específico do pensamento identitário. Este se baseia numa partilha sensível do mundo (a maneira como percebemos a localização e o pertencimento das pessoas) em que não há lugar para o descentrado, para a diferença, para o múltiplo ou para o nômade. É preciso ser uno, ter carteira de identidade, nacionalidade, identificação profissional, família etc. Porém, é exatamente o conjunto

desses fatores que começa a ser tensionado no final do século XX, principalmente nas sociedades das economias capitalistas “centrais”, marcadas pela produção industrial, crescente consumo individual e com relativo “bem-estar” social conquistado[29].



Il. 12: Alunas do colégio Des Oiseaux, reunidas para uma cerimônia no salão de festas da escola, entre 1940 e 1950. Fonte: Arquivo pessoal da Irmã M.D. Fonte: Perosa (2006).

29 Esses parágrafos resultam de uma síntese de diversas fontes: (Castells, 2003; Offe, 1989; Dupas, 2000; Gorz, 1997, 1982; Oliveira & Paoli, 1999; Burawoy, 1990; Wallerstein, 1996; Hobsbawn, 1995).

***

Tal processo de fragmentação encontra ressonâncias nas diversas expressões das crises de legitimidade enfrentadas pelas instituições de representação política (governos, partidos, sindicatos); no questionamento dos mecanismos identitários (nacionalista, classe, étnico, gênero); nas inovações epistemológicas em alguns campos científicos; nas transformações da divisão sócio-técnica do trabalho; no surgimento das diversas formas de organização produtiva e comercial em rede; na financeirização da economia e na sua combinação com os fenômenos de comunicação em tempo real. Ao mesmo tempo, essas transformações vêm acompanhadas de novas formas de poder e controle social[30].

Se no período anterior tomamos o processo fotográfico e o regime imagético indicial na sua relação com a produção do real, com a proliferação dos meios de comunicação de massa e com o surgimento dos meios digitais, acelera-se o processo de dissolução daquela perspectiva única, que passa a ser substituída por um multi-perspectivismo. Importante destacar que não se trata ainda da implosão da perspectiva ou superação do paradigma indicial (como veremos adiante com o regime digital), mas de um deslocamento daquelas centralidades descritas anteriormente e do seu encapsulamento por novas camadas interpretativas e regulatórias do regime visual.

Hardt e Negri afirmam que o momento atual está marcado pela emergência de uma forma de dominação que se caracteriza pela simultaneidade entre as formas hierarquizadas e centralizadas de produção de normas e estruturas de legitimação (aparato jurídico construído pela máquina de comando biopolítico) ao lado de um sistema de controle descentralizado, horizontal e flexível, integrado a todas as dimensões da vida cotidiana. Desenvolve-se assim um sistema global através de uma máquina capaz de criar uma contínua demanda de autoridade. O Império, descrevem os autores, *"é formado não com base na força, mas com base na capacidade de mostrar a força como algo a serviço do direito e da paz* [...] *O Império não nasce por vontade própria; é convocado a nascer e constituído com base em sua*

30 Idem.

capacidade de resolver conflitos" (Hardt & Negri, 2001, p. 33).

As tecnologias digitais e a organização das redes de comunicação ocupam um lugar central dentro dos mecanismos de produção da legitimidade imperial. Se nas teorias do poder na modernidade o imaginário aparecia numa relação de exterioridade para com as relações econômicas e sociais, no Império ele está totalmente integrado numa relação imanente com o mundo social e econômico (Hardt & Negri, 2001, p. 41-60). Sendo a linguagem criadora de subjetividades, afirmam os autores, o imaginário e o simbólico foram absorvidos no tecido biopolítico pela indústria de comunicação. Esta última ganhará cada vez maior importância na produção de uma imagem de autoridade.

Como analisam Hardt e Negri, agora a "*produção comunicativa e a construção da legitimidade imperial estão coladas* [...] *A máquina é auto validante e auto poiética"* (Hardt & Negri, 2001, p. 53). A tese dos autores é que estaríamos lidando com uma forma especial de soberania, não mais baseada em qualquer mecanismo contratual ou pacto federativo: "*a fonte de normatividade imperial nasceu de uma nova máquina econômico-industrial-comunicativa*", em outras palavras uma máquina biopolítica globalizada[31].

Na tentativa de analisar a relação entre o impacto das mudanças nas tecnologias de produção de imagens com outros processos sociais mais amplos, nossa investigação está indiretamente problematizando as dinâmicas comunicacionais na sua relação com os mecanismos de produção de legitimidade desta forma de poder. Dada a centralidade da indústria de comunicação na condução dos processos de subjetivação e na produção de uma "imagem de autoridade", é interessante indagar "porquê" e "como", apesar do surgimento e crescente expansão das tecnologias digitais de comunicação em rede, aquelas articulações (hierarquia-centralidade, unidade-identidade) persistem de maneira tão forte.

Do ponto de vista imagético, ainda que as tecnologias digitais sejam mais flexíveis às possibilidades de

31 É necessário tomar um certo cuidado com a aplicação que Hardt & Negri fazem da noção de biopoder associada à generalização do estado de exceção. Como bem analisado por Laymert G. dos Santos, Foucault teria estabelecido o regime de biopoder justamente porque a forma de exercício do poder não podia mais ser contemplada pela matriz da soberania (Santos, 2007).

superação daquele sistema “identitário-unitário-analógico” (regime indicial da fotografia), tal abertura permanece por se realizar, uma vez que há uma tensão crescente que visa regular e estabilizar a imagem em suporte digital, segundo critérios oriundos de outros meios. De maneira semelhante, parece-nos que esta forma especial de soberania descrita por Hardt e Negri, realiza-se justamente na interface de duas formas de organização social, impedindo que potenciais emancipatórios surjam das possibilidades abertas pelas novas tecnologias, que estão engendrando novas formas de organização, produção, comunicação e subjetivação. Metaforicamente, é como se a visualidade do poder fortalecesse os mecanismos de identificação a um poder central ao mesmo tempo em que torna a sua aplicação totalmente impessoal e distribuída.

Nossa investigação explora problemas análogos a este em duas dimensões complementares. Do ponto de vista estético, as chamadas "novas mídias" resistem, em sua maioria, funcionando como "velhas mídias". Do ponto de vista das redes de comunicação eletrônico-digital, a Internet é potencialmente uma rede distribuída. No entanto, graças às pressões desempenhadas pelos interesses de corporações privadas ou por Estados com políticas de controle mais enraizadas, a Internet corre o risco de ficar submetida a novos dispositivos de controle e captura descentralizados e hierarquizados (Galloway, 2004; Lessig, 2004).

Podemos estabelecer, portanto, uma correspondência entre as possibilidades de emergência do heterogêneo no campo estético (uma mudança na produção do sensível dentro do regime imagético digital) e a emergência do dissenso que cria a política. Em outras palavras, os desafios que estão colocados para a criação imagética (incluindo a artística), segundo uma nova configuração das estruturas de comunicação, correspondem, em certa medida, aos desafios políticos de emancipação que estão postos sob as novas formas de dominação.

Entretanto, não é isso que ocorre na prática. Ao mesmo tempo que estamos adentrando numa nova era tecnológica, vivemos e fomos educados sob os princípios que instituíram as sociedades de massa do século XX. Do ponto de vista do campo de forças sociais estabelecido, as grandes empresas, os governos, os partidos e a sociedade civil, consolidaram um aparato institucional, econômico e cultural baseado nos princípios de representação, monopolização dos saberes, centralização e concentração

econômica para obtenção de vantagens competitivas. Portanto, é compreensivo que, diante do surgimento de novos fatores que possam modificar o cenário, existam movimentações no sentido de lutar pelo desenvolvimento das tecnologias em direções que sejam mais ou menos favoráveis a determinados grupos. Afinal, além da tecnologia refletir um campo de forças políticas que está na sua origem, ela também possui um grau de indeterminação que instaura diferentes possibilidades de uso e apropriação. É justamente sobre este conflito, localizado entre as potencialidades inauguradas pelas tecnologias de comunicação digital e as forças que disputam a orientação deste campo de possibilidades, que emerge um campo político. É este o terreno conflituoso que a nossa investigação toma como base de reflexão.

Por hora, no entanto, muito da atual disputa imagética em circulação no ciberespaço mostra o predomínio de estratégias midiáticas semelhantes entre os diversos atores envolvidos no campo político. Tanto do ponto de vista dos "poderes instituídos" como daqueles que lutam na perspectiva do "contra-poder", parece-nos que persiste uma disputa na forma de uma apresentação imagética fundamentalmente centrada no paradigma anterior[32]. Percebemos tais fenômenos, que caracterizam a *forma-Estado* no pensamento, em variadas dimensões: do ponto de vista do Estado, existe a constante afirmação de um sistema de representação política e afirmação de uma autoridade central; do ponto de vista das grandes corporações, temos as estratégias adotadas em torno da produção de uma "marca" e na expansão das fronteiras da propriedade intelectual na economia do imaterial; do ponto de vista da sociedade civil, temos a produção de imagens de autoridades que ora coincidem com aquela do Estado e ora caminham na direção do modelo de eficiência técnica das grandes empresas privadas, identificadas como ícones da gestão racional.

Finalmente, trata-se de investigar, através das imagens que circulam, alguns dos mecanismos que permitem esta constante realização da *forma-Estado,* metaforizada pelo regime imagético do Leviatã. Esta resiste fixando o território e identificando os atores do conflito social num eterno presente do real. É neste sentido que podemos afirmar que, diante das iniciativas que buscam estabelecer imagens unitárias, a luta pela existência de imagens num campo de virtualidades, ou seja, como forças, como movimento, como multiplicidade e indeterminação, é uma clivagem que cria um *dis-sensus*, uma nova

32Sobre o conflito imagético entre forças políticas antagônicas vejam o ensaio em anexo: *Imagem, Mito e Poder*.

sensibilidade, sendo portanto uma ação de caráter político[33]. Trata-se, finalmente, de enfrentar o *eugenismo do olhar*, presente na "*logística da percepção e de seus vetores de deslocalização renovados da ótica geométrica*" que inauguram o "*aborto originário da diversidade das imagens mentais*" (Virilio, 1988, p.29).

33 Os grifos são para chamar a atenção para a escolha das palavras, utilizadas aqui de maneira precisa. As articulações entre virtual *versus* existência; real *versus* resistência; atual *versus* realização referem-se à conceituação bem sintetizada por Pierre Lévy (1998). A noção de *dis-sensu*, refere-se ao trabalho de Rancière sobre as relações entre arte e política (2005).

2.2 Mundo - Imagem, Real e Virtualidade

Diante da proliferação das novas tecnologias de visão, sobretudo com a introdução das máquinas de visão em "tempo real", alguns autores irão captar profundas transformações em nossa experiência visual que irão impactar diretamente sobre nossa capacidade de memorizar, imaginar e comunicar. Como desdobramento, uma vez descoberta a estética do "tempo real", ela também estará sujeita a uma política do "tempo real". Essas mudanças relacionam-se, em parte (o enfoque irá variar segundo o autor), a uma incapacidade cada vez maior de perceber e controlar a relação existente entre a imagem produzida e o seu modelo "original" (Belting, 2005; Virilio, 2002; Anders, 1994, 1995; Flusser, 2002).

Gunther Anders[34] escreve sobre uma ambigüidade ontológica criada através da transmissão das imagens: "*os fatos transmitidos são ao mesmo tempo presentes e ausentes, ao mesmo tempo reais e aparentes, ao mesmo tempo lá e não-lá, em suma: porque eles são fantasmas"* (Anders, 1994, v. 1, p. 131). Esses fantasmas nascem de uma "*magia invertida*" caracterizada pelo esforço de fazer coincidir a imagem com o real. A inversão significa neste caso que o poder das máquinas imagéticas subverte este processo, fazendo com que o real tenha que se adequar à imagem criada (Anders, 1995, v. 1, p. 165). Em outras palavras, o real tem que ser produzido como real visualizável.

Vilém Flusser também escreve sobre uma outra magia ao se referir à imagem técnica criada pelos aparelhos, em oposição à imagem tradicional criada pelos humanos. Flusser denomina esta fusão mundo-imagem de "idolatria", pois se antes as imagens exerciam uma função mágica num mundo desencantado, com a proliferação das imagens técnicas elas passam a "remagicizar" (reencantar) o mundo. Nas imagens tradicionais a interferência do humano era bastante evidente, enquanto que na imagem técnica o processo de produção imagética é muito complexo, por isso Flusser o denomina "*caixa-preta*". Essa "*caixa-preta*" esconde a relação existente entre a imagem e seu significado, pois diante dela somos incapazes de acessar o processo codificador.

34 As citações em português dos textos de Anders foram traduzidas pelo Prof. Ciro Marcondes Filho e estão disponíveis no seguinte endereço: http://www.eca.usp.br/nucleos/filocom/traducao1.html. O número das páginas citadas refere-se à edição alemã do livro.

Esta nova magia, diferentemente da magia da imagem tradicional que visava modificar o mundo, tem como objetivo modificar os nossos próprios conceitos com relação ao mundo. Ou seja, os "*aparelhos de visão*" também normatizam a nossa visão, e através das imagens técnicas visam programar seus receptores para um determinado comportamento. Este princípio "mágico" da imagem técnica é facilmente observável no caso da publicidade, que Gunther Anders irá caracterizar como a "*forma de ser do mundo contemporâneo*". Para ele, o mundo não é mais possível de ser vivido, ele existe para ser mostrado:

> Construímos nosso mundo segundo as imagens do mundo - "imitação invertida". Pelo fato de não haver mais nenhuma imagem que, pelo menos potencialmente, funcione como modelo, cunhamos efetivamente o mundo segundo a imagem de suas cópias. Com isso, a realidade torna-se cópia de suas cópias (não como em Platão, cópia das idéias). (Anders, 1995, v. 2, p. 252).

A fusão imagem-mundo corresponde também à fusão atual-virtual. Para Virilio, um dos efeitos dessa inflação imagética e da proliferação de recursos de tele-presença em tempo real é o surgimento de um "*hiper-realismo da representação*". Agora, essa imagem em tempo real domina a coisa representada e introduz um novo tempo (tempo sincrônico) que irá se impor ao espaço real. Em outras palavras, a virtualidade passa a dominar a atualidade e o que estava distante torna-se próximo (Virilio, 2002).

Como resultado, o mundo se acelera. A exposição crescente às imagens de "tempo real" acaba por eliminar o tempo e o espaço necessários à representação e à imaginação. No limite, é a nossa própria existência no aqui-agora que deixa de existir, pois vivemos em algum lugar que não é o presente. No âmbito do "olhar", Virilio caracterizará essas transformações como o surgimento de uma "*Visão Disléxica*", ou seja, a incapacidade de re-presentar e atribuir significação às coisas. Ou seja, num mundo de aceleração imagética, vê-se demais, experienciamos e imaginamos cada vez menos. A redução do tempo de retenção das imagens, diante do bombardeio imagético cotidiano, impediria a formação da memória e contribuiria para o surgimento de uma crise mnêmica (Virilio, 2002).

Essa aceleração baseia-se em parte na aproximação (redução-superação da distância) da imagem de

algo que antes estava distante. O telescópio, por exemplo, antecipa a visão de alguma coisa que estava longe. Assim, aquilo que era um "futuro" potencial, pois em breve chegaria a nós, no instante de visualização atualiza-se como "presente". A tele-visão (visão à distância) produz um "encaixe" entre o próximo e o distante. Como resultado, essa aceleração suprime as distâncias e as dimensões, modificando nossa própria percepção do "real".

Para Virilio, esta superação do espaço pelas possibilidades de visualização em tempo real está no centro das transformações sociais e políticas da contemporaneidade. Como resultado societal, ocorre um deslocamento do local de intervenção política, passando do mundo atual para o virtual. Não é mais o presente que importa, mas o controle sobre aquilo que existe potencialmente. A guerra, portanto, muda de lugar. Deixa de ser uma guerra pela coisa, para se tornar uma guerra pela imagem, supera os espaços e coloca o tempo como o recurso a ser disputado e controlado. No limite, para Virilio essas trocas instantâneas, fundindo emissão-recepção, acabariam por eliminar a própria comunicação, que exige uma certa espera e uma distância mínima entre os interlocutores.

Esta produção de um contexto de impossibilidade comunicativa também se traduz na redução da comunicação a uma forma de "transmissão". Hans Belting, ao analisar a distinção proposta por Régis Débray entre transmissão e comunicação, constata que esta política visual vai muito além da exploração das mídias visuais. Segundo Belting, Débray opta pelo termo "transmissão", pois este implica a existência de uma relação de poder que se exerce através do controle da produção e da circulação de imagens (Débray, 1997 apud Belting, 2005).

Assim como Flusser, Virilio identifica na fotografia a manifestação de uma tecnologia de aceleração. O aperfeiçoamento dos equipamentos fotográficos, segundo Virilio, vai em busca da "captura" da imagem instantânea, pois é nesta imagem que escapa à "lentidão" do olho humano que reside a fração especial de informação: o instantâneo deve coincidir com o real e com a verdade, esta é a política latente. Enquanto para Flusser a aceleração é o subproduto do processo de eliminação do humano pelos aparelhos que instituem a sociedade programada, em Virilio o aumento da velocidade está no centro dos processos de inovação tecnológica e transformação social.

Virilio explora essa idéia junto a outras tecnologias visuais, introduzindo a noção de "*logística da percepção*". Aqui, temos a caracterização de um "*eugenismo do olhar*" através da organização dos fenômenos visuais como ações estratégicas de conhecimento e dominação. Os aparelhos de visão contêm uma educação visual que introduz uma "*modelização do olhar*". A ótica geométrica e a perspectiva, como formas de conhecimento, classificação e ordenamento do real são impulsionadas pelas tecnologias de visualização que as incorporam na própria constituição do equipamento. Abandona-se, portanto, a visão em nome da visualização.

No limite, a hipótese de Virilio conduz à seguinte situação: a introdução das máquinas de percepção automática alimentam um tipo de imaginário maquínico do qual os humanos serão excluídos (Virilio, 2002). Este argumento aponta para uma situação bem descrita por Hermínio Martins sobre os "ciborgs epistêmicos". A busca exclusiva pela maximização do conhecimento técnico-científico impõe um aumento das capacidades cognitivas dos seres humanos, que só poderá ser alcançado através da introdução de próteses e/ou aparelhos capazes de "superar" as capacidades dos nossos órgãos sensoriais (Martins & Garcia, 2003).

Finalmente, o que os autores parecem enunciar é que este processo de aceleração em curso aponta para o surgimento de um estado de urgência permanente (presentificação) através de uma profunda modificação na relação espaço-tempo; a subversão do real pela simulação; a impossibilidade de comunicação e finalmente a alteração do próprio estatuto do humano.

Gunther Anders também reconhece este processo como uma busca pela emancipação do tempo[35]. Entretanto, a armadilha do processo é que o humano como "aprendiz de feiticeiro" já não é capaz de quebrar o feitiço do tempo que lhe escapa (Anders, 1995, v. 2, p. 388). Neste desejo do *homo faber* contemporâneo (esse último livro de Anders é do final dos anos 70) de conseguir realizar todas as suas tarefas sem perda de tempo, seu sonho de uma sociedade ideal corresponderia a uma sociedade sem tempo (já não se trata de uma sociedade sem classes). Porém, o "feitiço" se reverte e o homem sofre

35 Esta aceleração do tempo, segundo Mircea Eliade, já estava presente no projeto dos alquimistas. Na busca pela transformação da matéria, os alquimistas assumiam a tarefa de acelerar o tempo da natureza, responsável pela transformação de todas as matérias. Nesta perspectiva, a busca pela eliminação do tempo através da relação homem-técnica foi central na história do ocidente (Eliade, 1979). Segundo Eliade, essa é uma "persistência" histórica que adentrou profundamente na constituição das ciências ocidentais e organizou internamente o paradigma do progresso.

cada vez mais de uma pobreza de tempo, justamente porque o tempo foi sempre tratado como algo a ser superado, um espaço intermediário a ser ultrapassado. Agora, todos são carentes de tempo.

Esta fusão atual-virtual será abordada por Anders como a perda da linha divisória entre dois tipos de "presente": (a) presente concreto, como situação, encontro e contato real (estar presente); e (b) presente formal, como simultaneidade, como a partilha do mesmo momento do mundo. Vive-se hoje de uma maneira em que tudo se reduz ao presente formal, à simultaneidade, como se ele fosse o verdadeiro presente. Como conseqüência, toda comunicação torna-se impossível, pois sem uma distância mínima não existe interação lingüística, afirma Anders.

No plano das ciências, este deslocamento do atual em direção ao virtual acaba por conferir aos processos de simulação uma nova importância científica. Conforme Hermínio Martins analisa, o processo de aceleração societal manifesta-se nas ciências não apenas do ponto de vista dos conteúdos estudados, mas também sob as novas formas de se fazer ciência. Em detrimento do conhecimento prático, da experimentação e da observação, enfim, dos saberes que exigem um tempo próprio de elaboração, a simulação se constitui como uma nova forma de conhecimento mais adequada ao mundo do "tempo real" (Martins, 2006).

Por outro lado, a possibilidade de simulação exige capacidades computacionais cada vez maiores e, acima de tudo, a redução de todo o universo analisado a um conjunto de variáveis previamente definidas e passíveis de mensuração. Caso contrário, a simulação não funciona. Ora, este processo de redução dos "mundos possíveis" a um conjunto de indicadores quantificáveis tem como pressuposto a existência de um elemento unificador a que tudo possa ser reduzido. Este fator será a informação.

Se a partir do final do século XIX o conceito de "energia" foi o elemento unificador das ciências e das engenharias (presente posteriormente também nos conceitos de trabalho, utilidade e dinheiro), nas últimas décadas do século XX a noção de "informação" emergiu como o novo fator unificador (Martins & Garcia, 2003, p. 37). Para este autor, a centralidade atribuída a um determinado conceito de informação e a legitimidade alcançada por tais mecanismos configura o que ele chama de "*Metafísica da Informação*". Essa "metafísica", no entanto, implica num entendimento essencialista-mecanicista do

que é informação, influenciando a constituição das novas disciplinas da filosofia da mente.

O problema fica evidente quando se analisa, por exemplo, a crítica do processo de "transmissão", conforme elaborada por Anders e Belting. Ao refletirem sobre o domínio da transmissão em detrimento da comunicação, os autores denunciam a operação reducionista em curso. Eles apontam como no processo de *transmissão* a informação é compreendida como uma diferença absoluta ou essencial. Na transmissão, a informação reduz-se a uma relação unilateral e "fechada": o emissor dispara um sinal que chega ao receptor. Este percebe uma diferença não porque a interprete, mas simplesmente porque a informação lhe agrega algo. Numa direção crítica a esses entendimentos, se pensarmos a informação num contexto comunicacional ela pode emergir como um "acontecimento" ou como um processo relacional "aberto". Para que a mensagem emitida transforme-se numa informação, ela precisa adquirir um certo sentido e, portanto, o processo de significação dá-se sempre em situações dinâmicas.

Neste processo de aceleração e crescente incomunicabilidade, tanto a relação tempo-espaço como o estatuto do próprio corpo humano modificam-se profundamente. É nesse contexto, entretanto, que o corpo pode emergir como um espaço de resistência à crise comunicacional, pois como aponta Ditmar Kamper o corpo humano é a primeira "mídia" em todo processo comunicacional (Kamper, 1994, 2003)[36].

A tese central de Belting baseia-se na separação entre imagem e mídia. Para ele, as imagens acontecem, são sempre negociadas entre nossos corpos que as recebem e as mídias que as transmitem. Uma fotografia não é só uma imagem. A fotografia é um suporte (mídia) que contém diversas informações visuais que formam uma imagem na interação com o sujeito. Não se trata, portanto, de simples "percepção", mas de um processo de permanente negociação. Há, portanto, uma diferença muito grande entre as imagens que recebo/consumo rapidamente para esquecê-las em seguida, e aquelas outras a que atribuo um significado pessoal, pois essas últimas permanecem (Belting, 2005).

Esta abordagem de Belting dialoga intensamente com os entendimentos de Bergson sobre o corpo que

36 Se por um lado alguns teóricos apontam o caráter inexorável dos processos que levarão a uma situação de superação do Humano (Kurwweil, 2006; Vinge, 2001), outros, como Belting, afirmam o corpo humano como o primeiro suporte (mídia), sem o qual, não há comunicação (Belting, 2004).

produz e faz a mediação de imagens. Entretanto, conforme explica Laymert G. dos Santos, Bergson introduz ainda uma diferenciação entre dois tipos de imagens mediadas pelo corpo:

> Imagens do universo que percebemos e as imagens particulares que me são fornecidas pela afecção sentida em meu corpo. Nesse sentido, o filósofo dirá que a superfície de nosso corpo, limite comum desse corpo e dos outros corpos, nos é dada ao mesmo tempo sob a forma de sensações e sob a forma de imagem. Mais ainda: dirá que essas imagens particulares surgirão como a impureza que se mistura à imagem, sendo o que projetamos de nosso corpo em todos os outros. A sensação é portanto uma imagem que se forma a partir do que o espectador sente vendo as imagens. (Santos, 2003, p. 191).

Ora, as imagens não são meros espelhos do mundo, afirma Belting, elas também representam estruturas essenciais do nosso pensamento. Da mesma forma, tanto nossa percepção como nossas sensações são duas formas distintas de conhecimento sensível do mundo, que configuram um determinado regime de subjetivação (Rolnik, 2007). Ambos os processos realizam-se através do nosso corpo e da maneira como somos afetados pelas imagens que vemos e produzimos.

Portanto, no atual contexto de deslocamento dos conflitos do mundo atual para o virtual, as novas "guerras" imagéticas buscarão não apenas o convencimento e a legitimação das ações em curso, mas, sobretudo, o controle das imagens mentais e do pensamento do outro, pois é a partir de suas virtualidades que as imagens serão lidas. Na dimensão corpórea isso significará a produção de mecanismos voltados para uma política do sensível, objetivando regular as formas de sensação e percepção. Se por um lado há uma relativa dificuldade em se controlar as imagens produzidas e em circulação, as possibilidades de controle se realizam com maior eficiência sobre os *médiuns*, os suportes das imagens. É o conflito sobre as possíveis configurações deste novo *médium* (mídias digitais em rede) que analisaremos no terceiro capítulo. Portanto, é sobre ele, em última instância, que os aparatos de poder irão se efetivar com maior facilidade. Da mesma maneira, é também sobre os corpos e suas formas de apreensão do sensível que se desenvolverão os mecanismos de uma educação visual.

2.3 Aparelhos de Visão e Políticas de Subjetivação

Com a interconexão dos recursos digitais de produção de imagens aos dispositivos de comunicação em tempo real, adentramos num universo no qual as imagens técnicas circulam com presença cada vez maior em nossas vidas, como se estivessem a criar um filtro, uma interface entre o "mundo" e os sujeitos. Neste caso, como aponta Suely Rolnik, tanto a dominação política quanto a exploração econômica "*têm na manipulação*[37] *da subjetividade via imagem, uma de suas principais armas, senão "a principal"* (Rolnik, 2007a).

Nossa investigação, no entanto, evita reduzir a imagem a sua dimensão "representativa", como se ela ocupasse o lugar de algo real. Talvez por isso a idéia de "manipulação" não seja apropriada, uma vez que ela implica na pré-existência de um real "mais verdadeiro". Preferimos, portanto, partir dos entendimentos de Félix Guattari acerca da imagem-movimento e imagem-tempo, conforme elaboração de Deleuze, em que a imagem, ao invés de passivamente representativa, surge como um vetor de subjetivação (Guattari, 2000).

Guattari nos fornece boas pistas para pensarmos o impacto das tecnologias de comunicação digital sobre os processos de subjetivação. O autor, ao mesmo tempo que afirma a íntima relação dessas tecnologias com a nossa memória, a inteligência, a sensibilidade e a subjetividade, não reduz nossa interação com as chamadas "*interfaces maquínicas*" a uma relação mecânica, pois o resultado deste encontro dá-se sempre num contexto tenso de disputa entre as possibilidades de criação ou captura subjetiva (Guattari, 2000). O pressuposto de um relativo grau de "abertura" da tecnologia deve-se, entre outras coisas, ao fato de que para Deleuze e Guattari *"o princípio de toda tecnologia é mostrar como um elemento técnico continua abstrato, inteiramente indeterminado, enquanto não for reportado a um agenciamento*[38] *que a máquina supõe*". Será então através dos agenciamentos que os elementos técnicos

37 Acredito que o termo "manipulação" tenha sido usado neste caso de maneira acidental por Rolnik, ou então para se referir à utilização estratégica das imagens para fins de gestão da subjetividade. A redução da análise a um sistema dividido entre o falso e o real não me parece fazer parte do referencial teórico desta autora.

38 Para Deleuze e Guattari os agenciamentos "*são passionais, são composições de desejo.* [...] *A racionalidade, o rendimento de um agenciamento não existem sem as paixões que ele coloca em jogo, os desejos que o constituem*. [...] *As*

serão selecionados pelo *phylum*, dando expressão a uma determinada forma de relação (Deleuze & Guattari, 2005, p. 76). Portanto, a seleção e formação de uma determinada configuração sócio-técnica será frequentemente o resultado da disputa entre alternativas concorrentes dentro de um campo de forças.

Vilém Flusser, por caminhos distintos, analisou como esta indeterminação técnica tornou-se, no caso do aparelho fotográfico, gradativamente reificada ao realizar, através do funcionamento obscuro da "caixa preta", todo um ideário político-filosófico. Em suas palavras: "*toda intenção estética, política ou epistemológica deve, necessariamente, passar pelo crivo da conceituação, antes de resultar em imagem. O aparelho foi programado para isto. Fotografias são imagens de conceitos, são conceitos transcodificados em cenas*" (Flusser, 2002, p. 32).

Numa perspectiva crítica, Flusser toma o equipamento fotográfico como o exemplo acabado daquilo que ele denominará como "aparelho": "*aparelhos são caixas pretas que simulam o pensamento humano, graças a teorias científicas, as quais, como o pensamento humano, permutam símbolos contidos em sua "memória", em seu programa. Caixas pretas que brincam de pensar*" (Flusser, 2002, p. 28).

Diferentemente dos instrumentos e das máquinas, no aparelho o ser humano torna-se "funcionário". Seu trabalho fica reduzido à mera execução de funções previamente programadas, contidas na concepção do aparelho. Programa que o usuário-funcionário nunca será capaz de esgotar devido a todas suas possibilidades. O aparelho sempre o superará. É difícil compreender o sistema de codificação que faz de uma fotografia uma imagem especial. Para Flusser, os aparelhos não têm por objetivo modificar o mundo. Seu objetivo é modificar a vida dos homens. O fotógrafo, frequentemente, só pode fotografar aquilo que já foi previamente inscrito no "programa" da câmera como fotografável. Por isso, a noção de aparelho permite a Flusser elaborar uma distinção entre os trabalhadores que operam instrumentos e máquinas de transformação do mundo, e os informadores que produzem, manipulam e armazenam símbolos. Portanto, a ação criadora do homem dependerá de sua capacidade de subverter aquilo que está previamente programado pelo aparelho. Em outras palavras, dependerá da capacidade de ativar o

---

paixões são efetuações de desejo que diferem segundo o agenciamento" (Deleuze & Guattari, 2005, p. 78).

potencial de indeterminação duma certa tecnologia.

Outra característica destacada por Flusser é o fator automático dos aparelhos. Na medida em que os aparelhos produzem símbolos de maneira pré-programada, o essencial deixa de ser a sua posse, pois eles não “obedecem” a seus donos. Portanto, os aparelhos não possuem proprietários. O poder sai das mãos do proprietário e vai para o programador de sistemas. Assim, na visão do autor, o mecanismo de produção dos aparelhos acaba se configurando de tal maneira que a própria sociedade passa a ter um comportamento adequado ao constante aprimoramento dos aparelhos. O humano vive em função (funcionário) do aperfeiçoamento do programa e do aparelho.

Levada às últimas conseqüências, a tese de Flusser é que o ”propósito” dos aparelhos é eliminar o Humano. Tomando o aparelho fotográfico como o percussor de todos os aparelhos, afirma Flusser:

> A hipótese aqui defendida é esta: a invenção do aparelho fotográfico é o ponto a partir do qual a existência humana vai abandonando a estrutura do deslizamento linear, próprio dos textos, para assumir a estrutura de saltear quântico, próprio dos aparelhos. O aparelho fotográfico, enquanto protótipo, é o patriarca de todos os aparelhos. Portanto, o aparelho fotográfico é a fonte da robotização da vida em todos os seus aspectos, desde os gestos exteriorizados ao mais íntimo dos pensamentos, desejos e sentimentos. (Flusser, 2002, p. 66-67).

Outro autor que abordou problemas semelhantes, mas numa direção complementar, é o moscovita Lev Manovich, ao discutir as implicações da introdução dos princípios e critérios de mensuração da eficiência produtiva nos processos comunicacionais. Sua análise revela como a busca pela maximização da quantidade de informação transmitida por unidade de tempo, através das transformações sofridas nas linguagens e nas tecnologias de comunicação visual, acabam exigindo uma profunda adaptação da percepção humana (Manovich, 1995, 1999).

A tese central de Manovich é que na transformação das sociedades industriais para as sociedades pós-industriais, as disciplinas da eficiência do corpo (constitutivas da prática taylorista) foram substituídas pela busca da eficiência da mente. Para tanto, foi necessário desenvolver tecnologias de comunicação capazes de treinar o aparelho perceptivo humano para as novas necessidades militares e econômicas.

Tal processo fez seu caminho através das transformações dos aparelhos de comunicação e no surgimento de novas linguagens audiovisuais.

O próprio cinema introduz, e aqui o autor retoma uma antiga tese de Walter Benjamin, princípios formais na linguagem que adaptam nossa visão ao encadeamento mais rápido de imagens, necessário num mundo onde a percepção se organiza cada vez mais pela sucessão de informações em "choques" abruptos.

Manovich identifica esse mesmo processo de maximização da eficiência comunicativa em alguns movimentos estéticos já no início do século XX. As revoluções na tipografia e no desenho gráfico dos anos 20 foram, segundo o autor, influenciadas pelos "ideais de engenharia da eficiência" (*engineering ideal of efficiency*), na medida em que as modificações formais introduzidas procuravam passar uma quantidade maior de informações com a maior clareza e rapidez possível. Aqui, fica evidente a sincronia histórica com as novas possibilidades de utilização militar das linguagens visuais emergentes.

Assim, a engenharia da produção, que visava ganhos de produtividade por unidade de tempo através do aperfeiçoamento dos movimentos e rotinas de trabalho, dá lugar à "engenharia da psicologia" e às ciências cognitivas. O que está em jogo é a possibilidade de se compreender e aperfeiçoar a capacidade humana de processar informação a uma velocidade cada vez maior, descreve Manovich.

A introdução dos sistemas de radar, por exemplo, exige do usuário uma habilidade específica para reconhecer rapidamente mudanças num conjunto de informações disponibilizado numa tela. Se o sistema de radar da primeira metade do século XX poderia ser hoje considerado um instrumento de leitura "lenta", a sofisticação crescente dos aparelhos de tele-visão somada às redes de comunicação eletrônico-digitais introduziram novas possibilidades de visualização em "tempo real" de eventos antes distantes temporal e espacialmente.

Essas tecnologias, no entanto, não estão restritas ao terreno militar. Aliás, a imbricação crescente entre instrumentos civis e militares parece ser uma convergência intrínseca ao atual sistema político-econômico global. Segundo Manovich, na década de 90, inúmeras empresas dedicadas à produção de

simuladores de uso militar iniciaram sua conversão para a produção de jogos de simulação (ele cita o exemplo dos jogos que nasceram do SIMNET, criado originalmente pela *Defense Advanced Research Projects Agency*).

Segundo Manovich, a utilização dos sistemas homem-máquina na Segunda Guerra Mundial e nos conflitos que a seguiram, levaram a percepção humana a seu limite, pois a busca pela aceleração do processamento de informações impactou diretamente no aparelho perceptivo humano. É por essa razão e também pelas novas necessidades produtivas que os psicólogos experimentais entram em cena para tentar "aperfeiçoar" os aparelhos e a nossa capacidade de processar informações:

> The terms "applied experimental psychology," "human engineering" and "man-machine engineering" were replaced by another term standard today - "human factors." The radar operator who in the 1940s and 1950s was the prototypical example of a human-machine system, was replaced by the 1980s by a new prototypical figure, the computer user. Thus, references to "human-machine systems" became references to "human-computer systems. (Manovich, 1995, p. 3).

Se para Flusser a relação fotógrafo-câmera serve de exemplo fundador das "sociedades programadas", Manovich encontra um problema semelhante na relação soldado-radar. Para ele, a passagem ocorrida do radar para o computador só foi possível graças à persistência de um modelo de eficiência aplicado à comunicação visual. Manovich afirma que os mesmos princípios introduzidos pela linguagem visual das vanguardas culturais dos anos 20 estão na origem da interface gráfica (*GUI - Graphical User Interface*) utilizada atualmente nos computadores, como aquele introduzido pelo *Macintosh OS* e posteriormente pelo sistema *Windows*. Ou seja, o processo de fundo seria a busca por formas mais "eficientes" (clareza e rapidez) de transmitir informações.

Tal apropriação tecnológica implica, portanto, uma "política visual" que institui uma concepção de eficiência comunicacional com um sentido específico, impondo uma determinada idéia do que é "informação", como deve ser transmitida e recebida. Instituindo novos fundamentos de como podemos e devemos ver. Em outras palavras, o desenvolvimento das linguagens e tecnologias visuais influencia (mas não determina) as possibilidades e as formas de comunicação e pensamento.

Numa perspectiva menos determinista, Guattari explora outras ambigüidades do atual momento histórico ao constatar o relativo aumento das "*reivindicações de singularidade subjetiva*". Estas, se por um lado apontam para reivindicações de caráter autonomistas (lingüísticas, gênero, étnico-cultural, entre outras), por outro lado podem manifestar o que o autor denomina de "*reterritorializações conservadoras da subjetividade*":

> Cada indivíduo, cada grupo social veicula seu próprio sistema de modelização da subjetividade, quer dizer, uma certa cartografia feita de demarcações cognitivas, mas também míticas, rituais, sintomatológicas, a partir da qual ele se posiciona em relação aos seus afetos, suas angústias e tenta gerir suas inibições e suas pulsões. (Guattari, 2000, p. 21-22).

Ao deslocar o foco de atenção para os processos de constituição da subjetividade, Guattari interroga as definições do sujeito que fora "*concebido como essência última da individuação, como pura apreensão pré-reflexiva, vazia, do mundo, como foco da sensibilidade, da expressividade, unificador dos estados de consciência*" (Guattari, 2000, p. 35). Ao partir da subjetividade, Guattari retoma, conseqüentemente, a intencionalidade como o elemento fundante do sujeito. Seguindo o mesmo referencial teórico, Suely Rolnik irá explorar em detalhes os processos de constituição da subjetividade. Sintetizamos abaixo com suas palavras o encadeamento dos seus argumentos:

A autora define dois modos de conhecimento sensível através dos quais se forma um modo de subjetivação: *a percepção e a sensação*. A percepção diz respeito à nossa capacidade de "*apreender o mundo em suas formas para, em seguida, projetar sobre elas as representações de que dispomos, de modo a lhes atribuir sentido*". É esta habilidade que nos permite "*conservar o mapa de representações vigentes, de modo que possamos nos mover num cenário conhecido em que as coisas permaneçam em seus devidos lugares, minimamente estáveis* (Rolnik, 2007). As sensações, por sua vez, referem-se à capacidade de apreensão do mundo como um campo de forças que nos afetam. Esta capacidade do conjunto dos órgãos dos sentidos que se realiza de maneira integrada em nosso corpo será denominada de "*corpo vibrátil*" (Rolnik, 2007).

Existe, portanto, uma tensão permanente entre esses dois modos de apreensão sensível da realidade, pois "*obedecem a lógicas totalmente distintas, irredutíveis uma à outra*". Dessa forma, na relação com

o mundo, as "*sensações que vão se incorporando à nossa textura sensível operam mutações intransmissíveis por meio das representações de que dispomos, provocando uma crise de nossas referências* [...] *Assim, integramos em nosso corpo os signos que o mundo nos acena e, através de sua expressão, os incorporamos a nossos territórios existenciais. Nesta operação se restabelece um mapa de referências compartilhado, já com novos contornos*" (Rolnik, 2007).

É o peso de cada um "*destes dois modos de conhecimento sensível do mundo*" que irá definir um "*modo de subjetivação*". Na medida em que cada situação histórica-cultural exige uma "*forma específica de subjetividade para sua viabilização no cotidiano de todos e de cada um*", a relação entre cada um desses dois modos de apreensão da realidade estará sujeita a um determinado regime que "*ganha consistência existencial e se concretiza*". Finalmente, a autora denomina "*política de subjetivação*" este campo de forças que forma este regime do sensível com um modo de subjetivação específico (Rolnik, 2007).

A noção de "*políticas de subjetivação*" é importante neste contexto porque permite problematizar a relação que estabelecemos com as transformações das imagens técnicas. A introdução de novas tecnologias de comunicação em nossas vidas impacta diretamente sobre um certo regime do sensível. A comunicação mediada por computador, por exemplo, introduz possibilidades de subjetivação distintas daquelas que são possíveis nas relações cara-a-cara. Conforme discutido por Guattari, não há mais uma situação de completa "*totalização personológica dos diferentes componentes de expressão*". Lidamos hoje (pelo menos aqueles que estão cada vez mais inseridos num universo da comunicação mediada por computador) com "*aglomerações de fatores heterogêneos de subjetivação*", em que cada interação, e no limite, cada interface mobilizam processos distintos (Guattari, 2000, p. 43).

Aqui, compreendemos com clareza o que Deleuze entende por "*divíduo*" e como os modos de subjetivação contemporâneos ligam-se à sociedade do controle. Na medida em que somos atravessados por diferentes fluxos de interação e os ambientes de comunicação deixam de ser contínuos, o sujeito ganha uma "*modulação*" na sua identidade. Esta deixa de ser única, pois em algumas situações podemos ser alguém, e em outras podemos ser uma pessoa distinta. Como descreve Rogério da Costa, o indivíduo torna-se divisível e, com a crescente mediação dos dispositivos de controle, sua assinatura

(pessoal) é substituída pela senha (abstrata). O código, a senha ou um número de identificação dirá o que você pode ou não pode fazer, sendo você, no entanto, o mesmo ser biológico. Rompe-se, potencialmente, a relação entre identidade e corpo físico. Se nas sociedades disciplinares o indivíduo estava associado a uma localização fixa e a uma identidade definida, na sociedade do controle o sujeito é uma entidade definida a cada instante, segundo sua nova posição e deslocamento (Costa, 2004).

É neste cenário que vemos surgir novos modos de subjetivação. Temos, neste regime cibernético, portanto, diversas tendências em curso, tanto no sentido de uma ampliação das possibilidades de singularização emancipatórias, como na direção de um recrudescimento de subjetivações conservadoras ou autoritárias. Dentre as modalidades emergentes, Norval Baitello tem desenvolvido uma interessante crítica ao "*modelo belicista*" de comunicação cibernética que acaba, em algumas circunstâncias, por reduzir o outro a uma "*função de*". Nesses casos mobilizam-se o sistema de representações vigentes no campo perceptivo (nos termos de Rolnik) para avançar ainda mais sobre o campo das sensações, de forma a conduzi-las (ou reduzi-las) a uma relação instrumentalizada. Quando a comunicação se reduz a uma interação funcionalista, acentuam-se os mecanismos de centralidade do Eu. No caso da comunicação em rede, o excesso de centralidade egóica torna-se exponencial e pode contribuir facilmente para distúrbios de interpretação ou literalização, tendendo frequentemente para o surgimento da paranóia (Hillman, 1994). Em contraposição a esta comunicação, Baitello reivindica uma comunicação baseada na ternura, como uma forma de relação que permite a construção de uma diferença que tensiona o Eu[39]. Ao invés de dominar ou homogeneizar, deseja-se a aproximação do outro (Baitello, 2005).

Ora, como vimos em Hans Belting, cada mídia afeta de maneira diferente o nosso campo perceptivo e nossas sensações. Se, como afirma Belting, é sobre as mídias que os condicionantes sócio-políticos realizam-se de maneira mais eficiente, objetivando estabilizar a significação das imagens numa direção desejada, tal entendimento vem complementar a abordagem de Guattari e Rolnik no sentido de confirmar a constituição política de um regime visual, tanto do ponto de vista das condições de

39 Proposta semelhante é encontrada no trabalho de Restrepo, que discute formas alternativas de conhecimento baseadas no entrecruzamento dos processos perceptivos-sensíveis (a escuta, o tato, a visão etc) com os processos de racionalização-formal (Restrepo, 1998). Sobre as diversas manifestações da paranóia (na ciência, na cultura e na psique) há um interessante livro de James Hillman (Hillman, 1994).

produção-circulação-recepção das imagens (relativa ao suporte tecnológico) quanto nos seus impactos nos modos de subjetivação.

Há, certamente, para além daqueles modos de apreensão sensível do mundo, outros processos implicados em nosso pensamento, em especial, a imaginação. Se para Rolnik é a tensão entre os dois modos de conhecimento sensível (percepção e sensação) que "*impulsiona a potência do pensamento e da criação*", para Almeida a imaginação antecede, em algumas circunstâncias, a própria percepção: para que possamos perceber é antes necessário que sejamos capazes de imaginar[40]. Em ambos os casos, no entanto, é esta manifestação do pensamento criativo que tem o poder de modificar o real, *constituindo assim um "instrumento essencial de transformação da paisagem subjetiva e objetiva"* (Rolnik, 2007).

Aqui reside, portanto, a importância da experiência estética como uma oportunidade para despertar a "*vulnerabilidade do ser*", deixando-nos ser novamente afetados em nossos sentidos, em nossa percepção e nossa imaginação, combatendo assim a insensibilidade e a invulnerabilidade diante do mundo e do outro. A arte atua sobre a tensão existente entre uma cartografia dominante (que define um campo estável de relações sociais e formas de subjetivação) e a realidade sensível (apreendida através dos sentidos) que está em constante mudança. Sua intervenção é sempre performática (visual, verbal, musical ou outra) e objetiva trazer para o plano do visível e do dizível as transformações da sensibilidade, percebidas pelo artista como crises (colapsos) de sentido, levando-o a dar expressão à mudança geradora desta tensão (Rolnik, 2007, 2007a).

O ativismo militante, por sua vez, atua sobre a cartografia do real visível e dizível. Sua intervenção dá-se a partir das estratificações que delimitam sujeitos e objetos, portanto, do ponto de vista da representação que atribui lugares e posições, objetivando modificar esta configuração/distribuição por uma outra forma mais justa (Rolnik, 2007, 2007a). Rancière, ao explorar as relações entre arte e política, nos fornece outras pistas sobre esta relação:

40 A idéia-poética, segundo a qual devemos ser primeiro capazes de "imaginar" para depois sermos capazes de "perceber", devo às reflexões de Milton Almeida em sala de aula, Faculdade de Educação, UNICAMP, 2005.

> O problema não é mandar cada qual para o seu canto [arte e política], mas de manter a tensão que faz tender, uma para a outra, uma política da arte e uma poética da política que não podem se unir sem se auto-suprimirem. Manter essa tensão, hoje em dia, significa sem dúvida opor-se à confusão ética que tende a se impor em nome da resistência, com o nome de resistência. [...] Para que a resistência da arte não esvaneça no seu contrário, ela deve permanecer a tensão irresolvida entre duas resistências. (Rancière, 2007).

Finalmente, um dos desafios que se coloca para diversas iniciativas que atuam na fronteira da arte-política é o de romper um certo paradoxo da incomunicabilidade: existem muitos recursos de comunicação e, no entanto, as lutas não se comunicam. Como problematizado por Hardt e Negri, não há uma linguagem comum capaz de traduzir a expressão particular de cada luta, não há uma comunicação das singularidades. Como não há vinculação horizontal entre as lutas, cada uma delas acaba dando um salto vertical e mortal para o centro do Império (Hardt & Negri, 2001). Não se trata aqui de eleger a dimensão comunicativa como local privilegiado para a intervenção política. Ao contrário, queremos problematizar a produção de imagens como um espaço onde podemos experienciar o desenvolvimento de uma linguagem que permita conjugar as esferas do ativismo e do artístico, no sentido de criar um campo de virtualidades, de possíveis e de multiplicidades capazes de comunicar o singular e o comum.

2.4 Imagem e Ciência: educação político-visual

Neste cenário, existem tensões crescentes entre os potenciais inaugurados por essas tecnologias face a diversos mecanismos regulatórios (de natureza estética, econômica e política) oriundos e consolidados no universo dos meios físico-analógicos. A imagem de síntese digital pode instaurar outras relações estéticas para além dos sistemas de analogia e representação que se consolidaram com a imagem técnica em *médiuns* físicos. Entretanto, em muitas circunstâncias, esta abertura ou as ambiguidades provocadas por ela são justamente utilizadas para se atualizar, sob novas formas, os regimes de analogia e indicialidade. O *médium* digital possui uma propriedade de convergência - operando tanto uma tradução quanto um "achatamento" - de uma variedade de linguagens e suportes (fotografia, vídeo, cinema, televisão, desenho, entre outros) a uma nova unidade: o código digital. Tanto do ponto de vista tecnológico como nos usos culturais (linguagem, forma de produção-recepção) há, freqüentemente, uma relativa combinação de diferentes *médiuns* e linguagens. Portanto, tal mistura exigirá uma interpretação sempre intermedial quando estamos tratando a falar, por exemplo, da "fotografia digital" ou do "vídeo digital".

Esta combinação, ora solidária e ora conflitiva, cria uma interessante tensão nas relações entre arte, ciência e política. É sobre as fissuras surgidas do encontro entre os regimes analógico e digital que refletiremos sobre a constituição de uma política visual no entrecruzamento dos campos científico e artístico, terreno de disputa sobre a formação de um outro campo de visibilidade e enunciação, de percepções e sensações.

A criação e a circulação de imagens em redes cibernéticas ocupam um lugar central na manutenção dos regimes de verdade e autoridade, tanto científica como artística. Aqui, as imagens criadas a partir da simulação computacional têm um lugar especial no encontro das artes com as ciências, na medida em que colocam novos objetos e processos no mundo, dando existência sensível a elementos antes considerados inexistentes.

A imagem de simulação pode estabelecer relações causais entre objetos, processos ou variáveis de cálculo, conduzindo o pensamento através de territórios que o pensamento lógico-dedutivo alcançaria de maneira diversa. É nesta capacidade de proposição imaginativa que reside a potência das imagens poéticas. Numa direção oposta, ao invés de mobilizar uma diversidade de interpretações e ampliar as possibilidades de produção de sentidos, muitas vezes sua utilização converte-se em domesticação da subjetividade, quando, por exemplo, nos deparamos com imagens que buscam realizar uma educação visual reduzida a um treinamento estético-cognitivo.

Se, conforme argumentamos, o tensiosamento criado entre as diferentes formas de conhecimento e poder aponta para a constituição de uma outra política visual (outra relação estético-política), um problema análogo a este se manifesta na disputa entre a possibilidade de desenvolvimento de uma imaginação criativa *versus* os processos de simulação dirigido à *mímese* de um real programado.

***

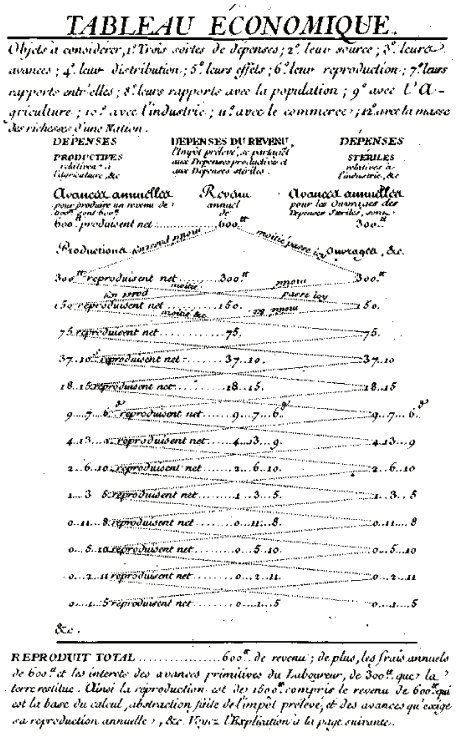
Com as mídias digitais e a disponibilização de instrumentos com capacidade computacional ampliada, as potências da simulação visual elevam-se exponencialmente. Em diversas técnicas de visualização de dados (da geometria clássica à computação gráfica) encontramos formas de "dar a ver" uma determinada idéia, um caminho explicativo ou um processo de pensamento. A imagem, neste contexto, pode contribuir para conduzir a imaginação do outro por caminhos semelhantes àqueles pensados pelo autor da imagem, como se, ao dar forma visível, pudesse dar materialidade e ordenamento simbólico a algo antes incompreensível. A imagem do Leviatã, conforme analisada no primeiro capítulo da tese, é um caso exemplar desta articulação.

A ilustração, para lembrarmos os desenhos de Da Vinci, pode *dar a ver* elementos do interior do corpo humano, simular mecanismos, processos químicos ou funcionamento de máquinas. Ao criar uma imagem que apresenta um "passo-a-passo" e didatiza o pensamento, a ilustração funciona como uma "máquina abstrata" que "faz pensar" de determinada forma, criando uma imagem que ordena, no

campo visível, o encadeamento lógico entre os argumentos.

A ciência econômica também se beneficiou deste recurso desde cedo através da utilização de gráficos sobre processos econômicos, que ajudam a fundamentar e legitimar suas teorias. Buck-Morss cita o exemplo do "quadro econômico" de Quesnay, de 1758, como um caso de uso visual estratégico. Em carta a um amigo ele diz:

> the zigzag, if properly understood, cuts out a whole number of details, and brings before your eyes certain closely interwoven ideas which the intellect alone would have a great deal of difficulty in grasping, unravelling and reconciling by the method of discourse. (Buck-Morss, 1998).



Il. 13: Reprodução do "Quadro Econômico" de Quesnay (1758).

Ao adentrarmos o universo da imagem de síntese e de simulação computacional, dá-se uma profunda mudança em nossa relação com as imagens, graças à mediação tecnológica de natureza diversa que introduz uma outra camada simbólica às imagens produzidas. Por outro lado, a imagem de síntese também retoma algo de sua "origem" (do ponto de vista da história da apresentação visual), que já

encontramos no desenho ou ilustração: a criação de uma imagem que não está voltada à *mímese* do real.

Agora, a imagem em mídia digital resulta dum processo de síntese e interpretação computacional, que é determinado pela relação entre o programa (*software*, código de interpretação) e o equipamento físico (*hardware*), responsável pela conversão de símbolos em sinais elétricos. É necessário lembrar, no entanto, que na fotografia, como analisado por Machado e Flusser, já encontramos um processo de intervenção simbólica na produção do próprio *médium* fotográfico, na medida em que a reação da emulsão fotossensível e o funcionamento ótico do aparelho materializam um conjunto de abstrações teóricas que influencia a formação da linguagem fotográfica (Flusser, 2002; Machado, 2007). De toda maneira, o código digital introduz uma mudança qualitativa ao permitir a criação de uma imagem a partir do próprio código, prescindindo do "real" para gerar a imagem final.

Talvez, mais importante do que esta diferença de caráter medial, seja a forma como uma determinada cultura visual é instituída por uma configuração estético-política que conformará os usos e as linguagens de uma determinada tecnologia comunicacional. No caso da fotografia, ela inaugura um regime imagético no qual a imagem técnica é dotada de uma força indicial (ou documental). Tal característica continua a se afirmar cotidianamente no uso massivo da fotografia, do cinema, vídeo e da televisão, quando reduzidos à função de mostração e afirmação do real visível. Neste sentido, é importante destacar que a imagem em mídia digital é herdeira de uma tradição visual que irá influenciar os seus possíveis usos e interpretações. Basta verificar o emprego frequentemente dado às máquinas fotográficas e videográficas digitais: registro de coisas e eventos cotidianos voltados a servirem de suporte da memória no futuro.

A seguir, discutiremos algumas situações em que a imagem de síntese transita entre o universo da simulação e o universo da representação, analogia e indicialidade. Interessa-nos investigar quais mecanismos são mobilizados para que uma mesma tecnologia de produção de imagens seja utilizada tanto pela arte como pela ciência para gerar realidades ficcionais de um lado, e de outro, realidades que se apresentam como objetivas.

(a) Há muitas iniciativas que se utilizam de equipamentos tecnológicos de "última geração" para a

criação e produção artística. O caso de artistas-pesquisadores, que trabalham com o cinema de alta resolução, por exemplo, chama a atenção pelo esforço empreendido tanto pelos técnicos e engenheiros como pelos artistas da equipe, para se alcançar um resultado que seja o mais próximo possível da "realidade". São trabalhos nos que a imagem em mídia digital, seja ela "capturada" ou sintetizada integralmente, busca o maior grau possível de verossimilhança. Além da produção da figura humana, é muito frequente a produção de ambientes e paisagens que almejam proporcionar uma experiência de "imersão" virtual total. Este é o caso, por exemplo, dos experimentos das "cavernas digitais". Em muitos casos, tais experimentos são de fundamental importância para a criação artística, para a investigação científica, ou mesmo para aquelas atividades na qual a simulação de procedimentos - que variam desde cirurgias tele-assistidas até exercícios de segurança para trabalhadores de áreas de risco – é essencial para o aprendizado e aperfeiçoamento técnico.

Ao mesmo tempo, quando nos deparamos com a aplicação dessas tecnologias em outros contextos, nos cabe perguntar: que educação político-visual está em curso quando as potências da simulação computacional estão dirigidas a apresentar uma imagem que seja o "mais real possível"? Estaríamos diante da atualização da estética realista elevada a uma nova dimensão, quando a imagem de síntese é reconhecida e legitimada como referência do real? Ao mesmo tempo, quando as obras são esvaziadas de um potencial imaginativo e de uma abertura simbólica, não estaríamos diante de uma educação visual em que a arte e a tecnologia colocam-se a serviço do treinamento estético-cognitivo para os aparelhos comunicacionais emergentes ou para a simples formação dos gostos?



Il. 14: Imagem à esquerda, fotograma de vídeo de ação "real" gravada pelo Batalhão de Operações Especiais em favela no Rio de Janeiro que "vazou" no mercado informal de DVDs. Imagem à direita, fotograma de jogo de combate virtual, Counter Strike, um dos jogos mais populares nas lanhouses brasileiras. Ambas as cenas trabalham com uma câmera subjetiva.

(b) Outro exemplo interessante são os equipamentos e programas que fazem o reconhecimento de uma imagem física e a transformam numa imagem de síntese numa tela ou monitor. Esta última irá "interagir" em tempo real com outros elementos presentes na tela, de maneira que o movimento físico do corpo do sujeito altere a sua imagem na tela, "interagindo" com outras imagens fornecidas pelo programa. Colocamos o verbo interagir entre aspas pois trata-se de uma interação previamente programada, em que a forma de reconhecimento da imagem e do movimento é pré-definida, assim como o repertório de intervenções possíveis na tela é também pré-definido pelo *software*. Aqui, não é difícil imaginar as possibilidades de utilização direta dessas tecnologias para as novas formas de tele-trabalho.

Quando novas habilidades perceptivas são mobilizadas para que possamos nos relacionar com tecnologias de produção-recepção de imagens que possuem outras exigências cognitivas, esta imagem de síntese é também portadora de uma estética que resulta de uma política de subjetivação específica. Conforme analisado por Suely Rolnik, há sempre uma articulação particular entre um modo de sensação e um modo de percepção que interferem em nossa constituição subjetiva. Há, portanto, uma

batalha no campo estético que também ocorre no/através do nosso corpo, território-*médium* por excelência dos processos perceptivo-sensíveis, pois é nele que se dá a disputa pela configuração dos nossos afetos e deste modo sensível de subjetivação (Rolnik, 2007, 2007a).

Arlindo Machado, através da leitura crítica de outros autores, resumiu com precisão essas tensões nos processos perceptivos na relação homem-máquina. Sintetizamos abaixo alguns fragmentos:

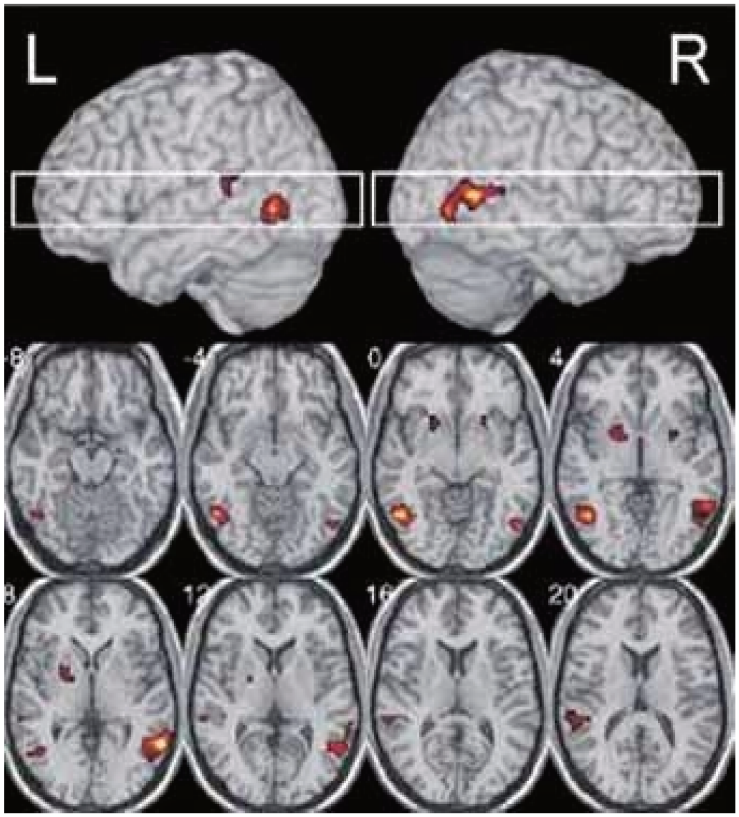
> A "atenção" pode ser entendida como um estreitamento ou uma focalização da consciência" (Crary, 2001, p. 24). É uma forma de designar a capacidade relativa, por parte de um sujeito, de isolar seletivamente certos conteúdos de um campo sensorial dos demais, com vistas em manter um mundo produtivo, ordenado e legível como dotado de sentido. [...] Vemos e ouvimos no interior de uma "moldura", algo como um *brainframe*, que filtra tudo aquilo que, em função de modelos gnosiológicos, culturais e econômicos vigentes conforma o estatuto da visibilidade e da audibilidade (Kerckhove, 1993, p. 10). [...] *Embodiment* diz respeito ao corpo não no sentido fisiológico do termo, *embodiment* é o corpo entendido como uma "*interface*" entre sujeito, a cultura e a natureza. O corpo funciona como um filtro. (Hansen, 2004, apud Machado, 2007).



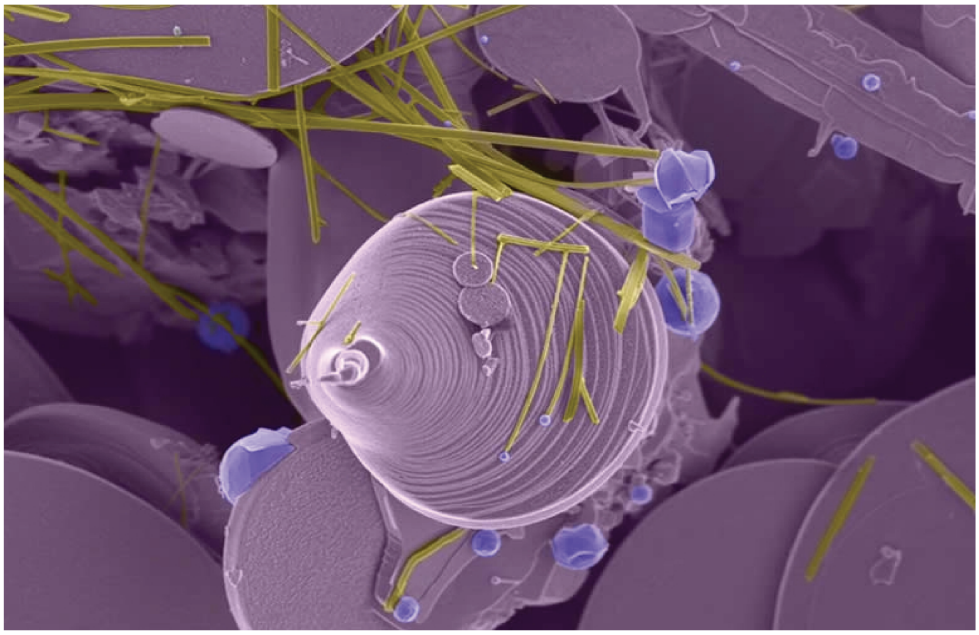
Il. 15: Fotografia realizada no Campus Party, São Paulo, 2008. Neste grande evento que reúne um público de usuários, especialistas de informática, empresas e diversas iniciativas na área de tecnologia da informação, chamou atenção a grande barraca do Ministério da Defesa brasileiro, onde instrutores convidavam o público a utilizar os diversos simuladores de pilotagem de avião, condução de tanques, entre outros. As interfaces dos *softwares* de simulação eram muito familiares aos usuários de jogos de combate virtual.

(c) Dar expressão sensível a uma idéia, um processo ou mesmo a um sentimento é tarefa central tanto para as ciências como para as artes. As finalidades e os interesses são diversos, mas um dos elementos comuns em ambas as áreas é a utilização da imagem como recurso de comunicação, expressão, entendimento ou mesmo como evidência de algo que se deseja pesquisar ou provar. Frequentemente, no âmbito científico, a imagem é convocada para revelar e certificar algo que estava sendo investigado. Aqui, a força da evidência apóia-se numa legitimidade previamente conquistada pelos aparelhos e tecnologias de visualização que irão "produzir" a imagem como índice do "real", almejando inscrevê-la no domínio da analogia e da representação. Em se tratando das imagens de síntese computacional, invariavelmente os pressupostos implícitos nesta tecnologia são mais complexos: o que o programa de visualização dá a ver? Que variáveis são escolhidas para serem vistas, e sob quais condições? Esta

pergunta poderia ser dirigida tanto para aquelas imagens de gráficos produzidos pelos economistas como para as imagens geradas pelos estudos genéticos, pelas ciências cognitivas ou mesmo as imagens de satélite utilizadas pela geografia.



Il. 16: Visualização de atividade cerebral utilizada em curso de Ciências Cognitivas no MIT: http://ocw.mit.edu/OcwWeb/Brain-and-Cognitive-Sciences/9-10Spring-2006/CourseHome/



Il 17: Imagem do Óxido de Zinco, produzida por técnica de nanofotografia e submetida a intervenção visual. Projeto de NANOARTE do Centro Multidisciplinar para o Desenvolvimento de Materiais Cerâmicos. Fonte: http://www.cmdmc.com.br/

Quando adentramos o universo do não-visto, simular ou "dar a ver" significa intervir simultaneamente no real e no imaginário. No campo da imagem de síntese é o programa de interpretação de dados e a interface de visualização que definem o que adentra ou não o campo de visibilidade, que por sua vez é definido por uma cultura visual que permite ver-entender o que é visto. O desafio é saber em que medida a visualização é desenvolvida para confirmar um argumento prévio ou para ampliar as possibilidades de interpretação e análise sobre um problema. Dito de outra maneira, o desafio é também politizar as maneiras como esta visualização produtora de conhecimentos atua na partilha do sensível.

Neste sentido, é interessante observar como diversos centros de pesquisa científica nas áreas da bio-nano-tecnologia têm convocado grupos de artistas para desenvolver projetos estéticos para suas áreas de investigação. Nesta ação, tanto o artista como o cientista introduzem novas "coisas" no mundo e, simultaneamente, educam nossos sentidos para o não-visto do universo, para sua "entrada" no mundo sensível. Por exemplo, como podemos conceber a nossa vida alimentar com os novos produtos

transgênicos?

Se compararmos, por exemplo, as imagens produzidas por alguns defensores de produtos transgênicos comestíveis com o trabalho de seus críticos, temos um belo caso de guerra imagética. Do ponto de vista reflexivo, ao invés de colocar a imagem a serviço do convencimento ideológico, uma ação de caráter político mais interessante seria a que interroga e revela os próprios mecanismos de visualização, tensionando a definição do que entra ou não no campo do visível. Em outras palavras, redefinindo o que pode ou não ser enunciado como parte integrante (e relevante) do problema.



Il. 18: Ilustração da campanha do Greenpeace contra os transgênicos. Fonte: www.greenpeace.org



Il. 19: Fotografia apresentando o milho “Safrinha”, da Empresa Sementes Agroceres, do Grupo Monsanto. Fonte: http://www.sementesagroceres.com.br/sementes_milho.asp

A primeira imagem faz parte de uma campanha publicitária da organização não-governamental *Greenpeace* contra os produtos de origem transgênica. O foco da campanha é chamar a atenção dos consumidores para o risco embutido nesses produtos, dado o desconhecimento sobre as consequências potenciais de médio e longo prazo sobre o organismo humano. Trata-se de uma mensagem dirigida à percepção do risco futuro. Imageticamente, o *Greenpeace* utilizou-se de uma ilustração que se assemelha a uma fotografia, adquirindo assim um valor extra de realidade, para atualizar uma virtualidade (perigo, risco) inscrita no produto transgênico. Para amplificar a mensagem transformou a cenoura num escorpião.

A segunda imagem é uma fotografia (pelo menos se apresenta assim) de uma espiga de milho transgênico. Esta imagem está disponível numa página eletrônica com referências detalhadas sobre as características deste milho. Ali, são colocadas diversas informações, estatísticas e gráficos que reforçam a idéia de que há muito conhecimento produzido sobre este milho. Junto a toda esta informação temos uma fotografia que atesta que o milho transgênico é exatamente assim, ou seja, perfeito e idêntico a

memória que temos de um milho natural e saudável.

Ambas as imagens constituem bons exemplos de estratégias visuais distintas como recurso de produção de verdade e legitimação. No primeiro exemplo temos uma ilustração (com uma certa influência fotográfica, e portanto herdando parte de sua cultura visual) que atualiza no presente um risco virtual futuro, dando forma visível a algo (risco do dano) que persiste como possibilidade. No segundo caso, temos uma fotografia que pretende afirmar e estabilizar como real o milho que foi produzido graças a uma intervenção na ordem do invisível, a bio-nano-tecnologia.

O uso da imagem com uma finalidade essencialmente explicativa ou didática apresenta ainda outros desafios. Dada a cultura visual estabelecida, a imagem técnica (tanto fotográfica como a imagem de síntese) acaba funcionando como um dispositivo de interpretação e, ao mesmo tempo, de produção de legitimidade. Nas imagens criadas para a visualização de dados (gráficos econômicos, por exemplo) temos uma fusão do pensamento formal-estético (através da imagem) com o pensamento lógico-simbólico, pois nos é fornecida uma explicação que associa cada parte do argumento a uma parte da imagem. A imagem de síntese gerada, por exemplo, a partir da simulação sobre um processo mental, apresenta-se simultaneamente como uma interface que fornece uma imagem-interpretação sobre um fenômeno – na medida em que esta imagem é sempre o produto da interpretação computacional de um determinado conjunto de dados selecionados – e como uma imagem-explicação – que manifesta visualmente o resultado de um encadeamento lógico fornecido pela teoria que lhe origina. O problema é que no caso da imagem "científica" ambas se apresentam fundidas, sendo ainda combinadas ao discurso especialista que busca estabilizar e circunscrever o sentido daquela imagem. No limite, trata-se de uma forma de pensamento didatizada em imagem ou, em outras palavras, uma imagem que funciona como uma espécie de máquina abstrata de pensamento.

No caso do computador esta imagem pode ser a própria interface gráfica com a qual o usuário se relaciona. Neste sentido, a interface pode se apresentar, em certas circunstâncias, como uma máquina semiótica, que ensina a pensar e a se relacionar de uma determinada forma, reatualizando uma antiga tradição presente em outras formas de educação pela imagem (Almeida, 2005). Talvez por isso seja tão urgente a necessidade de se refletir criticamente sobre a educação e sua relação com os meios de

comunicação digital, reconhecendo, sobretudo, a dimensão política que já está inscrita nesses objetos técnicos e que conformam as relações mediadas por eles. Como já apontara Miranda, a pergunta "*como educar através das novas tecnologias*" talvez esteja formulada ao contrário, afinal, deve-se também indagar "*como essas tecnologias estão nos educando"*? (Miranda, 2001).

É interessante observar os tensionamentos gerados sobre a própria definição do "Humano" no contexto de convergência das ciências cognitivas com a educação. Em alguns casos, opera-se uma redução do que se define por "inteligência" ou "imaginação", ao se "didatizar" o pensamento e os saberes comuns, transformando-os numa forma de conhecimento passível de formalização e codificação. Retornamos aqui um problema enunciado por Gorz e por outros críticos do projeto Pós-Humano.

Se por um lado as possibilidades inauguradas pelas tecnologias de simulação têm ampliado exponencialmente nossa capacidade de entendimento sobre determinados fenômenos, uma vez que o processo simulacional é parte fundamental do exercício imaginativo, por outro lado é preciso estar atento àquelas situações em que a simulação pode se converter num mecanismo rígido, propondo uma forma de pensamento integrada a um modo específico de percepção-sensação, configurando um modo de subjetivação "aparelhada".

Tal ameaça não é de todo infundada, uma vez que a combinação das tecnologias de simulação com as possibilidades de codificação do conhecimento soma-se à expansão da comunicação em redes telemáticas, à vertente tecno-ufanistas do Pós-Humano e à expansão dos sistemas de propriedade intelectual sobre os novos domínios do imaterial. Nos casos em que o conhecimento, os afetos e as formas de relacionamento social tornam-se passíveis de serem codificados e quantificados, é a própria noção do que é Humano que está em jogo, dado que algumas características que antes lhe eram particulares passam a ser definidas como genéricas e comuns às máquinas cibernéticas (linguagem, inteligência, memória, aprendizagem, autogênese, emergência etc).

Ironicamente, as tecnologias de simulação visual parecem ter dado novo fôlego à antiga relação entre ciência e "magia". Dado que as imagens de síntese modificam o campo da visibilidade (tudo pode ser transformado em imagem) e apontam virtualmente para o universo da imaginação (pode-se dar forma

de imagem àquilo que fora imaginado) não estaríamos presenciando, sob uma nova forma, um processo de reencantamento da imagem-técnica? Em outras palavras, não seria a imagem de síntese, em certas situações, uma atualização da "imagem mágica"?

Mas, se há um pouco de "mágica" em alguns desses processos de visualização computacional, não se pode perder de vista que a ciência, ao utilizar-se estrategicamente destes recursos imagéticos, mobiliza a seu favor os mecanismos de produção de legitimidade disponíveis na cultura visual dominante. Em um cenário de fortalecimento da tecnociência (como hibridização da ciência-tecnologia-capitalismo) e de elevada concorrência entre as ciências pela definição da "melhor" explicação sobre um determinado fenômeno, esta disputa se traduz numa crescente colonização da ciência pela racionalidade financeira, fazendo com que as fronteiras entre o uso da imagem para fins científicos, artísticos ou de propaganda tornem-se ainda mais sutis. A utilização dos novos dispositivos de visualização contribui ainda mais para um acoplamento entre ciência, setores economicamente dominantes e novos aparatos comunicacionais, que desempenham historicamente um papel fundamental na legitimação das inovações científicas. Num cenário de indistinção entre conhecimento e propaganda, o sonho de fusão entre arte e ciência, como bem formulado por Couchot, se transformaria num pesadelo (Couchot, 1998, p. 257).

O código, na computação, é simultaneamente técnico e social. Técnico na medida em que contém um conjunto de procedimentos e regras de execução, social na medida em que conforma as possibilidades de uso e relacionamento com o humano. Portanto, todo programa contém uma dimensão estético-política, dado que ele define o campo do visível e do invisível, do dizível e do indizível, as localizações e a forma de pertencimento no espaço criado e mediado por ele. Talvez no limite, pensar livremente com/através das máquinas cibernéticas – que são máquinas semióticas por excelência – exija uma disposição *hacker*[41], um certo interesse no livre conhecer e no desvirtuamento do programa previamente definido.

41 Há uma disputa semântico-política entre os termos *hacker* e *cracker*. Numa certa acepção o *cracker* é apresentado como aquele que se utiliza de seus conhecimentos técnicos para ter acesso a informações restritas, com finalidade de ganhos privados e na maior parte das vezes através de ações ilegais. Por oposição, a ação do *hacker* gera externalidades socialmente positivas ao liberar e produzir novos conhecimentos, enquanto a ação do *cracker* costuma causar danos ou prejuízos. Poderíamos, no entanto, afirmar que a linha entre os dois termos não é tão clara, uma vez que é justamente a fronteira entre o que é informação comum e o que é informação privada que está sob disputa.

2.5 Conflitos Imagéticos e a Ressurreição do Leviatã

> *Even with the rise of powerful new instruments of cultural pluralism - the Internet and other digital technologies - the leviathans of mass culture continue to insist upon controlling the circulation of "authorized" meanings.*
>
> (Bollier, 2005, p. 133)

As tecnologias de visão e as novas formas de produção-circulação de imagens configuram uma "política do olhar", in-formando uma disposição do olhar, um ritmo de percepção e apreensão que gera um profundo impacto sobre a memória e o pensamento humano. Os desafios que estão postos para a humanidade, no que tange a sua capacidade de imaginar, pensar e comunicar, podem ser caracterizados como uma verdadeira guerra por um imaginário próprio. A aceleração do mundo, o paradoxo da incomunicabilidade, a visão disléxica, a crise do espaço-tempo são fenômenos que modificam nosso imaginário a respeito da vida e do mundo. São processos que produzem imagens que nos atravessam e nos moldam. Em suma, as imagens nos educam dentro de determinados valores e princípios éticos-políticos e influenciam as formas de pensamento.

O desenvolvimento das tecnologias de comunicação apóia-se, em parte, na introdução de técnicas de aceleração das possibilidades de produção, disseminação e recepção das imagens. Se por um lado as diversas modificações sócio-técnicas contribuíram para a ampliação das condições de comunicação e de produção de conhecimentos numa escala nunca antes imaginada, elas também apontam para novas situações de "obsolescência" e/ou "superação" do Humano. Tais fenômenos podem ser observados na relação subordinada do humano com a tecnologia e nas transformações recentes da biologia molecular, engenharia genética e cibernética, que modificam o próprio estatuto do Humano (Santos, 2003; Martins, 2003).

O contexto de crescente aceleração das imagens; o distante que se aproxima e o espaço que é superado pela instantaneidade dos recursos de comunicação em "tempo real"; as tensões renovadas entre as formas de transmissão de informações ou de efetiva comunicação; a expansão das possibilidades de

simulação ao lado de novas formas de experiência são todas novas expressões de outras possibilidades de interação e intervenção no espaço-tempo virtual.

A intensificação da comunicação em tempo real abre outros caminhos para as novas guerras imagéticas. Trata-se, na realidade, de uma guerra pelo imaginário, pela cultura e pelo pensamento do outro. Neste cenário, se por um lado existe um amplo universo de produções midiáticas "independentes" que se tornou possível graças às novas tecnologias digitais, observa-se também o surgimento de "velhas-novas" estratégias comunicacionais criadas pelos grupos e atores dominantes, que irão re-atualizar e re-interpretar aqueles mecanismos metaforizados pela imagem do Leviatã, almejando a auto-legitimação de um poder desencarnado. Na realidade, um não-poder como totalidade unitária, mas um poder descentrado, difuso e anônimo, o biopoder. (Foucault, 1993; Hardt & Negri, 2001; Dillon & Reid, 2002).

Neste imaginário que será mobilizado, produzido e atualizado, parece que estamos diante de tentativas de "ressurreição" daquela imagem do "Leviatã" em suas várias dimensões: relação Estado-Religião, relação Soberano-Cidadão, relação Território-Nação, relação Visão-Verdade. Pensamos aqui nos diversos sentidos contidos na gravura que Abraham Bosse criou em 1651 para a capa do livro *Leviatã* de Thomas Hobbes.

O termo "ressurreição" é intencional em dois sentidos: primeiro, mais óbvio, porque partimos de uma situação de "morte" ou intensa crise do poder soberano (tal qual concebido na teoria política moderna); segundo, porque ressurreição significa a reunião do corpo com a alma. Argumentaremos que em determinadas circunstâncias o fantasma do Leviatã revive a fim de realizar, com toda sua força, o exercício puro do poder. Para isso ocorrer é necessário que o que estava descorporificado e desterritorializado torne-se, ainda que temporariamente, corporificado e territorializado.

Se a imagem original do Leviatã é mobilizadora de diversos mecanismos de identificação, o que se vive na contemporaneidade parece apontar para uma direção inversa, rumo à dissolução desses mesmos princípios unitários e totalizantes. Exemplos dessas mudanças podem ser observados nas transformações sofridas pelo Estado-Nação, nas políticas identitárias (nacionais e regionais), ou mesmo

nos tensionamentos estabelecidos sobre as noções de verdade e real. Enquanto a primeira metade do século XX viu florescer diversas formas de organização social (democracias representativas, sindicatos, partidos políticos, formas de associativismo civil e o modelo de produção taylorista-fordista), o final do século XX, entretanto, já dava sinais do esgotamento dessas formas de organização político-social e das formas de subjetivação estruturadas em torno de princípios totalizantes (indivíduo, classe, partido, representação, sujeito, poder soberano).

Há pelo menos três décadas, diversos teóricos discutem a dissolução das grandes meta-narrativas históricas, o enfraquecimento das instituições de representação política (tanto os sindicatos, os partidos políticos, como a presente crise de legitimidade de diversas democracias nacionais), a erupção de novos particularismos identitários de caráter fundamentalista (tanto nacionalistas como religiosos), a expansão sem fronteira da mercantilização de diversos domínios da vida e a crescente financeirização das relações econômicas, e finalmente o controle do terreno biológico-molecular combinado a sua informatização digital. Ou seja, o que está em questão é justamente o caráter unitário do Todo e do Sujeito (Lyotard, 1988; Jameson, 1996; Harvey, 2003; Santos, 1999).

A partir dos anos 70, inúmeros pensadores denunciaram, sob diferentes formas, a "morte" do Leviatã. A crise do poder soberano, na sua acepção moderna, já se manifestava na descentralização e despersonificação dos mecanismos de poder e na própria destruição da esfera política como campo autônomo de criação e deliberação sobre o mundo. Diante das novas forças sociais, da configuração rizomática do capitalismo e da dissolução dos mecanismos modernos de dominação, alguns autores caracterizaram a emergência das “sociedades do controle” como uma nova forma de organização do poder que se sobrepõe àquelas estabelecidas pelas sociedades disciplinares (Foucault, 1993, 1996; Deleuze & Guattari, 2005; Hardt & Negri, 2001).

As novas formas de poder, no entanto, não suprimem as anteriores. Há uma espécie de encapsulamento das diferentes formas de dominação que coexistem historicamente em suas diferentes expressões. Assim, por exemplo, observa-se a persistência de mecanismos disciplinares em partes da sociedade convivendo com a gestão biopolítica macro-social.

Uma das hipóteses exploradas pela tese é que o processo instituinte das formas contemporâneas de dominação pode ser apreendido através da observação dos tensionamentos sobre a emergência de um novo regime estético. Em uma de suas dimensões, este sistema fortalece os mecanismos de controle social ao atualizar permanentemente o "regime imagético do Leviatã". Esta *imagem identitária do pensamento*, para tomarmos os termos deleuzianos, opera por colonização das outras formas de pensamento que potencialmente se constituam como destruidoras das imagens totalizantes e unitárias.

Dessa hipótese decorre que parte da eficácia das formas contemporâneas de dominação está em sua capacidade de realizar-se de maneira não-identificável e não-localizável. O poder não tem mais cara!

> Há uma mudança de natureza do próprio poder, que não é mais hierárquico, e sim disperso numa rede planetária, difuso [...] Sua ação não seria mais vertical, como anteriormente, mas horizontal e impessoal. É verdade que a verticalidade sempre esteve associada à imagem de alguém: é o ícone que preenche o lugar do poder. (Costa, 2004, p. 162).

No entanto, esta invisibilidade do poder realiza-se, em parte, através da criação de um “outro” que preenche o lugar esvaziado do poder central. Este “outro” corresponde ao fantasma do Leviatã que atualiza seu regime imagético desprovido, no entanto, daquilo que lhe era particular: a soberania moderna. Portanto, a sua atualização cumpre a dupla missão de: regular o sistema comunicacional de autoprodução de legitimidade (há sempre um governante dando explicações e justificativas) e de criar a ilusão de unidade que organiza outros mecanismos subjetivos de identificação (ressurgimento das velhas unidades nação, razão, indivíduo). Com isso, reforça-se um estilo de pensamento incapaz de apreender o movimento, a nova dinâmica das relações de dominação e mesmo as possíveis linhas de fuga abertas dentro das novas configurações. Diante disso, o desafio para qualquer ação reflexiva consiste em driblar o atual diagrama de poder, que busca impedir que o pensamento o alcance. Ele existe lá na frente, no virtual, já se organiza duma outra maneira, enquanto que a maior parte das lutas sociais permanece presa às exigências do mundo atual.

Enfim, como já fora anunciado, a morte do Leviatã transforma-se numa questão! Lidamos, talvez, com um fantasma. O que pode ser, do ponto de vista da criação e da resistência, algo muito pior. Afinal, como enfrentar os mortos-vivos?

***

Tomemos como índice epocal o ataque ocorrido às Torres Gêmeas do World Trade Center transmitido ao vivo para todo o mundo em 11 de setembro de 2001. Este evento e seus desdobramentos atualizaram e evidenciaram algumas das características dum processo que já estava em curso. Do ponto de vista imagético, se a queda do muro de Berlin marcou o final do século XX, podemos dizer que a queda das Torres Gêmeas marcou definitivamente a entrada no século XXI.

Este acontecimento guarda uma profunda relação entre estética e política, pois as imagens do ataque provocaram uma verdadeira experiência de reconfiguração do mundo sensível, algo percebido, mas que era difícil nomear e compreender. Criou-se uma abertura simbólica sobre o signo das Torres. De imediato, as imagens produzidas procuravam restabelecer o conjunto anterior de identidades, como que buscando ordenar, fixar e definir os locais de pertencimento de cada sujeito no mundo. Seja na imagem das vítimas e de suas famílias, nos pronunciamentos do Presidente Bush, nos indivíduos árabes de alguma cidade desconhecida no Oriente que comemoravam o ataque, nas bandeiras americanas destruídas, enfim, um conjunto de imagens que opunha bem-mal, racionalidade-irracionalidade, cidadãos-terroristas, nação-bandos, entre outros. Com essas imagens disparam-se os mecanismos de subjetivação identitária e se reafirma uma certa partilha do mundo. As imagens produzem pensamentos! Trata-se de uma imagem que articula um pensamento de estriagem do espaço mental, definindo territórios, localizações e categorias sociais (Deleuze & Guattari, 2005).

Esta geometria do espaço produzida e conduzida pelo olhar re-atualiza o regime imagético do Leviatã, que à maneira de um fantasma apropria-se de um poder que já não é seu, para em seguida se apresentar como detentor legítimo do poder soberano e efetivar aquilo que melhor o caracteriza: a função de exceção (Hardt & Negri, 2001). Evidencia-se assim um outro tipo de soberania que se apresenta simultaneamente como um Leviatã (na sua expressão fantasmagórica) para a legitimação das instituições fundadas sobre a representação, mas que se realiza na prática através de um poder desencarnado: o biopoder.

Observados alguns dos desdobramentos imediatos aos ataques, dois conceitos de guerra tornam-se populares: “guerra preventiva” e “guerra assimétrica”[42]. Aqui, temos duas dimensões complementares daquele processo descrito anteriormente de superação do espaço real e deslocamento do atual em direção à virtualidade. De um lado, a predisposição unilateral à escolha do novo alvo e uma antecipação que se dá no tempo (preventiva) ao invés de ser no espaço. De outro, a convocação de potências que não mais precisam corresponder à força do inimigo (assimetria), pois não se trata de uma batalha real, mas de uma guerra sobre o seu próprio potencial destrutivo que precisa ser atualizado. Hardt e Negri, ao examinar a função de exceção de Schmitt, destacam duas características: (a) capacidade de definir, sempre de forma excepcional, as demandas de intervenção; (b) capacidade de mobilizar forças e instrumentos que podem ser aplicados à pluralidade dos arranjos em crise, uma forma de direito de polícia (Hardt & Negri, 2001, p. 34).

Outra inovação deste estado de urgência permanente é a incorporação da mídia como frente de batalha. Essa estratégia foi ensaiada na invasão do Kuwait em 1992, em seguida no Afeganistão, para, no Iraque, ser assumida como um elemento central no “combate”. Jornalistas dispostos a acompanhar as forças de invasão passaram por treinamentos junto aos militares para saberem como se portar *in loco* e realizar a cobertura jornalística conjuntamente às equipes militares. Ademais, as imagens registradas durante o dia pelos cinegrafistas e fotógrafos que integravam as missões deveriam passar, na maioria das vezes, pela análise de um militar superior no local antes de serem enviadas para as respectivas empresas de comunicação. Esta prática deu outra vida ao conceito de "*embedded photojornalists*", abrindo novas problematizações acerca das condições de produção independente de notícias[43].

Recebíamos imagens de um local distante de maneira quase simultânea aos acontecimentos. As imagens transmitidas, é necessário destacar, não criam um campo de "comunicação". Ao contrário, elas podem destruir, dependendo da maneira como foram produzidas e recebidas, qualquer possibilidade comunicativa na medida em que fundem universos distantes, sem qualquer mediação lingüística

42 Trechos dos vídeos citados estão disponíveis nos endereços:
(1)http://xama.incubadora.fapesp.br/portal/projeto-tese/videos/edicao-4ww-bush-guerra.ogg/view
(2)http://xama.incubadora.fapesp.br/portal/projeto-tese/videos/edicao-4ww-tipo-guerra.ogg/view

43 Existe uma boa polêmica em torno do conceito de “*embeded jornalism*” e das diferenças entre as coberturas jornalísticas da Guerra do Vietnã, do Golfo e Iraque.
Veja: http://www.lightstalkers.org/literature-on-embedded-journalism

compartilhada. As imagens simplesmente nos apresentam a “realidade” tal qual; realidade feita de informação-em-forma-de-imagem. Ou melhor, pelo menos esta é a maneira em que fomos “educados” a recebê-las.

Ao analisar a estrutura de transmissão dos meios de comunicação de massa, percebe-se como aquela geometria do olhar unívoco se inverte, porém, mantendo a centralidade do ponto de irradiação que coincide com o ponto de observação: captura da imagem, edição, produção e difusão, todos processos bastante centralizados.

É por isso que os meios digitais de comunicação em rede, potencializados pela proliferação de câmeras digitais, proporcionaram outros pontos de vista sobre o mesmo problema. Porém, essa produção imagética descentralizada, ainda que imbuída de um caráter contra-hegemônico, acabará, na maior parte das vezes, reproduzindo aquela mesma forma de conhecimento metaforizada pelo regime imagético do Leviatã, realizando apenas uma inversão dos pólos.

Aqui, compreende-se como a guerra imagética, com o controle direto ou indireto sobre o que pode e como deve ser visto, tem uma função estratégica nas guerras atuais. Nessa situação, o imaginário é contaminado pela máquina de comunicação. Como Hardt e Negri discutem, as imagens e sua linguagem produzem novas mercadorias e subjetividades que serão ordenadas em seguida. Temos então um amálgama do imaginário, do simbólico e do tecido biopolítico. Ou seja, esse poder tem uma forma de legitimação que não lhe é mais externo. O controle da produção de sua própria imagem, através da incorporação de toda a indústria de comunicação, permite o surgimento de uma linguagem de auto-validação (Hardt & Negri, 2001, p. 52).

Esta linguagem com vistas à produção de unidade é uma das características da forma-Estado (Deleuze & Guattari, 2005). De maneira análoga ao desenho do Leviatã de Hobbes, em que o princípio da perspectiva geométrica aplicada no plano ético-político significava a necessária unidade do poder soberano, podemos dizer que a produção de imagens relacionadas ao pós-11/9 colocou em movimento diversos mecanismos identitários. A forma-Estado, dizem os autores, "*tem uma tendência a reproduzir-se idêntica a si através de suas variações*", ou seja, criando aparelhos identitários em outros níveis e

camadas, permeando todo o tecido social e as subjetividades (Deleuze & Guattari, 2005, p. 24).

Virilio identificará este mesmo impulso de produção de unidade na "*manipulação deliberadamente terrorista da necessidade de segurança*", promovida pelos poderes constituídos, que, através da produção de um "*sentimento comum de insegurança*", mobilizam e produzem união através de novas "*unanimidades da necessidade*" (Virilio, 1996, p. 115-116).

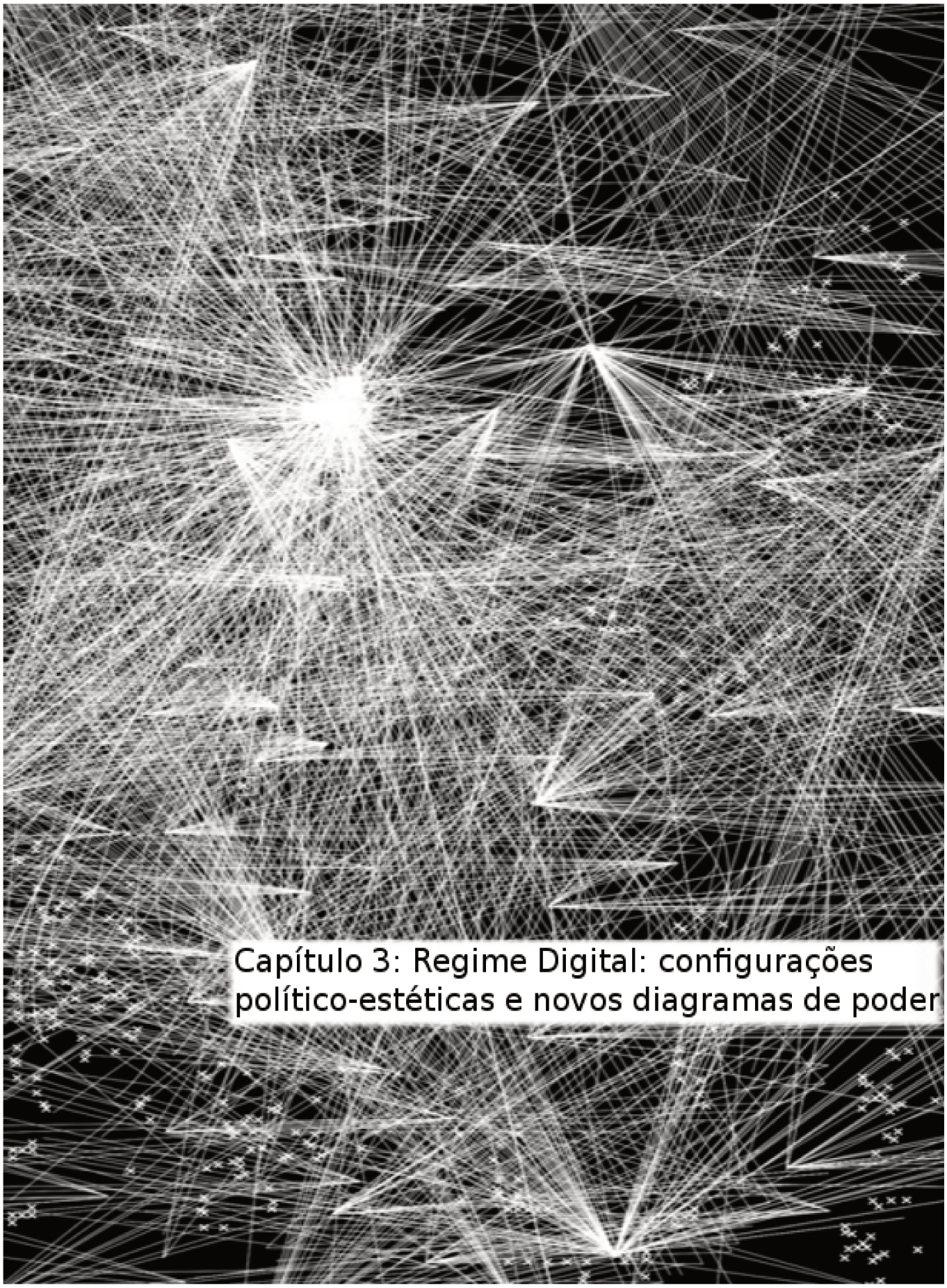
Se por um lado as novas formas de controle se exercem através da total visibilidade em tempo real aplicada a um campo sem restrições, e portanto na prática não se trata mais do olhar disciplinar introjetado do Leviatã, no momento de exercer o controle sobre as imagens que produz de si (pensando em toda a indústria da comunicação e propaganda), parece-nos que é preciso se re-territorializar e corporificar-se e aí, apresentar-se através de uma atualização do Leviatã.

Nesse sentido, a câmera de televisão na frente de batalha produz uma imagem para o receptor que corresponde ao olhar do vigia que está no ponto de observação. É um olhar de penetração num espaço delimitado. Diria Virilio: "*Erguer o outeiro corresponde ainda ao domínio das dimensões, este se transformando em perspectiva, geometria do olhar a partir do ponto fixo ubiqüitário e não mais, como anteriormente, a partir do itinerário sinótico dos cavaleiros"* (Virilio, 1996, p. 76).

A nossa incapacidade de perceber criticamente e problematizar essa aceleração promovida pelos meios de comunicação faz com que pensemos a eliminação das distâncias como uma "*libertação da sujeição geopolítica*". Entretanto, como afirma Virilio, o que está se processando é o próprio "*extermínio do espaço como campo da liberdade de ação política*" (Virilio, 1996, p. 130).

Finalmente, a defesa de Vilém Flusser sobre a urgência de uma "*filosofia da fotografia*" soma-se à crítica de Virilio no sentido de retomarmos o problema da liberdade num mundo programado (Flusser, 2002). Tal reflexão faz-se necessária para que as tecnologias de comunicação e visão, bem como as linguagens que delas emerjam, não sejam assumidas como recursos politicamente neutros. Portanto, a possibilidade de constituir novos campos efetivamente políticos deve passar necessariamente pela subversão dos "programas" e "linguagens" que utilizamos para nos comunicar.

Tais tecnologias e as imagens por elas veiculadas relacionam-se a determinadas formas de pensamento e ordenamento do mundo social; produzem e expressam a maneira como a cultura, as instituições e os próprios indivíduos se organizam, se pensam e se co-produzem. A essa determinada configuração histórico-social, corresponde uma forma de comunicação e um regime imagético, que constrói e apresenta as formas de participação no mundo. O debate em torno das condições de participação ou exclusão deste mundo sensível é o próprio fundador da Política. A forma de visibilidade (aquilo que se vê, mas sobretudo aquilo que se oculta) na produção de imagens pode conter indícios desta outra "Política". Esta última, pensada aqui como o momento de dissenso sobre os critérios e a forma de constituição do mundo vivido; dissenso sobre os locais e a disposição dos corpos em uma comunidade; dissenso sobre as categorias existentes e o "nome" das coisas; dissenso sobre a delimitação do território e suas fronteiras. Dissenso, como diria Rancière, sobre a própria "*partilha do sensível*" (Rancière, 2005).


Capítulo 3: Regime Digital: configurações
político-estéticas e novos diagramas de poder

Capítulo 3 - Regime Digital: configurações político-estéticas e novos diagramas de poder

For the Net is both a tree and a rhizome.
(Brian Holmes, 2006)

3.1 A emergência de um novo conflito

A revolução da micro-eletrônica na segunda metade do século XX e a rápida expansão das redes telemáticas no final deste período são frequentemente identificadas como vetores de profundas transformações em diversos segmentos da vida social, econômica e política. A emergência e crescente presença da cibercultura como expressão societal - pensada aqui não apenas como uma forma de comunicação, mas como um conjunto de práticas, instituições, relações, linguagens e modos de subjetivação - configuram um universo social pleno que está em interação permanente com outras esferas da vida.

Conforme analisado no capítulo anterior, as mídias digitais e a Internet podem ser pensadas como novos *médiuns*, como suportes com características e qualidades de outra "natureza". Não é exagero afirmar que ambas se manifestam como uma nova interface, uma outra superfície onde a interação, a produção e o ordenamento social ganham novas dobras e contornos. Em especial, trata-se de um *médium* que se confunde com o conteúdo expresso, na medida em que tanto o *médium* digital como a Internet são, em parte, produtos da linguagem!

A aproximação formal com estas mudanças introduzidas pelo digital, encontra inspiração nas palavras de Rancière a respeito da emergência da página romanesca: uma "*superfície não é simplesmente uma composição geométrica de linhas*, [...] *é uma forma de partilha do sensível*" (Rancière, 2005, p. 23). Por isso, o processo instituinte de uma nova superfície como o ciberespaço torna-se o palco de uma acirrada disputa sobre suas condições de visibilidade e enunciação. Afinal, trata-se de definir as formas de pertencimento, a distribuição dos sujeitos, dos recursos simbólicos e materiais através deste *médium*,

enfim, uma nova configuração social e política do mundo.

De início, o ciberespaço se apresenta como um território de relativa planeidade ou horizontalidade propiciada pela convergência digital e pela interação em rede, que dá a impressão de que estamos diante de uma nova equivalência entre os diferentes atores que ocupam o ciberespaço; uma outra distribuição capaz de dissolver antigas hierarquias de temas, autoridades e sistemas de legitimação. No entanto, veremos que é justamente na fronteira onde/quando o ciberespaço poderia se realizar como esta outra superfície "lisa", em oposição a um território plenamente estratificado, que a Política acontece: *"a política ocupa-se do que se vê e do que se pode dizer sobre o que é visto, de quem tem competência para ver e qualidade para dizer, das propriedades do espaço e dos possíveis do tempo*" (Rancière, 2005, p. 17). É neste acontecimento que se altera tanto a produção de enunciados como a própria forma de visibilidade em uma determinada sociedade[44].

Metaforicamente, pode-se dizer que a esta planeidade virtual ("em potência") do ciberespaço corresponde a planeidade da imagem de síntese. Esta, na medida em que é produzida a partir da simulação computacional, introduz novas questões no sistema de representação visual consolidado pela imagem técnica analógica. Aqui, não se trata de discutir as propriedades de convergência ou interpretação numérica do digital, capaz de reduzir as diversas manifestações materiais (luz e som, por exemplo) sob a forma do código digital. Também não iremos interrogar a idéia de ruptura na relação de contigüidade com o "real", presente nos argumentos que reivindicam a indicialidade da imagem técnica analógica. Muitas vezes, tais discussões confundem a imagem com seu *médium*, como se a imagem de síntese, ao ter abolido o suporte físico e ao se apoiar na interpretação maquinal de um código numérico, tivesse também perdido sua relação com o mundo "real" ou "material". Aqui, é necessário problematizar o que é este "imaterial" do digital, pois é difícil pensar na difusão de uma imagem que prescinda de uma materialidade qualquer para ser visível.

Vale a pena retomar aquela distinção elaborada por Hans Belting entre o *médium* e imagem. Tal diferenciação ganha maior relevância numa situação de predomínio dos suportes digitais, na qual a

44 Fora disso, se tratamos do que já está devidamente localizado, identificado e regulado, estamos no terreno da gestão dos conflitos, portanto, na arena "*policial*" (Rancière, 1996).

relativa "autonomia" entre a imagem, som e texto e seus suportes é freqüentemente confundida com a estranha idéia de "som digital" ou "imagem digital".

Para Belting (2004) o *médium* pode ser entendido como todo suporte utilizado pela imagem para ela se encarnar e ser transmitida. Mesmo as imagens mentais ou interiores terão o nosso corpo como um *médium* vivo para se manifestarem. Já as imagens visíveis devem estar necessariamente inscritas num *médium*, pois é através dele que ela alcança a presença necessária à transmissão de sua mensagem icônica e pública. Assim, enquanto a imagem precisa de um *médium* qualquer para "acontecer", ela existe (e resiste) para além do seu *médium*.

É com base neste fundamento que Belting argumenta que o controle político sobre as imagens dá-se, na realidade, sobre o *médium* em diferentes intensidades, pois é ele que “transporta” e dá expressão visível à imagem. Tal controle se expressa, por exemplo, desde as ações de destruição física de estátuas religiosas ou nas sutilezas de uma política visual que conformará os códigos estéticos ou padrões morais que definem o quê pode ser visto. Portanto, é sobretudo o *médium*, em suas especificidades técnicas e no uso cultural estabelecido, que irá in-formar tanto o campo de visibilidade como nossa percepção. No caso do digital, a intervenção ocorre também num nível mais elementar: o código (aqui entendido como a linguagem de programação).

Interessa-nos problematizar os tensionamentos estético-políticos subjacentes à formação do *médium* digital e da Internet. A relevância disso para nosso debate é que o surgimento de um *médium* "imaterial" introduz novas questões (que estão longe de serem respondidas) sobre a dimensão visual das formas contemporâneas de exercício do poder, presentes tanto nas variadas expressões de uso das tecnologias digitais como nas políticas de subjetivação. Tal reflexão nos parece importante porque estamos diante de forças portadoras de uma educação político-visual que estão modificando tanto a configuração sensível do mundo quanto nossa capacidade imaginativa e as formas de pensamento mobilizadas por elas.

Numa direção complementar, problematizaremos alguns dos fatores que dão forma a uma estética visual que está na base de uma determinada política. Inspiramo-nos na noção de estética conforme

proposta por Rancière: "*um modo de articulação entre maneiras de fazer, formas de visibilidade dessas maneiras de fazer e modos de pensabilidades de suas relações, implicando uma determinada idéia da efetividade do pensamento"* (Rancière, 2005, p. 13). Portanto, investigamos os mecanismos atuantes na produção-circulação-recepção da imagem na cibercultura que fazem com que ela se comporte ora como uma imagem sujeita a um sistema de representação (com seus vínculos de indicialidade, analogia e identificação) e ora como uma imagem sujeita às regras de um sistema de simulação (com seus vínculos com a síntese computacional).

No fundo, é o estatuto da imagem em mídias digitais, tanto no universo artístico como científico, mas também do ponto de vista da regulação estatal sobre seus fundamentos de origem, representação, regime de propriedade e definição autoral, que está sob forte disputa. Sua importância deve-se ao fato de que, entre outras coisas, as imagens produzem pensamentos. Em outras palavras, dependendo da cultura interpretativa mobilizada pela imagem, do suporte que lhe dá visibilidade e da forma de apresentação-recepção, ela pode ganhar contornos próprios que buscam estabilizá-la e transformá-la numa verdadeira máquina abstrata de pensamento.

Referimos-nos, sobretudo, às situações de simulação computacional utilizadas tanto pelas artes como pelas ciências para dar existência visível a determinados processos e conteúdos "invisíveis". Afinal, não é curioso observar que os mesmos procedimentos e tecnologias de visualização sejam utilizados para produzir obras "ficcionais" pela arte, enquanto a ciência os utiliza para gerar obras que almejam o status de "realidade objetiva"?

Finalmente, a proposta de investigarmos as relações entre as mutações do regime imagético e a emergência da cibercultura orienta-se pela percepção de que as tensões que cercam as transformações são semelhantes àquelas que estão na base instituinte do ciberespaço, permitindo ou impedindo que ele se configure como uma outra superfície regida por princípios estético-políticos diversos. Se pensarmos o ciberespaço como um *médium* onde as diversas linguagens (texto, som e imagens) combinam-se de maneira multimoldal e a relação entre os sujeitos (criadores e receptores) pode ser potencialmente multidirecional, horizontal, distribuída e colaborativa, pode-se dizer que (num desdobramento das idéias de Rancière) esta interface contém uma força que pode revogar a política inerente à lógica

representativa, na qual a organização hierárquica (dos temas e das linguagens) era análoga à ordem político-social.

Uma questão subjacente a essas reflexões – e que não temos a pretensão de responder – pode ser resumida da seguinte forma: se o período marcado pelo surgimento e consolidação dos meios de comunicação de massa e analógicos (fotografia, cinema, rádio e televisão) corresponde à consolidação das grandes instituições sociais fundadas sobre os princípios da "representação" (sindicatos, partidos, governos) e a uma forma centralizada de produção, legitimação e difusão dos conhecimentos (escolas, universidades, empresas de comunicação), que relações podemos estabelecer entre a emergência de uma nova "era medial" – manifesta pelas tecnologias digitais de comunicação em rede – e as transformações e configurações contemporâneas das formas de saber-poder? Ou ainda, quais são as novas imagens que mobilizam e articulam a formação dos novos diagramas de poder?

Sinteticamente, argumentamos que há uma tensão crescente promovida pelos sujeitos e organizações econômica e politicamente dominantes, numa tentativa de colonizar os potenciais inaugurados pelas mídias digitais, fazendo o uso de diversas estratégias de imposição sobre o regime visual emergente, através de mecanismos regulatórios (estéticos, econômicos e jurídicos) oriundos e consolidados no contexto dos meios analógicos. No atual contexto histórico, ainda que os meios digitais possuam uma força crescente para o estabelecimento duma outra hegemonia medial[45], não se pode perder de vista a persistência das formas culturais instituídas, suas significações e regulações que se consolidaram através do uso dos meios técnicos de produção e reprodução analógica.

Portanto, há indícios que neste momento de simultaneidade entre diferentes formas de conhecimento e de exercício do poder, surge um outro território que está sob disputa por essas formações concorrentes. De maneira simplificada, pode-se dizer que estamos diante de: (a) agenciamentos subjetivos e sociais de uma cultura e uma forma de pensamento, uma organização econômica-social e instituições jurídicas-políticas que se constituíram segundo princípios de unicidade, identidade, representação, centralidade e hierarquia; (b) conflitando com forças de multiplicidade, (des)identidade, apresentação-simulação,

45 Hegemonia medial: relativo ao domínio de um *médium*/suporte específico para a comunicação, registro, organização e difusão do conhecimento.

descentramento e horizontalidade. Isso não significa que essas últimas sejam melhores ou mais emancipatórias que as do conjunto anterior. De fato, não são e tampouco existem como um bloco monolítico. Também nada leva a crer que existam de maneira isolada e sem suas devidas contrapartidas, pois ambos processos atuam continuamente sobre os mesmos locais e são simultaneamente alimentadas por todos os partícipes do conflito.

A impressão que temos é que os sujeitos, as instituições e o poder (como o campo de forças entre eles) jogam com esta indeterminação para obterem conquistas (econômicas, sociais, subjetivas) a seu favor, ora afirmando-se como particular e uno, ora como genérico e múltiplo. Se o processo de aceleração societal e a crescente mediação cibercultural têm levado o exercício do poder a dirigir sua aplicação para a gestão do futuro e, portanto, objetivando controlar um campo de virtualidades (trata-se de gestionar a incerteza), temos um gradual deslocamento do *locus* de intervenção e disputa rumo ao universo do virtual. Podemos apontar, como expressões desta mutação societal: a crescente importância da economia financeira globalizada; o surgimento de novas formas de controle e de apropriação privada dos bens comuns imateriais (antes considerados externalidades plenas); a crescente interpenetração do pensamento informático-cibernético com a genética, a neurociência e a nanotecnologia, em suma, expressões renovadas da tecnociência sob a regência de uma "*metafísica da informação*" (Martins, 2006).

Da mesma forma, a crescente disputa sobre o domínio da produção cultural e de uma economia do imaterial não visa apenas garantir direitos futuros de exploração econômica inquantificáveis, visa também à possibilidade de intervir sobre o campo dos desejos e da imaginação, terreno do virtual por excelência. Ao que tudo indica, é no tensionamento dessas indeterminações, nesta luta pela reconfiguração de outras formas de enunciação, partilha e pertencimento no/do ciberespaço, que uma outra Política está se constituindo.

3.2 Disciplina e controle, do analógico ao digital

A relação entre um regime de poder e o regime de visualidade correspondente foi longamente examinada por Michel Foucault. Seja com relação à visibilidade de poder (o seu exercício e de quem o exerce) como a visibilidade do seu campo de aplicação (sobre o espaço e os sujeitos), Foucault irá discutir os mecanismos através dos quais o poder se constitui. Para isso, ele tomará algumas precauções metodológicas sinteticamente descritas no livro *Microfísica do Poder*:

- Primeiramente, é necessário "*captar o poder na extremidade cada vez menos jurídica de seu exercício*", nas suas ramificações, lá onde ele se torna capilar e ultrapassa as regras que o delimitam, e portanto, onde ele penetra nas instituições e se corporifica em técnicas e procedimentos;

- Segundo, o poder deve ser estudado na sua forma externa. "*Ao invés de perguntar como o soberano aparece no topo, tentar saber como foram constituídos, progressivamente, materialmente, os súditos, a partir da multiplicidade dos corpos, das forças, das energias, das matérias, dos desejos, dos pensamentos"*. Portanto, como analisamos no primeiro capítulo, Foucault inverte a questão da soberania proposta por Hobbes;

- Terceiro, tomar o poder como um fluxo em rede, no qual o indivíduo surge como centro de transmissão, sendo simultaneamente sujeito e objeto. Portanto, o poder não está localizado em um único lugar ou indivíduo. Todos são partícipes na sua circulação e exercício. "*O indivíduo não é o outro do poder: é um de seus primeiros efeitos"*;

- Quarto, Foucault examina o poder numa direção ascendente, partindo da história dos mecanismos sutis para depois seguir sua transformação em mecanismos cada vez mais globais. Tal modificação, segundo o autor, reflete as situações dentro das quais o exercício deste poder se torna "*economicamente vantajoso e politicamente útil*"; e

- Quinto, para que esse poder possa exercer-se é necessário criar "*aparelhos de saber*" que são "*instrumentos reais de formação e de acumulação de saber*" (Foucault, 1993, p. 179-191).

Todas essas dimensões apontadas por Foucault estão presentes na relação entre poder e visualidade. Em cada regime de dominação a visão se realiza de uma forma específica, e sua transformação é um dos elementos centrais na passagem das sociedades soberanas, para as disciplinares e para a emergência das sociedades do controle (Foucault, 1993; Deleuze, 2007). Da mesma forma, conforme analisado por Rogério da Costa, cada regime de dominação se relaciona a uma forma de organização das informações e de produção do conhecimento na sociedade (Costa, 2004).

A visualidade nos dispositivos disciplinares se efetiva, principalmente, segundo o princípio do panóptico, ou seja, a partir do exercício de um olhar central de observação que é opaco (não se sabe quem está vigiando) e que esquadrinha geometricamente o espaço de sua aplicação. Aqui, o poder é conjugado à luz, tornando visível aquilo que deve ser controlado (Foucault, 1993, 1996).

Como analisado por Rogério da Costa, esta forma de poder corresponde a uma forma de conhecimento que organiza as informações verticalmente e hierarquicamente. As instituições, por sua vez, almejam estabelecer "monopólios" sobre a produção/organização dos conhecimentos, pois sua eficácia e legitimidade dependem em parte deste controle. Assim, cada informação produzida, bem como o acesso a ela, dependerá de uma localização precisa (Costa, 2004). Neste caso, é importante frisar, o poder se exerce sobre o indivíduo, o qual é produzido simultaneamente através deste exercício de produção-transmissão do poder. É através desta localização precisa que ele assume uma identidade, ocupa uma "célula", sendo uma unidade particular dentro da sociedade. Nesta forma de poder, as questões de resistência, portanto, dirão respeito a "*polarização entre a opacidade do poder e a transparência dos indivíduos. Lembramos da famosa imagem do panóptico. O poder, devido a sua situação privilegiada, se manteria fora do alcance dos indivíduos, enquanto estes últimos estariam numa situação de constante observação, sendo portanto transparentes aos seus olhos*" (Costa, 2004, p. 162).

Para Deleuze (2007) o surgimento dos mecanismos de controle implicará numa outra forma de visão que se sobrepõe àquela centralidade do olho do poder, pois agora seu exercício é completamente difuso e não localizável. As informações não deixam de ser produzidas sobre cada indivíduo. Agora elas não são mais produzidas a partir de um ponto específico, mas geradas pelo próprio deslocamento e pelas

decisões dos indivíduos, a partir de ações de variâncias mínimas, a partir de uma modulação. Portanto, o que passa a interessar é o fluxo da multidão que informa e cria padrões de comportamento para o indivíduo (que se reduz a um perfil), permitindo ganhos de eficiência na economia da gestão populacional.

A esta forma incorpórea de dominação corresponde uma forma de produção de conhecimentos descentralizada e horizontal tornada possível pelas possibilidades de comunicação e organização das informações em redes. Há, neste caso, a introdução de uma nova camada de observação e de sistematização das informações, um novo olhar que não mais se exerce a partir de um ponto de vista único, mas que está em diversos locais e é alimentado por todos os indivíduos da rede. Ao mesmo tempo que o panóptico se generaliza e se transforma através da proliferação dos recursos de vigilância integrados a sistemas de comunicação em rede, ampliando a interiorização do sentimento do estado de observação permanente, verifica-se uma modificação na direção deste olhar na medida em que participamos, ativamente e simultaneamente, de sistemas em que somos observadores e observados.

Portanto, a visualidade dos dispositivos de controle adiciona uma outra camada àqueles elementos que analisamos em torno da imagem analógica. Resumidamente, temos o seguinte percurso:

As primeiras formas de uso profissional da fotografia, bem como os esforços de aceleração no tempo de captura da imagem, estão intimamente ligadas às exigências das ciências médicas e criminais (Sougez, 2001; Samain, 1993; Dubois, 1994). Era necessário produzir estudos, documentos, registros com força de "verdade" e a fotografia, pelo seu funcionamento "automático", fornece o elemento indicial para a prova científica. Ao mesmo tempo, no início do século XIX, tais conhecimentos estavam se constituindo como campos próprios de saberes, que seriam fundamentais para o ordenamento e o disciplinamento da vida social, bem como para formação de certas categorias que seriam objeto dessas políticas: o doente mental, o criminoso, o trabalhador, o homossexual, entre outros (Foucault, 1996). Temos, portanto, uma articulação entre o regime imagético indicial, dispositivos disciplinares, estruturas verticalizadas e hierárquicas de conhecimento, com uma forma de gestão Estatal do "passado-presente" (em contraposição a uma gestão do "presente-futuro" que irá caracterizar o Estado nas sociedades de controle).

Da mesma forma, o surgimento dos meios de comunicação eletrônico-digital está intimamente ligado à emergência da sociedade do controle numa escala e intensidade muito maiores. Neste processo, o desenvolvimento dos aparelhos de visão e o permanente impulso de "ver sempre mais" potencializam a aceleração do tempo e a superação das distâncias, modificando nossa relação com o tempo e o espaço. Neste caso, temos uma mutação no regime imagético com a introdução das possibilidades de síntese computacional da imagem, combinada às novas potencialidades que os dispositivos de controle adquirem com os recursos de comunicação em tempo real. Este conjunto, por sua vez, corresponderá a uma forma de produção de conhecimentos descentralizada, horizontal, impessoal e voltada para o estabelecimento de tendências, fluxos e potencialidades.

Para que isso se efetive, será exigida uma nova sofisticação nos aparelhos de monitoramento e vigilância. Como veremos adiante, não se trata apenas da generalização das condições de vigilância e de uma relativa universalização da experiência de vigiar e ser vigiado. Há também uma certa inversão do processo de observação na medida em que muitas pessoas se utilizam atualmente da Internet para realizar um desejo de auto-exposição, não só permitindo a vigilância, mas tornando-a uma experiência que instaura um outro modo de subjetivação. Já estão bastante difundidas na Internet experiências que revelam um certo desejo de mostração. Espaços onde a intimidade é escavada e mostrada, requisitando o olhar do outro como parte dos mecanismos de produção da subjetividade e de formação identitária.

Algumas produções de coletivos de artistas brasileiros têm trabalhado com a temática da vigilância, combinando ações de intervenção no espaço público e privado que são registradas (fotografia e vídeo) e mediatizadas através da Internet (http://atitude-suspeita.blogspot.com/). Outros já integram a intervenção "concreta" aos recursos digitais de transmissão em tempo real, tornando a mediação no ciberespaço parte da própria experiência (www.manifesto21.com.br).

O projeto Atitude Suspeita idealizado pelos grupos "Esqueleto Coletivo" (http://www.esqueleto.tk/) e "EIA – Experiência Imersiva Ambiental" (http://mapeia.blogspot.com/) em 2006, reuniu um conjunto de intervenções realizadas simultaneamente diante das câmeras de vigilância instaladas pela prefeitura no centro da cidade de São Paulo.



Il. 20: Convite eletrônico produzido pelo Esqueleto Coletivo e pelo EIA. Disponibilizado no site http://atitude-suspeita.blogspot.com

As ações, bastante diversas em suas propostas, estratégias e resultados, problematizam o tema da vigilância segundo as seguintes abordagens: direito à privacidade, quando interrogam a vigilância permanente de todos os espaços da vida e seu impacto repressivo sobre a livre manifestação e circulação; transparência e legitimidade do poder, quando questionam "quem é que vigia" e "para qual finalidade"; ações de controle, quando discutem a produção de "perfis" e o estabelecimento de padrões de comportamento, por exemplo, em torna da idéia da "atitude suspeita".



Il. 21 – Montagem realizada pelo Esqueleto Coletivo a partir de fotografias de câmeras de vigilância no centro de São Paulo. Fonte: http://atitude-suspeita.blogspot.com

Outra iniciativa interessante é o Manifesto21, idealizado pela dupla "m e m não é confete" (www.manifesto21.com.br). Na atual versão do projeto, as artistas realizam uma performance-intervenção na rua a partir de um "carrinho de camelô" inspirado nos carros de mão dos trabalhadores informais. O carro é munido de equipamentos de som, câmeras de vídeo, monitores para a visualização *in loco* das gravações, computadores conectados para o processamento da imagem em suporte digital e sua imediata transmissão sem-fio através da conexão com celulares. Através deste circuito, as imagens entram no ciberespaço e podem ser assistidas no site do projeto. As pessoas na rua são convidadas a manifestar sua opinião sobre qualquer tema diante da câmera e do microfone. Ao mesmo tempo que o vídeo é transmitido para a Internet, ele é exibido numa tela do carrinho e a voz do narrador é amplificada através dos auto-falantes. Nesta performance, intitulada "*Performances Panopticadas – work in progress" (ou a elaboração de um manifesto multimidiático: o 'Manifesto Panóptico')*" as autoras discutem não apenas a questão da vigilância mas, sobretudo, sua espetacularização acelerada.

Como o próprio texto do projeto explica (veja nos anexos ou consulte o site: http://www.manifesto21.com.br), ao invés dos 15 minutos de fama promulgado por Andy Wahrol nos anos 60, hoje este tempo estaria reduzido a 5 segundos.



Il. 22: Manifeste-se [todo mundo artista]. Imagem da performance disponível no site: http://www.manifesto21.com.br/manifestese2007

Em ambas iniciativas persiste uma preocupação com o problema da "vigilância". Há, no entanto, outra problemática que surge marginalmente nos trabalhos e que aponta para a emergência de mecanismos de controle mais complexos. Neste sentido, enquanto as ações de vigilância têm como "alvo" o indivíduo, a idéia de produção e identificação de uma "atitude suspeita" é reveladora do funcionamento dos dispositivos de controle. Este funcionará através da criação de padrões de movimentação e comportamento, deixando de ver o indivíduo A ou B para observar a massa e identificar o comportamento A' ou B'. Para isso, além das câmeras de vigilância é necessário que o registro visual esteja integrado a um sistema de monitoramento em tempo real (portanto, a introdução da mediação cibernética) para que as imagens possam ser registradas e analisadas imediatamente. As informações

acumuladas, graças a bancos de dados integrados, tornam-se disponíveis para análise e para identificação posterior de padrões desejados ou indesejados. A partir dessas informações produz-se um conhecimento que permite ações de caráter preventivo e não mais punitivas. Enquanto as primeiras acontecem antes do delito potencial, a punição é sempre posterior à infração. Com isso, torna-se possível regular as ações a partir da indexação das variáveis observadas na massa, gerando ganhos de eficiência para a economia do poder.

Essas mudanças, que marcam a passagem do princípio do panóptico para o princípio do controle refletem-se no plano das políticas visuais. Enquanto a fotografia analógica, no seu uso documental-indicial, fixava a identidade do sujeito através do registro de sua face (inspirada nos estudos da fisiognomonia) e, portanto, é uma imagem do "presente" que analisa/julga o percurso pregresso deste sujeito; a imagem em suporte digital, no contexto de vigilância, dirige-se prioritariamente para o estudo do comportamento da multidão, objetivando estabelecer padrões no tempo presente, mas apontando para a possibilidade de ações no "futuro".

O projeto "Atitude Suspeita" disponibiliza no seu *site-blog* algumas entrevistas, reportagens e documentos relativos à implementação das câmeras de segurança no centro da cidade. Em uma das reportagens do jornal Folha de S.Paulo diversos gestores municipais comentam as vantagens da utilização das câmeras no combate ao crime e na repressão ao comércio informal:

> Um dos principais objetivos dos subprefeitos com a expansão das câmeras de monitoramento nos bairros é controlar a presença de camelôs irregulares, como um "rapa eletrônico". "*É muito mais eficiente do que uma operação que mobiliza muitos homens. Já fizemos dezenas de operações de controle do comércio informal, mas volta tudo*", afirma Eduardo Odloak, subprefeito da Moóca, uma das que já formalizaram seu interesse pelo projeto[46].

Mais diretamente, quando o então Secretário Municipal da Assistência Social da Prefeitura de São Paulo, Floriano Pesaro discorre sobre o tema podemos compreender a dimensão efetivamente biopolítica deste mecanismo:

46 Matéria da *Folha de S. Paulo*, do dia 15 de novembro de 2006, reproduzida no site: http://atitude-suspeita.blogspot.com/2006/11/novo-sistema-ir-criar-o-rapa-eletrnico_16.html

> De acordo com o secretário de Assistência Social, Floriano Pesaro, a idéia de instalar os equipamentos surgiu com viés policial, mas também servirá para agilizar o atendimento a moradores de rua. "*A história começou pelo viés policial. Percebemos mais uma utilidade social, que não tinha sido pensada, para identificar pontos de concentração dessa população, como eles se deslocam, quem os alicia.*" Essa pretensão já tem influenciado os futuros pontos de escolha das câmeras - como no Glicério e nas proximidades de viadutos da 23 de Maio, onde muitos acabam se instalando. (idem).

O exemplo não poderia ser mais precioso. Neste caso, temos a combinação da racionalidade policial aplicada à ação social; a busca de ganhos de eficiência (quantidade e agilidade) da economia do controle; mapeamento e análise dos comportamentos dos grupos (e não apenas a observação individual); definição de uma categoria alvo da medida sócio-repressiva; introdução de estratégias preventivas (e não mais punitivas) que visam diretamente o perfil considerado indesejado como, por exemplo, na definição dos locais futuros de instalação das câmeras de vigilância. No caso dos baixos de viadutos da região central da cidade, os mecanismos de vigilância vieram acompanhados de uma arquitetura da exclusão, como as chamadas “rampas antimendigos” instaladas sob alguns viadutos, objetivando impedir que os moradores de rua durmam nos locais. Não à toa, diversas entidades de defesa dos direitos humanos denunciaram as ações desta gestão municipal[47], classificando-as de “higienista”.

A combinação dos recursos visuais eletrônico-digitais com os sistemas de comunicação em rede relaciona-se, portanto, às modificações no regime de visibilidade e de poder. Tais transformações também apontam para outras mudanças mais sutis que estão sendo gestadas tanto nos aparatos jurídicos como na própria definição da função estatal. Parece-nos, portanto, que as mutações do regime

47Prefeito José Serra, gestão 2004-2008. Matérias que tratam da rampa antimendigo:
- Entidade vai à Justiça contra rampa antimendigo:
http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u116421.shtml
- Avenida Paulista terá rampa "antimendigo"
http://noticias.terra.com.br/brasil/interna/0,OI678674-EI306,00.html
- Fotos da rampa "anti-mendigo":
http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2005/10/331311.shtml
- Serra põe rampa antimendigo na Paulista
http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u113368.shtml
- Artistas transformam rampa antimendigo da Paulista em "casa"
http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u61853.shtml

imagético introduzidas pelas tecnologias digitais correspondem, no plano macro-social, à passagem do Estado Disciplinar ao Estado Policial de Controle.

A possibilidade da transmissão e do registro permanente com o suporte digital são fatores que alteram o regime de vigilância introduzido pelo suporte analógico da fotografia "tradicional". Assim, registros visuais podem ser facilmente reunidos através de redes descentralizadas de captura imagética, analisados e sistematizados. Paralelamente, de forma integrada ao registro visual temos a criação de grandes bancos de dados através do cruzamento de informações de origens distintas. Esta possibilidade do "arquivo infinito" realiza-se pelo cruzamento de informações eletrônicas de natureza diversas, como transações bancárias, telefônicas, perfis de sites virtuais de relacionamento etc. Com base neste conjunto de informações é possível criar perfis com padrões específicos: consumidores de luxo ou das classes sociais A,B,C,D,E; viajantes esporádicos; eleitores fiéis, bem como delinqüentes potenciais.

Ora, o que está em jogo na elaboração de um perfil não é apenas a produção de um conhecimento a partir de um padrão de comportamento construído analiticamente, mas sobretudo a produção de um conhecimento que aponta para a possibilidade de uma atitude futura. Assim, um fator central que caracteriza os dispositivos de controle é o fato deles estarem direcionados para o futuro. São, portanto, aparelhos que atuam no presente visando regular um universo de tendências indeterminadas (o virtual), objetivando reduzi-las a um conjunto de atitudes potenciais (redução de possíveis).

O problema ganha outra dimensão quando este tipo de controle se integra aos aparelhos estatais. As políticas públicas podem, certamente, criar um ambiente mais ou menos favorável ao florescimento de atitudes consideradas socialmente desejadas. Um exemplo disso é quando temos campanhas publicitárias governamentais na área da saúde direcionadas a um determinado grupo social tido como potencialmente mais vulnerável ao problema que deve ser atacado. Assim, com uma intervenção comunicacional objetiva-se uma mudança de atitude em direção a um comportamento tido como mais desejado. No sistema educacional a construção de perfis de estudantes permite identificar e construir tanto o estudante que terá mais chances de cumprir o percurso "ideal", como aquele que está fadado ao fracasso. Em ambos os exemplos temos ações de gestão biopolítica que serão concebidas para cada um dos casos.

No entanto, também podemos vislumbrar situações mais complicadas quando à construção de perfis se relaciona as ações de vigilância com impactos diretos sobre o sistema judiciário. A ação disciplinar é sempre aplicada a alguém que rompe o contrato, a regra. Ela se realiza posteriormente e através duma ação punitiva, que espera coibir a repetição daquela transgressão. Portanto, ela se efetiva no presente sobre uma ação ocorrida no passado. Para haver uma condenação é necessário que haja uma prova, uma evidência confirmando que "algo aconteceu". É bem conhecida aquela máxima: "sem corpo, não houve morte". No direito penal utiliza-se frequentemente o termo "materialidade da prova".

É interessante observar, em nosso caso, a relação já discutida anteriormente entre fotografia e objetividade. O olhar, dada a centralidade que ele ocupa como produtor de conhecimentos no pensamento ocidental, é um dos fundamentos que dá força a um testemunho num julgamento. A testemunha ocular, que "viu" e "esteve lá", adiciona à potência do olhar a palavra, expressão da organização do pensamento, da lógica e da racionalidade[48].

Dentre esses recursos, a fotografia ocupou historicamente um lugar central. Uma das razões para isso é que ela incorpora o mito da neutralidade tecnológica e fornece, automaticamente, um registro "objetivo" do mundo real. Enquanto fotografia analógica (com filme ou outra superfície física com emulsão química fotossensível), o registro fotográfico sempre apresenta uma imagem do "isso foi" ou "isso aconteceu" (Barthes, 1984a). Uma espécie de testemunho, de evidência do "eu estive lá, eu vi". Portanto, a partir do momento em que esta imagem é acolhida e contextualizada pelo discurso de um especialista que irá "regular" ou "estabilizar" a polifonia dos sentidos contidos na imagem, ela adquire o caráter de "prova" ou "documento".

Mas quais as especificidades adquiridas pela imagem em suporte eletrônico-digital sob o regime de uma sociedade do controle? A imagem fotográfica ou videográfica digital (deixemos de lado, por enquanto, a imagem gerada através da computação gráfica) quando combinadas às redes de

48 É curioso, ou melhor, é paradoxal, do ponto de vista da teoria do direito, que o testemunho ocular seja tomado como "evidência objetiva" de um crime, quando este depoimento está apoiado na manifestação mais subjetiva possível: o relato visual-oral de um sujeito. É por isso, talvez, que outras evidências ou especialistas com legitimidade sobre o monopólio de um saber específico sejam frequentemente convocados para se construir um argumento ou prova mais "objetivos".

comunicação em tempo real vira um importante recurso para a produção de informações, contribuindo para o estudo dos fluxos e para a construção de perfis. Ela permite associar um determinado padrão de comportamento a uma manifestação visual. Por exemplo, o sujeito visualizado no monitor de um circuito interno de segurança pode ser qualificado como aquele de "atitude suspeita", dependendo do seu comportamento. Ou seja, o registro atual aponta para a possibilidade de uma ação que pode ou não acontecer no futuro. O fato é que, com as possibilidades de registro visual ampliado, somado ao cruzamento de bancos de dados cada vez mais integrados, alguns perfis de comportamentos "potenciais" começam a se tornar "realidade" antes mesmo de existir qualquer ação desviante realizada. Tomemos um caso recente de repercussão internacional, como a morte do brasileiro Jean Charles pela polícia londrina ao ser "confundido" com um terrorista. Neste caso, pode-se afirmar que sua morte não foi um acidente, mas o desdobramento esperado de uma ação preventiva de um estado policial. Segundo a construção dos perfis de atitudes que informam "perigo", "ameaça imediata", os policiais agiram conforme o treinamento. A morte de um inocente, portanto, revelou os mecanismos políticos subjacentes aos dispositivos de controle[49].

Há, todavia, diferenças fundamentais entre essas duas formas de criação de padrões de comportamento. As possibilidades fornecidas pelas tecnologias digitais de comunicação ampliam e refinam a construção de perfis para além da sua manifestação visual externa. Ainda que a visualidade seja um fator importante, outros tantos dados fornecidos durante a vida de uma pessoa (por onde ela anda, o quê ela compra, que livros lê etc) permitem a criação de perfis muito mais sofisticados e integrados à dinâmica do cotidiano. Mas, a diferença crucial é a maneira como esta forma de produção de conhecimento descentralizada e horizontal (do ponto de vista da captura) está presente como uma fina rede que recolhe informações dispersas, que se articula a uma outra configuração do poder em que

49 Poderíamos dizer que não há qualquer novidade nessas ações ou na forma de produção dos registros visuais (continua-se identificando pessoas e grupos através da imagem). As políticas de eugenia, as origens da medicina criminal, da psiquiatria e também os estudos antropológicos do século XIX, apoiavam-se numa certa medida em pressupostos semelhantes. Nestes casos, no determinismo comportamental e na redução do psico-social ao biológico. Porém, seria mais apropriado relacionar essa tradição de pensamento às tensões que hoje estão colocadas para a convergência entre biotecnologia, neurociência, nanotecnologia e cibernética. Conforme analisado por Laymert Garcia dos Santos, a combinação dessas ciências tem criado situações problemáticas de redefinição do próprio limite do que é o Humano (Santos, 2007, 2003, 1999). Se por um lado temos uma geração de autores entusiastas dos hibridismos homem-máquina, do trans-humanismo e da geração cyborg, que apontam para uma superação do humano "para fora" (Kurzweil, 2006); temos também outros autores preocupados com a superação do humano "para dentro", através da sua redução ao código genético ou, num nível mais profundo, à informação presente em cada gene que pode conter a predisposição a uma determinada manifestação física ou psíquica (Martins, 2006).

aparentemente inexiste uma centralidade absoluta. Agora, este sistema de controle é construído pela própria vida das pessoas, na sua existência diária, a partir das pequenas escolhas daqueles que participam minimamente de redes info-eletrônicas-digitais (sistema bancário, telefone etc).

Toda essa informação, quando sistematizada e colocada a serviço de um poder policial, muda a natureza da vigilância. Como aponta Rogério da Costa, se nas sociedades disciplinares a vigilância se caracterizava pelo olhar que localizava, identificava e confinava, nas sociedades do controle a vigilância passa a significar a intercepção, a escuta, a interpretação e a construção de padrões (Costa, 2004). Portanto, uma transformação social mais profunda começa a ser gestada quando esses dispositivos de controle funcionam como instrumentos para a legitimação de ações tidas como "preventivas" diante de um "perigo eminente". Do ponto de vista individual, por exemplo, isso pode significar a identificação a um perfil de "criminoso em potencial" a partir da co-relação de uma infinidade de dados dispersos, ainda que cada um deles isoladamente não chegue a configurar uma infração. Do ponto de vista social, isso pode justificar a invasão de um país pela sua proximidade a um perfil "potencialmente terrorista".

Segundo Félix Guattari, se por um lado as novas tecnologias de comunicação têm aberto novas possibilidades de reforço da heterogeneidade e da singularização, por outro lado há uma tendência à homogeneização universalizante e reducionista da subjetividade (Guattari, 2000). Esta última é permanentemente tensionada pela infinidade de dispositivos de controle que estimulam os mecanismos de subjetivação identitários, mobilizados em parte por um imaginário do medo e da segurança preventiva, em contraposição aos desejos de criação e de emancipação.

Aproximamos-nos do "crime perfeito", descrito por Baudrillard, quando o tempo presente deixa de ser o domínio do espetacular para se tornar o domínio da simulação:

> O *crime perfeito é o da realização incondicional do mundo pela atualização de todos os dados, pela transformação de todos os nossos atos, de todos os acontecimentos em informação pura – em resumo: a solução final, a resolução antecipada do mundo, por clonagem da realidade e extermínio do real pelo seu duplo.* (Baudrillard, *O Crime Perfeito*, 1996, p. 49 apud Pinto, 2005, p. 150).

Assim, enquanto o domínio do regime imagético analógico corresponde a uma forma de conhecimento que resulta do investimento do poder disciplinar – voltado para o indivíduo, fixo, centrado num ponto de vista único e aplicado sobre a relação passado/presente – o domínio do regime imagético digital refere-se a uma forma de conhecimento tornada possível pelos dispositivos de controle – voltados para a massa/multidão, captura do movimento, descentrado e aplicado sobre a relação presente/futuro. Trata-se, portanto, de um investimento sobre o futuro, sobre o virtual, que se torna possível graças à legitimação alcançada pelos recursos tecnológicos de simulação, capazes de conduzir nossa imaginação em direção a cenários potenciais criados.

3.3 Liberdade de conhecer e existência aparelhada

O ciberespaço tem dado abrigo ao surgimento e proliferação de uma multiplicidade de novas formas de interação, comunicação, práticas econômicas, políticas e culturais. Sua imbricação com o mundo "fora da rede" tem crescido exponencialmente, de forma que nossas ações cotidianas dão-se cada vez mais através de redes telemáticas. Fala-se, inclusive, de um "mundo duplicado" ou de uma "segunda vida", como se o ciberespaço já estivesse abarcando a totalidade da vida de alguns indivíduos[50].

Na base de muitas dessas transformações, encontraremos disposições individuais e sociais que alimentam uma outra sociabilidade e cultura que darão forma a uma "cultura digital", a uma "cultura da Internet" e a uma "cultura *hacker*", as quais têm sido caracterizadas de diversas formas (Wark, 2004; Castells, 2003; Himanen, 2001; Raymond, 1998). Para nossa investigação, interessa-nos destacar alguns elementos comuns que permeiam essas noções, em especial, o quê gravita em torno da defesa e promoção das formas de livre acesso e compartilhamento da informação. Em certa medida, são essas práticas de livre acesso que estão na base do desenvolvimento das tecnologias digitais em suas diversas camadas (mas principalmente do *software*) e que moldaram as possibilidades de uso inscritas nas tecnologias de comunicação em rede. A emergência de tal cultura relaciona-se também às profundas modificações nas formas de subjetivação e produção identitária, na formação de novas sociabilidades e redes sociais, na organização das relações econômicas e na divisão do trabalho, nos modos de participação e organização política.

É difícil e seria incorreto atribuir à origem desta cultura a apenas um grupo social, uma vez que diversos segmentos (hackers, técnicos-empresários, pesquisadores universitários, comunidades virtuais) participam de maneira integrada na sua constituição inicial. Há, todavia, uma disposição específica e comum a esses grupos em torno de uma noção ampliada de um "*ethos" hacker*. É importante frisar que não se trata de apontar um sujeito, um representante ou uma categoria social de um processo em curso. Quando nos referirmos a este *ethos,* pensamos num "modo de ser" sem totalidade ou teleologia, que

50 Neste sentido, o nome do ambiente virtual e serviço *Second Life* é bastante adequado ao que propõe comercialmente.

está presente em diversos indivíduos e grupos que partilham de princípios e práticas comuns.

Neste sentido, é o espalhamento desses princípios que irá alimentar no ciberespaço diversas práticas de organização de redes sociais, de produção e organização colaborativa do conhecimento, de uma relação de autonomia e desejo criativo que almeja ir além das possibilidades inscritas no aparelho e no programa ou, numa acepção mais filosófica, ultrapassar as configurações do instituído.

O *hacker* se caracteriza, nas palavras de Mackenzie Wark (2004), por um agir orientado a introduzir uma "diferença" no mundo. Encontramos essa mesma disposição no cientista e no artista quando criam novos "objetos" no universo sensível, quando modificam a linguagem e o nosso entendimento a respeito do mundo. Trata-se, no limite, de uma verdadeira ação estética, na medida em que ela define as fronteiras do visível e do invisível, do dizível e do executável, alterando as condições de percepção e compreensão sobre um determinado objeto ou situação. O *hacker*, nos termos de Himanen, modifica a relação estabelecida entre o homem e a máquina, propondo novas relações entre o trabalho e o não-trabalho, alterando a divisão sócio-técnica e difundindo, para outras esferas sociais, um modo de existência conectada que dá forma, em algumas circunstâncias, a uma nova ética do trabalho (Himanen, 2001). Com a gradual difusão das tecnologias digitais de comunicação em rede, algumas das características dessa cultura irão transbordar para outras esferas da vida social mediatizada.

No campo artístico, as tecnologias digitais introduziram profundas transformações nas formas de produção e circulação das obras, modificando substancialmente as formas de ver, ouvir, escrever, ler e sentir. Parte dessas modificações reside sobre: (1) o regime da criação, que se torna mais colaborativo, descentralizado e horizontalizado, em domínios onde isso não era tão possível. Por um lado, se há processos de coletivização, de outro as novas tecnologias também permitem que artistas produzam individualmente obras com uma complexidade antes irrealizável; (2) a posse dos meios de produção que se tornam relativamente mais acessíveis; (3) o regime autoral, que ganha novas licenças e se flexibiliza, indo desde as formas alternativas de propriedade intelectual até as formas de dissolução da autoria; (4) a linguagem, com as possibilidades de síntese computacional; com a utilização facilitada da convergência multimídia, e com a capacidade de apropriação de uma infinidade de novos elementos que foram transformados em "matéria-prima". Graças à codificação digital, toda informação reduzida a

bits pode virar um componente para a criação. Nesses casos, nos referimos a uma diversidade de práticas situada sob o guarda-chuva das "tecnoestéticas", da "arte-tecnologia", da arte dos "novos meios" (Manovich, 2001; Wandes, 2006; Machado, 2007a; Greene, 2004; Domingues, 1997).

Trata-se não apenas de expressões renovadas do fazer artístico, mas também de uma mudança no campo das sensibilidades e das subjetividades que se transformam a partir das relações mediadas com maior intensidade pelas tecnologias digitais. Entretanto, apenas uma parte delas se relacionará com as tecnologias digitais no sentido de superar uma relação de subordinação. Há muitos casos em que a tecnologia se transforma em verniz e/ou instrumento técnico que acaba por dominar e circunscrever a produção artística. Da mesma forma, existem experiências que nos termos de Plaza, são capazes de ativar a indeterminação dos aparelhos tecnológicos e, portanto, logram modificar as suas pré-determinações (Plaza, 1994).

No âmbito da circulação cultural o cenário modificou-se rapidamente com o surgimento das mídias digitais. Há uma revolução (e uma guerra) em curso em torno das disputas sobre o controle da produção, acesso e distribuição da economia cultural, onde a velha indústria intermediária do entretenimento colide com as novas formas de produção e circulação propiciadas pelas tecnologias digitais de comunicação em rede. O elemento que aqui nos interessa destacar é a emergência de práticas de compartilhamento e recombinação desses recursos. Fala-se de uma "cultura livre", de uma "cultura da recombinação" (remix), como expressões das novas formas de criação, produção e circulação (Lessig, 2004; Caetano, 2006). Nesses casos, o livre acesso à informação e o direito de compartilhamento de arquivos digitais acaba colidindo com os interesses comerciais dos detentores dos direitos de exploração econômica das obras. Há, inclusive, uma guerra semântica em andamento que objetiva criminalizar práticas antes consideradas comuns no ciberespaço (como o compartilhamento de material digital), misturando na opinião pública os entendimentos sobre o *hacker*, o *cracker* e o pirata.

Portanto, pode-se afirmar que, no limite, a realização de uma cultura livre significaria uma profunda modificação no atual regime de propriedade intelectual e, consequentemente, na distribuição do poder político e dos recursos econômicos entre os diversos atores que compõem esta paisagem (Silveira, 2005). No plano da cultura visual, significaria implodir os vínculos de origem, representação e autoria

que atualmente regulam e visam estabilizar e fixar a imagem a um *médium*, confundindo-os (e fundido-os) ao reduzir a imagem ao seu registro em informação digital. Portanto, o fortalecimento desta cultura livre, tanto com relação à produção-circulação imagética, como às diversas formas de conhecimentos, dá-se conjuntamente com os embates pela constituição de uma nova "estética".

No plano das formas de organização social nunca se falou tanto em "redes sociais". Neste caso, estamos diante da proliferação de novas modalidades de relações sociais onde estão sendo gestados outros códigos de conduta, outras formas de organização social, outras formas de participação, processos decisórios, outras formas de divisão do trabalho e pertencimento social. No plano psíquico, as formas de "vida conectada" também estão alimentando outras formas de subjetivação tornadas possíveis pelas mutações nos modos de interação, regime de visibilidade, agenciamento perceptivo, sensível e afetivo. Aqui, as tradicionais fronteiras entre mundo privado e mundo público adquirem novos sentidos. O mesmo se dá com algumas noções clássicas que gravitam em torno do indivíduo moderno, como individualidade, privacidade e intimidade. Um dos desafios nesta área é que a emergência de outras formas de vida e de organização social aparentemente mais horizontais, flexíveis, distribuídas e fluídas, ocorre *pari passu* o surgimento de mecanismos sutis de controle e captura.

Na esfera social estão se formando novas organizações da sociedade civil, movimentos sociais e outras agremiações coletivas, que também se formam graças à utilização dos recursos de comunicação digital em rede. De maneira análoga, os partidos políticos e governos, também estariam introduzindo novas formas de gestão e participação cidadã através das tecnologias digitais. Resta saber se a apropriação e o uso dessas tecnologias irão fortalecer modos de vida e de conhecimento mais livres ou, ao contrário, se teremos formas de participação e organização aparelhadas por essas tecnologias.

Na ciência, as possibilidade ampliadas de acesso e de construção de mecanismos de produção colaborativa, modificaram radicalmente a paisagem da produção do conhecimento formal. Tanto que o próprio estatuto das instituições que detinham o monopólio da legitimação sobre a produção e disseminação dos conhecimentos formais, passa a ter sua centralidade e autoridade questionadas. Não apenas a escola, mas a forma de ensinar e a própria especificidade de alguns campos científicos são interrogados pela proliferação de novas formas de conhecer, de produzir, compartilhar e organizar

informações. Neste campo, pode-se dizer que a ciência e a cultura *hacker* partilham de alguns princípios comuns, como a defesa do livre acesso à informação, a comunalidade do conhecimento, a promoção da difusão e publicização do conhecimento produzido. Aqui também é evidente a colisão de interesses entre esses princípios da prática científica e a crescente redução da diversidade de formas de conhecimento a um modelo hegemônico da tecnociência, acompanhada dos processos de "fechamento" e privatizatização dos saberes socialmente criados.

Sinteticamente, todas essas práticas estão intrinsecamente relacionadas ao surgimento de um modo de vida conectado e interfaceado. O trabalho livre e as formas de produção não-mercantilizadas, as formas colaborativas de produção de conhecimentos, as formas de relacionamento, todas essas esferas ganharam novas camadas e novas possibilidades organizativas graças à utilização das tecnologias de comunicação digital em rede.

Ao mesmo tempo, os devires de tais configurações parecem-nos indeterminados, sobretudo pelo caráter fragmentado e incipiente da maior parte dessas experiências. Apesar da multiplicação dos recursos de comunicação, falta muitas vezes uma linguagem que seja capaz de criar e dar forma visível ao comum que está sendo criado. Problema este que a presente tese procura delinear a partir da análise dos elementos que in-formam este campo sob disputa, que dá vida a uma outra Política[51].

***

51 É neste sentido mais amplo que aproximamos a "Política" da noção de "nova partilha do sensível" (Rancière), ou mesmo da idéia de um "novo regime estético" (Guattari), pois estes termos articulam simultaneamente os modos de subjetivação e percepção às configurações do mundo social através do reconhecimento da importância da dimensão comunicativa (e em nosso caso a visibilidade) no interior dos processos psico-sociais.

Para animar as discussões que seguirão, reproduzimos abaixo alguns fragmentos do "*Manifesto da Independência do Ciberespaço*", escrito em 1996 por John Perry Barlow. Este texto é um bom exemplo para nosso estudo, pois a reflexão do autor transcende a discussão sobre os aparatos de comunicação em rede para adentrar a esfera social mais ampla. Iremos evidenciar alguns conflitos que estão enunciados neste texto e que hoje, passados 12 anos de sua publicação, ajudam a visualizar a grande distância que se estabeleceu entre as virtualidades de um "primeiro momento" do ciberespaço e o "momento atual" de tensão diante das forças regulatórias mercantis e governamentais:

> Governos do Mundo Industrial, vocês gigantes aborrecidos de carne e aço, eu venho do espaço cibernético, o novo lar da Mente. Em nome do futuro, eu peço a vocês do passado que nos deixem em paz. [...] Os governos derivam seu justo poder a partir do consenso dos governados. [...] Não temos governos eleitos, nem mesmo é provável que tenhamos um, então eu me dirijo a vocês sem autoridade maior do que aquela com a qual a liberdade por si só sempre se manifesta.
> Eu declaro o espaço social global aquele que estamos construindo para ser naturalmente independente das tiranias que vocês tentam nos impor. [...] O espaço cibernético não se limita a suas fronteiras. [...] Estamos formando nosso próprio Contrato Social. Essa maneira de governar surgirá de acordo com as condições do nosso mundo, não do seu. Nosso mundo é diferente.
> [...] Estamos criando um mundo que todos poderão entrar sem privilégios ou preconceitos de acordo com a raça, poder econômico, força militar ou lugar de nascimento. Estamos criando um mundo onde qualquer um em qualquer lugar poderá expressar suas opiniões, não importando quão singular, sem temer que seja coagido ao silêncio ou conformidade.
> [...] Seus conceitos legais sobre propriedade, expressão, identidade, movimento e contexto não se aplicam a nós. Eles são baseados na matéria. Não há nenhuma matéria aqui.
> Nossas identidades não possuem corpos, então, diferente de vocês, não podemos obter ordem por meio da coerção física. Acreditamos que a partir da ética, compreensivelmente interesse próprio de nossa comunidade, nossa maneira de governar surgirá. Nossas identidades poderão ser distribuídas através de muitas de suas jurisdições.
> [...] Na China, Alemanha, França, Rússia, Singapura, Itália e Estados Unidos, vocês estão tentando repelir o vírus da liberdade, erguendo postos de guarda nas fronteiras do espaço cibernético. Isso pode manter afastado o contágio por um curto espaço de tempo, mas não irá funcionar num mundo que brevemente será coberto pela mídia baseada em bits.

> Sua indústria da informação cada vez mais obsoleta poderia perpetuar por meio de proposições de leis na América e em qualquer outro lugar que clamam por nosso próprio discurso pelo mundo.
> Essas leis iriam declarar idéias para serem um outro tipo de produto industrial, não mais nobre do que um porco de ferro. Em nosso mundo, qualquer coisa que a mente humana crie, pode ser reproduzida e distribuída infinitamente sem nenhum custo. O meio de transporte global do pensamento não mais exige suas fábricas para se consumar.
> Precisamos nos declarar virtualmente imunes de sua soberania, mesmo se continuarmos a consentir suas regras sobre nós. Nos espalharemos pelo mundo para que ninguém consiga aprisionar nossos pensamentos.
> Criaremos a civilização da Mente no espaço cibernético. Ela poderá ser mais humana e justa do que o mundo que vocês governantes fizeram antes (Barlow, 1996).

Nos dizeres de Barlow reconhecemos os sonhos que marcaram os momentos iniciais da Internet. Nos itens seguintes, dialogaremos com o atual ciberespaço, já configurado, disputado, tenso, porque central em diversos processos sociais, culturais e políticos na contemporaneidade.

3.4 Sujeito, Território e Propriedade: tensões estético-políticas sobre a emergência do *commons* digital

> *A idéia de que as pessoas têm direito a ler notícias de graça na web precisa mudar* (Rupert Murdoch).
> *É preciso educar as pessoas para que aceitem como norma o acesso pago* (Richard Honack)[52].

O surgimento de um suporte "imaterial" para o registro, armazenamento, transmissão e recepção de diferentes linguagens (oral, escrita, audio-visual) que podem ser traduzidas e interpretadas sob a forma do código digital, introduz profundas modificações na maneira como a cultura, o conhecimento, os modos de subjetivação e individuação, as relações sociais e o exercício do poder se produzem e se manifestam.

Do ponto de vista da cultura visual, a imagem em mídia digital vem simplesmente nos lembrar que ela tem uma vida própria para além do seu suporte, ganhando novas atualizações conforme o *médium* que lhe dá expressão visual[53]. Diante desses processos, que relações podemos estabelecer entre esta "imaterialidade" da imagem e a imaterialidade das idéias? Como possuir uma imagem ou idéia? Como controlar a sua circulação ou recepção?

O fato de estarmos habituados a ver imagens em suportes "únicos", como uma pintura sobre tecido ou um desenho sobre papel, ajuda a fortalecer uma confusão frequente entre imagem e *médium*. Durante muito tempo, até a invenção da fotografia, a noção de unicidade da obra era aplicada indistintamente à imagem e a seu suporte, pois eles estavam fundidos na materialidade da mídia que dava expressão sensível à imagem. O suporte digital, nesse sentido, amplia e radicaliza o problema da reprodutibilidade inaugurada pela imagem analógica fotográfica, introduzindo ainda uma nova camada - a mediação da

52 Rupert Murdoch é proprietário de diversas empresas de comunicação e Richard Honack é professor da Escola Kellogg de Administração de Empresas, Universidade de Northwestern. Fragmentos retirados do artigo de Pérez-Peña Tim Arango, *New York Times*, publicado na *Folha de S. Paulo*, 12 de abril de 2009, p. B5.

53 Vemos, muitas vezes, a "mesma" imagem se apresentando numa fotografia sobre papel, na tela do cinema, na televisão ou no monitor do computador quando acessamos uma página na Internet.

síntese computacional - que permite que as imagens sejam geradas a partir do "nada", ou melhor, a partir da computação gráfica. Ao prescindir de um objeto externo para a criação da imagem[54], a imagem de síntese reafirma a existência da imagem como imagem!

Para que a regulamentação jurídica e a regulação econômica possam ocorrer sobre uma imagem, é necessário que a imagem se manifeste publicamente em algum *médium*. Na prática, portanto, qualquer normatização dá-se sobre o *médium* que transporta a imagem. Enquanto o *médium* possuía existência material (tecido, papel, filme etc.) era possível aplicar à imagem, ainda que artificialmente, critérios culturais de singularidade autoral, unicidade e originalidade ou mesmo os critérios econômicos de escassez, exclusividade e rivalidade (detalharemos adiante essas noções). Por exemplo, como essas imagens eram únicas (enquanto fundidas com um suporte material único), a possibilidade de sua apropriação assemelhava-se à de um outro bem material. Ou seja, se alguém possuia aquele quadro ninguém mais poderia tê-lo. Por outro lado, o mesmo não se aplica à imagem contida naquele quadro. Se alguém olha para este quadro, a imagem visualizada por esta pessoa não é retirada de um universo comum, pois outras pessoas também podem vê-la.

Essas definições, por sua vez, correspondem às configurações de um sistema sócio-econômico que define o que é passível ou não de se tornar propriedade, quem é o titular (sujeito de direito), quem detém a posse e qual a forma de determinação do seu valor de troca. Corresponde também a uma concepção jurídica e social do que é sujeito-indivíduo (relação de autoria, responsabilidade e titularidade) e, consequentemente, às definições de trabalho criativo, trabalho mecânico e toda uma divisão sócio-técnica das atividades produtivas. Definem, portanto a distribuição e a categorização de todas as pessoas segundo uma determinada ocupação ou localização no interior da sociedade. Para completar, tais categorias só têm validade no interior de uma determinada comunidade política que estabelece e reconhece a legitimidade de suas convenções e o seu lugar de aplicação, portanto o território do seu exercício, bem como a forma de governo e de cumprimento das suas convenções. Em suma, é neste sentido que podemos dizer que um certo regime imagético corresponde a uma determinada configuração social, econômica e também tecnológica. É esta múltipla constelação que

54 Se assumirmos que a fotografia necessita que algum objeto emita luz diante do aparelho captador para que a imagem possa existir "fotograficamente".

reconhecemos como estético-política.

Nesta perspectiva, parece-nos que a fusão entre imagem e *médium* é homóloga às "ficções" políticas - ou dobraduras sobre o "real" - que instituem a unidade entre sujeito de direito e corpo biológico; que estabelecem a unidade, sempre mutante, entre valor monetário (mercadoria) e valor de uso (material ou não). Trata-se, na acepção dada por Pierre Lévy ao conceito de virtual, da relação entre três formas de virtualização (imagem, cidadania, mercadoria).

Em termos práticos, o surgimento das tecnologias de comunicação e visualização em redes digitais está no centro dos processos de transformação daquelas três dimensões (exploraremos adiante cada um desses elementos): as formas de criação, circulação, compartilhamento, apropriação e uso da imagem em mídias digitais na Internet interroga as noções de autenticidade, origem, representação e estatuto documental da imagem técnica; do ponto de vista da posse e da autoria, questiona as noções estabelecidas de propriedade intelectual e a função autor; com relação à localização do processo produtivo, mas também da circulação e recepção da obra, transborda continuamente para além das fronteiras físicas do Estado-Nação; e ao se tornar codificável digitalmente, implode por completo qualquer vínculo com a dimensão material da propriedade, tornam-se um bem não-exclusivo, não-rival e abundante, tendo portanto profundos impactos sobre a definição jurídica de propriedade e para o definição do seu valor econômico.

Essas mutações sofridas pelo regime imagético na cibercultura também são percebidas, sob outras expressões, em outros domínios da vida. É neste sentido, portanto, que pode-se dizer que o surgimento das mídias digitais e da Internet contribuem para o tensionamento das configurações sociais e políticas estabelecidas.

3.4.1 Sujeito e Território na Cibercultura

Vimos no item *Disciplina e Controle: do analógico ao digital,* as transformações da visualidade nos mecanismos de exercício do poder e sua relação com as tecnologias de visão e comunicação em rede. Abordaremos agora outras dimensões que complementam a análise desta mutação em curso, em especial, aquelas que compreendem a constituição de um campo de forças relacionadas às disputas sobre as noções de propriedade, sujeito e território na cibercultura. Diante da emergência de um conjunto de práticas que interrogam o nome e o lugar das coisas, criando um espaço-tempo de indefinições e potencialmente de rupturas das categorias e das formas de pertencimento no interior de uma comunidade, os jogos de poder serão os responsáveis por atualizar e definir, a cada instante, o que é o quê!

Do ponto de vista das tensões sobre o "sujeito", o ciberespaço tem sido frequentemente descrito como um território (espaço-tempo social) de proliferação das possibilidades de experimentação subjetiva. Estas se manifestam numa diversidade de situações em que o sujeito cria e vive através de novas identidades, quando está simultaneamente presente em diferentes locais, quando estabelece novas formas de relacionamento social, entre outras.

Ao mesmo tempo, como bem descrito por Machado (2007) e Couchot (1998), o sujeito torna-se o centro de tensão de um processo de aparelhamento subjetivo face aos automatismos conduzidos pelos dispositivos técnicos. Couchot, seguindo um argumento semelhante ao de Flusser (2002) e Virilio (2002), argumenta que as tecnologias de produção simbólica caminham no sentido de uma maior autonomização do processo enunciador, fazendo com que o sujeito em sua relação com a máquina passe a "funcionar" num modo cada vez mais impessoal (*Sujeito-Se*). Neste sujeito aparelhado (*sujet appareillé*) o EU tende a ficar enfraquecido, despersonalizado. Ao mesmo tempo, no interior dessas experiências tecnoestéticas, o sujeito passa a dispor de outros meios que também inauguram outras possibilidades de produção de singularização. Portanto, é no interior desta tensão entre um sujeito aparelhado, onde predomina uma espécie de inconsciente maquinal-programado, e um *Sujeito-Eu,* como expressão da subjetividade irredutível à máquina, que os novos modos de subjetivação têm lugar

na relação homem-máquina (Machado, 2007; Couchot, 1998).

De uma outra maneira, esse processo de tensionamento identitário manifesta-se também no domínio das ciências. Pensamos aqui no fortalecimento de uma metafísica da informação[55] que tem se nutrido no encontro das ciências cognitivas, computação e biotecnologia. Se levássemos adiante os fundamentos mais ortodoxos que aproximam essas disciplinas, como a possibilidade de redução dos processos mentais, sociais, psíquicos e orgânicos a um conjunto de processos essencialmente informacionais, estaríamos diante de outras modalidades de subjetivação onde as próprias noções de sujeito e consciência são redefinidas. Segundo Laymert Garcia dos Santos, a radicalização de tais argumentos, manifestos nas diversas expressões de um "ufanismo tecnológico" e dos hibridismos homem-máquina, estaria levando a uma superação epistemológica e política da própria noção do Humano (2007, 2003, 1999).

Esta "fragmentação" interna do sujeito operada pelas ciências compartilha com os mecanismos contemporâneos de controle e vigilância os mesmos dispositivos de indexação e modulação inaugurados pelas tecnologias de informação digital. Discutimos, anteriormente, uma forma de exercício do poder a partir dos dispositivos de monitoramento em tempo real e da disponibilidade duma massa praticamente infinita de dados, gerando um sujeito dividido (*divíduo*), que é apto para certas atividades e inapto para outras, é autorizado a determinadas ações e impedido para outras. É uma divisão que se dá no próprio sujeito, tornando-o múltiplo negativamente, ou seja, é uma modulação que se exerce sobre o sujeito.

Dillon e Reid desenvolvem este mesmo argumento numa direção complementar para analisar a imbricação da tecnociência e dos dispositivos de controle com as novas tendências de organização e práticas militares (*RAM* – Revolução em Assuntos Militares), descrevendo como todos eles incorporaram as noções de informação, cibernética, rede e desenvolvimento não-linear. Com relação ao sujeito, da mesma forma que a fragmentação negativa promovida pela ciência, a combinação de tais dispositivos se traduz na passagem dos "corpos pré-formados" aos "corpos-in-formação", ou seja, corpos que apontam para uma tendência, um vir-a-ser que pode ser descrito em termos de informação.

55 Conforme discutido no capítulo 2 a partir dos trabalhos de Hermínio Martins (2006).

Portanto, uma matéria (corpo) que também deixa de ser um referente estável. Como não há mais corpos estáveis, o ser torna-se devir, mas um vir-a-ser perigoso que irá exigir ações biopolíticas preventivas:

> O discurso estratégico biopolítico incorpora uma concepção cibernética do mundo, preocupada com os princípios geradores da formação, codificação, decodificação, algoritmos e processos que compreendem e guiam redes de informação, em especial nas situações em que os "efeitos de real" podem ser simulados [...] Uma vez que a "vida crua" é reduzida a esses processos de in-formação, o núcleo científico, o poder da digitalidade e molecuralidade volta-se então para o controle e manipulação destes processos informacionais. [...] Informação, como princípio chave gerador da formação de montagens contingentes, é poder. (Dillon & Reid, 2002).

É interessante observar como por um caminho alternativo pesquisadores de outras áreas do conhecimento chegam às conclusões complementares sobre os impactos das tecnologias digitais a respeito do corpo no interior dos processos comunicacionais. Tratado por Norval Baitello como o "*primeiro médium*", o corpo é simultaneamente o *locus* de produção, interpretação e recepção de linguagens e sensações; ou, nos dizeres de Hans Belting, é o corpo que performatiza e medeia nossa relação com o mundo simbólico, através da externalização de imagens endógenas e da internalização de imagens exógenas. (Baitello, 2005; Belting, 2004, 2002).

Diante da crescente aceleração e intensificação da nossa relação com as imagens técnicas, os autores argumentam que o corpo passa a sofrer com as tendências de "desmaterialização", entrando em crise como *locus* comunicacional. Um bom exemplo disso seriam as diversas formas de hibridismo homem-máquina que apontam para o desejo de superação do próprio corpo, interrogando o estatuto do humano em sua relação com o próprio organismo biológico. Parece-nos que da mesma maneira como o *médium* digital nos apresenta um suporte desencarnado, na era digital o corpo tornaria-se, nesta acepção, cada vez mais dispensável.

Trata-se de uma situação, no mínimo, paradoxal. De um lado, estamos diante de forças de fragmentação (tendências do Pós-Humano), multiplicação identitária ou de dissolução do indivíduo, que poderiam apontar para a superação ou desaparecimento do sujeito de direito (indivíduo cidadão). É como se os

indivíduos que compõem o Estado tivessem sido substituídos por categorias populacionais genéricas, ao invés de serem dotados de singularidades. Por outro lado, estes mesmos mecanismos de controle e, no limite, a possibilidade de exercício do poder pelo Estado, exigem novamente a individualização, identificação e territorialização do sujeito. Para o "Poder" ter validade ele precisá acontecer, se atualizar em determinados momentos sobre o corpo. Nesta situação, o poder necessita novamente fundir aquela diversidade de expressões subjetivas, tornadas possíveis pelas tecnologias de comunicação digital, a um único corpo através da sua identificação para que o poder possa ser exercido. Analogamente, é como se o poder objetivasse reunir e estabilizar as imagens do sujeito sobre um *médium* único (o corpo).

A situação nos parece problemática porque sob esta configuração o indivíduo passa a existir apenas como "sujeito" num dos pólos de exercício do poder, como sujeito assujeitado, enquanto na outra extremidade ele é esvaziado de sua dimensão política, seja sob a forma divídual, entidade informacional-biológica ou inserido numa categoria populacional biopolítica. Ou seja, estariam sendo gestadas novas formas de individualização sem singularização[56] ou ainda, novas categorias sociais esvaziadas de sua dimensão política autônoma.

Existem, certamente, ações de resignificação e "subversão" desses processos, uma vez que não se trata de encadeamentos totalitários ou monolíticos. As novas gerações que iniciaram a utilização da Internet ainda nos primeiros anos da alfabetização e que hoje começam a se estabelecer como a "primeira geração" da Era Digital, expressam, certamente, outros modos de relacionamento com as práticas e valores a que estamos familiarizados. Tais transformações demandam novos estudos e mesmo o desenvolvimento de metodologias adequadas para analisar um contexto em que muitas das nossas categorias estão se tornando obsoletas. De toda maneira, preocupa-nos a maneira como o ciberespaço está se configurando como um território de gestão e intervenção sobre o terreno do virtual (expressão, imaginação, criação). Na medida em que o virtual e o real, e o futuro e o presente se aproximam, estamos diante de novas possibilidades de produção de desejos, afetos e comportamentos, que se tornam hibridizados à própria análise e formação das tendências em curso.

56 Os processos de individuação e singularização são discutidos por Foucault (1997), mas foi nas aulas do prof. Rogério da Costa, PUC-SP em 2008, que melhor compreendemos a relação entre esses processos.

O mais interessante é que a atual tendência de interatividade na rede, seja nos mecanismos de redes sociais ou nas diversas formas de produção de conteúdo pelo usuário na *Web 2.0*, é fortemente marcada pela disponibilização voluntária e gratuita de informações pessoais dos usuários. Em muitos casos, não se trata de um desejo egóico de auto-mostração – como muitos se apressam a julgar – mas uma percepção real de que o engajamento pessoal nessas redes de informação traz benefícios concretos. O problema é que muitas vezes não está claro para os usuários qual é a contrapartida desta participação nesses grandes sistemas de informação.

Tais fenômenos também podem ser apreendidos a partir de todo um conjunto de novas regulamentações sobre o ciberespaço e sobre as possibilidades de registro, acesso e controle de informações pessoais pelas corporações e Estados. Pensamos especialmente nas políticas de retenção de dados pessoais que invadem espaços anteriormente considerados arena da privacidade[57]. É como se estivéssemos diante do surgimento de um aparelho sofisticado de captura de dados, capaz de identificar comportamentos e tendências emergentes e, através de um sistema cibernético de *feedback*, intervir sobre eles.

Dentre as novas formas de controle, a combinação das tecnologias digitais aos dispositivos de identificação biométrica do corpo humano reflete bem esses dilemas. Na biometria atual, conforme analisado por Galloway, o ser humano deixa de ser considerado em termos "essenciais" (alma, subjetividade, reflexividade ou consciência) e passa a "contar" apenas em termos quantificáveis daquilo que pode ser codificado digitalmente e formalizado. A biometria é um interessante objeto de reflexão porque ela reúne dois processos aparentemente contraditórios. Por um lado, os mecanismos de controle digital não estão mais interessados em vigiar um indivíduo "A" ou "B". Graças à economia informacional propiciada por estes novos meios, o controle se dirige à observação dos fluxos e tendências que podem ser estabelecidas a partir da análise de uma tipologia de perfis construídos a partir de grandes massas de dados. Aqui, trata-se de estabelecer perfis potenciais e tendências comportamentais e, portanto, a identificação do corpo individual pouco importa para o estabelecimento desses padrões. Por outro lado, há um momento em que esses dados se cruzam com a materialidade do

57 A este respeito veja: DIRECTIVE 2006/24/EC OF THE EUROPEAN PARLIAMENT AND OF THE COUNCIL, 15 March 2006, on the retention of data generated or processed in connection with the provision of publicly available electronic communications services or of public communications networks and amending Directive 2002/58/EC (DIRECTIVE…, 2006).

corpo, que é exatamente quando o poder se exerce para “verificar” a adequação daquele indivíduo “A” ou “B” aos padrões previamente definidos. Para isso, é necessário novamente definir a autenticidade, a origem e a unicidade daquele indivíduo.



Il. 23: Escaneamento digital das impressões digitais na Inglaterra. Fonte: www.folhaonline.com.br



Il. 24: Nova carteira de identificação com chip para o registro de dados biométricos. O documento foi introduzido no final de 2008 em caráter experimental para imigrantes residentes na Inglaterra. Fonte: www.folhaonline.com.br, 22/11/2006.

Paralelamente, em se tratando da imagem em mídia digital, parece-nos que é justamente a possibilidade de superação dos vínculos de origem, autenticidade e unicidade que se esgotam na era digital. Assim, do ponto de vista das reflexões sobre as mutações da visualidade, quais relações poderíamos estabelecer entre essas transformações no regime imagético, no sentido de superação da lógica representacional, com as transformações da cidadania política?

Problemas semelhantes a esses, em torno da definição e a constituição do sujeito, refletem-se nas relações entre o espaço informacional gerado pela cibercultura e o espaço físico do Estado-Nação. Esta questão é de extrema importância para o poder estatal uma vez que ela impacta diretamente sobre a definição do seu território de exercício e legitimação, ou seja, sobre um dos pilares de sua constituição soberana. Aqui, o problema é bastante complexo posto que articula as diversas camadas que dão existência à Internet: indivíduos e empresas, provedores de acesso e conteúdo, infra-estrutura física de comunicação, registro de domínio, hospedagem dos ambientes virtuais etc.

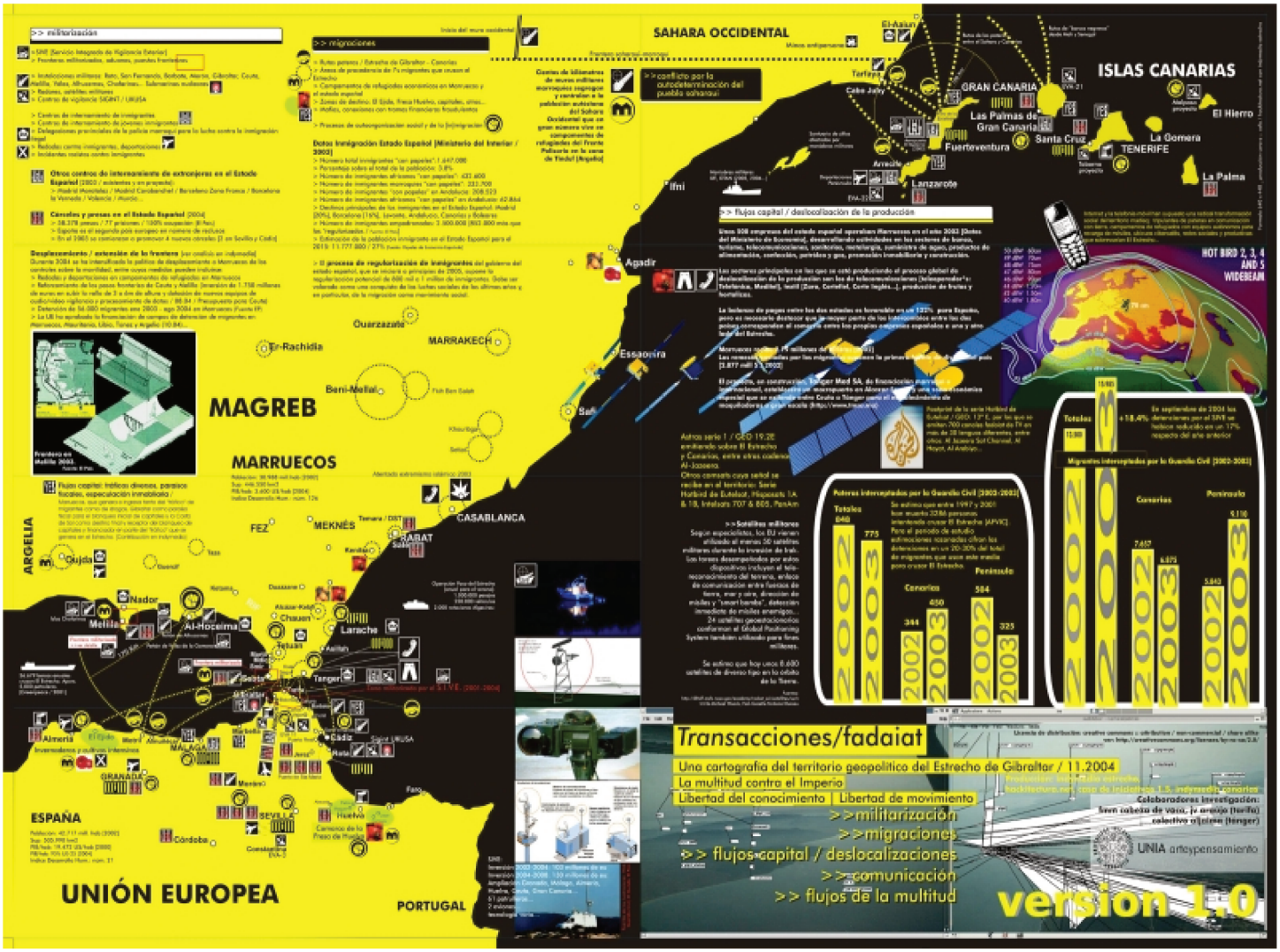
Como gerir, controlar, fiscalizar e responsabilizar algo ou alguém que age num espaço informacional onde as localizações e fronteiras não correspondem aos limites definidos pelo Estado-Nação? Quais leis se aplicam? Qual Estado é responsável por julgar o quê e onde?

O exemplo a seguir foi extraído da Ação Civil Pública[58], movida pelo Ministério Público Federal, Procuradoria da República no Estado de São Paulo, em agosto de 2006 contra a Google Inc., empresa proprietária do site de relacionamentos Orkut. Este processo tinha por objetivo fazer a Google cumprir decisões judiciais que a obrigavam a fornecer informações de usuários possivelmente envolvidos em ações criminosas através do ORKUT. Entretanto, como a empresa não é brasileira e os servidores que hospedam as informações solicitadas não estão em território nacional, criou-se um interessante problema político-jurídico que interroga as noções de autor, território, soberania e propriedade de capital. Neste caso, não se trata de uma atualização metafórica do regime imagético do Leviatã, mas simplesmente da manifestação do poder soberano e dos limites que se apresentam à sua efetivação no atual marco jurídico:

58Ação Civil Pública, 22 de agosto de 2006, Ministério Público Federal, Procuradoria da República do Estado de São Paulo, Portaria 198/96.

> A lamentável conduta dos representantes da corporação está contribuindo pra que indivíduos e organizações criminosas que se utilizam do serviço ORKUT para aliciar crianças, comercializar entorpecentes, incitar o ódio racional e divulgar mensagens neonazistas permaneçam completamente impunes.
>
> Caso não haja a firme intervenção do Estado brasileiro em defesa de seu poder soberano(1) de investigar e punir os nacionais que praticam crimes cibernéticos em seu território, estaremos contribuindo para a consolidação do estado hobbesiano de natureza(2) também no universo virtual (ACP -198/96, p.23 e 24).
>
> Nota do processo:
>
> (1) "[...] é confiado ao soberano o direito de recompensar com riquezas e honras, e o de punir com castigos corporais ou pecuniários, ou com a ignomínia, a qualquer súdito, de acordo com a lei que previamente estabeleceu" (Hobbes, *O Leviatã*, II, cap. XVIII).
>
> (2) "[...] se não for instituído um poder suficientemente grande para nossa segurança, cada um confiará, e poderá legitimamente confiar, apenas em sua própria força e capacidade, como proteção contra todos os outros" (Idem, cap. XVII).

A inadequação dos atuais dispositivos legais e mesmo das estruturas administrativas tradicionais que se tornaram responsáveis nacionalmente pela regulamentação da Internet deve-se, entre outras coisas, ao fato deles terem se constituído para tratar de sujeitos e ações que correspondem a um regime de materialidade, unicidade, identidade e sedentarização (localização fixa). Entretanto, são exatamente esses princípios que a cibercultura coloca em xeque. Diante disso, a forma mais frequente de regulação tem sido a de tentar aplicar ao ciberespaço os mesmos princípios que se aplicam ao "mundo material", como se estivessem a "colar" o espaço informacional no espaço físico do Estado-Nação. Simetricamente, com relação ao sujeito, as propostas de controle e identificação procuram responsabilizar o internauta como se ele fosse um indivíduo em solo nacional, reduzindo suas diversas identidades e expressões subjetivas a um único corpo biológico.



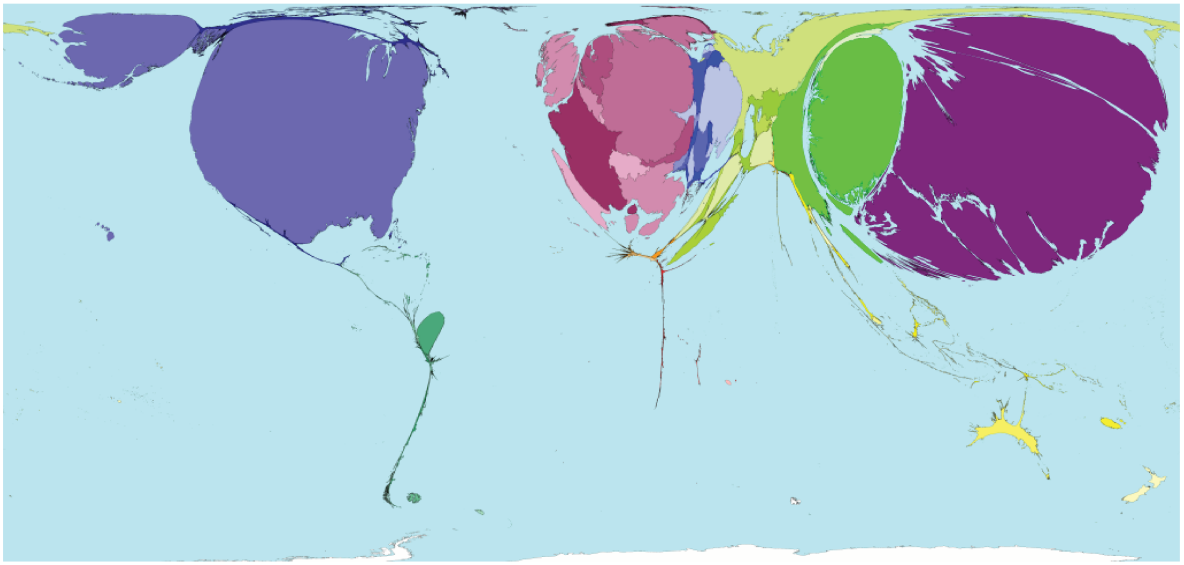
Il. 25: Cartografia do projeto *Fadaiat:* (parabólica em árabe) libertad de movimient + libertad de conocimiento[59]

Muitos dos conflitos atuais entre os movimentos que defendem a liberdade de comunicação e o direito à informação face à expansão dos dispositivos de controle estatais e corporativos são tributários da constituição dum outro universo de relações sociais e de produção. De um lado, existe um amplo conjunto de práticas, linguagens e relações se constituindo a partir de bases não identitárias (no sentido de únicas-idênticas-sedentárias) baseadas num modo de produção e compartilhamento onde o principal

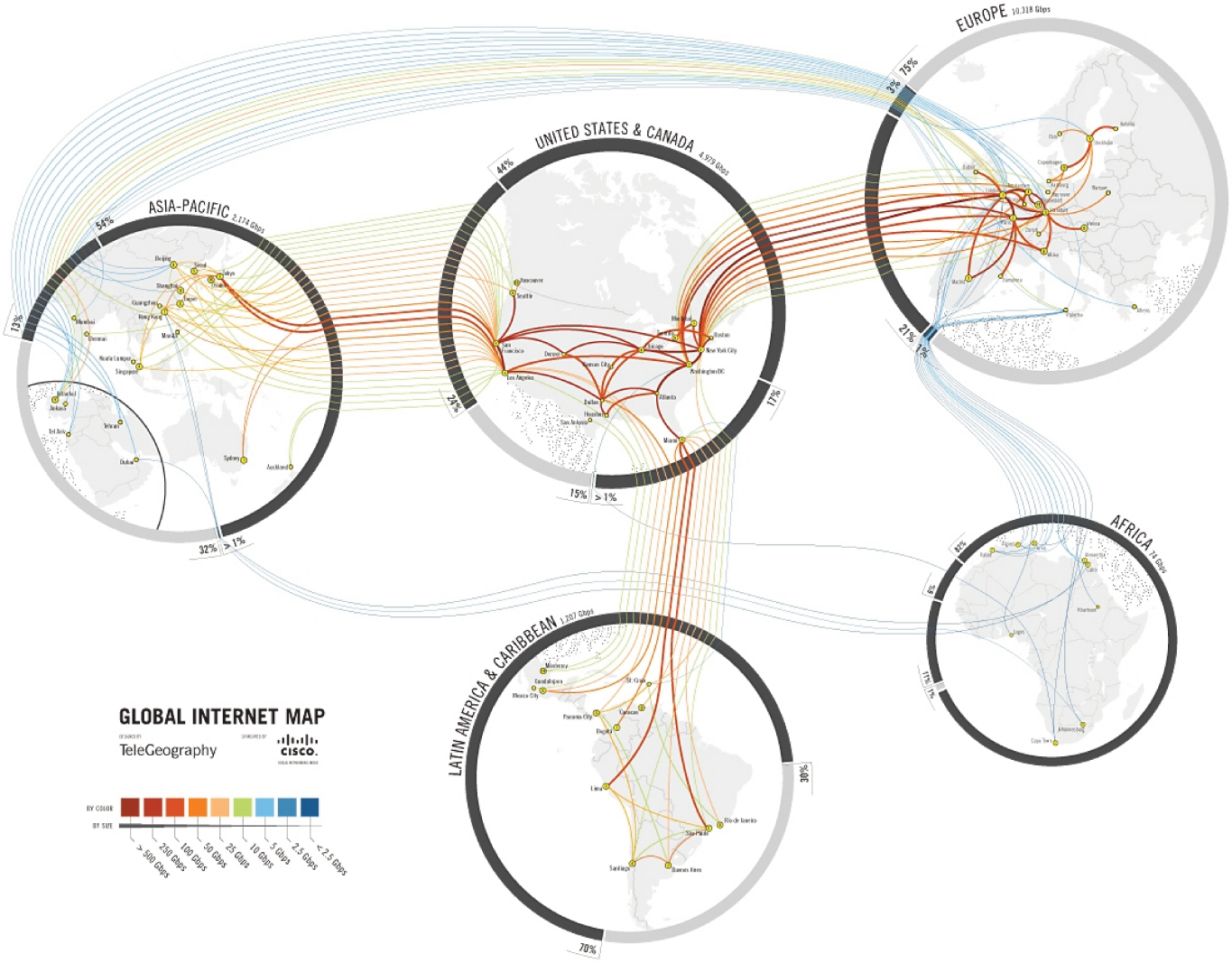
59 Esta cartografia é um ótimo exemplo do entrecruzamento dos fluxos informacionais e materiais sobre as fronteiras dos Estados-Nação do sul da Europa e Norte da África. Parte deste projeto discute a expansão imaterial da fronteira da Comunidade Européria através da utilização de dispositivos de monitoramento informacional. O objetivo é controlar o fluxo dos imigrantes (trabalhadores informais) que buscam trabalho nas economias do norte. Outro elemento a ser destacado é a percepção da conexão entre liberdade de acesso a informação e a liberdade de movimento inter-fronteiras nacionais. Mais informações: http://estrecho.indymedia.org http://hachitectura.net

insumo – a informação – é de natureza imaterial, não-rival, não-exclusivo e abundante. Do outro lado, temos os Estados e as Corporações que só podem existir a partir da atualização dos fundamentos "materiais" que lhe dão existência e legitimidade para o exercício do poder e para a realização do capital.

Ao mesmo tempo, a fusão entre o espaço informacional e o espaço físico nacional está diretamente relacionada à imbricação da economia material com a economia imaterial, uma vez que as atividades econômicas realizadas no/através do ciberespaço só podem se efetivar, do ponto de vista da geração de valor monetário, quando se territorializam e se atualizam através de uma "entidade" do mundo físico, devidamente localizável e identificável.



Il. 26: Simulação georreferenciada da distribuição do número de patentes obtidas em 2002. Fonte: www.worldmapper.org



Il. 27: Mapa das principais rotas de tráfego na Internet mundial em 2009. Fonte: www.telegeography.com

É interessante observar nesses dois mapas a "coincidência" da concentração do tráfego da Internet em alguns países (Il.27), indicando uma maior intensidade de atividades comunicacionais, e a concentração de patentes adquiridas por alguns países (Il.26), reflexo da capacidade de formalização e transformação do conhecimento em propriedade intelectual.

No que diz respeito à gestão da infra-estrutura física da rede, os problemas tornam-se ainda mais complexos. Para citar outro exemplo, recentemente a Suécia aprovou uma nova legislação que impõe a obrigatoriedade de retenção de dados de acesso e tráfego de toda comunicação eletrônica-digital[60]. Na prática, isso significa que os dados transmitidos pela Internet, telefonia fixa e móvel que atravessem o território da Suécia estão sujeitos ao registro. A Finlândia é contrária à adoção dessa diretiva da Comunidade Européia por entender que ela traz sérias ameaças à privacidade e às liberdades civis dos seus cidadãos. No entanto, o acesso da Finlândia à Internet global depende da uma conexão ao *backbone* sueco, o que garante a interconectividade da Finlândia à rede mundial. A aprovação desta legislação pela Suécia criou um problema para todos os finlandeses, que poderão ter sua navegação registrada. Não é difícil imaginar os problemas que tal situação introduz do ponto de vista da segurança de informações estratégicas, tanto governamentais, empresariais ou mesmo dos cidadãos comuns. Diante disso, o governo finlandês estuda a implementação de uma infra-estrutura alternativa para conectar o país à rede mundial, sem que esses cabos passem pelo território sueco.

Todas essas variações modificam substancialmente as possibilidades de regulação nacional e apontam para a necessária constituição de uma esfera regulatória internacional. Porém, como a gestão da Internet global envolve uma verdadeira disputa geopolítica, o problema acaba por transpor para o espaço informacional as mesmas disputas de poder e interesses que encontramos nos governos e no mundo corporativo. Da mesma forma, é urgente a criação de um novo marco jurídico dos direitos dos cidadãos na Era Digital, uma vez que têm surgido novos dispositivos jurídicos para tipificar e julgar ações relativas ao mundo digital, sem antes definir quais são os direitos dos cidadãos. Neste sentido, procura-se definir o que é crime cibernético[61] antes mesmo de se definir quais são os direitos e deveres no uso dos meios cibernéticos.

Portanto, a partir da análise de algumas leis recentemente aprovadas ou em processo de discussão na

60 O nome do projeto de lei aprovado é "Försvarsdepartementet". Traduzido para o português significa algo próximo à "sistema de inteligência militar melhor adaptado". O conteúdo aprovado está disponível aqui: http://www.regeringen.se/sb/d/8670/a/78367. Como o texto está em sueco, as melhores referências e críticas em inglês sobre o assunto estão disponíveis no site de Rick Falkvinge, um dos fundadores do Partido Pirada Sueco. Vejam as postagens de maio e junto de 2008: http://english.rickfalkvinge.se/2008/05/25/swedish-nsa-to-wiretap-all-phone-Internet/ http://english.rickfalkvinge.se/2008/06/04/more-on-the-ubiquitous-wiretapping-bill/

61 Um bom exemplo dessa inversão é o Projeto de Lei Substitutivo do Senador Eduardo Azeredo ao projeto de Lei da Câmara 89/2003 (Brasil, 2003) e Projetos de Lei do Senado n. 137/2000, e n. 76/2000 (Brasil, 2000).

Europa, EUA e no Brasil, pode-se afirmar que há uma tendência em curso de se tentar aplicar ao ciberespaço, ao internauta e aos conteúdos digitais que transitam na rede, os mesmos dispositivos jurídicos que se fundamentam numa concepção essencialmente física: do Sujeito, sob a fusão subjetividade-unidade biológica; Território, sob a fusão do espaço informacional com o espaço da Nação; Propriedade, a partir da aplicação sobre os bens comuns intangíveis, dos mesmos princípios que constituem a definição de propriedade física e a determinação de valor das mercadorias materiais.

3.4.2 Imagem e Impropriedade Intelectual na Cibercultura

Iniciamos este item retomando uma história particular das relações entre homem, máquina, estética, regime de propriedade e sistema autoral. O surgimento das técnicas de reprodução físico-química da imagem, no início do século XIX, foi acompanhado de intensos debates sobre a qualidade artística da fotografia. Pintores, desenhistas e gravadores que gozavam de reconhecido poder no interior do campo artístico acusavam os fotógrafos de meros "reprodutores" ou trabalhadores mecânicos, uma vez que se utilizavam duma máquina capaz de captar e registrar automaticamente o mundo retratado. Tal entendimento baseava-se em alguns pressupostos: primeiramente, o aparelho fotográfico seria dotado de um poder de automatismo e objetividade, uma máquina de reprodução do real; e segundo, em se tratando de uma máquina automática, o homem seria um mero operador e, portanto, destituído de qualquer habilidade criativa. No interior desta equação temos a fundação de uma articulação específica entre homem e máquina de visão, com impactos sobre a definição político-jurídica do que são autor e propriedade. O desenvolvimento deste debate merece uma breve explicação.

Do ponto de vista da história artística, na medida em que as fotografias adquirem marcas singulares dos seus fotógrafos e ganham, pouco a pouco, o reconhecimento de trabalho criativo pelos demais artistas, a fotografia receberá o *status* de "obra de arte" e o fotógrafo, o de autor. Aqui, criação, originalidade e autoria estão interconectadas.

Uma outra abordagem possível sobre o problema – frequentemente os fotógrafos ignoram esta tese – é a que procura traçar relações entre a emergência da autoria na fotografia com o desenvolvimento social e econômico da atividade fotográfica. Os trabalhos de Edelman e Tagg são preciosos neste sentido. Segundo esses autores, o momento em que a fotografia adquire o *status* de "obra criativa" coincide com o período em que a atividade fotográfica se torna uma força econômica que irá exigir um sistema próprio de autoria e propriedade sobre as obras. Em uma pesquisa minuciosa, Tagg revela como os primeiros entendimentos jurídicos sobre a questão tratam a fotografia como "*soulless labour*". Por volta de 1860 os profissionais da fotografia eram reconhecidos como *operadores de câmera* ou, nas palavras de Edelman, *proletariat of creation*. Para as análises jurídicas da época na França, o direito de autor só

se aplicava àquelas situações onde houvesse criação, ou seja, onde o trabalho estivesse investido do espírito, imaginação e personalidade do sujeito. Como a fotografia era tida como fruto do trabalho mecânico, ela não poderia se constituir como "propriedade" do fotógrafo (Edelman, 1973 apud Tagg, 1988).

Por volta de 1880, o surgimento das placas de secagem rápida e do filme flexível leva a uma grande expansão da atividade fotográfica, o que mudará drasticamente aquela situação. Segundo Tagg, em 1891 o setor fotográfico empregava cerca de meio milhão de pessoas na França, o que se traduzia em relativa força econômica e política. Assim, na medida em que a fotografia vai se tornando uma atividade que ganha um perfil industrial, exigindo grandes volumes de investimento financeiro, o proprietário do estúdio (detentor do capital) passa a exigir uma proteção sobre o produto do seu trabalho. É ele, no primeiro momento, que se torna o detentor do direito autoral das imagens. Dessa maneira, a fim de garantir o desenvolvimento desta atividade econômica, a indústria fotográfica nascente passa a exigir o reconhecimento de um novo sujeito proprietário: o fotógrafo. Nesta perspectiva, a fotografia como obra artística surge ao mesmo tempo em que ela é reconhecida como propriedade, e seu criador como autor (Edelman, 1973 apud Tagg, 1988).

Preferimos pensar que tanto o reconhecimento estético como o reconhecimento jurídico da propriedade e autoria emergiram simultaneamente numa relação de co-determinação. Afinal, seria reducionista acreditar que apenas a decisão judírica que transforma a fotografia em propriedade a levaria a receber automaticamente o *status* de obra criativa. Tanto no passado como no presente, as imbricações entre os campos econômico, jurídico e estético são muito mais complexas e interdependentes do que qualquer uma dessas abordagens poderia revelar isoladamente.

Ora, no momento em que surge um *médium* como o digital, esta história ganha novos desdobramentos, uma vez que as questões relativas à propriedade, autoria e regime estético passarão por uma outra reconfiguração. Só para antecipar o problema: que analogias poderiam ser estabelecidas entre o chamado *proletariado da criação* da primeira metade do século XIX com o chamado *cognitariado* ou *trabalhadores do imaterial* do final do século XX e início do XXI?

***

Yann Moulier-Boutang sintetizou com precisão as principais transformações econômicas e os desafios que estão postos para o pensamento econômico diante da emergência do *Capitalismo Cognitivo* (Moulier-Boutang, 2001). Segundo o autor, alguns dos fundamentos que caíram por terra com o crescimento da dimensão imaterial da economia são:

> La división vertical del trabajo, el carácter casi universal de la ley de los rendimientos decrecientes, la separación de la fuerza de trabajo de la persona del trabajador, el paradigma del valor como transformación y gasto de la energía muscular, la escasez y la usura y deterioro de los bienes y de los servicios, la divisibilidad de los factores, la ley de la entropía generalizada y del deterioro de los bienes por su uso; el carácter subalterno o marginal de las externalidades, en particular las exigencias de hacerlas valer a un nivel sistémico económico... todos estos rasgos que formarían el horizonte de la economía política clasica y neoclásica, hoy día están más que cuestionados. (Moulier-Boutang, 2001).

Aqui, nos interessa destacar pontos precisos relacionados à configuração do capitalismo cognitivo, sem adentrar no debate propriamente econômico sobre a validade ou não da tese que afirma a mudança de centralidade da produção material para a produção imaterial nos processos globais de geração de valor. São diversos os autores que trabalham a partir daquela primeira perspectiva, assim como os que questionam a tese da "desmaterialização" da economia (Kurz, 2007; Antunes, 1999). Para nosso estudo, o simples reconhecimento da importância que a dimensão imaterial ocupa na economia é suficiente para avançarmos em nosso argumento.

Um dos elementos centrais nas transformações descritas por Moulier-Boutang é o surgimento de um "produto" de nova qualidade: a informação em mídia digital. A informatização introduz a possibilidade de traduzir e converter diferentes processos imateriais em código digital passível de ser executado e reproduzido a um custo praticamente zero. Tal inovação ocorre simultaneamente ao ganho de importância, no interior da produção econômica, das atividades que podemos genericamente classificar como comunicacionais, relacionais, semióticas e cognitivas (Rifkin,2001; Castells, 2003; Gorz, 2005,

1997). Quando certos processos e/ou conhecimentos tornam-se passíveis de serem "traduzidos" e formalizados em código digital, surge a possibilidade de controlá-los, calculá-los e quantificá-los no interior das relações econômicas.

Por outro lado, diante da crescente possibilidade de formalização e codificação introduzida pela microeletrônica e pela informática, há, segundo Gorz, a *revalorização das formas de saber que não são substituíveis, que não são formalizáveis: "o saber da experiência, o discernimento, a capacidade de coordenação, de auto-organização e de conhecimento. Em poucas palavras, formas de um saber vivo adquirido no trânsito cotidiano, que pertencem à cultura do cotidiano"* (Gorz, 2005, p. 9*)*. Ou ainda, em termos mais amplos, trata-se de uma profunda modificação no modo de produção, na medida em que todos os processos linguísticos, cognitivos e relacionais adquiridos e mobilizados por todas as pessoas ao longo de suas vidas passam a constituir um dos elementos centrais do processo de trabalho na era Pós-Fordista. Neste sentido, todos os trabalhadores adentram a produção enquanto seres falantes e pensantes (Virno, 2004, p. 42). Paradoxalmente, é justamente aquilo que não pode ter o seu valor determinado no interior da economia que irá receber o mais alto valor no capitalismo cognitivo. Atributos como fidelidade, confiança, sensação, identidade, entre outros, passam a compor um novo repertório das ciências econômicas.

A impossibilidade de determinação do valor para esses "produtos", que têm origem nos processos intangíveis, introduz profundos desafios para a teoria e prática econômica. No limite, autores como Gorz e Moulier-Boutang afirmarão que o capitalismo cognitivo constitui uma crise de profunda transformação deste sistema econômico (Moulier-Boutang, 2001; Gorz, 2005). Tanto do ponto de vista econômico liberal como marxista, o surgimento de uma mercadoria como a informação em mídias digitais constitui um problema para os fundamentos das respectivas teorias do valor[62].

Como bem sintetizado por Braulio Araújo, a informação contém elementos de indeterminação que a

62 Muito sinteticamente (uma vez que este não é o objeto central de nossa reflexão), temos que a determinação do valor de uma mercadoria dependerá: (1) do ponto de vista clássico-liberal o valor depende do grau de escassez da mercadoria: algo só tem valor na medida em que é um bem apropriável (tangível) e rival (se alguém o possui alguém deixa de possuí-lo). Portanto, é a disputa por um bem escasso no mercado (oferta/demanda) que irá determinar o seu valor; (2) do ponto de vista marxista o valor dependerá do *quantum* de trabalho socialmente necessário (média dos tempos de trabalho materializados no conjunto das matérias-primas, insumos e trabalho morto) contidos naquele produto.

torna impossível de ser quantificada ou contabilizada de maneira estável (estática e fechada). Dado que a informação não existe "por si", mas sempre em relação "a algo", ela sempre varia conforme o contexto e os atores envolvidos no processo de produção-recepção desta informação. Ao mesmo tempo, a informação é intangível, ou seja, ela não depende de um corpo físico para existir. Com o surgimento de um *médium* "desencarnado" como o digital, rompe-se a última relação que a informação mantinha com a matéria, ainda presente no *médium* analógico, utilizada para o seu registro e transmissão. Ademais, a informação é um bem não-rival, ou seja, ela pode ser utilizada e "possuída" por alguém sem que ela deixe de ser usufruída por outra pessoa. Destaca-se, ainda, o seu caráter não-exclusivo, o que significa que a utilização deste bem gera externalidades que podem ser utilizadas por outras pessoas. *Quando disponibilizo uma informação não deixo de tê-la e sua circulação faz com que outras pessoas se beneficiem da sua disponibilidade e mais informações sejam produzidas a partir dela* (Araújo, 2008). Ora, essas características já são o suficiente para erodir as bases do sistema de determinação de valor e criar um enorme campo de conflitos pela apropriação de um novo *commons*[63] liberado pelas mídias digitais.

Delimitar, definir e converter este *commons* em Capital Imaterial é, nos termos de Moulier-Mountang, a versão atualizada dos *enclosures* ingleses da fase de acumulação primitiva do capitalismo[64]. Se nos séculos XVII e XVIII os *enclosures* foram fundamentais para a expropriação da propriedade comunal das terras e instauração de um novo conceito de propriedade privada; atualmente, vemos uma disputa análoga sobre o *commons* (conhecimentos, saberes, cultura etc) inaugurado pelas mídias digitais. É por isso que os conflitos em torno da definição dos direitos de autor e propriedade intelectual tornam-se centrais no embate político (Moulier-Boutang, 2001; Lessig, 2004; Ghosh, 2005, 1998).

Antes do surgimento das mídias digitais, como bem analisado por Barlow, Machado e Araújo, a única forma de determinar o valor monetário de algo imaterial (um conhecimento ou uma imagem, por exemplo) era aplicar o princípio de escassez originário da determinação de valor dos bens físicos aos meios materiais que davam suporte à materialização daquele bem imaterial (Barlow, 1996; Machado, J.

63 No sentido dos bens imateriais intangíveis que só existem no interior de uma comunidade que o produz e o partilha continuamente.

64 Segundo Sergio Amadeu da Silveira a "*preservação dos direitos de monopólio sobre bens intangíveis*" foi chamada de "segundo movimento de enclausuramento" por James Boyle (Silveira, 2005).

2007; Araújo, 2008). Em outras palavras, uma forma possível para se quantificar e cobrar por um conhecimento era tê-lo expresso em uma mídia física (como o papel, por exemplo) para se vender a unidade (livro) ou a licença de reprodução daquele conhecimento "materializado". Trata-se, muito simplesmente, de se criar artificialmente, através de regras de exploração de direitos de monopólio, um grau de escassez sobre algo que não é originalmente escasso. Portanto, para haver qualquer possibilidade de controle (seja do ponto de vista social como econômico) sobre a circulação de uma idéia era necessário que ela se expressasse sobre uma mídia tangível: *expressar era tornar físico* (Barlow, 1996).

Anteriormente, a idéia de se criar barreiras artificiais à livre circulação de bens imateriais ainda encontrava alguma justificativa na necessidade de incentivar, remunerar e compensar os custos e os investimentos do agente que realizava a produção, o registro e a distribuição. Com o surgimento e proliferação das mídias digitais e das redes cibernéticas, esses últimos fundamentos que legitimavam a aplicação da noção de propriedade sobre um bem imaterial e a constituição de monopólios sobre a exploração do conhecimento passam a ser questionados. Como analisado por Machado, *o conceito de "propriedade intelectual" foi pensado tendo em vista o mundo físico, segundo Barlow*:

> [as pessoas] eram pagas não pelas idéias, mas pela habilidade em torná-las reais. [...] O valor estava no veículo, não no pensamento veiculado. [...] As informações [hoje] passam a circular de forma parecida com os pensamentos puros, ao redor da rede, em ondas magnéticas, em forma de luz, mas sem mais tocá-las ou possuí-las no velho sentido da palavra. [...] A tecnologia digital está deslocando a informação do seu plano físico, onde as leis de propriedade de toda a sorte sempre encontraram sua definição. (Barlow, 1996 apud Machado, 2007).

Voltamos então ao nosso ponto de partida: a imagem. Da mesma forma que a mídia digital contribui para a autonomização de um bem imaterial (digamos o conhecimento) com relação ao seu suporte físico (por exemplo, um livro), os meios digitais evidenciam a relativa autonomia da imagem com relação ao seu suporte. Como analisado por Belting, a imagem sempre necessita de um *médium* para ganhar visibilidade, no entanto, a imagem é algo da ordem do acontecimento, algo que se atualiza, ela é in-formada pelo *médium* que lhe dá suporte. Os direitos de propriedade intelectual sempre se aplicaram

sobre a expressão material de um conhecimento, por exemplo, sobre as possibilidades de sua aplicação técnica (patentes), ou sobre as possibilidades de sua execução-utilização-reprodução (direito autoral e *copyright*). Analogamente, os direitos de propriedade sobre uma imagem encontram apoio na expressão material de uma visualidade que possa ser associada àquele bem intangível (a imagem) convertido em capital fixo imaterial. O conceito de marca[65] é o melhor exemplo disso.

Portanto, nos parece que as disputas sobre as possibilidades de conversão do *commons* digital em capital imaterial, ou as iniciativas que visam reduzir saberes imponderáveis e inquantificáveis em conhecimentos formalizáveis em código digital, são análogas às tentativas de regular a imagem em mídias digitais como se ela fosse uma imagem produzida originalmente no interior de um sistema em que os princípios de unicidade e originalidade se aplicavam sobre o *médium* físico. Um bom exemplo disso é a crescente busca da grande indústria do entretenimento em transformar qualquer criação imagética em um símbolo passível de ser apropriável sob o guarda-chuva da propriedade intelectual, reduzindo imagens ou idéias que antes circulavam livremente pelo imaginário social, a marcas proprietárias de uso exclusivo.

Atualmente, os direitos de propriedade intelectual e as regulamentações sobre as possibilidades de uso e exploração econômica, através de sistemas de licenciamento de imagens, avançam sobre situações inimagináveis. Não à toa, algumas empresas[66] estão adquirindo o direito de exibição digital de inúmeras obras que estão alocadas fisicamente em museus. Se por um lado as mídias digitais e a Internet têm permitido que algumas pessoas em lugares distintos tenham acesso a parte de um patrimônio universal (como obras artísticas de reconhecido valor cultural), alguns setores entendem que isso deveria ser

---

65 Aqui, a definição de "Marca" merece uma observação, por representar exatamente o cruzamento da nossa discussão sobre imagem e propriedade intelectual. Segundo a legislação brasileira, detalhadamente analisada por Denis Borges Barbosa, temos que: "O Art. 122 da Lei 9.279/96 define o que é a marca registrável pela lei brasileira:
a) é o signo suscetível de representação visual; vale dizer, não serão dignos da
proteção os signos olfativos e outros "não suscetíveis de representação gráfica" ;
b) destinado a distinguir produto ou serviço de outro idêntico ou afim, de origem diversa. Assim, marca é o sinal visualmente representado, que é configurado para o fim específico de distinguir a origem dos produtos e serviços. Símbolo voltado a um fim, sua existência fáctica depende da presença destes dois requisitos: capacidade de simbolizar, e capacidade de indicar uma origem específica, sem confundir o destinatário do processo de comunicação em que se insere: o consumidor. Sua proteção jurídica depende de um fator a mais: a apropriabilidade, ou seja, a possibilidade de se tornar um símbolo exclusivo, ou legalmente unívoco, em face do objeto simbolizado (Barbosa, 2008, p. 623).

66 É caso por exemplo da Microsoft que está adquirindo direito de exibição eletrônica de diversas obras que estão atualmente em museus ou coleções privadas.

limitado e transformado numa nova fonte de riqueza para aqueles que detêm a possibilidade de acesso àquele bem. Aqui, caminha-se para uma situação em que, através de mecanismos de licenciamento de imagens, paga-se para "ver", como se a mera visualização na tela de um computador de uma obra (um quadro de Picasso, por exemplo) retirasse algo que lhe era exclusivo.

Anteriormente, alguém podia ser o proprietário de uma pintura única. Agora, com o controle e o monopólio sobre a exibição digital, existe a tentativa de se criar uma propriedade exclusiva sobre todas as formas de aparição daquela imagem.

Ora, o absurdo desta situação é que a imagem em mídia digital elimina completamente qualquer vínculo de unicidade ou originalidade que poderia, ainda que artificialmente, justificar a noção de propriedade exclusiva, e, portanto, o direito patrimonial sobre uma imagem. Neste sentido, a imagem em mídia digital simplesmente atualiza a distinção entre imagem e *médium*, libertando, do ponto de vista da propriedade, a imagem de qualquer regulação edificada sobre o princípio de escassez. Da mesma forma, o *médium* digital liberta as idéias, o conhecimento e a cultura do seu veículo material.

Portanto, é compreensível que do ponto de vista dos detentores dos direitos de exploração econômica dum produto visual seja interessante aplicar à imagem em mídia digital aqueles princípios de escassez que regulavam as imagens em outros suportes físicos. Antes mesmo do surgimento do suporte digital, a fotografia já inaugurara o debate sobre os direitos de reprodução de uma imagem. No entanto, a diferença é que com os meios digitais, a desmaterialização do suporte e a possibilidade de síntese computacional fazem com que a relação imagem-*médium* mude completamente de estatuto.

Da mesma forma que alguns cientistas e artistas defendem que a informação e o conhecimento sejam livres, há uma crescente cultura digital que exige que esta liberdade seja mantida por entendê-la como "matéria-prima" para o processo criativo (Wark, 2004). Atualmente, no entanto, esta liberdade para a criação de conhecimentos colide frontalmente com os interesses dos atores que desejam explorar economicamente este patrimônio comum ao convertê-lo em capital imaterial.

Em nosso entender, tal processo de colonização da imagem em mídias digitais pelos princípios de

propriedade originários nos meios materiais tem apenas duas justificativas: gerar ganhos econômicos através da conquista de novos direitos de exploração de monopólios artificialmente criados e o controle estético-político sobre a produção do imaginário.

Com o surgimento das mídias digitais e a expansão da Internet, aquela rígida distinção entre produtor-receptor de bens culturais dissolve-se, pelo menos potencialmente. Multiplicam-se as possibilidades de criação, compartilhamento e difusão de novos textos, imagens e sons. Tal possibilidade, se realizada mais amplamente, poderia ameaçar o atual sistema comunicacional baseado na produção de consensos centralizados, consolidado a partir da convergência dos interesses entre detentores dos meios de comunicação de massa, corporações privadas e setores do poder estatal. Entretanto, por diversos motivos estamos ainda distantes da plena realização desta produção cultural diversa e autônoma sonhada pelos “ciber-ufanistas”.

É por isso que o conflito em torno das definições de propriedade intelectual é tão central. A liberdade de conhecer e criar exige a livre circulação e compartilhamento de idéias, informações, imagens, textos e sons. Trata-se de um patrimônio comum em que não é mais possível distinguir a produção do consumo final, os quais passam a ocorrer quase simultaneamente (Lessig, 2004). Quando ampliamos isso para uma situação de crescente visibilidade mediatizada, onde a imagem em suporte digital distribuída em redes telemáticas projeta-se sobre o campo virtual da imaginação, privar o humano do livre acesso a essas imagens (e outras informações) significaria privá-lo da própria possibilidade de imaginar a vida em diferentes versões. Neste sentido, a ampliação da propriedade intelectual sobre os domínios inaugurados pelo *commons* digital ampliaria o controle sobre as possibilidades de produção do imaginário social.

Este impulso de transformação do simbólico, da experiência e outras dimensões do social, que não são propriamente mensuráveis, em relações computáveis e quantificáveis é, segundo André Gorz, uma das características constitutivas do capitalismo através da história. Neste sentido, a centralidade adquirida pelo conceito expandido de informação, aplicada a diversas esferas da vida social, do pensamento científico e mesmo na constituição orgânica dos seres vivos, apontaria, no limite, para a possibilidade de uma existência programada e quantificada.

É aqui neste perigoso limiar que a expansão dos direitos de propriedade intelectual (em suas diversas expressões) encontra-se com os ideais de superação/eliminação do corpo, difundidas pelos promotores do pós-humano e com os modelos reducionistas da consciência e da inteligência a um modelo da mente passível de codificação. Atualmente, face a essas tendências, a afirmação do corpo-carne como *locus* comunicacional e existencial, e a defesa da capacidade de imaginar livremente, restariam como importantes espaços de criação e resistência.

Curiosamente, enuncia-se o risco de constituição duma máquina social autômata que mesmo Hobbes, ao conceber o Leviatã inspirado nos primeiros mecanismos autômatos do século XVII, não teria sido capaz de imaginar como desdobramento longínquo de sua máquina-Estado. A hegemonia da tecnociência aliada a esta teoria da informação apontaria, segundo Gorz, para o sonho de Galileu da completa interpretação matemática da natureza. Nas palavras de Husserl sobre Thomas Hobbes, este:

> tomou logicamente a lição de Galileu sobre a mera subjetividade das qualidades especificamente ligadas aos sentidos, como lição da subjetividade de todos os fenômenos concretos, sobretudo da natureza e do mundo percebidos pelos sentidos. Os fenômenos estão apenas nos sujeitos; eles aí estão como decorrências causais dos eventos que têm lugar na natureza real, eventos que por sua vez só existem como propriedades matemáticas. Sendo o mundo que percebemos em nossa vida meramente subjetivo, todas as verdades da vida anterior e alheia à ciência são depreciadas" [...] Por conseguinte, vale a pena libertar o conhecimento da "prisão do corpo" e, através da supressão dos sentidos e do saber da experiência, "pensar sem o corpo", como afirmou Descartes. (Husserl apud Gorz, 2005, p. 82-83)

O que podemos interpretar desta trajetória é que estamos diante de uma sincronia histórica entre diferentes forças e domínios sociais (ciência, cultura, economia) que encontram na metafísica da informação um ponto político de convergência. A realização de tal projeto exige, no entanto, a combinação paradoxal do conceito de informação, tratando-a ora como um fator estável-mecânico passível de formalização, quantificação e estabilização; e ora como fator indeterminado e dinâmico, sobre o qual o capital imaterial pode ser continuamente re-inventado.

Enquanto na primeira dimensão o corpo individual pode ser “superado”, como nos dispositivos de controle e nas tendências do Pós-humano; na segunda dimensão o corpo precisa ser garantido como o *locus* da experiência e condição de realização das capacidades humanas essenciais ao atual modo de produção: comunicação, interação, afeto, sentidos, linguagem, cognição. No atual contexto, atuar sobre este paradoxo significa re-inventar a Política através do tensionamento dos próprios critérios que fundamentam e definem os termos deste paradoxo, pois é esta fronteira que impacta sobre a distribuição dos recursos materiais e simbólicos neste novo campo social potencializado pelos meios digitais em rede.

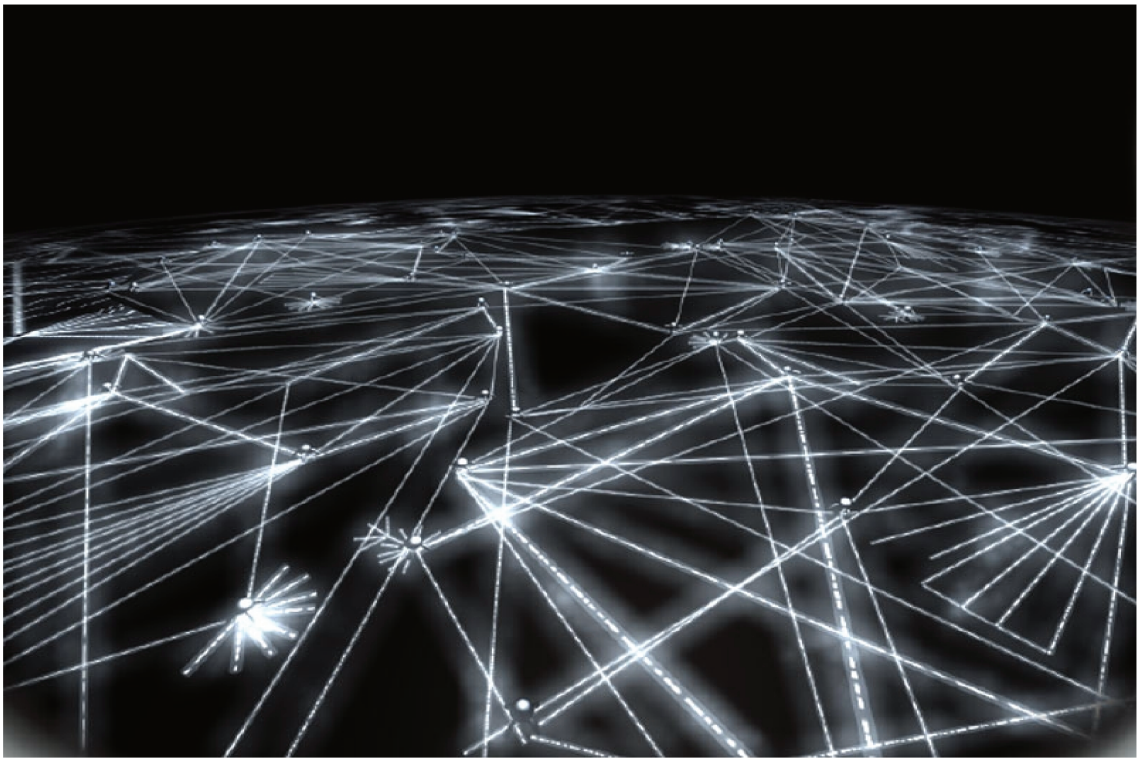
3.5 Imagens do ciberespaço: entre redes, pirâmides e icebergs

Retomamos agora a análise do atual diagrama de poder sob uma outra perspectiva. Até este momento, observamos as tensões que atuam sobre o regime imagético digital e sobre o ciberespaço, procurando estabelecer aproximações entre a formação de uma política visual e as atuais tendências de regulação do ciberespaço. Mas há ainda uma outra dimensão que pretendemos evidenciar e que contribuirá para um melhor entendimento da constelação de forças que estamos descrevendo como esta articulação, e por vezes colisão, entre duas configurações sociais distintas.

Neste ponto, deslocaremos nossa atenção para aquelas imagens que, como a imagem do Leviatã, atuam como dinamizadoras de uma determinada forma de conhecimento e poder. Nesta acepção, nos referimos à imagem como expressão de um sistema de pensamento, como forma de categorização, como diagrama do poder e do ordenamento social. Assim como o Leviatã, aqui entendido como aquela "*imagem do pensamento*", persiste como expressão simultaneamente mítica e empírica, que outras imagens corresponderiam à emergência das sociedades em rede?

***

As descrições sobre a experiência de navegação na Internet traduzem-se, freqüentemente, por imagens marítimas, labirínticas, impressões de conexões livres e aleatórias entre pontos diversos espalhados num plano infinito onde tudo e todos estão interligados sem grandes distinções através de uma grande superfície, um oceano ou uma planície informacional. Não é difícil encontrar na Internet imagens que apresentam esta idéia.



Il. 28: Imagem do filme *Warriors of the Net*[67].

Esta aparente planeidade e conectividade distribuída está presente nos princípios fundantes da Internet e correspondem, em certa medida, à noção de "*neutralidade de rede*"[68]. Esta última significa, muito sinteticamente, que a estrutura física e lógica da rede deveria tratar todos os pacotes de dados da mesma maneira, provendo apenas um meio para a conexão entre as máquinas. Para isso, toda a informação em trânsito seria considerada neutra: não discriminando sua origem (se a informação é pessoal, comercial ou governamental), seu conteúdo (se é uma mensagem de correio, um arquivo de vídeo ou de música), sua localização de origem ou destino final, e nem oferecendo restrições à conectividade geral da rede.

Esta idéia de "abertura" está presente nas diversas expressões da cultura *hacker* e nas práticas de compartilhamento e livre acesso à informação. No texto de Barlow, o conceito de liberdade inspira-se numa interpretação radical do pensamento político liberal, e só poderia se realizar plenamente se a

67 O filme foi criado por Gunilla Elam, Tomas Stephansson, Niklas Hanberger e Monte Reid, no Ericsson Medialab, Suécia. A obra está integralmente disponível em: http://www.warriorsofthe.net/

Fonte original: *An Atlas of Cyberspace*, disponível em: http://personalpages.manchester.ac.uk/staff/m.dodge/cybergeography/atlas/artistic.html

68 Retomamos aqui alguns dos princípios enunciados naquele manifesto escrito por Barlow (1996).

rede fosse, desde sua constituição técno-social mais elementar, um dispositivo “neutro”. Como veremos adiante, alguns autores - como Alexander Galloway em *Protocol* - insistem na existência de uma pré-determinação técnica que delimita, de saída, as possibilidades de comunicação na rede, permitindo algumas formas de interação, impedindo outras e garantindo, de antemão, uma configuração técno-política que estará na base das formas contemporâneas de dominação. Outros, defendem a existência de uma confluência tecnológica e institucional (numa abordagem que se aproxima das escolas do pensamento sócio-técnico) que configura, mas não determina, as possibilidades de comunicação e interação na rede. Harry Halpin sugere em *The Immaterial Aristocracy of the Internet,* numa crítica direta à Galloway, que os constragimentos efetivos sobre a rede devem-se, na prática, às hierarquias informais e formais que emergem no interior da rede, em especial nas diversas instituições que regulam o ciberespaço (Halpin, 2008). Numa outra abordagem, David de Ugarte descreve a emergência das “*oligarquias participativas*”, ao se referir à formação de novas hierarquias nas redes da *Internet 2.0,* como um fenômeno característico de processos onde há níveis diferentes de engajamento, participação e comprometimento individual. Nesta acepção, a emergência das hierarquias não é, necessariamente, um fenômeno negativo (Ugarte, 2008).

Apesar das divergências quanto às determinações que atuam sobre e no ciberespaço, pode-se dizer que a idéia de "neutralidade de rede"[69] exerceu uma influência importante na origem da rede e continua alimentando aqueles que defendem um modelo de ciberespaço mais livre e aberto. Atualmente, porém, este princípio é “quebrado” em função de diversos interesses. Às vezes, a razão é exclusivamente técnica como, por exemplo, quando os pacotes são diferenciados para dar acesso prioritário ao tráfego de dados de transmissões contínuas (*streaming*), no qual qualquer retardo pode interromper a qualidade da transmissão, em detrimento da transmissão instantânea de um arquivo de correio eletrônico, pois para este um segundo de atraso não fará muita diferença. No entanto, em outras circunstâncias, os pacotes de dados começam a ser diferenciados em função da sua forma-conteúdo (há crescente diminuição da velocidade, por parte das empresas quede oferecem acesso à rede, no tráfego de arquivos de música e vídeo) ou mesmo o bloqueio de alguns tipos de protocolos. Um bom exemplo disso foi o bloqueio dos protocolos de voz (VoIP - arquivos de voz via Internet, como os da empresa *Skype*)

69 Agradeço a Pablo Ortellado pelas contribuições sobre o conceito de neutralidade de rede e a Silvio Rhatto pela análise crítica deste subcapítulo.

realizado em 2004 pela Brasil-Telecom, impedindo seu uso pelos usuários do seu serviço de Internet, pois, obviamente, não desejava que seus consumidores reduzissem o uso do telefone[70].

Como este assunto é por vezes demasiado árido, preferimos imaginar que seguimos navegando num mar horizontal, sem nos darmos conta de que existem verdadeiros *icebergs* se elevando sob nossas embarcações, mostrando discretamente suas pequenas e afiadas pontas acima da superfície.

Para tornar mais "paupável" esses mecanimos, iremos problematizar dois eventos relacionados à Internet no Brasil que tiveram ampla repercussão na imprensa em julho de 2008. No entanto, qualquer conexão entre eles passou despercebida para a maior parte das pessoas: (1) a Resolução n° 22.718 do Tribunal Superior Eleitoral[71]-TSE (de 28 de fevereiro de 2008), regulando o uso da Internet a partir de julho na disputa eleitoral de 2008; (2) o "apagão da Internet", falha técnica da Telefônica na prestação de serviço de comunicação à rede, que deixou inúmeros serviços públicos do Estado de São Paulo inoperantes, bem como diversas empresas privadas e indivíduos sem acesso ao ciberespaço.

A idéia de relacionar esses dois eventos surgiu, inesperadamente, de uma associação intuitiva entre dois elementos encontrados num jornal. Na *Folha de S. Paulo* do dia 6 de julho, havia uma página dupla no meio do primeiro caderno, que tratava principalmente de assuntos de interesse nacional: a página da esquerda (p. A16) estava toda ocupada por uma única reportagem sobre as restrições do TSE e a página da direita (p.A17) estava toda ocupada por um informe publicitário da empresa Telefônica, intitulado "Comunicado à População do Estado de São Paulo", informando as razões da pane.

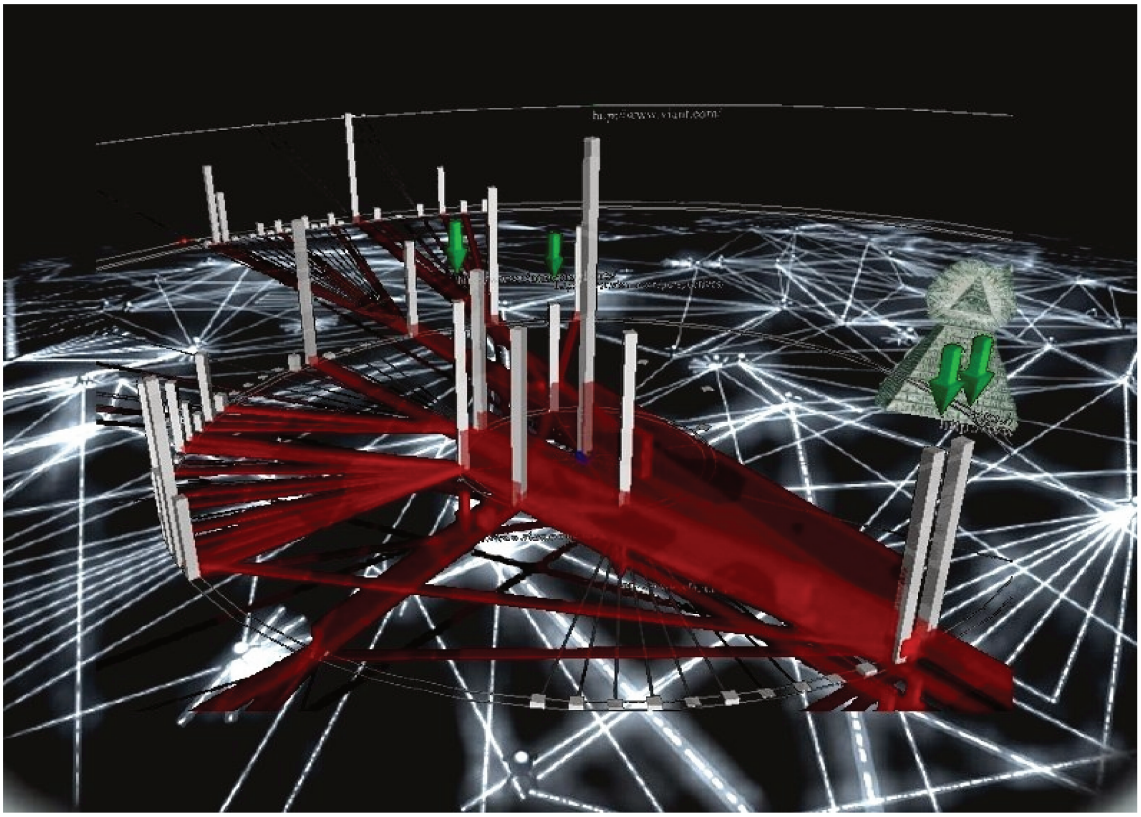
A simples interrogação ou o exercício imaginativo sobre as possíveis relações entre dois assuntos aparentemente díspares serviu de agente mobilizador para nossa investigação. Aqui, partimos de uma simples pergunta: o que há de comum entre os dois acontecimentos? A maneira que escolhemos para

---

70Conforme explica Carlos Afonso: "*O bloqueio foi suspenso, após denúncia de usuários, no caso do Skype, e por determinação da Anatel, no caso da GVT - afinal, bloquear qualquer datagrama é censurar conteúdo, assunto que, além de violar o direito à liberdade de informação e à privacidade dos dados, extrapola a jurisdição da concessionária de telecomunicações* [...]. *Claro que os advogados da BR Telecom sabiam disso, mas uma concessionária que é um virtual monopólio de um serviço em sua região (uma espécie de "capitania" herdada da privatização das telecomunicações) pode se dar ao luxo de testar hipóteses na prática - um balão de ensaio para sondar o terreno"*. (Afonso, 2007). Disponível em: http://www.cgi.br/publicacoes/artigos/artigo43.htm#6

71A Resolução n° 22.718 (Brasil, 2008), está disponível no link: http://www.tse.gov.br/downloads/eleicoes2008/r22718.pdf

responder a esta indagação, dentre algumas alternativas possíveis, virá na forma de uma imagem e das problematizações provocadas por ela.



Il. 29: Diagrama de forças e formas de organização[72].

Mobilizados por esta imagem, iremos explorar alguns desdobramentos da organização e distribuição da relação saber-poder no ciberespaço, de modo a exemplificar outras tensões existentes entre aquele projeto ideal de neutralidade e as tendências atuais. Nesta perspectiva, o desenho acima apresenta o embate entre forças já institucionalizadas segundo uma lógica de hierarquia-verticalidade-centralidade (torres verticais em cinza apoiadas nos eixos vermelhos), dialogando com outras formas de organização

72 Realizamos esta ilustração através da fusão e tratamento de outras 3 imagens: fotograma retirado do filme Warriors of the Net (veja nota 11 adiante); imagem do *WebTraffic Project*, disponível em: http://personalpages.manchester.ac.uk/staff/m.dodge/cybergeography/atlas/info_spaces.html; e a ilustração conhecida como *Annuit Coeptis,* conforme se apresenta na nota de um dólar americano.

predominantemente orientadas por uma lógica de maior fluidez horizontal-descentramento. A presença da pirâmide-olho (*Annuit Coeptis),* colocada estrategicamente sobre uma das torres, atualiza a idéia da onisciência divina, traduzida em diversas expressões dos ideais ocidentais de verdade, razão, unidade e justiça. Além disso, nos lembra metaforicamente o ideal da visão geométrica como forma de conhecimento privilegiada do mundo, fixada no vértice superior de onde, não por acaso, irradia a luz.

3.5.1 Apagão da Internet-Telefônica e as estruturas invisíveis da rede

Um dos mitos de origem da Internet – no sentido positivo de uma cosmologia ordenadora de uma determinada cultura – é que ela teria sido construída para resistir e permitir a comunicação mesmo sob um cenário de guerra nuclear. Sendo descentrada e formada por diversos "nós" autônomos, sub-redes e linhas alternativas, a destruição de partes deste sistema "aberto" não inviabilizaria o seu funcionamento global. Entretanto, diversos eventos recentes nos mostram que, apesar deste relativo descentramento, existem pontos nevrálgicos de grande importância para a funcionalidade da rede que dão forma a uma geopolítica do ciberespaço. Ora, se a rede é tão flexível como parece, como acreditar que uma falha num único roteador do sistema da Telefônica, conforme explicado pela empresa em diversos jornais[73], tenha deixado praticamente todos os usuários do serviço *Speedy* no Estado de São Paulo sem acesso à Internet (ou com problemas de acesso) durante quase dois dias? Aqui, não iremos discutir ou investigar os "reais" motivos desta pane. Pretendemos apenas chamar a atenção para duas dimensões subjacentes a este problema que ajudarão a visualizar as tramas entre as dimensões tecnológicas, sociais e políticas que constituem a rede.

(a) Na primeira dimensão, destacaremos o sistema lógico da rede a partir dos seus protocolos. Para que os computadores possam se comunicar, eles utilizam um conjunto de especificações técnicas que estabelecem padrões para a construção e funcionamento dos *hardwares* e dos *softwares*. O protocolo, conforme Galloway explica, é um conjunto de regras convencionadas que governam um leque de comportamentos possíveis dentro de um sistema heterogêneo ou, ainda, uma técnica para alcançar regulação voluntária dentro de um ambiente contingente. Os protocolos de computadores não são, nesta acepção, apenas especificações técnicas. Eles são um aparato formal que reflete uma totalidade de técnicas e convenções que afetam o nível social e não simplesmente técnico (Galloway, 2004). Os principais protocolos que efetivam nossa navegação na Internet determinam, implicitamente, o uso que pode ser feito deles e que sentido (direção) a comunicação pode tomar. Aqui, interessa apresentar

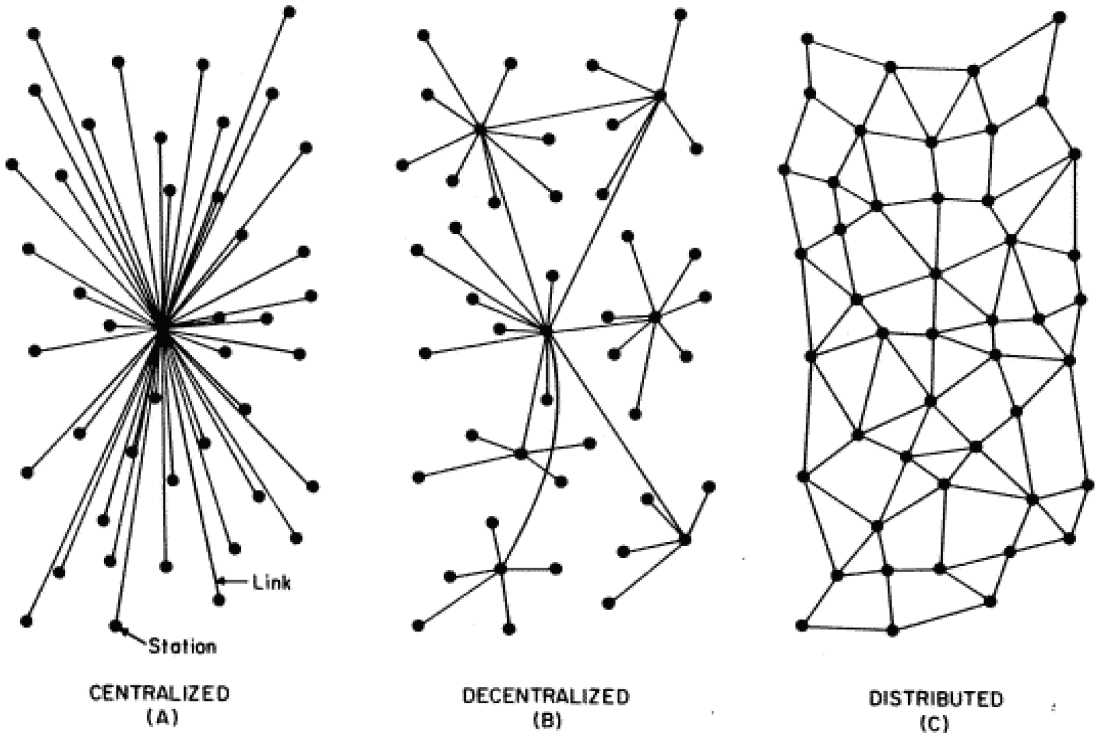
73 Conforme o "Comunicado à População do Estado de São Paulo", publicado no Jornal *Folha de S.Paulo*, no dia 6 de julho de 2008, na página A17.

apenas três deles: a *suite* TCP/IP e o DNS[74].

Sinteticamente, segundo Galloway, o TCP é o responsável por garantir o transporte dos dados, certificando-se de que saíram dum lugar e que chegaram a seu destino, ele faz o "aperto de mãos" entre as máquinas. O IP é responsável pela fragmentação das informações em pequenos pacotes e pela sua identidade-localização, fornecendo dados relativos a sua origem e destino. O DNS é responsável por fazer a conversão dos nomes (endereços) em números. Este processo é chamado de "resolução". O DNS funciona como um sistema universal de localização/identidade dos sites e dos servidores *Web*. Para que meu computador possa "achar" um *site,* o seu endereço (sua localização) deve estar disponível em algum "lugar". Esta localização é tornada possível graças ao sistema DNS, que converte um nome/domínio (por exemplo, www.unicamp.br) em uma identidade numérica (parecida a de uma "caixa postal", neste caso os números IP) que corresponde à localização física de um servidor da rede. Esta exigência de conversibilidade e registro dá ao DNS um poder hierárquico sobre os demais protocolos. É por esta força estratégica que o sistema de DNS é objeto central nas discussões internacionais em torno da governança global da Internet, que envolve as definições sobre a gestão de outros recursos que estão na base do funcionamento da rede mundial: infra-estrutura física da rede, segurança, registro de nomes domínios, entre outros.

(b) A segunda dimensão dessa "estrutura invisível" é a própria infra-estrutura física da rede, que aliás, nada tem de invisível! Trata-se dos cabos elétricos, *modens,* redes de fibra-óptica, satélites, roteadores, computadores-servidores, entre outros. Se, por um lado, a experiência de navegação (do ponto de vista lógico) dá-se numa rede distribuída, na prática, ela freqüentemente ocorre sobre uma estrutura física relativamente descentralizada. Vejam a diferença nos modelos abaixo, desenhados por Paul Baran, um dos fundadores da ARPANET, antecessora histórica da Internet:

74TCP*: transport control protocol;* IP*: Internet protocol;* DNS*: domain name system.*



Il. 30: Desenho criado por Paul Baran em 1964[75].

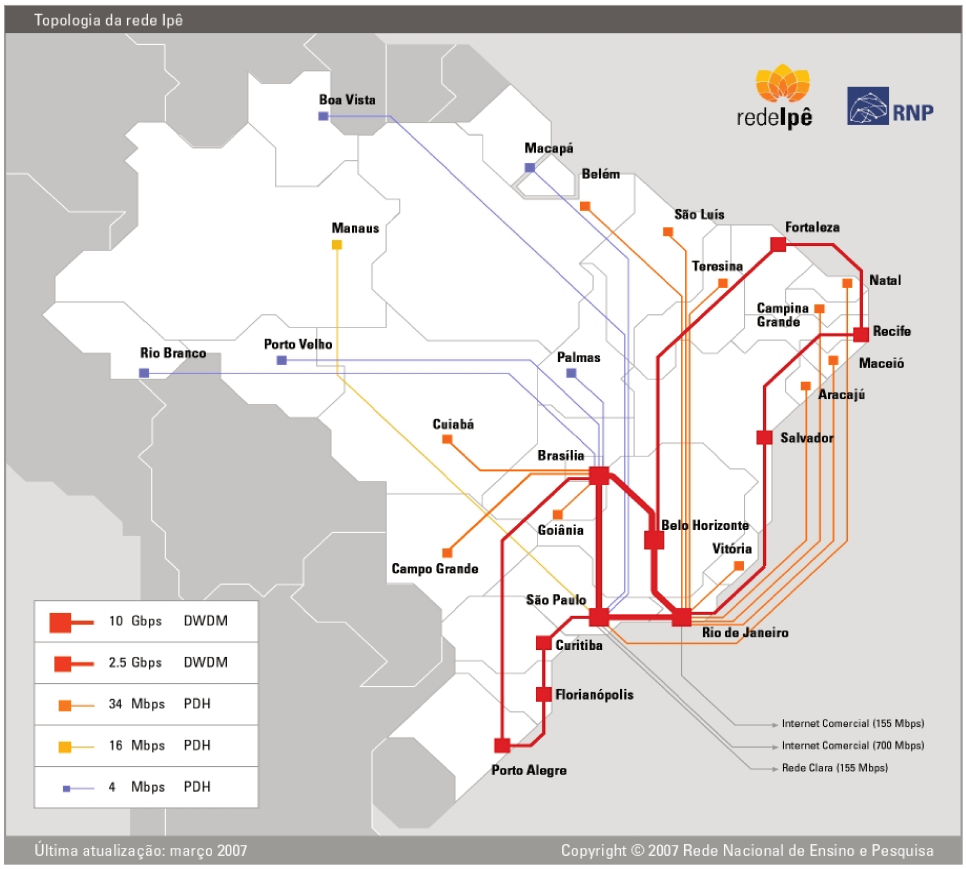
Quando combinamos esses dois elementos (o sistema de protocolos e a infra-estrutura física da rede) temos uma articulação entre mecanismos de construção de fluxos horizontais e distribuídos dialogando com mecanismos de hierarquização e centralização. Parte do problema, no caso específico do "apagão", é que atualmente no Brasil boa parte da estrutura física da rede está nas mãos de algumas poucas empresas privadas e sob uma regulamentação jurídica bastante deficiente[76]. Uma das principais infra-estruturas públicas da Internet no Brasil é a Rede Ipê, vinculada à Rede Nacional de Ensino e Pesquisa, que também oferece interconectividade a várias redes privadas[77].

75 Os desenhos fazem parte dos memorandos científicos da RAND Corporation, disponíveis em: http://www.rand.org/pubs/research_memoranda/RM3420/RM3420.chapter1.html

Outra fonte interessante com a história cartográfica da rede está disponível no *An Atlas of Cyberspace* em: http://personalpages.manchester.ac.uk/staff/m.dodge/cybergeography/atlas/historical.html

76 Segundo Edmundo Matarazzo, ex-superintendente de Serviços Públicos e de Universalização da Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações), em entrevista concedida a Elvira Lobato, as obrigações das empresas concessionárias definidas no processo de privatização do sistema Telebrás só estipulam metas até 2005. Fonte: Lobato, Elvira. Cresce o risco de novas panes da Internet, afirma especialista. Jornal *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 07 de julho de 2008, Caderno Dinheiro, p. B4.

77 Uma ótima análise sobre a infra-estrutura de rede brasileira foi realizada por Cardoso Jr., Amadeu (2009). *A Dimensão*



Il. 31: Mapa com a topologia da Rede Ipê. Disponível em: http://www.rnp.br/backbone/index.php

Resumidamente, a falha da rede da Telefônica nos ajuda a evidenciar a maneira como a Internet, apesar de distribuída em sua superfície, é dependente de outras camadas que, no caso brasileiro, estão pouco descentralizadas. Ainda são desconhecidos os reais motivos da pane, mas o que diversos analistas comentam é que a infra-estrutura privada da Internet não recebeu a devida atenção em termos de investimentos necessários para atender à crescente demanda nos últimos anos. Isso não exclui a possibilidade de que a pane tenha tido alguma outra razão, como por exemplo, uma falha no sistema de DNS da Telefônica. A maior parte dos consumidores do serviço *Speedy* utiliza a configuração padrão de rede oferecida por esta empresa. Neste processo, a Telefônica controla os servidores de DNS que permitem que seus clientes acessem outros sites. Caso o servidor de DNS da Telefônica tenha algum problema, a comunicação com a rede fica prejudicada, uma vez que os demais protocolos (TCP/IP)

Geográfica da Rede no Brasil e no Mundo, Dissertação de Mestrado, FFLCH-USP.

dependem hierarquicamente dos servidores DNS para funcionarem. Por isso, uma possível falha no sistema DNS da Telefônica também precisaria ser investigada[78].

A crescente dependência das empresas privadas na oferta de acesso de qualidade à Internet fica ainda mais potencializada quando se observa a emergência, graças à não-interferência das duas principais instituições reguladoras do setor (Anatel e Comitê Gestor da Internet - CGI-br), dum processo de concentração na oferta desses serviços[79] nas mãos de algumas poucas empresas. Neste caso, estamos diante de uma tensão entre duas configurações sociais que podem ser descritos por, de uma lado, as tendências de comunicação distribuída e horizontal (formalmente representadas pelos protocolos TCP/IP), e de outro, as tendências de centralização e hierarquização do acesso à rede e à sua infra-estrutura física pela formação de oligopólios (formalmente representadas pelo protocolo DNS).

Galloway vai ainda mais longe ao afirmar que é justamente a combinação dessas duas formas de controle que criará o atual diagrama de poder, que ele denominará "Protocolar". Trata-se, na visão deste autor, de um sistema de gestão distribuído e imanente, no qual todos são partícipes e o controle emerge como condição desejada e consensual, para criar ordem num meio heterogêneo e contingente (Galloway, 2004). Portanto, ao tomar o funcionamento da Internet como modelo deste diagrama, o protocolo se estenderia a outras esferas da vida social, manifestando-se como o *modus operanti* do atual regime de dominação. Em suas palavras, o sistema de controle protocolar de Galloway seria a expressão empírica e tecnológica da forma de poder Imperial descrita por Hardt & Negri (2001). Para Harry Halpin, ao contrário, a emergência do sistema protocolar não seria apenas a manifestação do controle nas sociedades descentralizadas, mas sim, a expressão do "*commons*" criado pela própria descentralização das redes (Halpin, 2008).

---

78 Esta hipótese de falha nos servidores DNS da Telefônica surgiu em algumas listas de discussão na Internet, onde alguns assinantes do *Speedy* relataram que conseguiram manter temporariamente a navegabilidade, alterando os dados que definem o sevidor de DNS que será utilizado por suas máquinas, até que a pane fosse total. Segundo Tim Berners-Lee o sistema DNS é o "*calcanhar de Aquiles*" da rede distribuída (Galloway, 2004).

79 Alguns dados sobre a concentração na oferta de acesso a Internet:
Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana:
http://www.ritla.net/index.php?option=com_content&task=view&id=1614&Itemid=271;
Convergência Digital:
http://www.convergenciadigital.com.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=13319&sid=14&tpl=printerview

3.5.2 Representação política e regulação da Internet

As resoluções do Tribunal Superior Eleitoral têm como objetivo determinar as regras do jogo eleitoral. Elas visam criar condições de igualdade (formal) na disputa entre os partidos e candidatos. Para tanto, é necessário regular inúmeros e complexos fatores: utilização dos meios de comunicação, participação dos agentes públicos, utilização e captação dos recursos financeiros etc. Em outras palavras, o controle sobre tais fatores visa assegurar condições de competição a todos os candidatos, objetivando minimizar a influência das forças e interesses econômicos e políticos na disputa eleitoral. A regulação dos meios de comunicação é um dos focos principais dessas determinações e procura diminuir o poder de interferência de grupos econômicos que possam se valer desses veículos para influenciar o eleitorado.

No entanto, sabemos que a noção de livre competição, segundo um critério de igualdade formal, tem levado a sérias distorções na corrida eleitoral. Na prática, aqueles que possuem uma boa estrutura eleitoral e recursos financeiros abundantes terão maiores chances de vencer aqueles que possuem poucos recursos. Em suma, reproduz-se no plano eleitoral a mesma tendência encontrada no universo do livre mercado: os que ganham acumulam vantagens competitivas e aqueles que perdem acumulam desvantagens. Sem mecanismos de compensação direta que visem reverter esta tendência, não há, de fato, condições de igualdade de competição eleitoral.

Uma das principais ações do TSE para tentar equilibrar o jogo, consiste na regulação da propaganda eleitoral *gratuita* nos meios de comunicação de massa (televisão e radio). Aqui, cabe uma breve explicação. Tanto a televisão quanto o rádio funcionam a partir de um sistema de concessões e outorgas públicas de um "bem público" - o espectro eletromagnético - a grupos privados que exploram economicamente os serviços de radiodifusão (e atualmente também os serviços de telecomunicações). Tanto a regulamentação jurídica da forma de concessão deste meio, quanto as escolhas tecnológicas adotadas para o sistema de produção-transmissão-recepção, transformam artificialmente este *bem comum* (o espectro eletromagnético) em um *recurso escasso*[80]. O acesso a este recurso se torna,

80 Como bem comum o elemento funciona como uma externalidade econômica, estando fora da esfera mercantil. Ao ser transformado pela legislação e pelas opções tecnológicas adotadas em um recurso público escasso, ele será distribuído

finalmente, objeto de disputas econômicas e políticas, configurando, no caso brasileiro, um sistema de comunicação ultra-monopolizado nas mãos de algumas poucas empresas e famílias[81]. Esta tendência de crescente monopolização dos meios de comunicação potencializa a concentração tanto da produção-difusão de informações quanto do poder que lhe é correspondente.

Neste cenário, a propaganda eleitoral gratuita regulada pelo TSE visa distribuir de maneira proporcional o acesso dos diferentes candidatos a este recurso. No entanto, o próprio critério deste cálculo é objeto de contestações, uma vez que este privilegia, novamente, aqueles partidos com maior presença na Câmara dos Deputados[82]. Tal coeficiente, regido por um princípio de proporcionalidade, é tão importante para os partidos que é em função da disputa pelo tempo de propaganda televisiva que muitas coligações e programas partidários serão definidos. Como decorrência, temos uma espécie de colonização do sistema partidário pela lógica comunicacional dos meios de comunicação de massa. Tal combinação faz com que os partidos que já possuem maior presença parlamentar tenham melhores condições de vencer, forçando-os a buscar um sistema de alianças - em direção a um vértice comum - a fim de ampliar o seu tempo de propaganda televisiva e radiofônica. Se voltarmos àquela imagem (Il.29), este processo de concentração do poder político corresponderia àquelas estruturas verticais que se elevam cortando, capturando ou fazendo convergir os fluxos de uma rede difusa e distribuída de informações.

No entanto, com o surgimento e a expansão da Internet, um outro cenário com possibilidades diversas de comunicação e de interação social começa a ganhar força. Primeiramente, e de maneira bem sintética, é necessário apontar algumas especificidades (ainda que já sejam muito conhecidas). Ao

---

segundo critérios políticos e econômicos. Chamamos a atenção para o caráter político da opção tecnológica de produção-transmissão-recepção dos veículos de comunicação (televisão, rádio, Internet) pois ela poderia ampliar o acesso a este recurso escasso, transformando-o relativamente num recurso não-escasso. É o exemplo recente dos embates em torno do modelo de TV Digital adotado pelo Brasil. A opção pelo "modelo japonês", defendida pelo Ministro Hélio Costa, cria inúmeras restrições de uso, de produção de conteúdo e de utilização do espectro eletromagnético, favorecendo as atuais empresas de comunicação na manutenção dos seus monopólios e impedindo a entrada de novos e pequenos atores na produção e transmissão televisiva. Cada uma das opções, neste caso, teria impactos bastante diferenciados sobre toda a cadeia produtiva desta atividade. Sobre a TV Digital veja: http://www.direitoacomunicacao.org.br/novo/dmdocuments/arquivo.php?arquivo=TVDigital01.zip e também http://www.direitoacomunicacao.org.br/novo/dmdocuments/arquivo.php?arquivo=TVDigital02.zip

81 Uma boa reflexão histórica sobre a distribuição e a situação atual do sistema brasileiro de concessões de televisão e radio está disponível em: http://www.direitoacomunicacao.org.br/novo/dmdocuments/arquivo.php?arquivo=revista_concessoes_web.pdf

82 O cálculo está descrito no Art.28 da Resolução n° 22.718.

contrário dos meios de comunicação de massa, a utilização da Internet se dá através de um suporte que não é tratado como concessão pública de um recurso escasso. Segundo, diferentemente dos meios de comunicação de massa que se constituíram como veículos unidirecionais (rígida separação entre emissor e receptor), na Internet todos os agentes são (pelo menos idealmente) produtores e receptores. Soma-se a esses elementos o princípio de *neutralidade da rede* como um fundamento tecno-social estruturante do espaço cibernético. Em outras palavras, a combinação desses fatores aponta para a construção de um espaço-relação comunicacional onde todos os agentes possuem virtualmente a mesma "estatura"[83].

No caso da disputa eleitoral, como ocorre em muitos países[84], a Internet tem oferecido um novo espaço concorrencial onde os critérios de *proporcionalidade* que regem a distribuição do tempo na propaganda eleitoral gratuita nos meios de comunicação de massa são questionados pela emergência de um espaço que modifica as condições de participação entre todos os atores envolvidos no processo eleitoral: partidos, candidatos, eleitores e demais organizações representativas. No primeiro, a idéia de proporção reflete a distribuição do poder num sistema de representação partidário (com delegação do poder decisório para o representante de cada nível imediatamente superior), que se traduz numa ocupação proporcional do tempo de propaganda eleitoral gratuita. No segundo, a possibilidade de participação direta, não apenas dos candidatos, mas sobretudo de todos os cidadãos, faz com que a disputa eleitoral se torne, idealmente, mais acirrada, rompendo o desequilíbrio inicial entre candidatos. Interroga-se, ainda, a condição do eleitor como mero “espectador” ao modificar os critérios de sua participação no interior deste campo.

Entretanto, alguns artigos da Resolução n° 22.718 do Tribunal Superior Eleitoral (Brasil, 2008) levam a um entendimento contrário dessas potencialidades do ciberespaço, minando as possibilidades democratizantes da mobilização e participação direta dos cidadãos e enfraquecendo as chances de comunicação alternativa dos pequenos partidos e candidatos.

---

83 Em termos práticos, as possibilidades técnicas de se chegar no *blog* do Paulo Henrique Amorim ou no portal da Globo deveriam ser as mesmas, bastando apenas digitar o endereço de cada um deles no navegador do computador.

84Sobre a regulamentação nos E.U.A., veja: http://www.fec.gov/ans/answers_general.shtml#Internet

Sobre a regulamentação na França, veja: http://www.forumInternet.org/institution/espace-presse/communiques-de-presse/le-forum-des-droits-sur-l-Internet-publie-sa-recommandation-sur-Internet-et-communication-electorale.html

Fontes: http://outrapolitica.wordpress.com

Como esta resolução causou ampla discussão na imprensa e deixou muitas dúvidas quanto a sua interpretação, a magistratura decidiu que iria analisar os processos que surjam caso a caso, ao invés de modificar as partes obtusas da legislação. Mesmo assim, em diversos pontos da resolução pode-se perceber uma confusa transposição das regras aplicadas ao radio e à televisão para o espaço cibernético[85].

***

Os entendimentos do TSE sobre o funcionamento da Internet refletem, em parte, a inadequação das atuais categorias para tratar das novas possibilidades criadas por esta profunda modificação nos meios de comunicação. No caso da televisão, onde a produção e a emissão da informação são centralizadas e unidirecionais, é fácil definir onde começa e termina o espaço privado e o espaço público de circulação da informação. A Internet, por sua vez, interroga a fronteira entre mídia privada e mídia pública. Um *blog* pessoal, por exemplo, possui características de um caderno de notas pessoais (mídia privada), mas também de um jornal *online* (mídia pública).

Ao analisarmos dois casos aparentemente díspares, procuramos evidenciar os mecanismos que estão operando na produção de um campo de disputas sociais, econômicas e políticas, que dão forma a um diagrama de poder. Tanto o problema do apagão da Internet-Telefônica como a regulamentação da propaganda eleitoral na Internet, refletem as disputas em jogo e o esforço de colonização de um modelo de organização social instituído sobre as novas formas de organização, produção e comunicação

85 O Art.18, por exemplo, determina que a propaganda eleitoral "somente será permitida na página do candidato destinada à campanha eleitoral". Isso significa que eu não posso criar um *blog* ou mobilizar as redes sociais a que estou conectado para manifestar minhas opiniões e minha decisão eleitoral, visando influenciar o debate público? Ou então, entende-se por propaganda apenas a difusão remunerada de informação? Neste caso, a manifestação de voto ou a mobilização de apoio voluntária na rede não seria entendida como propaganda e poderia ser equiparada à "manifestação de opinião", permitida pela resolução? O Art. 19 obriga os candidatos a tirarem seus sites do ar até a antevéspera da eleição (quando deixa de haver propaganda eleitoral gratuita no radio e televisão). Porém, a manutenção desses sites no ar seria uma importante ferramenta para o eleitorado cobrar dos candidatos os seus programas de governo e as promessas realizadas. Ao apagar os sites da campanha, apaga-se uma memória e reduzem-se as possibilidades de controle social sobre os políticos. Outra estranheza: o Art. 14 afirma que posso fixar uma faixa, cartaz ou realizar uma pintura nas fachadas externas da minha residência. Não é curioso que um indivíduos não possa manifestar sua intenção de voto em seu site pessoal?

inauguradas pelas redes telemáticas. Trata-se de um esforço de preservação e adequação institucional sobre uma realidade comunicacional em transformação, objetivando criar condições de reprodução dos grupos, organizações e valores que se consolidaram no período anterior. Os exemplos escolhidos também são interessantes para a pesquisa por duas razões: pelas imagens que eles mobilizam sobre a dimensão não-visível da rede, permitindo interrogar outras imagens difundidas sobre a planeidade da rede; mas sobretudo, pela conexão que este problema estabelece com os desafios políticos atuais.

Em outras palavras, diante das formas emergentes de regulação das mídias digitais e do ciberespaço[86], o que está em jogo é uma tentativa desesperada de tentar reduzir seu potencial comunicacional às formas estabelecidas de difusão hierárquica e unidirecional da informação, favorecendo simultaneamente as estruturas que controlam o poder político e os detentores dos meios de comunicação de massa. Se a interpretação dominante for esta, o cidadão será novamente convidado à passividade diante da espetacularização e do esvaziamento da política. No entanto, esta tendência não objetiva transformar a Internet num meio de comunicação unidirecional ou massificado, pois prefere deixá-la funcionando de forma "distribuída" e sob um sistema de captura centralizado, com relação à propriedade dos meios de acesso à rede; da apropriação mercantil dos conteúdos produzidos; da gestão sobre a produção do imaginário e sobre a movimentação re-territorializada da informação.

Neste caso, a utilização da Internet no interior de uma disputa eleitoral partidária numa democracia formalmente representativa nos permite observar a coexistência de, por um lado, um sistema de produção de autoridade e legitimidade centralizado (delega-se o poder a um representante), e de outro, um sistema de participação e/ou captura distribuído (cidadãos ativos através da rede)[87]. Na medida em que este diagrama se configura simultaneamente como uma forma de organização e dominação imanente na vida social, em que todos são partícipes por convenção (adesão protocolar), nos aproximamos daquela situação descrita por Galloway:

86 Incluiria aqui também o projeto de lei do Senador Azeredo recentemente aprovado no Senado e que agora retorna à Câmara dos Deputados para reavaliação.
87Problematizamos adiante esta relação no ensaio "*Internet, economia e política: o eterno-retorno do Leviatã?*"

> a better synonym for protocol might be "the practical", or even "the sensible". It is a physical logic that delivers two things in parallel: the solution to a problem, plus the background rationale for why that solution has been selected as the best. [...] Like liberalism, democracy, or capitalism, protocol creates a community of actors who perpetuate the system of organization. And they perpetuate it even when they are in direct conflict with it. (Galloway, 2004, p. 245).

Nesta acepção, o "protocolo" como forma de exercício do poder se apresentaria como uma versão renovada da racionalidade técnica que fora generalizada pelas tecnologias modernas. Conforme problematizado por Marcuse, o aparelho racional "*salva tempo e energia, elimina o desperdício, adapta os meios aos fins, antecipa as consequências, mantém a calculabilidade e a segurança"* (Marcuse, 1999 apud Paoli, 2007). O protocolo abrigaria um mecanismo de dominação política oculta, tal qual traficado pela racionalização do mundo weberiana, que mediante a generalização de um modelo de eficiência técnica acaba por reduzir a política à governabilidade, ou seja, à busca permanente de estratégias de estabilização do sistema (Habermas, 1975).

Consideramos, no entanto, esta perspectiva por demais tecno-determinista. A convivência e o conflito entre aquelas duas configurações sociais é analisada de outra maneira por Negri e Hardt. Para eles é justamente a articulação daqueles dois modos de exercício do poder que permitiria a manutenção desta forma de dominação, pois para o Império não fracassar ele não pode jamais se essencializar como unitário ou centralizado (Hardt & Negri, 2001). A convivência dos sistemas centrais de representação com os dispositivos de participação distribuída torna-se então a combinação necessária para manter vivo os mecanismos de autoprodução de legitimidade deste poder.

Em nossos termos, enquanto o poder se realiza de maneira descentrada, impessoal e imanente, ele se apresenta como nova unidade sob o fantasma do Leviatã. Neste cenário, uma das formas práticas de manter a operacionalidade e a governabilidade é investir numa política visual que alimente o aparato comunicacional no sentido de produzir continuamente as imagens identitárias de autoridade que nos organizam e integram.

É por isso que as lutas pela "transparência" do código, pela possibilidade de acesso, conhecimento,

execução, distribuição e modificação, são fundamentais para se coibir formas de controle antidemocráticas na era digital (Silveira, 2005). Outros atores, mais preocupados com a dimensão institucional e gerencial da rede, destacarão a necessidade de atuar no âmbito da governança global na Internet a fim de intervir sobre as diversas organizações que tem poder regulatório sobre a definição do funcionamento da rede (Mueller, 2004; Halpin, 2008).

Finalmente, em contraposição à redução ou pré-determinação técno-política das possibilidades comunicacionais das redes telemáticas, afirmamos a existência de um grau de indeterminação nos objetos tecnológicos. A efetivação da Internet como um recurso democratizador da comunicação, das formas de produção de conhecimentos e dos modos de organização social, depende de um conjunto complexo de fatores sociais, culturais, tecnológicos, econômicos, estéticos e políticos. Há, por um lado, uma luta crescente pela garantia da universalização do acesso de qualidade à rede mundial. Esta, por sua vez, está apoiada na implementação de mecanismos regulatórios que possam fomentar o crescimento da infra-estrutura da rede, sua abertura, descentralização e crescente democratização (no sentido de tornar mais público o acesso, a propriedade e o controle pela sociedade civil). Além disso, a necessidade de fortalecer a neutralidade da rede, a liberdade de expressão, a diversidade na produção e circulação de conteúdos, com o livre acesso e compartilhamento de conhecimentos, relacionam-se à defesa e promoção de um regime de bens comuns que seja capaz de efetivar o interesse público face à expansão colonizadora e excludente dos sistemas de propriedade intelectual sobre os territórios inaugurados pelo *commons* digital.



4. Considerações finais: ponto de fuga e linhas de fuga

4 Considerações finais: ponto de fuga e linhas de fuga

Frequentemente nos referimos a um determinado período histórico através de conceitos suficientemente abrangentes e que se apresentam como uma grande imagem capaz de abarcar a diversidade de experiências e situações que pretendemos descrever. Antes mesmo de "olhar" e "classificar" o mundo, já o fazemos a partir duma forma imaginada, pois para que possamos ver e compreender, é preciso antes que sejamos capazes de imaginar. Entendemos o mundo a nossa volta a partir de disposições específicas produzidas entre os modos de pensamento, os modos de percepção-sensação, os modos de subjetivação, as formações sócio-culturais em que estamos inseridos e também através das tecnologias de comunicação disponíveis numa época.

O atual contexto histórico tem sido caracterizado por diversas imagens-conceitos: a "Era do Acesso" (Rifkin, 2001); a "Sociedade em Rede" (Castells, 2003); o "Império" (Hardt & Negri, 2001); a "Sociedade de Controle" (Deleuze, 2007); o "Campo" ou o "Estado de Exceção" (Agamben, 2002); a Cibercultura (Trivinho, 2001); o Capitalismo Cognitivo e/ou Imaterial (Gorz, 2005; Moulier-Boutang, 2001), entre outras.

É interessante destacar que na reflexão de quase todos esses autores, a descrição do atual momento histórico já se apresenta como posterior à nebulosa e incerta definição de "Pós-Modernidade". Esta última, sempre sofreu de uma relativa ausência de uma imagem estável que a circunscrevesse, e talvez seus atributos mais frequentes sejam justamente a ausência de uma imagem unitária, a fragmentação, a dispersão, a flexibilidade e a diversidade, as quais se traduziram na dissolução de inúmeras categorias identitárias (classe, nação, trabalhador etc) que se consolidaram na Era Moderna.

Agora, o atual período histórico se apresenta como uma tensão de outra qualidade entre essas forças de dispersão e flexibilidade e as novas formas de produção de "pontos" de convergência e "linhas" de fuga que, diferentemente do período Moderno, não são mais dotadas de centralidades totalizantes.

Neste contexto, a imagem da rede, do rizoma, a imagem de territórios e relações fluidas e mutantes, se manifestam como uma imagem que almeja dar forma sensível a esta diversidade de experiências e situações. Aqui, tudo que se relaciona às possíveis configurações sócio-culturais e disposições cognitivas, e também ao acesso, regulação e controle econômico deste novo "*espaço sensível*" torna-se um importante território de lutas que dá forma a outras políticas.

Dentre os fatores de maior impacto na emergência desta condição de existência, pode-se destacar o surgimento e a convergência entre a microeletrônica, os diversos meios digitais, a cibernética, as ciências da genética e da mente, e também a financeirização econômica. No âmbito da experiência societal, uma das expressões desta convergência é a presença cada vez maior, em diversas esferas da vida social e psíquica, das interações e ações mediadas por dispositivos eletrônico-digitais conectados às redes de comunicação em tempo real.

Como decorrência, há uma crescente importância atribuída às possibilidades de formalização e tradução de diversos processos (conhecimentos, procedimentos de trabalho, processos biológicos, entre outros) em código digital. Tal fenômeno contribuiu para o gradual deslocamento da geração de capital para os processos de produção imaterial, com a sobrevalorização do trabalho cognitivo (comunicativo, semiótico, relacional) e ampliação das formas de propriedade intelectual para novos domínios. Sinteticamente, o digital contribui para potencializar a fronteira de expansão do capital, objetivando colonizar sob a forma comercial e privada o *commons* que, graças às tecnologias digitais, torna-se passível de ser reduzido à codificação binária e apropriado sob a forma de capital imaterial.

Uma vez que a comunicação em redes telemáticas adquire uma maior centralidade nos processos sociais, econômicos e culturais, e sendo o computador uma máquina-semiótica que (in)forma todos os processos comunicacionais que se utilizam deste objeto-técnico, os aspectos relacionados à visualidade na cibercultura adquirem grande importância pelos seus desdobramentos sociais, psíquicos e políticos. Neste contexto, decidimos examinar uma dimensão específica neste processo em curso e optamos por concentrar a investigação naquilo que a "visualidade" mobiliza nas dinâmicas sociais que estão em processo de transformação na/através da cibercultura.

No início, nossa pesquisa descreveu a maneira como as imagens atuam como um importante agenciador do pensamento. Começamos o percurso num mergulho distante na imagem do Leviatã, elaborada por Thomas Hobbes e pelo artista Abraham Bosse, para tratar duma configuração estético-política particular. Tal trajetória foi fundamental para caracterizarmos a "imagem do pensamento" - na *forma-Estado* (nos dizeres de Deleuze) – e para que pudéssemos compreender as persistências e mutações dos modos de pensar metaforizados por aquela imagem. Em seguida, exploramos as transformações nas tecnologias de produção de imagens e suas relações com as formas de produção de conhecimentos e de exercício do controle social, destacando o gradual deslocamento do foco de intervenção do presente-atual para o futuro-virtual. Finalmente, passamos a examinar a imagem na cibercultura e a própria "imagem da rede", objetivando descrever, a partir dos conflitos estéticos, econômicos e jurídicos sobre o estatuto da imagem na era digital, a constituição de um novo campo político.

Nossa tese procurou evidenciar que essas disputas em torno da imagem na cibercultura transbordam as fronteiras do regime estético e são, na realidade, análogas às tensões constitutivas das formas contemporâneas de dominação e dos mecanismos de legitimação que lhes são correspondentes.

Assim, ao tomarmos a visualidade no ciberespaço (o regime das imagens técnicas em mídias digitais) como o ponto empírico de partida da investigação, estávamos interessados num conflito político mais amplo que podia ser observado nas mutações deste regime. Esta disputa se produz e se traduz em diferentes expressões que foram problematizadas em nosso estudo: (1) no nível do próprio estatuto da imagem, na passagem de um regime da representação para a simulação, sua relação com a desmaterialização do *médium,* suas políticas visuais, e seus impactos sobre os modos de subjetivação; (2) no nível da construção de uma "imagem da rede" como imagem-conceito que "ordena" o pensamento sobre o mundo social mediado pelas redes telemáticas, dando forma a um novo diagrama de poder que se configura a partir da articulação entre forças de horizontalização, descentramento, desterritorialização e desindividualização, em relação às forças de verticalização, centramento, territorialização e identificação; (3) no nível da regulação jurídico-econômica sobre a produção-circulação-recepção de imagens na era digital, a partir das disputas em torno das definições de origem, autoria e propriedade de bens imateriais.

4.1 O Leviatã e a Rede: representação e simulação

Quais relações podemos estabelecer entre as mutações e persistências político-estéticas do regime imagético do Leviatã e o regime da imagem de simulação na cibercultura?

A imagem do Leviatã de Thomas Hobbes introduz no imaginário social uma nova partilha do mundo. Inaugura uma totalidade de nova ordem (o Estado), criação livre dos homens que se unem para dar forma e força a uma vontade geral. O domínio da razão sobre o impulso dos sentimentos e das paixões, a busca da pacificação social contra a guerra de todos contra todos, a proteção da propriedade e dos direitos adquiridos em troca da obediência ao soberano. A imagem do Leviatã é uma imagem que articula simultaneamente uma cosmologia ancestral (mobilizada pela figura bíblica do Leviatã), uma nova filosofia política e um regime imagético. Esta convergência funcionará como uma máquina abstrata de pensamento que durante séculos seguirá ordenando e influenciando uma determinada configuração sócio-política do mundo.

Esta imagem foi construída a partir de um modelo de representação herdeiro dos princípios perspectivistas do Renascimento, e portador de uma educação político-visual sintonizada com seus ideais filosóficos. Ela estabelecerá as bases da separação entre o sujeito (observador) e objeto (observado) no ato de conhecimento; um modelo de racionalidade baseado no afastamento dos processos perceptivo-sensíveis e no domínio da razão abstrata, alcançada através dos métodos que iriam se consolidar como científicos. Tais fundamentos estão na origem de um modelo de representação e concepção do real, que irá se desenvolver como hegemônico nos séculos seguintes.

A imagem de concepção (o desenho e a gravura) de Hobbes, corresponde a uma idéia de representação política que encontrará ressonâncias no ideário político que o advento da imagem técnica analógica (fotografia) acaba por celebrar. Esta vem coroar o projeto racionalista iluminista, tanto do ponto de vista científico como político. Com a fotografia, o real existe e, ao mesmo tempo, lançam-se as bases de sua superação. A imagem do Leviatã inaugura, assim, um modelo de articulação entre uma nova

divisão e composição do mundo social e sua representação visual, ambas partilhando de pressupostos comuns: um modelo de racionalidade que valoriza os processos de abstração mental através da neutralização das "paixões" e do afastamento do corpo; uma concepção do real como entidade capaz de ser apreendida objetivamente e reproduzida; uma relação de distanciamento entre sujeito-objeto como condição para a busca da verdade; uma noção de identidade e unidade, baseada numa idéia de essência absoluta; uma visão mecanicista do corpo social, da divisão sócio-técnica do mundo e da delegação da vontade ao representante que detém o poder decisório.

Se os meios analógicos (imagem técnica indicial) e de comunicação de massa (radio, cinema e televisão) marcam a maturidade deste processo e coincidem historicamente com a emergência das grandes estruturas burocráticas de governo, educação, empresas e exército, o surgimento de uma nova organização social inspirada nos modelos das redes ocorrerá simultaneamente ao desenvolvimento da micro-eletrônica e das redes telemáticas (Castells, 2003; Rifkin, 2001).

Assim, através da análise das transformações nas tecnologias de produção-circulação de imagens, nossa investigação examinou indiretamente os mecanismos que atuam na produção de um campo sob disputa entre uma determinada forma de organização social consolidada no interior da era analógica e as tendências sociais instituintes da era digital.

Apontamos ainda que a própria difusão da noção de uma "sociedade em rede" baseia-se na criação de uma imagem que cumpre o mesmo designo daquela imagem do Leviatã: a "imagem da *rede*" torna-se uma imagem-conceito que também irá operar uma outra partilha do sensível, dando a ver uma outra distribuição no/do social. Entretanto, nos parece que frequentemente esta imagem é apropriada discursivamente de maneira parcial e, sob a forma estereotipada de uma "rede" exclusivamente técnica e axiologicamente neutra, acaba prisioneira daquilo que poderia questionar.

Ao se transformar numa imagem-conceito estática afirmamos que esta imagem "funciona" como aquela imagem do Leviatã. O mesmo se dá quando se tenta aplicar à imagem de síntese computacional os mesmos critérios de referencialidade, indicialidade, origem, autoria e/ou unicidade que normatizam, diferentemente, a imagem no interior dos regimes pré-fotográfico e fotográfico. É nestes instantes que

dizemos, metaforicamente, que o regime imagético do Leviatã se re-atualiza e, assim, uma parte da potência do "novo" é negada, contida, rearranjada nas lógicas de poder do modelo instituído.

A imagem de síntese mobiliza outros fundamentos. Ao mesmo tempo que o *médium* se desmaterializa, esta imagem técnica passa a prescindir de um objeto externo e anterior para ser gerada graças à possibilidade de síntese computacional, fazendo com que participe de maneira diversa do *médium*, pois ele próprio também se converte em linguagem-código. A imagem em mídia digital é sempre uma imagem em vias de se atualizar, sendo, portanto, da ordem do acontecimento. Na realidade, ela nada mais faz do que lembrar-nos de uma característica de toda imagem: sua virtualidade. Não é coincidência, portanto, que nas mídias digitais cada visualização corresponda sempre a uma nova atualização das informações. Tal percepção é ainda favorecida pela desmaterialização do *médium*, que contribui para a compreensão de que a imagem e seu suporte são coisas distintas, ainda que em permanente relação de co-determinação.

Ao se classificar e ordenar o regime da imagem de simulação a partir dos mesmos critérios (estéticos, econômicos e jurídicos) que estão na base dos regimes imagéticos anteriores, reduzimos infinitamente as possibilidades inauguradas pelo digital. Permitir a emergência de uma estética do virtual como uma outra partilha do mundo sensível constitui-se, na atualidade, um verdadeiro campo político, posto que sobre ele atuam os mecanismos de controle e regulação constituídos na era analógica, tanto do ponto de vista estatal como privado-corporativo.

Trabalhamos, assim, com uma idéia de rede que é mais complexa, posto que ela emerge na tensão entre essas diferentes forças. É preciso reconhecer que do ponto de vista da cultura visual, os *médiuns* digitais são tributários de uma herança indicial estabelecida pela imagem técnica analógica. Quando observamos uma fotografia na tela do computador, por exemplo, não podemos ignorar que aprendemos a ver fotografias antes mesmo do computador existir em nossas casas. Portanto, há que analisar a imagem de simulação numa perspectiva intermedial, pois é aí que podemos politizar o seu campo de enunciação simbólica. Isso significaria reconhecer a imagem de simulação como imagem imaginada, criada a partir de determinadas regras e procedimentos previamente estabelecidos que estão inscritos no funcionamento do aparelho de produção-visualização de imagens. Interroga-se assim a autoridade

daquela imagem e pode-se dar existência "visível" aos procedimentos que estão implícitos na sua produção. Afinal, o digital é um meio que é, ele próprio, linguagem.

Os mais eufóricos com o ciberespaço apressam-se em afirmar a emergência de novas formas políticas e do social, ambos caracterizados pelos fluxos permanentes, pela descentralização, pela des-identificação e até pela des-personificação do poder. Trata-se, nesta acepção, da superação absoluta das sociedades organizadas segundo os princípios da representação política e das diversas formas de autoridade estatal (soberanas ou não). No entanto, afirmamos que, por enauqnto, esta imagem só dá conta de parte do contexto atual e, na realidade, acaba por favorecer a emergência de uma forma de dominação que se apresenta como difusa e impessoal, esvaziando toda e qualquer possibilidade de resistência ou criação emancipatória. Do nosso ponto de vista, o momento exige atenção justamente à simultaneidade e ao encapsulamento dessas formas distintas de exercício do poder.

O estatuto da imagem em mídias digitais no ciberespaço goza desta mesma ambiguidade, funcionando ora como imagem regulada segundo os princípios da representação do real, e ora conforme os princípios da simulação. Reconhecer os mecanismos que fixam a imagem a cada um desses regimes é fundamental para perceber os componentes tecno-políticos que in-formam o *médium* e, portanto, a educação visual promovida pelas imagens.

Homologamente, nos parece que o mundo político sofre desta mesma ambiguidade neste momento de transição medial. Submetemos-nos a Estados de democracias representativas que já não são realmente soberanos, sistemas de governança sem governos, estruturas que se constituíram para gerir e representar um mundo de instituições e sujeitos "físicos", que já não correspondem à desmaterialização e à virtualização da economia, da propriedade, da cidadania, da subjetividade. No entanto, aquela imagem do Estado persiste, resiste. Ela é mobilizada a todo momento para manter a legitimidade de um mecanismo que se torna cada vez mais abstrato e politicamente vazio.

A pergunta talvez pudesse ser feita de maneira inversa: que formas políticas somos capazes de imaginar que poderiam dar expressão às novas possibilidades de pensamento e ação inauguradas por uma sociabilidade e um modo de subjetivação cada vez mais mediado pelas redes telemáticas e por uma

existência conectada?

Mas falar em imaginar significa ser capaz de pensar a partir de novas imagens, para além das imagens-conceitos estabelecidas. Significa disparar um pensamento não representativo. E aí nos damos conta da importância das disputas sobre a produção-circulação-recepção das imagens na cibercultura.

Como discutido na tese, as tentativas de regulação patrimonial da imagem no ciberespaço tratam de, para além da dimensão econômica, regular a própria possibilidade de imaginar através de outras imagens. Em outras palavras, trata-se de reduzir a imagem de síntese à lógica representacional e, portanto, a um entendimento pré-definido das suas relações com o real. Mas o que queremos dizer com imagem de síntese?

A imagem de síntese, segundo Eric Alliez, pode modificar profundamente a relação entre imagem, sujeito e objeto, revelando que aquela dependência ontológica entre imagem-objeto (conforme proposta pelo realismo) nada mais é do que uma variante histórica das várias possibilidades da imagem. "*L' "image virtuel" ne ferait finalement rien d'autre, selon lui, que de nous faire prender conscience de la "richesse virtuelle" de notre imagination endogène"*. (Alliez apud Belting, 2004, p. 56).

Na mesma direção, Edmond Couchot afirma que a imagem de síntese deixa de ser um intermediário entre o objeto e o sujeito. Ao substituir a representação pela simulação modifica-se a relação com o real. Assim, se na perspectiva renascentista o centro da projeção era ocupado pelo olhar do sujeito, o sujeito da representação; agora com a imagem de síntese, o sujeito não se coloca mais à distância da imagem, no face a face dramático da representação, ele submerge na própria produção da imagem (Couchot, 1998).

Ou ainda, conforme argumenta Lev Manovich, a imagem deixa de ser uma interface para se tornar um instrumento. Ela já não é da ordem da representação de uma realidade preexistente, mas um meio para um usuário intervir na produção do real. "*Os novos meios mudaram o nosso conceito de imagem, porque transformaram o observador em um usuário ativo"* (Manovich, 2001, p.183 apud Machado, 2007, p. 208).

No entanto, a realização dessas possibilidades depende da forma e das condições de apropriação e uso dessas tecnologias e da configuração sócio-cultural-econômica desses meios. A passagem de um regime da representação para a simulação na cibercultura não trata apenas da mudança das condições físicas do meio, mas sim de todos os elementos que in-formam as condições de comunicabilidade deste meio (o digital em rede): a linguagem, a política visual (que define a composição do visível), os modos de percepção-sensação e subjetivação, o regime de propriedade (que atua sobre a circulação e condições de apropriação). É o conjunto desses elementos, dirá Lévy, que modelará a ecologia cognitiva de uma época, de forma que certos tipos de idéias, mensagens e pensamentos terão mais chances de se reproduzir do que outros, favorecendo modos de conhecimentos distintos e os valores que lhe são correspondentes (Levy, 1998, p. 98).

Finalmente, face às interpretações que tendem a despolitizar as tecnologias de comunicação, nosso trabalhou analisou algumas das suas potencialidades, problematizando como elas estão in-formadas desde a sua base (linguagem, protocolos de comunicação, infra-estrutura da rede, propriedade dos meios, política visual) por forças que podem dar nova vida ao fantasma do Leviatã. No âmbito político, trata-se da manutenção de um sistema de representação, em muitos casos, esvaziado e convertido em máquina de autoprodução de legitimidade (Hardt & Negri, 2001), pois a imagem identitária que integra o sistema de ordenamento e dominação social (o Leviatã) não mais coincide com os canais de mediação e representação política consolidados no século XX. Mas então, quais seriam as “imagens” ou as “formas” políticas do pós-Leviatã?

4.2 Política e Medialidade: as fronteiras da informação

A conexão que arbitrariamente construímos durante a tese entre a planeidade da imagem de simulação (fruto da síntese digital) e a horizontalidade do ciberespaço (inspirada no princípio da neutralidade da rede), revela-se mais do que metafórica.

Vivemos sob uma situação de crescente mediação das redes telemáticas em nossas vidas. O computador e a Internet são cada vez mais presentes tanto nas tarefas profissionais como nas atividades do não-trabalho. De fato, talvez o computador seja o objeto que melhor agencie a superação da distinção entre tempo de trabalho e tempo do não-trabalho, muitas vezes realizando misturas e interpenetrações entre elas, tornando cada vez mais difícil a delimitação. Um dos *slogans* mais comuns nos anúncios dos novos computadores se traduz na seguinte frase: "*o trabalho e o lazer no mesmo lugar!*".

A superação desta fronteira talvez seja uma das grandes transformações provocadas pela combinação dos dispositivos eletrônico-digitais à comunicação do tempo real. Do ponto de vista econômico, trata-se da possibilidade de codificação de todas as nossas ações mediadas pelo computador numa informação passível de ser mensurada (ou assimilada como valor afetivo) e transformada em valor monetário. Tal transformação dá-se num contexto de profunda mutação do capitalismo, onde as atividades de caráter imaterial (cognitivas, comunicacionais, relacionais) adquirem maior importância nos processos de geração de valor. Ora, a combinação de uma existência cada vez mais mediada pelas tecnologias de comunicação em rede, somadas às tendências de apropriação privada do *commons* inaugurado pelo digital, cria finalmente a possibilidade de transformar quase a totalidade de nossas vidas em mercadorias, bem como transformar as mercadorias numa economia de afetos, intercambiáveis e descartáveis.

O risco existe justamente na convergência de três tendências em curso: (a) quando nossas vidas (ou parte de nossas ações, comportamentos, relacionamentos) tornam-se passíveis de serem traduzidas e codificadas sob a forma digital, na medida em que qualquer ação no computador é geradora de

informações sobre seu usuário; (b) quando a esfera macro-política se reduz à manutenção da governabilidade, esvaziando a política através do predomínio de uma lógica gestionária, transformando o cidadão político em consumidor ou em "vida nua", ambos reduzidos a categorias biopolíticas que alimentarão as decisões sobre as condições de vida e de morte daqueles que integram o corpo social. E esta segunda dimensão torna-se possível graças à combinação das tecnologias digitais ao biopoder. Trata-se do refinamento infinitesimal do poder e do controle sobre a própria vida; (c) quando o estatuto do Humano é dissolvido pela aplicação exclusiva da lógica informacional às dimensões psíquicas e biológicas.

O surgimento das tecnologias digitais é um dos elementos que une essas tendências. De um lado, o digital coincide com a emergência das novas formas de produção e acumulação econômica que dão forma ao capitalismo cognitivo e que, para aqueles que estão inseridos via trabalho ou lazer nas redes telemáticas (na realidade aqui esta distinção implode), se traduz numa existência de "trabalho total", com a consequente possibilidade de mercantilização da própria existência. De outro lado, o digital coincide com a emergência das novas formas de exercício do poder: biopoder aplicado pela tecnocracia nos moldes das sociedades do controle (Deleuze, 2007); o Império, como sistema de convergência estatal-corporativa que integra as tecnologias de comunicação e cria os próprios mecanismos de autoprodução de legitimidade (Hardt & Negri, 2001); as sociedades "protocolares", como expressão tecnológica da gestão imperial realizada através das redes telemáticas (Galloway, 2004); ou então nas diversas formas de governança sem governo ou dos Estados de Exceção (Paoli, 2007; Agamben, 2002).

Ao mesmo tempo, é graças a importância adquirida pelas tecnologias digitais no interior desses diversos processos sociais que o ciberespaço e o universo da simulação visual (como o domínio do virtual), tornam-se um palco importante das disputas políticas.

Atualmente, as disputas em torno das condições de comunicabilidade no ciberespaço versam sobre as condições de produção do futuro. Na medida em que tanto o imaginário como os macro-processos econômico-financeiros estão imbricados através da estrutura comunicacional digital; gerir as possibilidades de intervenção nesta esfera significa disputar as possibilidades de fazer emergir comportamentos desejados e convergentes que passam a definir o que é o *real* (fenômenos de

emergência e/ou enxame). O melhor exemplo disso é a relação entre os "estados de humor" do mercado financeiro e as expectativas que definem o comportamento dos consumidores e investidores.

Se por um lado as tecnologias de simulação ampliam as possibilidades de imaginarmos e compartilharmos "outros mundos", por outro, a simulação dirigida converte-se numa potente máquina de produção de realidades e, no nível psíquico, numa máquina abstrata de pensamento. Esta é a tensão que dá forma a Política do regime de simulação.

Outro desdobramento desta centralidade adquirida pelas tecnologias digitais é a instituição virtual (no sentido de em potência) do ciberespaço como um espaço-tempo que cria uma nova partilha no mundo sensível, uma outra composição do espaço social. Só para citar alguns exemplos: a divisão entre esfera privada e esfera pública, trabalho e não-trabalho, produtores e consumidores, difusores e receptores, os novos modos de existência, relacionamento e subjetivação num contexto de elevada conectividade. Ou mesmo na modificação da relevância e hierarquia dos atores que atuam no ciberespaço, em termos das condições de sua visibilidade: o *blog* de um indivíduo e o portal de uma grande empresa de notícias; o sítio oficial de um governo e os sítios de ativistas dissidentes.

Como analisado nos capítulos da tese, a formação deste ciberespaço estará em parte determinada por condicionantes sócio-técnicos: os protocolos de comunicação; pela propriedade dos meios de acesso a rede e da sua infra-estrutura; pelo regime de propriedade sobre os bens imateriais que circulam através dela; e pelo regime jurídico que define os direitos e deveres dos atores que atuam neste território.

Novamente, as tensões que atuam sobre o ciberespaço, no sentido de modificar a partilha do mundo social, coincidem com aquelas tensões que atuam sobre a política visual do regime de simulação. Trata-se de um problema relativo à disputa pela linguagem (o código) e seus usos, posto que é ela quem define a campo de visibilidade e de comunicação. É por isso que interrogar as condições de produção e a configuração dos dispositivos técnicos que asseguram a comunicação na rede torna-se uma batalha eminentemente política. Assim, a luta pela linguagem e pela liberdade de comunicação face às tendências de apropriação e cercamento dos bens imateriais ganham novas proporções.

Se a convergência daquelas tendências de apropriação imaterial e controle social representadas pelo capitalismo cognitivo, pelo biopoder tecnocrático, pela metafísica da informação presente na bio-nano-tecnologias e nas ciências cibernetizadas da mente, apontam para a possibilidade de mercantilização e domínio da totalidade da vida, só nos resta afirmar a potência da vida em sua totalidade. Nos dizeres de Foucault e Deleuze: contra o poder sobre a vida, afirmar o poder da vida! Trata-se de assumir a potência da vida em sua integralidade (como um campo de possibilidades indeterminadas) e a própria linguagem como territórios políticos.

Tensionar a linguagem significa questionar a própria formação do campo de enunciação e visibilidade. É a linguagem, tanto a palavra como o código na programação digital, que define o que entra ou não no campo visível. Cada palavra, cada conceito, introduz uma nova "entidade" no mundo, uma nova "dobra" ou composição do sensível. Em se tratando da emergência do capitalismo cognitivo, é o próprio pensamento (antes interiorizado) que se torna passível de ser exteriorizado e de ser convertido em força de trabalho distribuída (aqui nos referimos ao *general intellect* de Marx[88]), graças aos mecanismos de captura-protocolar das redes telemáticas.

No entanto, as condições de "visibilidade" ou "exteriorização" deste pensamento não estão pré-definidas. A possibilidade de apropriação deste *commons* e sua conversão em força de trabalho dependem de uma capacidade de "ler" e "interpretar" as informações. Finalmente, somente quem detém o acesso ao código que gere a fronteira entre o visível e o invisível é que pode se apropriar (exclusivamente ou não) deste bem. É por isso que as discussões em torno da liberdade de conhecimento e do livre acesso à informação se tornam tão centrais, pois é aí que reside a disputa pela configuração do *médium*, as definições da fronteira do visível e do dizível e, portanto, o campo de capturas, resistências e também de criações.

Conforme problematizado por Agamben, a "*política é a exibição de uma medialidade, ela torna visível*

88 Sobre o general intellect, Paolo Virno: By *general intellect* Marx means science, knowledge in general, the know-how on which social productivity relies by now. The politicization of work (that is, the subsumption into the sphere of labor of what had hitherto belonged to political action) occurs precisely when thought becomes the primary source of the production of wealth. Thought ceases to be an invisible activity and becomes something exterior, "public," as it breaks into the productive process. (Virno, 2004, p. 64).

um meio enquanto tal. Não é a esfera de um fim em si, nem de meios subordinados a um fim, mas a de uma medialidade pura e sem fim como campo da ação e do pensamento humano" (Agamben, 1995). Da mesma forma, esta é a razão que faz com que a constituição do ciberespaço como uma "superfície" medial de outra qualidade, capaz de produzir uma nova partilha do mundo sensível, colida frontalmente com os fundamentos que legitimam as instituições do mundo material (propriedade, cidadania, território).

Ao analisar o ganho de autonomia e centralidade da esfera comunicacional em sintonia com sua transformação em fator central do ciclo produtivo, Agamben afirma que a comunicação como tal se torna o principal problema. O que está em jogo não é a "comunicação enquanto destino e fim específico do homem ou como condição lógico-transcendental da política (o que é o caso nas pseudo-filosofias da comunicação), mas a única experiência material possível do ser genérico (isto é, a experiência da *comparution* ou, em termos marxistas, do *general intellect*)" (Agamben, 1995). Ao colocar a própria linguagem como o plano de imanência onde a experiência política contemporânea se dá, Agamben afirma que as disputas pela definição do uso do "comum" se tornaram o problema político essencial:

> Somente se conseguirem articular o lugar, os modos e os sentidos desta experiência do evento da linguagem como uso livre do Comum e como esfera dos puros meios, é que as novas categorias do pensamento político - "comunidade dos sem obra", "igualdade", "fidelidade", "intelectualidade de massa", "povo por vir", "singularidade qualquer" - poderão dar uma forma à matéria política que nos encara. (Agamben, 1995).

A definição em torno desta(s) "forma(s)" talvez seja um dos problemas mais desafiantes para o pensamento político contemporâneo. Em se tratando das expressões e formas de vida da existência cibercultural que estão surgindo neste incipiente momento de transição medial, há diversas experiências no campo artístico, cultural e social que reivindicam outras formas de uso e compartilhamento do *comum* que foi potencializado pelas tecnologias digitais, assim como há importantes exemplos que fazem um uso renovado da linguagem e das possibilidades de organização social inauguradas pelas redes telemáticas. Todavia, trata-se de uma situação de fronteira em que apenas somos capazes de

vislumbrar as frágeis fagulhas de modos de vida que, por enquanto, situam-se num limiar instável entre a precariedade e as novas institucionalidades, entre a servidão, a sujeição, a emancipação, a expropriação, a captura e a livre produção do *comum*.

4.3 Transbordamentos: linguagem e invenção democrática

Partindo da análise das políticas visuais implicadas nas formas de conhecimento e exercício do poder, nossa investigação problematizou a formação de um campo de disputa estético-político que se desenvolve em torno da introdução da mediação telemática em algumas esferas da vida social.

Um dos desafios metodológicos enfrentados por esta investigação foi o de tentar analisar um processo muito recente. Acreditamos que as transformações em torno do surgimento e difusão de uma existência cibercultural são e serão tão profundas que é difícil realizar avaliações conclusivas a partir das referências teóricas e empíricas hoje disponíveis. Historicamente, a Internet está em seus primeiros anos de vida. Se considerarmos que a maior parte da literatura científica sobre o tema, mesmo os textos que foram escritos ontem, são produtos de uma geração que aprendeu a ler e a escrever em um suporte não-digital e, por isso, poderíamos considerar que se trata da produção de uma geração que vive numa fase de transição medial, podemos afirmar que este "olhar" sobre o tema foi em parte "educado" para apreender fenômenos duma outra natureza. O risco que corremos é o de ficarmos limitados apenas à percepção do "desmanche", quando só somos capazes de identificar o que está se dissolvendo, e somos incapazes de captar as erupções e tendências do mundo atual. Tal situação nos exige uma disposição antropológica no sentido de tentar alcançar o ponto de vista do outro, mas de um "outro" próximo e que está vivendo uma profunda transformação. Neste sentido, nossa reflexão sobre o presente, deve estar atenta as essas limitações para evitar sobredeterminações ou julgamentos viciados.

De maneira especulativa, podemos transbordar nossa reflexão para o terreno societal e lançar algumas questões para investigações futuras: de que maneira e sob que formas essas experiências em curso estão in-formando o surgimento de outras sensibilidades (modos de percepção-sensação); novas formas de relacionamento, interação e ordenamento social; outras formas de organização social e de produção econômica (com mudanças na relação com o trabalho, o não-trabalho, a produção e o consumo); outros modos de subjetivação e de produção identitária (não mais assentadas na produção unitária e sedentária do Eu), que estariam surgindo na/através de uma existência cada vez mais mediada pelas redes telemáticas?

Do nosso ponto de vista, todas essas questões partilham de alguns problemas comuns. Muitas das experiências que estão se constituindo através dos meios de comunicação digital em rede estão diante de fortes tensões causadas pela redefinição das fronteiras de algumas categorias centrais da vida social: espaço público e espaço privado, trabalho e não-trabalho, experiência local e global, presença e tele-presença, atual e virtual, produção e consumo, corporificação e des-corporificação, singularização-individuação-massificação, produção, transmissão e recepção.

Diante dessas dissoluções, surge no interior dessas novas iniciativas conflitos em torno da própria definição de qual é o terreno comum de suas práticas e quais são os valores e princípios que regulam as suas condutas. O que significam, por exemplo, colaboração, criação, captura, cooptação, sujeição, trabalho livre, trabalho remunerado e não-trabalho, privacidade, liberdade, intimidade no âmbito das práticas ciberculturais?

É possível que a tensão em torno desses conceitos esteja relacionada justamente a uma mutação social em curso onde o próprio vocabulário, os signos e os valores disponíveis estão passando por um processo de indistinção. Curiosamente, é como se a avalanche informacional propiciada pelas novas tecnologias tivesse gerado um déficit comunicacional. Na realidade, o que parece ocorrer é uma transformação da própria linguagem e do processo de enunciação que dá forma ao social (categorias, definições de partilha e pertencimento), justamente no momento em que a linguagem se integra aos dispositivos de comunicação digital, passando a constituir a própria base de toda a mediação em redes telemáticas e, consequentemente, dos processos produtivos da economia imaterial (seja ela uma economia da dádiva ou uma economia capitalista). Ou seja, tanto o trabalho, como o não-trabalho, a expressão criativa, relacional ou afetiva passam a ocorrer sobre a mesma linguagem que lhes in-forma, sem, no entanto, lhes determinar. Esta margem de indeterminação, tanto semântica como tecnológica, persiste. E é sobre ela que uma política da/na cibercultura parece emergir.

Deslocamos nossa atenção para o campo da linguagem em duas direções: a linguagem como fundamento comum do ser humano genérico e a linguagem como o ordenamento simbólico e real que cria e define a diferença, as fronteiras e a partilha do sensível. Num outro sentido, na cibercultura a

“linguagem” é o próprio código digital que cria a esfera da comunicação e ao mesmo tempo a divide. É o código que define o campo do visível e do invisível e, portanto, define quem participa ou é excluído de algo. Porém, a linguagem humana é muito mais complexa e infinita do que a codificação digital. Na realidade, equiparar a “linguagem” ao “código” de um programa de computador é análogo à redução dos processos mentais do humano à noção de inteligência artificial. Não é exagero afirmar que existe uma hiper-inflação semântica, com uma motivação política indireta, ainda que não declarada, ao se utilizar de termos relativos às habilidades essenciais do humano (linguagem, pensamento, inteligência, afeto, entre outras) para qualificar os processos cibernéticos. No fundo, essas fronteiras são tensas justamente porque vivemos em um período de hegemonização informacional, mobilizado por uma “metafísica da informação” que alimenta um processo incessante de codificação digital de novas esferas da vida social, psíquica e biológica.

A linguagem, ao contrário do código, contém um princípio de indeterminação. No código, para uma indeterminação ser ativada, ela precisa ser acionada através da subversão do código. Somente aí surge o novo, somente aí se introduz a diferença no código previsível. Neste sentido, *hackear* é produzir linguagem, é produzir conhecimento, é introduzir uma clivagem, uma nova dobra no real. Em termos sociais, este ato se traduziria numa ação de invenção política ou, nos dizeres de Lefort, numa “*invenção democrática*” (Lefort, 1987), pois modifica a composição do mundo sensível, dando forma e existência visível para algo que antes não “existia” ou não “contava”.

Conforme problematizado por Sloterdijk, as “*técnicas aumentam o volume do exterior e do nunca assimilável. O território da linguagem se reduz, o setor do texto legível pelas máquinas se desenvolve*” (Sloterdijk apud Gorz, 2005, p. 104). Diante deste movimento incessante, é o corpo, o saber da experiência e a linguagem que insurgem contra a hegemonização do código maquinal. Eles se tornam importantes espaços de resistência contra a obsolescência do humano e a crescente codificação da vida.

Em se tratando das formas de comunicação (visual, sonora, textual, táctil), o exercício do poder almeja estabilizar a polissemia dos signos. Tal projeto encontra-se manifesto, por exemplo, na criação de um regime de propriedade intelectual sobre os bens intangíveis, como se até os signos, a comunicação e o pensamento humano fossem passíveis de serem fixados, descontextualizados e apropriados

privadamente. Indiretamente, para além dos objetivos de rentabilidade econômica, tais iniciativas se traduzem em ações de controle sobre a própria produção do imaginário.

Porém, o feitiço se reverte contra o poder no instante em que este tenta converter os signos em sua propriedade exclusiva. Como resultado, este "cercamento" poderia contribuir para a ruína da cultura como bem comum e, consequentemente, dissolveria as bases da cooperação e do trabalho social, levando, no limite, a uma profunda mutação das relações econômicas dominantes. Por outro lado, a desmercantilização da cultura e do conhecimento defendidas pelos diversos movimentos que lutam contra os mecanismos de apropriação privada deste *commons* contribuem, indiretamente, para a criação de uma esfera não-mercantil fundamental à manutenção das relações sociais e produtivas (capitalísticas ou não). Paradoxalmente, estariam os movimentos pelo conhecimento livre salvando o capitalismo ou alimentado um nova crise de geração de valor?

Numa direção complementar, podemos afirmar que as linguagens poéticas persistem como espaços de não-poder (ao invés de contra-poder). Elas se colocam fora do regime estabelecido pelo código informacional estático. A capacidade de comunicar se traduziria, então, na capacidade de produzir linguagem, na ativação de uma potência imaginal. Finalmente, ao se politizar a própria linguagem, introduz-se uma ruptura nos mecanismos de produção identitária tradicionalmente apoiados na representação, modificando a relação entre os sujeitos falantes e sua distribuição no social.

Tal digressão, aplicada ao problema analisado na tese, se traduz na afirmação de que as condições de visibilidade e de produção imagética na cibercultura devem ser enfrentadas desde suas bases, ou seja, na própria formação da linguagem visual. Dito de outro modo, tomar a imagem como dispositivo ativo de intervenção e criação do real e não como recurso reduzido à representação ou *mímese* do real.

Simetricamente, as disputas em torno das configurações estético-políticas do ciberespaço dependem de uma capacidade de intervir sobre as bases que regulam o seu campo de enunciação e visibilidade. Esses fundamentos estão em relação direta com as várias camadas que dão forma ao ciberespaço e, portanto, tal intervenção implica na politização do código de programação, da gestão da infra-estrutura física da rede, do regime de propriedade dos meios e dos conteúdos, do controle do acesso e da neutralidade da

rede e da definição dos protocolos de comunicação.

Isso significa que, para modificar a distribuição e composição deste espaço, é necessário interrogar quais são os mecanismos que atuam na definição das fronteiras entre o virtual e o atual, o real e o possível. Tal intervenção, capaz de introduzir a diferença, só pode partir, a princípio, de uma ação que não esteja pré-codificada, ou melhor, uma ação de ruptura dos códigos estabelecidos.

É neste sentido que as disputas em torno das condições de acesso ao conhecimento são tão importantes para a contínua produção de um *commons* intangível e não-codificado que está na base de toda cultura. Tanto a criação de Hobbes de uma filosofia política, como a busca de um signo (Leviatã) que ajudasse a difundi-la, só foram possíveis porque ele estava imerso num ambiente em que circulavam idéias que pertenciam ao bem comum de uma multidão[89].

Hobbes recorreu às potências da imaginação para criar uma imagem instituinte que influenciou uma nova composição do mundo político e social. Da mesma forma, para que sejamos capazes de imaginar outros mundos possíveis é necessário que este *commons* permaneça livre. Não se trata de formar uma nova imagem, mas sim de estabelecer um pensamento-imaginação capaz de destruir os mecanismos de produção das imagens identitárias de autoridade que nos dominam. Nos dizeres de Zizek, trata-se de criar um lugar vazio de onde possamos criticar a ideologia (ou as imagens unitárias, em nossos termos), sem estabelecer uma outra realidade que possa preencher aquele vazio (Zizek, 1996 apud Safatle, 2003). É neste sentido que pensamos numa forma de conhecimento que esteja orientada para a autonomia, a colaboração, a subversão programática, a criação imaginativa simultaneamente estética e política, que poderia ir além das relações de representação instituídas. Um pensamento em movimento contínuo de produção de outras sensibilidades e singularidades.

89 "*Ce n' est que lorsque les signes mnemoniques sont le bien commun d'une multitude, et que d' autres peuvent recueillir ce qu'un seul a inventé, que la science parvient à s'accroitre pour le salut et le bonheur du genre humain tout entier. Sont, par suite, indispensables pour la constituition et l'accroissement des connaissances philosophiques, les signes au moyen desquels un individu peut communiquer et faire comprendre à d'autres ce qu'il a conçu*". (Hobbes apud Bredekamp, 2003, p. 67).



5. Referências e Bibliografia Consultada

Referências

AFONSO, Carlos A.. *Todos os datagramas são iguais perante a Rede!*. 2007. Disponível em <http://www.cgi.br/publicacoes/artigos/artigo43.htm >. Acesso em: 19 de junho de 2008.

AGAMBEN, Giorgio. *O cinema de Guy Débord*. 2007. Disponível em: <http://intermidias.blogspot.com/2007/07/o-cinema-de-guy-debord-de-giorgio.html>. Acesso em: 11 de julho de 2007. Texto original: Le cinéma de Guy Debord. In: AGAMBEN, Giorgio. *Image et mémoire*. Paris: Hoëbeke, 1998. p. 65-76.

_____ . *Homo sacer*: *o poder e a vida nua*. Tradução Henrique Burigo. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

_____ . *Notas sobre a política.* Tradução Mauricio Rocha. 1995. Disponível em: <http://www.rizoma.net/interna.php?id=206&secao=intervencao>. Acesso em: 11 de maio de 2008.Texto original publicado em: *Moyens sans fins, notes sur la politique*. Paris: Payot et Rivages, 1995. p. 121-130.

ALMEIDA, Milton José de. *Cinema*: *arte da memória*. Campinas: Autores Associados, 1999.

_____ . *Imagens e sons*: *a nova cultura oral*. São Paulo: Cortez, 1994.

_____ . *O teatro da memória de Giulio Camillo*. Campinas: Ateliê Editorial; Editora UNICAMP, 2005.

ALPERS, Svetlana. Interpretation without representation, or, the viewing of “Las Meninas”. *Representations*, Oakland, v. 1, n. 1, p. 30-42, 1983.

ANDERS, Günther. *Die Antiquiertheit des Menschen*. (I) *Über die Seele im Zeitalter der zweiten industriellen Revolution*. 7 Aufl. Munique: Beck, 1994.

_____ . *Die Antiquiertheit des Menschen*. (II) *Über die Zerstörung des Lebens im Zeitalter der dritten industriellen Revolution*. 4 Aufl. Munique: Beck, 1995.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.

ARAÚJO, Bráulio Santos Rabelo de. *O direito autoral, a economia colaborativa e as licenças autoriais*. 2008. Disponível em: <http://www.direitoacomunicacao.org.br/novo/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=405>. Acesso em: 18 de agosto de 2008.

ARENDT, Hannah. *Homens em tempos sombrios*. Lisboa: Relógio D'água, 1991.

BAITELLO Jr., Norval. *A Era da iconologia*. São Paulo: Hacker Editores, 2005.

BARBOSA, Denis Borges. *Uma introdução à propriedade intelectual*. 2008. Disponível em: <http://denisbarbosa.addr.com/livre.htm>. Acesso em: 11 de dezembro de 2008.

BARLOW, John Perry. *Declaração de Independência do Ciberespaço*. 1996. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/ciber/textos/barlow.htm>. Acesso em: 19 de janeiro de 2007.

BARTHES, Roland. *O óbvio e o obtuso*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

_____ . *A câmara clara*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984a.

BELTING, Hans. Image, medium, body: A new approach to iconology. *Critical Inquiry*, Chicago, v. 31, n. 2, p. 302-319, 2005. Disponível também em: <http://peterasaro.org/courses/MSI/Belting_Image_Medium_Body.pdf>. Acesso em: 26 de setembro de 2006.

_____ . *Pour une anthropologie des images*. Paris: Gallimard, 2004.

BLISSETT, Luther. *Guerrilha psíquica*. São Paulo: Ed. Conrad, 2001.

BOLLIER, David. *Brand Name Bullies*: *The quest to own and control culture*. New Jersey: John Wiley & Sons, 2005.

BOSI, Alfredo. Fenomenologia do olhar. In: NOVAES, Adauto (Org.). *O olhar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p. 65-87.

BOURDIEU, Pierre. *Les structures sociales de l´èconomie*. Paris: Seuil, 2000.

BRASIL. Projeto de Lei do Senado nº 76, de 2000. 2000. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/mate/servlet/PDFMateServlet?s=http://www.senado.gov.br/sf/atividade/Materia/MateFO.xsl&o=ASC&m=43555>. Acesso em: 11 de julho de 2008.

BRASIL. Projeto de Lei Substitutivo do Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG). *SaferNet Brasil*. 2003. Disponível em: <http://www.safernet.org.br/twiki/bin/view/SaferNet/PLSEduardoAzeredo>. Acesso em: 11 de julho de 2008.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Resolução nº 22.718. 2008. Disponível em: <http://www.tse.gov.br/downloads/eleicoes2008/r22718.pdf>. Acesso em: 11 de novembro de 2008.

BREDEKAMP, Horst. *Stratégies visuelles de Thomas Hobbes*: *Le Léviathan, archétype de l'état moderne*. Illustrations des oeuvres et portraits. Traduit de l'allemand par Denise Modigliani. Paris: Éditions de la Maison des Sciences de L'Homme, 2003.

BROWN, Keith. The artist of the Leviatahn title-page. *British Library Journal*, London, v. 4, n.1, p. 24-36, 1978.

_____ . Thomas Hobbes and the title-page of “Leviathan”. *Philosophy*, Cambridge, v. 55, n. 213, p. 410-411, 1980.

BRUNET, Karla Schuch (Org.). *Apropriações tecnológicas*: *emergência de textos, idéias e imagens do Submidialogia#3*. Salvador: EDUFBA, 2008.

BUCK-MORSS, Susan. Envisioning capital: Political economy on display. In: COOKE, Lynne; WOLLEN, Peter. *Visual display, culture beyond appearances*. New York: The New Press, 1998. p. 111-141.

BURAWOY, Michael. A Transformação dos regimes fabris no capitalismo avançado. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, n. 13, jun. 1990.

CAETANO, Miguel. *Blog*: *Remixtures*. 2006. Disponível em: <http://remixtures.com/>.

CARDOSO Jr., Amadeu. *A dimensão geográfica da rede no Brasil e no Mundo*. 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

CASTELLS, Manuel. *A galáxia da Internet*: *reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CASTELO BRANCO, Pedro Hermínio Villas Bôas. Poderes invisíveis *versus* poderes visíveis no Leviatã de Thomas Hobbes. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 23, p. 23-41, 2004.

COSTA, Rogério da. Inteligência coletiva: comunicação, capitalismo cognitivo e micropolítica. *Revista FAMECOS*, Porto Alegre, n. 37, p. 61-68, dez. 2008.

_____ . A sociedade de controle. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 161-167, 2004.

COUCHOT, Edmond. *La technologie dans l'art*: *de la photographie à la réalité virtuelle*. Nimes: Éditions Jacqueline Chambon, 1998.

CRARY, Jonathan. *Suspensions of perceptions*: *Attention, spectacle and modern culture*. Cambridge: MIT Press, 2001.

DEBRAY, Régis. *Transmettre*. Paris: Odile Jacob, 1997.

DELEUZE, Gilles. O ato de criação. Tradução José Marcos Macedo. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 27 jun. 1999. Caderno Mais! p. 4-5.

_____ . *Conversações*. São Paulo: Ed. 34, 2007.

_____ . *Diferença e repetição*. São Paulo: Graal, 2006.

_____ . *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs*: *capitalismo e esquizofrenia*. Tradução Peter Pál Pelbart e Janice Caiafa. São Paulo: Ed. 34, 2005. v. 5. Primeira edição francesa 1980.

DILLON, Michael; REID, Julian. Governança liberal global: biopolítica, segurança e guerra. *Estudos de Sociologia*: *Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco*, Recife, v. 8, n. 1/2, p. 69-99, 2002.

DIRECTIVE 2006/24/EC of the European Parliament and of the Council. *Official Journal of the European Union*, Apr. 2006. Disponível em: <http://www.ispai.ie/DR%20as%20published%20OJ %2013-04-06.pdf>. Acesso em: 11 de julho de 2007.

DOMINGUES, Diana (Org.). *A arte no século XXI*. São Paulo: Ed. UNESP, 1997.

DUBOIS, Philippe. *O ato fotográfico*. Campinas: Papirus, 1994.

_____ . A linha geral: as máquinas de imagens. *Cadernos de Antropologia e Imagem*, Rio de Janeiro, n. 9, p. 65-85, 1999.

DUPAS, Gilberto. *Economia global e exclusão social*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

DURAND, Gilbert. *L´imaginaire*. *Essai sur les sciences et la philosophie de l´image*. Paris: Ed. Hatier, 1994.

EDELMAN, Bernard. *Le droit saisi par la photographie, éléments pour une théorie marxiste du droit*. Paris: Éditions François Maspero, 1973.

ELIADE, Mircea. *Ferreiros e alquimistas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

FERREIRA SANTOS, Marcos. *Crepusculário*: *conferências sobre mitohermenêutica e educação em Euskadi*. São Paulo: Zouk, 2004.

FIORI, José Luís. O capitalismo e suas vias de desenvolvimento. In: HADDAD, Fernando (Org.). *Desorganizando o consenso*. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 67-86.

FLUSSER, Vilém. *Filosofia da caixa preta*: *ensaios para uma futura filosofia da fotografia*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

_____ . *A palavra e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 2000. Primeira edição 1966.

_____ . *Resumo dos cursos do Collège de France 1970-1982*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

_____ . *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1996.

GALLOWAY, Alexander. *Protocol*: *How control exists after decentralization*. Cambridge: MIT Press, 2004.

GHOSH, Rishab Aiyer. *CODE*: *Collaborative ownership and the digital economy*. Cambridge: MIT Press, 2005.

_____ . *Cooking pot markets*: *An economic model for the trade in free goods and services on the Internet*. 1998. Disponível em: <http://www.firstmonday.org/issues/issue3_3/ghosh/> Acesso em: 19 de março de 2007.

GOLDSMITH, M. M. Picturing hobbes's politics? The illustrations to philosophical rudiments. *Journal of the Warburg and Courtauld Institutes*, London, v. 44, p. 232-237, 1981.

GOODY, Jack. *The domestication of the savage mind*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

GORZ, Andre. *Adeus ao proletariado*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

_____ . *O imaterial*: *conhecimento, valor e capital*. São Paulo: Annablume, 2005.

_____ . *Misères du present, richesse du possible*. Paris: Galilée, 1997.

GRAHAM, Edward M. *Global corporations and national governments*. Washington, DC: Institute for International Economics, 1996.

GRANONETTER, Mark. Economic action and social structure: The problem of embeddedness. *American Journal of Sociology*, Chicago, v. 91, n. 3, p. 481-510, Nov. 1985.

GREENE, Rachel. *Internet art*. New York: Thames & Hudson, 2004.

GUARINI, Giovanni Battista. *Il Pastor fido*. *The faithfull shepherd*. Translated Richard Fanshawe. London: R. Raworth, 1647.

GUATTARI, Felix. *Caosmose*: *um novo paradigma estético*. São Paulo: Ed. 34, 2000.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica*: *cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 2005.

HABERMAS, Jürgen. A nova intransparência. *Novos Estudos*, São Paulo, n. 18, p. 103-114, 1987.

_____ . Técnica e ciência enquanto Ideologia. In: *Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1975. p. 303-333. Publicado originalmente em 1968 para os 70 anos de Herbert Marcuse.

HALAL, Willian; TAYLOR, Kenneth (Org.). *21st century economics*: *Perspectives of socioeconomics for a changing world*. New York: St. Martin´s Press, 1999.

HALPIN, Harry. The immaterial aristocracy of the Internet. In *Mute*: *Culture and politics after the net*. 2008. Disponível em: <http://www.metamute.org/en/Immaterial-Aristocracy-of-the-Internet>. Acesso em: 11 março de 2009.

HANSEN, Mark. *New philosophy for new media*. Cambridge: MIT Press, 2006.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Império*. São Paulo: Record, 2001.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 2003.

HILLMAN, James. *Paranóia*. Petrópolis: Vozes, 1994.

HIMANEN, Pekka. *L'ethique hacker*. Paris: Exils, 2001.

HOBBES, Thomas. *Leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil*. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

HOBSBAWN, Eric J. *Era dos extremos*: *o breve século XX*: *1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLMES, Brian. *Flowmaps, the imaginaries of global integration*. 2006. Disponível em: <http://pzwart.wdka.hro.nl/mdr/pubsfolder/bhflowmaps/>. Acesso em: 11 de março de 2009.

JAMESON, Frederic. *Espaço e imagem*: *teorias do pós-moderno e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.

_____ . *Pós-modernismo*: *a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 1996.

JOLLIVET, Pascal. L'éthique hacker de Pekka Himanen. *Multitudes*, n. 8, mars/avril 2002. Disponível em: <http://multitudes.samizdat.net/L-Ethique-hacker-de-Pekka-Himanen>. Acesso em: 11 de março de 2009.

JOHNSON, Steven. *Emergence*: *The connected lives of ants, brains, cities, and software*. New York: Scribner, 2002.

KAMPER, Dietmar. *Imanência dos media e corporeidade transcendental. Oito postos de observação para um futuro medial*. Tradução Ciro Marcondes Filho. 2003. Disponível em <http://www.eca.usp.br/nucleos/filocom/traducao8.html>. Acesso em: 13 de março de 2006.

_____ . O medial - o virtual - o telemático. O espírito de volta a uma corporeidade transcendental. Tradução Ciro Marcondes Filho. Texto original publicado em: FASSLER, Manfred; HALBACH, Wulf R. (Org.). *Cyberspace. Gemeinschaften, Virtuelle Kolonien, Öffentlichkeiten*. Munique: Wilhelm Fink, 1994. p. 229-237. Disponível em: <http://www.eca.usp.br/nucleos/filocom/traducao7.html>. Acesso em: 13 de março de 2006.

KERCKHOVE, Derrick. *Brainframes. Mente, tecnologia, mercato*. Bologna: Baskerville, 1993.

_____ . *The skin of culture*. Toronto: Somerville Press, 1995.

KURZ, Robert. *O colapso da modernização*: *da derrocada do socialismo de caserna a crise da economia mundial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

_____ . *A substância supérflua* [Entrevistado por José Galisi Filho]. 2007. Disponível em: <http://pphp.uol.com.br/tropico/html/textos/2773,1.shl>. Acesso em: 12 de novembro 2007.

KURZWEIL, Ray. *Reinventig humanity*: *The future of human-machine intelligence*. 2006. Disponível em: <http://www.kurzweilai.net/articles/art0635.html?printable=1>. Acesso em: 13 de março de 2006.

KURZWEIL, Ray; MEYER, Chris. *Understanding the accelerating rate of change*. Originally published 2006. Disponível em: <http://www.kurzweilai.net/articles/art0563.html?printable=1>. Acesso em: 13 de março de 2006.

LARROSA, Jorge. *Pedagogia profana: danças, piruetas e mascaradas*. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 1999.

LEFORT, Claude. *A invenção democrática: os limites da dominação totalitária*. São Paulo: Brasilense, 1987.

LESSIG, Lawrence. *Cultura livre*: *como a grande mídia usa a tecnologia e a lei para bloquear a cultura e controlar a criatividade*. 2004. Disponível em: <http://free-culture.cc/ (inglês)> e <http://stoa.usp.br/oerworkshop/files/1333/7582/cultura_livre.zip (português)>. Acesso em: 21 de janeiro de 2009.

LEVI-STRAUSS, Claude. *Antropologia estrutural dois*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1987.

_____ . *Antropologia estrutural*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985.

LÉVY, Pierre. *Qu'est-ce que le virtuel?*. Paris: La Découverte/Poche, 1998.

_____ . *Educação e Cibercultura*. 2002. Disponível em: <www.sescsp.org.br/sesc/conferencias/subindex.cfm?Referencia=2888&ID=29&ParamEnd=6&autor=168>. Acesso em: 26 de janeiro de 2007.

_____ . *Inteligência coletiva*. 2002a. Disponível em: <www.sescsp.org.br/sesc/conferencias/subindex.cfm?Referencia=2888&ID=34&ParamEnd=6&autor=168>. Acesso em: 28 de janeiro de 2007.

_____ . *O universal sem totalidade, essência da cibercultura*. 2002b. Disponível em: <www.sescsp.org.br/sesc/conferencias/subindex.cfm?Referencia=2888&ID=36&ParamEnd=6&autor=168>. Acesso em: 26 de janeiro de 2007.

LOUCHART, Jean-Claude (Org.). *Nouvelles approches des gestions d'entreprises*. Paris: L´Harmattan, 1995.

LYOTARD, Jean François. *O pós-moderno*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988.

MACHADO, Arlindo. *Arte e mídia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007a.

_____ . A fotografia como expressão do conceito. *Revista Studium*, n. 2, 2000. Disponível em: <www.studium.iar.unicamp.br/dois/1.htm>. Acesso em: 21 de janeiro de 2005.

_____ . *O quarto iconoclasmo e outros ensaios hereges*. Rio de Janeiro: Ed. Rios Ambiciosos, 2001.

_____ . *O sujeito na tela*: *modos de enunciação no cinema e no ciberespaço*. São Paulo: Paulus, 2007.

MACHADO, Jorge. *Desconstruindo* "*Propriedade Intelectual*". 2007. Disponível em: <http://www.forum-global.de/jm/art06-07/desconstruindo_propriedade_intelectual_draft05.pdf>. Acesso em: 19 de janeiro de 2008.

MANOVICH, Lev. *Avant-garde as software*. 1999. Disponível em: <http://www.manovich.net/docs/avantgarde_as_software.doc>. Acesso em: 12 de janeiro de 2005.

_____ . *Data visualisation as new abstraction and anti-sublime*. 2002. Disponível em: <http://www.manovich.net/DOCS/data_art_2.doc>. Acesso em: 12 de janeiro de 2005.

_____ . *The language of new media*. Cambridge: MIT Press, 2001.

_____ . *The labor of perception*. 1995. Disponível em: <www.manovich.net/TEXT/labor.html>. Acesso em: 15 de janeiro de 2005.

MARCUSE, Herbert. Algumas implicações sociais da tecnologia moderna. In: KELLNER, Douglas (Org.). *Tecnologia, guerra e fascismo*. São Paulo: Ed. UNESP, 1999. p. 71-104.

MARGLIN, Stephen. Origem e funções do parcelamento das tarefas. In: GORZ, Andre. *Crítica da divisão social do trabalho*. São Paulo, Martins Fontes, 1980. p. 37-77.

MARTINS, Hermínio. Reflections on the metaphysic of information and the prospects for the human condition. In: *Proceedings of the International Congress on Digital Culture and Citizenship,* Madrid, 2004. Madrid: Universidad Autónoma de Madrid, 2006.

MARTINS, Hermínio; GARCIA, José Luís (Coord.). *Dilemas da civilização tecnológica*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2003.

MCLUHAN, Marshall; FIORI, Quentin. *Os meios são as massagens*. Rio de Janeiro: Record, 1969.

_____ . *Os meios de comunicação como extensões do homem*. São Paulo: Cultrix, 2005. Primeira edição 1964.

MINGIONE, Enzo. Market and society: The social embeddedment of the economy. In: SHRAGGE, Eric; FONTAM, Jean-Marc. *Social economy*: *International debates and perspectives*. Montreal: Black Rose Books, 2000. p. 16-35.

MIRANDA, Carlos Eduardo Albuquerque. Uma educação do olho: as imagens na sociedade urbana, industrial e de mercado. *Cadernos CEDES*, Campinas, v. 21, n. 54, p. 28-40, 2001.

_____ . *A educação da face*: *o cinema e as expressões das paixões*. 2000. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

MOULIER-BOUTANG, Y.. *Riqueza, propiedade, libertad y rent em el* "*capitalismo cognitivo*". 2001. Disponível em: <http://multitudes.samizdat.net/article319.html>. Acesso em: 10 de janeiro de 2007.

MURRAY, Stuart J. *The rhetorics of life and multitude in Michel Foucault and Paolo Virno*. 2005. Disponível em: <www.ctheory.net/articles.aspx?id=479>. Acesso em: 10 de março de 2006.

MUELLER, Milton L. *Ruling the root: Internet governance and the taming of cyberspace*. Cambridge: MIT Press, 2004.

OFFE, Claus. *Capitalismo desorganizado*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

OLIVEIRA, Francisco; PAOLI, Maria Célia (Org.). *Os sentidos da democracia*: *políticas do dissenso e hegemonia global*. São Paulo: FAPESP/NEDIC/Vozes, 1999.

OLIVEIRA, Francisco; RIZEK, Cibele. *A era da indeterminação*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

OLIVEIRA Jr., Wencesláo Machado. *Algumas geografias que o cinema cria*: *as alusões, os lugares e os espaços no filme Cidade de Deus*. Texto apresentado no Laboratório de Estudos Audiovisuais – Faculdade de Educação, UNICAMP, Campinas, 2004. CD-ROM, arquivo: tr15.pdf

_____ . Chuva de cinema: entre a natureza e a cultura. *Educação*: *Teoria e Prática*, Rio Claro, v. 9, n. 16, 2001.

OLIVEIRA, Lucia Maciel Barbosa. *Corpos indisciplinados*: *ação cultural em tempos de biopolítica*. São Paulo: Beca Edições, 2007.

PAOLI, Maria Célia. O mundo do indistinto: sobre gestão, violência e política. In: OLIVEIRA, Francisco; RIZEK, Cibele. *A era da indeterminação*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007. p. 221-256.

PEROSA, Graziela Serroni. *A aprendizagem das diferenças sociais*: *classe, gênero e corpo em uma escola para meninas*. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n26/30387.pdf>. Acesso em: 15 de outubro de 2008.

PHILIPE, Julien. Preséntation. In: LE BRUN, Charles. *L'expression des passions & autres conférences, correspondance*. Paris: Décale, Maisonneuve et Larose, 1994.

PINTO, José Manuel Figueiredo. Espaços efémeros – Possibilidades virais na sociedade do espetáculo. *Revista de Comunicação e Linguagens*, Porto, n. 34, p. 143-156, 2005.

PLAZA, Júlio. Info x Foto: grafias. *Revista Imagens*, Campinas, n. 3, p. 50-55, 1994.

RAMOS, Fernão Pessoa. Falacias e deslumbre face a imagem digital. *Revista Imagens*, Campinas, p. 28-33, 1994.

RANCIÈRE, Jacques. *O desentendimento*. São Paulo: Ed. 34, 1996.

_____ . *A partilha do sensível*: *estética e política*. Tradução Mônica Costa Netto. São Paulo: Ed. 34/EXO, 2005.

_____ . *Será que arte resiste a alguma coisa?*. 2007. Disponível em: <http://www.rizoma.net/interna.php?id=316&secao=artefato>. Acesso em: 10 de dezembro de 2007.

RAYMOND, Eric. *A catedral e o bazar*, 1998. Disponível em: <http://www.catb.org/~esr/writings/cathedral-bazaar/>. Acesso em: 11 de março de 2009.

RESTREPO, Luis Carlos. *O direito à ternura*. Petrópolis: Vozes, 1998.

RIBEIRO, Renato Janine. Hobbes: o medo e a esperança. In: WEFFORT, Francisco (Org.). *Os clássicos da política*. São Paulo: Ática, 1993. v. 1, p. 51-77.

RIFKIN, Jeremy. *A era do acesso*. São Paulo: Pearson-Makron Books, 2001.

ROLNIK, Suely. *Geopolítica da cafetinagem*. 2007. Disponível em: <http://transform.eipcp.net/transversal/1106/rolnik/pt>. Acesso em: 20 de julho de 2007.

_____ . *Memória do corpo contamina museu*. 2007a. Disponível em: <http://transform.eipcp.net/transversal/0507/rolnik/pt>. Acesso em: 20 de julho de 2007.

RONFELDT, David; ARQUILLA, John. *Networks and netwars*: *The future of terror, crime, and militancy.* Rand Corporation. 2003. Disponível em: <http://www.rand.org/pubs/monograph_reports/MR1382/index.html> Acesso em: 25 de março de 2006.

SABEL, Charles. *Work and politics*: *The division of labor in industry*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.

SABEL, Charles; ZEITLIN, Jonathan. *World of possibilities*: Flexibility and mass production in western industrialization. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

SAFATLE, Vladimir. *Anotações de aula da disciplina Teoria das Ciências Humanas III*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 2007.

_____ . Posfácio. A política do real de Slavoj Zizek. In: ZIZEK, Slavoj. *Bem-vido ao deserto do real*! São Paulo: Boitempo, 2003.

SAHLINS, Marshall. *Islands of history*. Chicago: University of Chicago Press, 1985.

SAMAIN, Etienne. Alguns passos em direção a Gregory Bateson. *GHREBH*: *Revista de Comunicação, Cultura e Teoria da Mídia*, n. 5, 2004. Disponível em <www.cisc.org.br/ghrebh/artigos/05etiennesamain022004.htm>. Acesso em: 29 de julho de 2004.

_____ . Entre a arte, a ciência e o delírio: a fotografia médica francesa na segunda metade do século XIX. *Boletim do Centro de Memória UNICAMP*, Campinas, v. 5, n. 10, p. 11-32, jul./dez. 1993.

_____ . Oralidade, escrita, visualidade. Meios e modos de construção dos indivíduos e das sociedades humanas. In: Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo (Org.). *Perturbador mundo novo*: *história, psicanálise e sociedade contemporânea* - 1492-1900-1992. Coordenação Luis Carlos Uchôa Junqueira Filho. São Paulo: Escuta, 1994. p. 289-301.

_____ . Retorno à câmara clara: Roland Barthes e a antropologia visual. In: SAMAIN, Etienne (Org.). *O fotográfico*. São Paulo: Hucitec, 1998. p. 121-134.

SAMAIN, Etienne; MENDONÇA, João Martinho de. Entre a escrita e a imagem. Diálogos com Roberto Cardoso de Oliveira. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 43, n. 1, p. 186-236, 2000.

SANTAELLA, Lúcia. A imagem pré, fotográfica e pós. *Revista Imagens*, Campinas, p. 34-40, 1994.

SANTOS, Boaventura de Souza. *A crítica da razão indolente*: *contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez, 2000.

_____ . Por que pensar. *Revista Lua Nova*, São Paulo, n. 54, p. 11-42, 2001.

SANTOS, Laymert Garcia. Brasil contemporâneo: estado de exceção? In: OLIVEIRA, Francisco; RIZEK, Cibele (Org.). *A era da indeterminação*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007. p. 289-352.

_____ . *Passagem para o molecular global*. Texto para discussão no grupo de pesquisa CENEDIC, 1998.

_____ . *Politizar as novas tecnologias*: *o impacto sócio-técnico da informação digital e genética*. São Paulo: Ed. 34, 2003.

_____ . Tecnologia, perda do humano e crise do sujeito de direito. In: PAOLI, Maria Célia; OLIVEIRA, Francisco (Org.). *Os sentidos da democracia*. São Paulo: Vozes, 1999. p. 291-306. (Coleção Zero à Esquerda).

SCHMITT, Carl. *The Leviathan in the state theory of Thomas Hobbes*. Westport: Greenwood Press, 1996. Primeira edição 1938.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. *A mobilização colaborativa e a teoria da propriedade do bem intangível*. 2005. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

SLOTERDIJK, Peter. *La domestication de l'être*. Paris: Mille et Une Nuits, 2000.

SOUGEZ, Marie-Loup. *História da fotografia*. Lisboa: Dinalivro, 2001.

SOUZA, Gilda de Mello. *A idéia e o figurado*. São Paulo: Ed. 34; Duas Cidades, 2005.

TAGG, John. *The burden of representation*. London: Comunication and Culture, 1998.

TRIVINHO, Eugênio. *O mal estar da teoria*: *a condição da crítica na sociedade tecnológica atual*. Rio de Janeiro: Ed. Quartet, 2001.

_____ . Glocal: para a renovação da crítica da civilização mediática. In: FRAGA da SILVA, Dinorá; FRAGOSO, Sueli (Org.). *Comunicação na cibercultura*. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2001a. p. 61-104.

_____ . Cibercultura, iconocracia e hipertexto. *Galáxia*: *Revista Transdisciplinar de Comunicação, Semiótica, Cultura*, São Paulo, v. 1, n. 1, 2001b. p. 61-104.

_____ . Velocidade e violência: dromocracia como regime transpolítico na cibercultura. In: PORTO, Sérgio Dayrell (Org.). *A incompreensão das diferenças*: *11 de setembro em Nova York*. Brasília, DF: Edições IESB, 2002. p. 257-272.

TUCK, Richard (Org.). *Leviatã, ou matéria, forma e poder de uma república eclesiástica e civil, de Thomas Hobbes*. São Paulo: Martins Fontes, 2003. Primeira edição 1996, Cambridge University Press.

UGARTE, David de. *El poder de las redes*: *manual ilustrado para personas, colectivos y empresas abocados al ciberactivismo*. 2008. Disponível em: <http://deugarte.com>. Acesso em: 13 de março de 2009.

VINGE, Vernor. *The technological singularity*. 2001. Disponível em <http://www.kurzweilai.net/articles/art0092.html?printable=1>. Acesso em: 25 de março de 2006.

VIRILIO, Paul. *A máquina de visão*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002. Primeira edição 1988.

_____ . *Velocidade e política*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996. Primeira edição 1977.

VIRNO, Paolo. *Cuando el verbo se hace carne*: *lenguaje y naturaleza humana*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2005.

_____ . A grammar of the multitude: For an analysis of contemporary forms of life. *Semiotext*(*e*). MIT Press, 2004. Disponível em: <www.semiotexte.org>. Acesso em: 25 de março de 2006.

WALLERSTEIN, Immanuel (Org.). *Open the social sciences*: *Report of the Gulbenkian Commission on the Restructuring of the Social Sciences*. Stanford: Stanford Univesity Press, 1996.

WANDES, Bruce. *Art of the digital age*. New York: Thames & Hudson, 2006.

WARK, McKenzie. A Hacker Manifesto. *Subsol*. 2004. Disponível em: <http://subsol.c3.hu/subsol_2/contributors0/warktext.html>. Acesso em: 11 de março de 2009.

WEBER, Max. *Economia y sociedad*. México: Fondo de Cultura Económica, 1997. Primeira edição 1922.

ZEMAN, Zbynek. *Selling the war*. London: Orbis Publishing, 1978.

ZIZEK, Slavoj. *Bem-vido ao deserto do real*! São Paulo: Boitempo, 2003.

_____ . (Org.). *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

Bibliografia Consultada

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

ANDRADA COELHO, Ruy Galvão de. Planos da cognição e processos culturais. *Tempo Social*: *Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 81-104, 1. sem. 1989.

ANDREW, Dudley. O desautorizado autor, hoje. *Revista Imagens*, Campinas, n. 3, p. 63-68, dez. 1994.

AUMONT, Jacques. *A imagem*. Campinas: Papirus, 2004.

BAKHTIN, Mikail M. *Art and answerability*. Edited by Michael Holquist and Vadim Liapunov. Austin: University of Texas Press, 1990.

BATESON, Gregory. *Steps to an ecology of mind*. London: Palladin Books, 1973.

BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas*: *magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1996.

_____ . Sobre alguns temas em Baudelaire. In: *Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1975. p. 35-62.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes, 1978.

BERGGREN, Christian. *Alternatives to lean production*. New York: ILR Press, 1992.

BULL, Malcolm. The limits of multitude. *New Left Review*, London, n. 35, p. 19-39, Sept./Out. 2005.

CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da realidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

COCCO, Giuseppe; HOPSTEIN, Graciela. *As multidões e o império*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

COELHO, Teixeira. O autor, ainda. *Revista Imagens*, Campinas, n. 3, p. 69-73, dez. 1994.

CRUZ, Maria Teresa. A estética da recepção e a crítica da razão impura. *Revista de Comunicação e Linguagens*, Lisboa, n. 3, p. 57-67, jun. 1986.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*: *comentários sobre a sociedade do espetáculo*. Tradução Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. Primeira edição 1967.

DIAS, José A. B. Fernandes. Algumas considerações antropológicas sobre o ensino artístico. *Revista Gávea*, Lisboa, v. 11, n. 11, p. 195-201, abr. 1994.

DUNCUM, Paul. Visual culture isn´t just visual: Multiliteracy, multimodality and meaning. *Studies in Art Education*: *A Journal of Issues and Research in Art Education*, Reston, v. 45, n. 3, p. 252-264, 2004.

EFLAND, Arthur D. The entwined nature of the aesthetic: A discourse on visual culture. *Studies in Art education*: *A Journal of Issues and Research in Art Education*, Reston, v. 45, n. 3, p. 234-251, 2004.

FULLER, R. Buchminster. *Critical path*. Adjuvant Kiyoshi Kuromiya. New York: St. Martins's Press, 1981.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.

GIBSON, William. *Neuromancer*. São Paulo: Aleph, 2003.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais*: *morfologia e história*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

GODBOUT, Jacques. *Le don, la dette et l´identité*: *homo donator vs homo oeconomicus*. Montreal: Boréal, 2000.

GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 1985.

HARVEY, Pierre-Leonard; LEMIRE, Gilles. *La nouvelle éducation*: *NTIC, transdisciplinarité, communautique*. Laval: Les Presses de L´Université Laval, 2001.

HORKHEIMER, Max. Teoria tradicional e teoria crítica. In: *Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1975. p. 125-162.

KIM, Joon Ho. Cibernética, ciborgues e ciberespaço: notas sobre as origens da cibernética e sua reinvenção cultural. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 10, n. 21, p. 199-219, jan./jun. 2004.

KOSSOY, Boris. *Fotografia & história.* São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

LIMA, Gilson. *Nômades de pedra*: *teoria da sociedade simbiogênica contada em prosa*. Porto Alegre: Escritos, 2005.

LOWENTHAL, Andrew. *Free beer versus free media*. 2007. Disponível em: <http://www.dlux.org.au/codingcultures/Essays/A_Lowenthal.pdf>. Acesso em: 11 de março de 2009.

MAFFESOLI, Michel. *Sobre o nomadismo: vagabundagens pós-modernas*. São Paulo: Record, 2001.

MEAD, Margaret. L´anthropologie visuelle dans une discipline verbale. In: FRANCE, Claudine de (Org.). *Pour une anthropologie visuelle*. Paris: Mouton, 1979. p. 13-20. (Cahiers de L´Homme, 19).

MERLEAU-PONTY, Maurice. O olho e o espírito, de Mauss a Claude Lévi-Strauss. In: *Os*

pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1975. p. 383-396.

_____ . *Phenomenologie de la perception*. Paris: Editions Gallimard, 1945.

MONTEIRO, Silvana Drummond. Aspectos filosóficos do virtual e as obras simbólicas no ciberespaço. *Ciência da Informação*, Brasília, DF, v. 33, n. 1, p. 108-116, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v33n1/v33n1a13.pdf>. Acesso em: 20 de julho de 2006.

MORAIS, Regis de. *Ecologia mental*. Campinas: Ed. Psy, 1993.

MÜLLER, Heiner. *Fautes d'impression, textes et entretiens choisis par Jean Jourdheuil*. Paris: L'Arche, 1991.

NEGROPONTE, Nicholas. *A vida digital*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

NIMUS, Anna. *Copyright, copyleft and the creative anti-commons*. 2009. Disponível em: <http://subsol.c3.hu/subsol_2/contributors0/nimustext.html>. Acesso em: 11 de março de 2009.

NOJOSA, Urbano; GARCIA, Wilton (Org.). *Comunicação & tecnologia*. São Paulo: Nojosa, 2003.

OSTROWER, Fayga. *Criatividade e processos de criação*. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

PELBART, Peter Pál. *Vida capital: ensaios de biopolítica*. São Paulo: Iluminuras, 2003.

PERRET, Bernard; Roustang, Guy. *L´économie contre la société*: *affronter la crise de l'integration sociale et culturelle*. Paris: Seuil, 1993.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio (Org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, [s.d.].

SONTAG, Susan. *Sobre fotografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SOUSA, Mauro Wilton de. *Sujeito, o lado oculto do receptor*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

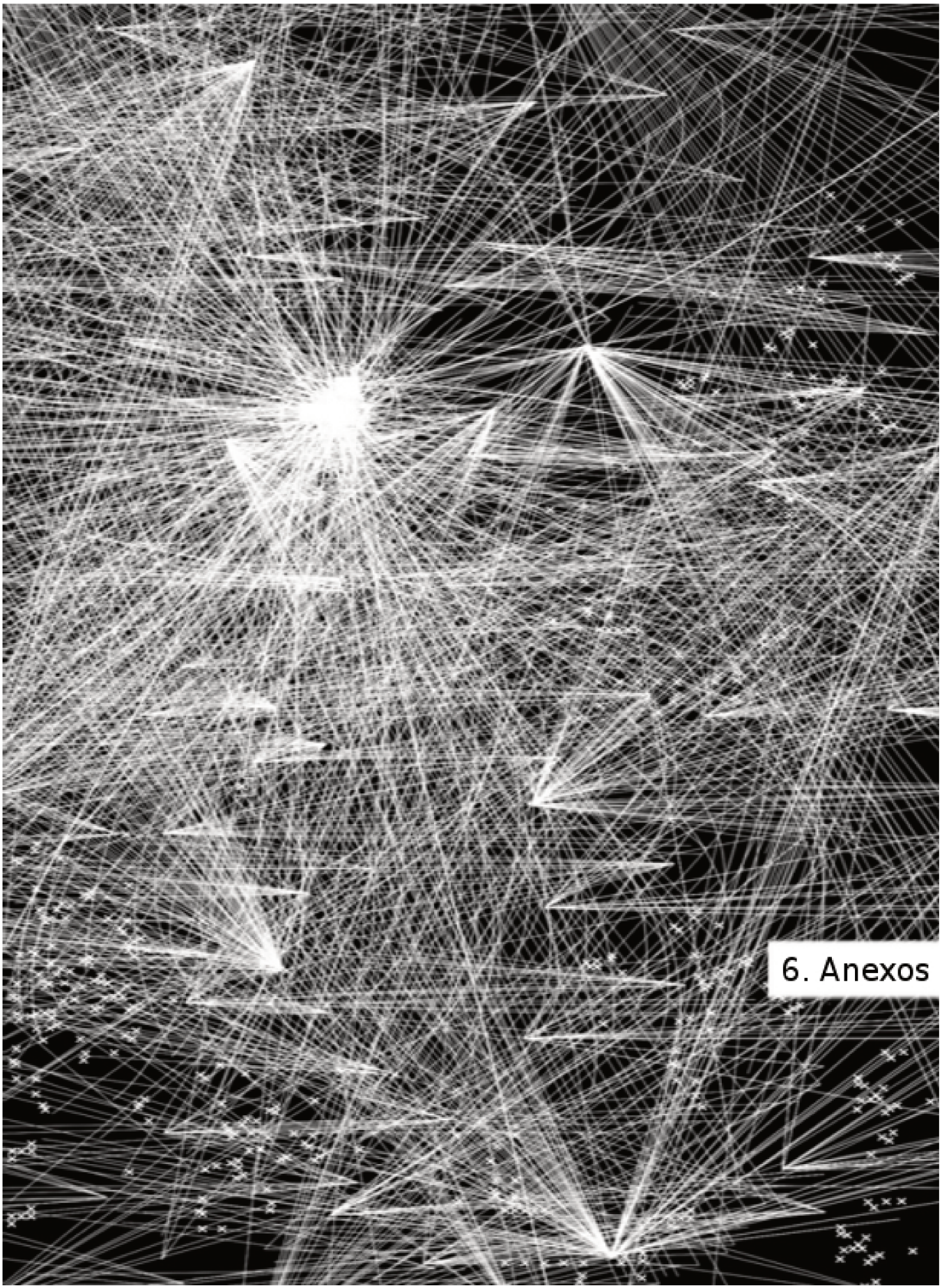
THACKER, Eugene. *Networks, swarms, multitudes*. 2004. Disponível em: <http://www.ctheory.net/articles.aspx?id=422> Acesso em: 02 de março de 2007.

TEIXEIRA, José de Fernandes. *Filosofia e ciência cognitiva*. Petrópolis: Vozes, 2004.

VARELA, Francisco J. *Invitation aux sciences cognitives.* Paris: Seuil, 1996.

VATTIMO, Gianni. *A sociedade transparente*. Lisboa: Edições 70, 1991.

YATES, Frances. A arte da memória. Campinas: Ed. UNICAMP, 2007. Primeira edição 1966.



6. Anexos

Ensaio I: Imagem, Mito e Poder

Enquanto nos séculos XVII e XVIII os soberanos só eram conhecidos visualmente (e por uma pequena minoria) através de pinturas e, posteriormente, através das gravuras, os líderes políticos dos séculos XIX e XX adentram um campo de visibilidade muito mais amplo graças às possibilidades de reprodução técnica da imagem. Mais tarde, com os veículos de comunicação de massa, em especial a televisão, a imagem dos representantes políticos torna-se tão familiar quanto a de qualquer outro ator presente nas telas dos televisores.

A gravura do Leviatã, neste sentido, inova em dois aspectos. Primeiro, pela criação estética na apresentação do soberano; segundo, pela utilização de uma nova tecnologia da época, a gravura em metal com água-forte. Tal combinação permitiu a produção de grandes tiragens da imagem, tornando uma determinada concepção visual do soberano acessível a uma audiência muito maior. Hoje, graças à proliferação das tecnologias eletrônicas de comunicação e às mudanças estético-políticas do regime de visibilidade, vive-se uma situação em que ao mesmo tempo em que o governante ocupa um espaço de ampla visibilidade em "tempo real", existem novas áreas de invisibilidade sobre o exercício do poder. Ora, parte da história da constituição de um campo político deve-se justamente ao conflito pela determinação do que entra ou não na esfera do visível.

Apesar das diferenças, do ponto de vista da apresentação imagético-formal dos detentores do poder político, há algumas semelhanças que se perpetuam. Não seria interessante problematizar os mecanismos de preservação e os seus impactos sobre o nosso imaginário e as configurações atuais da Política?



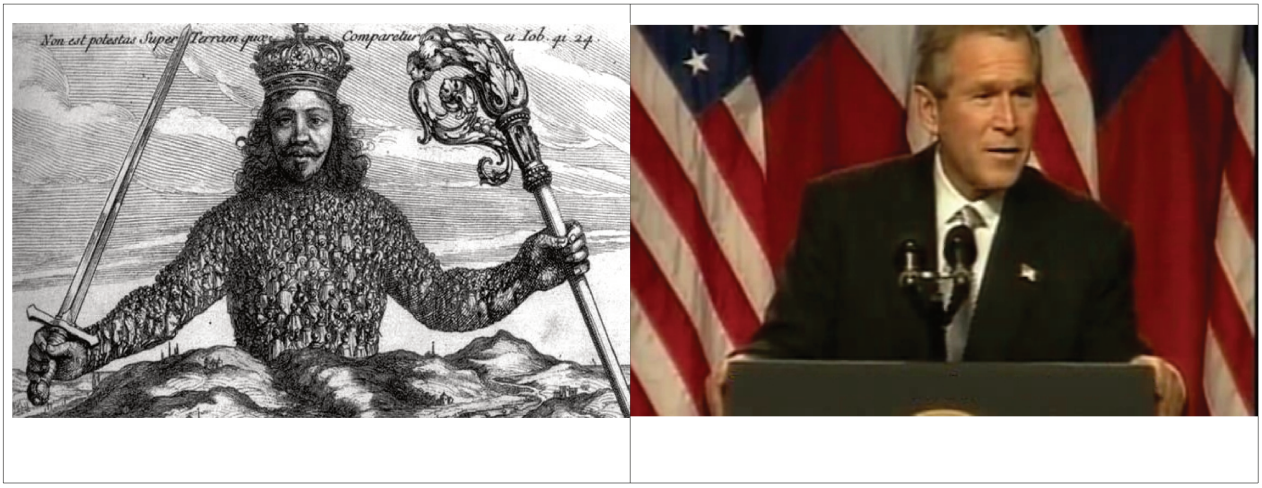
Il. 32: À esquerda detalhe da ilustração do Leviatã, e à direita cartaz de propagando política de Mussolini.

No caso dos regimes fascistas no século XX, não é preciso muito esforço para encontrar imagens que buscam fundir o seu líder (p.ex. Hitler ou Mussolini) ao imaginário do soberano. Tal fusão atualiza um sistema de identificação e partilha do social, onde a localização dos cidadãos é parte constitutiva de um corpo-mecanismo feito de uma multiplicidade ordenada segundo uma mesma "vontade" que dá forma ao corpo do soberano máximo. Este cartaz de Mussolini é ainda mais "fiel" à imagem do Leviatã, na medida em que a sua cabeça é também a única parte do corpo que não é feita da reunião de diversos indivíduos. No desenho de Abraham Bosse, a cabeça do Leviatã propõe a unidade e a autonomia do poder decisório do soberano. Enquanto o corpo que age e executa pode ser composto, a cabeça que pensa e decide deve ser uma só.

As imagens produzidas sobre os detentores do poder político mobilizam, em algumas circunstâncias, elementos que não estão presentes na imagem. Como analisa Milton Almeida, a "imagem sensível" é capaz de dar forma, cheiro, textura a algo que é desprovido de imagem[90]. Em certas situações ela pode

90 Recorro às anotações de aula do curso do Milton Almeida na Faculdade de Educação, UNICAMP, 2005.

se tornar uma "imagem agente" capaz de ativar elementos externos à imagem e fazê-los ressoar no imaginário. Quando isso ocorre, a imagem arrasta o entendimento para os outros campos subjetivos, onde aquela imagem é atualizada a partir do encontro com a própria experiência do sujeito, com elementos culturais, mitológicos, emocionais, entre outros. É lá que a imagem ganha outros sentidos e significações e se torna um importante ordenador do pensamento e da memória. Então, o que se passa quando temos diante de nós, repetidas veze e sob diversos ângulos e composições, a imagem de nossos governantes?



Il. 33: À esquerda detalhe da ilustração do Leviatã, à direita imagem retirada de transmissão televisiva capturada em vídeo.

Neste segundo quadro, é interessante observar como o tipo de enquadramento utilizado para se desenhar o Leviatã em 1651 se mantém como modelo de apresentação tanto dos políticos como dos repórteres âncoras de todos os telejornais. Se naquela imagem o Leviatã emerge (já vimos que ele pode tanto estar surgindo dos confins da terra como do horizonte marítimo) como mito fundador de uma nova ordem social, convocando todos os cidadãos a participarem da constituição deste novo corpo político, na imagem de Bush as montanhas foram substituídas pelo palanque do discurso televisivo que transmite simultaneamente a mesma imagem do poder para todo o território desejado (alcançado pelos meios de comunicação eletrônico-digitais).

Esta simultaneidade parece transformar o planeta numa superfície plana que, submetido à irradiação central de uma imagem única (podemos fazer uma analogia com a imagem solar) “ilumina” ao mesmo

tempo todas as partes do globo, como que estabelecendo um tempo homogêneo através da supressão das distâncias e da multiplicidade de imagens, confrontadas com a manifestação de um "real" que se apresenta como unívoco.

Nos episódios que se seguiram ao 11/9 encontramos outros subsídios discursivos que complementam nossa interpretação. Em seus discursos, as lideranças políticas dos EUA e dos países aliados (em especial a Inglaterra) exercitaram uma retórica que dividiu o mundo novamente em dois grandes blocos: os aliados dos EUA na luta contra o terror e todos os demais convertidos em terroristas ou seus apoiadores. Como disse Bush muitas vezes: "*Ou você está conosco, ou você está com os terroristas*"[91].

Tal modelo de partição do mundo atualizou diversos mecanismos de identificação característicos da *forma-Estado*: uma imagem do pensamento que se caracteriza pela classificação e imposição de identidades únicas e estáticas, ampliadas agora pelos novos mecanismos de controle cibernético que permitem a construção dos perfis individuais sobre comportamentos potenciais. Há uma nova geometrização do espaço e da localização dos corpos que se torna possível graças aos novos meios digitais de comunicação e sua integração nas diversas redes informáticas globais.

No plano das subjetividades, tal forma de partilha do mundo busca reafirmar um modelo de identidade que assume, na sua relação com o Estado, uma nova centralidade. Tal processo, segundo Luther Blisset, procura ratificar uma identidade fixa e unitária que é cada vez mais sufocante para o desenvolvimento livre das subjetividades, que têm procurado se relacionar com um conjunto cada vez mais diverso de instituições. É como se o Estado insistisse na imposição de uma articulação identitária do Eu, ao contrário de permitir, para cada sujeito a existência de constelações identitárias (Blisset, 2001, p.68).

Este parece ser um problema central que está na base das discussões sobre a governança global da Internet e dos mecanismos de controle e identificação dos usuários. Enquanto o espaço virtual tem permitido uma profunda revolução no plano da experimentação subjetiva e nas relações sociais que emergem a partir de situações de flexibilidade identitária, os esforços de regulação do espaço

91 Veja trechos dos vídeo nos anexos ou acesse os links:
(1)http://xama.incubadora.fapesp.br/portal/projeto-tese/videos/edicao-4ww-bush-guerra.ogg/view
(2)http://xama.incubadora.fapesp.br/portal/projeto-tese/videos/edicao-4ww-tipo-guerra.ogg/view

cibernético sob a égide da segurança, têm procurado estabilizar e fundir novamente sujeito-organismo-identidade. Afinal, os mecanismos estatais de controle não são capazes de se efetivarem se não existir um "corpo físico" e um "território" sobre o qual a lei possa ser aplicada.

Uma diferença fundamental a ser destacada nas formas atuais de apresentação das lideranças políticas contemporâneas é o desencontro entre a inexistência de uma efetiva centralidade e autonomia do poder decisório e sua manifestação na figura de uma pessoa que encarna tal poder. Ou seja, ao mesmo tempo em que o presidente de um país é cada vez menos soberano sobre suas decisões, eles seguem sendo apresentados como a corporificação do poder soberano, como que a confirmar a legitimidade que lhe é conferida através dos sistemas de representação política. O mesmo é feito por aqueles que interrogam ou protestam contra as forças políticas dominantes. Frequentemente, as estratégias de luta de diversos movimentos sociais não são capazes de compreender a complexidade das novas formas de dominação e acabam criando a imagem de um "inimigo" comum contra o qual lutar que irá coincidir com a imagem de autoridade produzida por este mesmo poder que pretendem questionar[92].

Ora, o problema não é discutir se essas imagens são portadoras de uma "mentira" ou se elas estão apenas atualizando um mito ancestral. Como analisado por Luther Blisset, o problema é que a sobrevivência de um mito para além das formas históricas das necessidades e aspirações que ele ordena e dirige, leva a um enrijecimento do imaginário social, cristalizando uma imagem como poder constituído. Transforma assim um mito fundador de uma comunidade fictícia no próprio poder que a imagem busca construir e representar (Blisset, 2001, p. 60).

Diante disso, o desafio lançado pelo autor não é alcançar a destruição dos mitos, mas sim manter "o *imaginário em moto-contínuo, não deixá-lo coagular, saber quando e como o mito deve ser desmembrado, reelaborado ou abandonado totalmente, antes que a pluralidade de imagens volte a ser um "absoluto unitário*"" (Blisset, 2001, p. 61).

92 Desenvolvo uma reflexão sobre este assunto a partir de uma experiência própria durante os protestos contra a presença de Bush no Brasil, em março de 2007. O ensaio "*Notas sobre uma experiência de impossibilidade fotográfica e o fim da política*" está disponível em: http://xama.incubadora.fapesp.br/portal/ensaios/pagina-teste-ensaio-impossibilidade-fotografica/

Problemas semelhantes podem ser encontrados também naquelas práticas tidas como contra-hegemônicas. Dentro desta mesma temática empírica examinaremos agora algumas imagens produzidas sobre o presidente venezuelano Hugo Chávez Frias, conhecido por seu carisma e retórica[93].

Chávez ainda procura mobilizar, tanto discursivamente quanto imageticamente, uma outra forma de legitimação para o seu governo. Nos termos weberianos, ela se caracterizaria como a dominação tradicional, na medida em que se apóia na construção de um passado, reivindicando uma memória ancestral baseada na mitologia ameríndia e nas lutas da libertação colonial. O exemplo mais evidente desta produção é sua constante referência a personagens históricos que já ascenderam ao terreno mítico, como Símon Bolívar e Che Guevara.

Em 2002, logo após o golpe fracassado da oposição que seqüestrou Hugo Chávez e tomou o poder por cerca de 48 horas, foi lançado um documentário chamado "*The revolution will not be televised*", uma co-produção de 2002 da Power Pictures editada por Angel H. Zoido e produzida por David Power[94]. Neste filme, uma equipe de jornalistas ingleses está fazendo um documentário sobre o Governo Chávez, acompanhando de perto a rotina do presidente em diferentes situações e fazendo longas entrevistas com o mesmo. Não sabemos se por acaso, mas esta equipe permaneceu dentro do Palácio Presidencial Miraflores durante as 48 horas que duraram o golpe. Neste período a equipe registrou diversas cenas dos bastidores, inclusive os momentos de negociação para a renúncia de Chávez, o evento em que os golpistas assumem o poder e depois quando foram depostos e presos no contra-golpe. Seguindo o ritmo de um *thriller* político, a história relata os momentos de tensão vividos pela equipe de jornalistas durante as ameaças de bombardeio noturno do Palácio, enquanto seguiam as negociações que culminaram com o sequestro de Chávez.

Há diversas seqüências neste filme que tocam nos problemas tratados por este texto. Escolhemos uma em particular, onde Chávez é entrevistado no interior do Palácio Miraflores. A seqüência se inicia com

93 Se seguíssemos a tipologia estabelecida por Max Weber acerca das formas de dominação política, Chavez certamente se enquadraria em mais de uma delas (autoridade carismática e burocrática-racional), o que lhe confere vantagens extras em situações de possível ruptura das estruturas sociais estabelecidas (Weber, 1997).
94 A *Power Pictures Production* contou com o apoio de diferentes grupos de mídia europeus: The Irish Film Board, BBC, RTE, COBO, 2DF, ARTE, NPS, Yle Teema. Além da sua exibição em programas de televisão, o filme parece ter alcançado um grande público (difícil de quantificar) a partir das redes de distribuição e compartilhamento de arquivos na Internet.

algumas imagens noturnas do exterior do Palácio, em seguida a câmera passa a mostrar o seu interior, com destaque para algumas esculturas que ocupam as varandas e o jardim interno.



Il. 34: Fotogramas do filme The Revolution will not be televised. Seqüência de abertura da entrevista no Palácio Miraflores.

A escuridão e o silêncio, além da tranqüilidade, nos dão a impressão de que já é tarde da noite. As esculturas e a arquitetura interna do Palácio nos remetem a um ambiente tradicional de inspiração clássica. Essas imagens já conduzem nossa imaginação ao que virá em seguida. Elas já apresentam uma educação visual em curso, ativando nossas memórias acerca de outros palácios, outros reinos e impérios. Em seguida, adentramos à sala de trabalho de Chávez. Ele está sentado e fala calmamente com os repórteres que não podemos ver.



Il. 35: Fotogramas do filme *The Revolution will not be televised*. Seqüência da entrevista com Chávez.

Ele conta a história de seu avô, relatando de forma poética a maneira como ele lutava por valores familiares, pela honra e por justiça, e como mais tarde se juntou ao grupo revolucionário de Bolívar que lutava pela criação de uma república. Sua história começa em algum momento de um passado distante. As datas não são precisas, era "por volta de 1890". Sua caminhada na mata é revestida de imagens do campo e das condições difíceis da natureza. Há névoa, há chuva, há madrugadas de frio em seu relato. Enquanto narra somos arrastados tanto pelas imagens do seu discurso como pelas imagens que são introduzidas pela câmera do cinegrafista, que busca outros elementos presentes na sala enquanto a fala de Chávez corre em *off*.

As imagens (Il.36) não são acidentais e na maneira como se articulam ao som cumprem um percurso "pedagógico" que nos informam das vinculações, das heranças do passado e da formação ético-moral daquele que fala. Em uma das imagens temos dois livros: a Bíblia, e meio lateralmente, o Manual do Guerreiro. Em várias outras temos uma pintura e uma escultura de Bolívar, sendo que numa delas, graças ao ângulo da tomada, temos a impressão que Bolívar está numa posição superior e olha para Chávez que está diretamente abaixo e à sua direita (esquerda do monitor). Numa outra imagem vemos um globo terrestre com cores que nos dão a sensação de antiguidade, evocando diversos sentidos ligados ao conhecimento, à viagem, à exploração e à conquista.



Il. 36: Fotogramas do filme *The Revolution will not be televised*. Seqüência da entrevista com Chávez.

Pode-se dizer que esta seqüência nos apresenta um belo exercício de construção histórica e de atualização de um imaginário. Temos diversos elementos de origem mítica, religiosa, guerreira e familiar que se combinam na formação de um novo herói que cumpre um designo maior que sua própria vida. Para isso, no entanto, é necessário reivindicar uma genealogia com determinados elementos do passado e lhes conferir força mítica, para que possam, no presente, arregimentar novas potências.

Tal procedimento, no entanto, não pode ocorrer sem a produção de uma identidade que coincida com aquela do mito narrado. Esta redução, no entanto, aponta para uma armadilha que talvez Chávez esteja criando para si. Na medida em que Chávez se torna o representante da luta contra o "mal" e as "injustiças" - que no caso venezuelano correspondem ao chamado "capitalismo internacional", ao "Império Norte-Americano", entre outros - ele coloca em movimento um ordenamento do mundo capaz apenas de produzir identidades rígidas e dicotômicas. Um bom exemplo disso é a divisão da sociedade venezuelana entre "chavistas" e os "esquálidos" (oposição ao governo).

Identificado ao herói que luta contra os poderes hegemônicos, torna-se o "resistente". A situação é análoga àquela enfrentada pelo mito de Luther Blisset: "*quando sua obsessão tiver eliminado todas as ameaças, será obrigado a assumir todas as posturas do poder, para permanecer na sua condição. É essa a razão pela qual muitos heróis populares do nosso século, muito guerrilheiros, transformaram-se em tiranos sem piedade"* (Blisset, 2001, p. 48).

Neste sentido, o sistema de apresentação imagética dentro do qual as forças políticas venezuelanas estão duelando, acabam por contribuir para a preservação de ambos os lados como forças antagônicas. Como resultado, no limite, gera-se o extermínio de um dos grupos ou a pura dominação de um sobre o outro. Aqui, do ponto de vista da nossa discussão, a atualização do regime imagético do Leviatã faz-se presente sob diversas formas: no desejo de defender e estabelecer um território, na estabilização das relações sociais como poder e contra-poder; na produção deliberada do inimigo e dos aliados. O impulso de preservação converte-se em paranóia, situação extrema de literalização ou de redução interpretativa do mundo, almejando produzir um sentido único para a diversidade dos processos sociais (Hillman, 1994). Enfim, iniciativas semelhantes àquelas mobilizadas pelas forças identificadas com o

“Império”, revelando que ambas as experiências desejam estabilizar o sentido de cada palavra ou de cada imagem em torno de um único significado.

Conflito imagético no ciberespaço

O surgimento e a proliferação dos meios digitais em rede modificam substancialmente a paisagem anteriormente consolidada pelos meios de comunicação de massa, uma vez que se multiplica de forma descentralizada as possibilidades de captura, produção e disseminação imagética. No entanto, a diversidade de usos e apropriação dessas novas tecnologias não aponta, necessariamente, para uma mudança nos padrões comunicacionais, nas linguagens adotadas e nos conteúdos produzidos. Ainda que haja muitas modificações culturais se processando na e através da Internet, ainda existem muitas estruturas comunicacionais “tradicionais” organizando as práticas do ciberespaço. Sem entrar nos aspectos da infra-estrutura tecnológica (sistema lógico e físico que permite a conexão à rede) e nas questões relativas à governança global da Internet (que impactam diretamente no controle e nos padrões de fluxos informacionais), destacaríamos, por exemplo, a força de concentração de alguns portais de notícias e entretenimento e a cultura de acesso de boa parte dos internautas. Para esses, numa certa medida, há uma relativa “reprodução” das formas de comunicação que caracterizaram os meios de comunicação de massa, só que agora de acesso individualizado e mediado pelo *personal computer*.

Se, potencialmente, a Internet pode oferecer um espaço de navegação *liso e horizontal*, por outro lado, há permanentemente uma tensão pelo estabelecimento de uma outra topografia (estriada e com variações de verticalidade) que permita o acúmulo de “vantagens” a determinados atores da rede (Deleuze & Guattari, 2005). Por hora, ainda que essas tensões pelo controle dos fluxos e pelo estabelecimento de hierarquias e novas centralidades na rede sejam crescentes, inúmeras experiências inovadoras acontecem sobretudo nas extremidades, onde a trama da rede não é tão densa e determinada, havendo ainda muitos espaços para a criação.

Voltamo-nos agora para outro exemplo de produção imagética envolvendo situações de conflito político internacional. O interesse de nossa pesquisa por esta matéria deve-se ao fato de que elas estão na “ponta

de lança" de fenômenos que estão provocando o tensionamento tecno-político das discussões sobre a governança global da Internet e, além disso, impactam diretamente sobre a nossa sensibilidade imagética. Normalmente, onde surge uma boa controvérsia, os termos do debate, seus pressupostos e a própria constituição do campo político ficam mais evidentes.

A invasão do Afeganistão em 2001 e posteriormente o Iraque em 2004, radicalizaram a nossa experiência visual quando transmitiam simultaneamente as imagens geradas sobre os ataques. Já antes, a Guerra do Golfo em 1991 ficara conhecida como a primeira guerra complemente televisionada "ao vivo", permitindo o ensaio do que seriam as novas estratégias de fusão da maquinaria militar com os meios de comunicação de massa, impactando sobre os modos de subjetivação expostos àquele novo regime de visibilidade. Nessas últimas invasões (Afeganistão e Iraque) são introduzidas mudanças fundamentais que permitiram um aprofundamento daquela experiência visual iniciada na Guerra do Golfo e também um tensionamento dos seus limites, revelando que nenhum sistema de comunicação pode ser integralmente controlado.

O que é interessante nesses casos é que apesar deles só terem se tornados possíveis graças às tecnologias digitais de comunicação, eles só provocaram um grande impacto porque colocaram em questão o sistema de conhecimentos e o regime de visibilidade estabelecido pelos meios de comunicação de massa dominantes.

Um dos casos que ficou mundialmente conhecido foi aquele provocado pelas fotografias realizadas e difundidas pelos soldados americanos nas quais estes aparecem se divertindo ao torturar prisioneiros na prisão de Abu Ghraib em Bagdá. Essas fotos foram publicadas na Internet e disseminadas para todo o planeta. Como essas, há uma infinidade de fotografias e vídeos produzidos tanto pelos soldados americanos como por civis iraquianos que registram o dia-a-dia da invasão. Nunca pudemos acompanhar à distância – e como presença na qualidade de participante do conflito, mas a salvo do confronto - com tamanha intensidade visual situações como essas, e talvez por isso ainda seja prematuro avaliar o seu impacto sobre a nossa imaginação e percepção.

Para além de mostrar situações de extrema violação humana dos prisioneiros, revelando também a

brutalidade e a desumanização dos soldados, as imagens nos chocam porque elas são capazes de atualizar algo que está na origem da fotografia: o "isto foi"! Fomos educados a receber este tipo de imagem com todo o seu valor documental, com sua presença indicial que nos informa que, em alguma medida, aquilo que é mostrado na imagem "aconteceu". Esta "certeza", no entanto, só é garantida por outros apoios de "realidade" (o retrato, a identificação dos sujeitos, a localização dos prisioneiros e dos soldados) que irão conferir "autenticidade" àquelas imagens. Em seguida, quando são disseminadas pelos meios de comunicação de massa e comentadas por especialistas recebem uma outra camada de legitimidade conferida por instituições que almejam o monopólio sobre a produção do real e da verdade.

Dessa forma, se por um lado essas fotografias só foram possíveis e só "aconteceram" publicamente graças à relativa descentralização das condições de produção e disseminação de conteúdos na Internet, sua potência reside no fato de conseguir apropriar-se do regime imagético dominante para questionar a veracidade das informações que são comumente disseminadas. Assim, ao mesmo tempo em que se apóiam no regime dominante de "verdade", esse tipo de experiência acaba interrogando o seu monopólio na divulgação, mas não a "forma de conhecer", que persiste apoiada na leitura da imagem como índice do que está fora dela, como a verossimilhança do "real" visual.

Um outro exemplo que podemos examinar é um caso extremo de "guerrilha midiática" que a partir de 2006 começou a circular pela Internet. Trata-se de uma série de vídeos produzidos por um franco-atirador que se apresenta como membro da resistência iraquiana. As imagens do vídeo mostram uma série de ações deste atirador que filma os seus próprios ataques. Não é possível afirmar se a pessoa que registra é a mesma que atira, se todos os vídeos foram produzidos pelo mesmo atirador ou se são diversos atiradores que passaram a adotar a mesma tática. Para complicar a situação autoral, com o passar do tempo, o(s) franco(s) atirador(es) ganhou um apelido dos soldados americanos: "Juba". Nasce com este nome uma outra identidade múltipla[95].

95 O Exército Islâmico é quem reivindica a autoria dos atentados e dos videos. Outras informações podem ser encontradas nos sites "oficiais" dedicados a Juba: http://juba-online.blogspot.com/ , http://www.baghdadsniper.net/en/index.htm



Il. 37: Fotogramas do filme Juba.

Nos vídeos podemos ver o soldado que fica sob a mira do atirador durante alguns minutos antes dele ser finalmente atingido pelo disparo. Há uma profunda sensação de vulnerabilidade individual provocada por esses vídeos e por isso podemos imaginar que eles tenham criado um significativo impacto no público americano face às propagandas de recrutamento promovidas pelos militares, as quais enfatizam a segurança, a força e a aventura de ser um soldado do exército americano[96].

96 No material em anexo disponibilizamos alguns trechos dessas propagandas, retirados do documentário *The Oil Factor*.

Neste caso, a relação de base estabelecida por Virilio entre as táticas militares, o aperfeiçoamento e a aceleração das possibilidades de visualização através de aparatos tecnológicos, manifesta-se de forma acabada (Virilio, 1996). No entanto, da mesma maneira que no exemplo anterior, há um "desvio" de uso dessas tecnologias graças a uma margem de indeterminação de função dos objetos técnicos. Esta abertura é tributária, em parte, do próprio campo de forças sociais dentro do qual aquela tecnologia foi produzida, e das condições de uso técnico-político imaginadas dentro de uma determinada conjuntura. Assim, ao mesmo tempo em que no seu início a Internet fora concebida para possibilitar condições de comunicação descentralizada de uso militar, quando ela adentra o campo civil e se universaliza, é passível de ser utilizada exatamente para atacar o que estava em sua origem. Aqui, a câmera de vídeo foi usada para amplificar o medo e, no limite, para matar.

Entretanto, tais eventos também podem atualizar no ciberespaço os mecanismos de espetacularização (Debord, 2005). Aquele "desvio" a que nos referimos acima, difere do "desvio" proposto pelos situacionistas como estratégia de intervenção na medida em ele se deu apenas do ponto de vista da intencionalidade do vídeo e de sua circulação, e não na subversão da técnica e da linguagem. Se tomarmos o argumento de Vilém Flusser (2002), poderíamos dizer que todos os aparelhos envolvidos na produção desta ação de guerrilha midiática "funcionaram", ou seja, operaram segundo o seu "programa": a câmera registrou a imagem, o rifle disparou precisamente, a Internet colocou em circulação de maneira rizomática as imagens do atentado.

Assim, esta ação guerrilheira permanece em parte prisioneira dos mecanismos do espetáculo, a morte ao "vivo" de um soldado torna-se a apresentação esvaziada da morte genérica; a câmera que faz coincidir o ponto de vista do observador com a mira do rifle radicaliza a nossa condição de espectador; a força da imagem apóia-se num campo de incomunicabilidade a partir do incomensurável, mantendo assim todos os sujeitos que fazem parte deste acontecimento midiático em seus devidos lugares, o atirador, a vítima e o espectador (Debord, 2005; Pinto, 2005)

Os trechos selecionados também estão disponíveis no link: http://xama.incubadora.fapesp.br/portal/projeto-tese/videos/edicao-oil-factor-navy-propaganda.ogg/view

Este vídeo possui ainda uma outra abertura que nos levará de volta ao início deste ensaio. Como relatado em algumas reportagens de correspondentes internacionais, os vídeos do Juba viraram um sucesso nas *"lan houses"* iraquianas[97]. Os jornalistas descrevem que frequentemente os jovens se reunem diante do monitor para verem as imagens produzidas. O mistério em torno das condições de produção desses vídeos somado à identificação estabelecida com o franco-atirador que "sozinho" enfrenta as forças de ocupação, fez de Juba um mito urbano. Dessa forma, sua condição de anônimo como um herói não-identificado, tornou Juba um ser múltiplo, ampliando sua potência simbólica.

Portanto, ao atualizar uma estrutura mitológica de pensamento, inspirada na imagem do guerreiro solitário que enfrenta o gigante, as imagens da guerrilha ganham uma nova vida para além das telas, ordenando o universo anterior de imagens dissonantes (os relatos locais, as imagens das redes internacionais de televisão) num outro mundo, conforme um sistema pré-estabelecido de localizações-identificações (mal soldado *versus* bom combatente). Sua força local reside, portanto, num mito diretor que "*exerce uma pressão pedagógica, difundindo as imagens catalisadoras, os esquemas verbais e perceptuais, em suas variantes ideológicas, filosóficas e morais deste mesmo mito em suas várias instâncias sociais"* (Ferreira Santos, 2004, p. 24).

Finalmente, há um "choque" provocado por essas experiências visuais, graças ao absurdo daquilo que está, num primeiro momento, para além da nossa imaginação. Dessa forma, o choque pode inclusive alterar as condições de nossa percepção e não seria exagero afirmar que com a ampla circulação de todo o tipo de imagens através da Internet estamos diante de uma nova educação político-visual em curso, proporcionando inclusive um novo treinamento cognitivo.

Dizemos isso quando pensamos nas novas habilidades cognitivas que estão sendo exigidas para lidarmos com uma quantidade crescente de imagens exibidas em velocidade cada vez maior em monitores (ou janelas) diferentes e simultâneas. Não é coincidência que a indústria de desenvolvimento de simuladores militares sejam muitas vezes as mesmas que irão desenvolver os novos jogos de simulação de realidade virtual (Manovith, 1995).

97 Fonte: http://baghdadtreasure.blogspot.com/2006/01/juba-baghdad-sniper.html

Neste sentido, parece que essas imagens da guerrilha midiática cumprem o mesmo designo de reduzir nossa imaginação à percepção imediata de um regime de "mostração", podendo com maior eficiência intervir na gestão dos desejos e das subjetividades.

Estes elementos, quando combinados às condições sócio-técnicas que caracterizam um ambiente comunicativo dominado pelos meios de comunicação de massa, podem potencializar uma ecologia de conhecimentos caracterizada por processos de monopolização da informação, forte hierarquia e centralização dos meios e recursos de produção, transmissão e de legitimação desses conhecimentos. Neste caso, a produção-circulação-recepção de imagens através dessas tecnologias estão co-determinadas não apenas pelas possibilidades técnicas oferecidas pelas câmeras e pela forma de transmissão (edição e transmissão a partir de estrutura central), mas sobretudo pelas condições sociais, culturais e políticas que envolvem todas as instituições que integram esta produção.

O que temos aqui, e a reflexão poderia se estender a um conjunto de outras produções que se identificam como independentes e contra-hegemônicas, são os mecanismos de atualização daquela "geometrização do olhar" que correspondem também à afirmação de um certo regime de verdade. A câmera muda de posição e com ela alteram-se as versões. No entanto, o sistema de apresentação imagético acaba atualizando, apenas com o sinal invertido, aquilo que ele mesmo pretendia questionar. Na medida em que tudo permanece no mesmo lugar, não há reconfiguração do espaço sensível, não há Política, apenas "polícia" da visão (para usar os termos de Rancière). Trata-se de uma disputa gestão e pelo controle dos fatos, e não de uma transformação dos próprios mecanismos identitários e de produção do real e do verdadeiro.

Ensaio II: Entre *Blow-up* e *The Road to Guantánamo*

A combinação das novas tecnologias de produção de imagens aos meios de comunicação em redes distribuídas, relaciona-se às profundas mutações nas formas de visibilidade e nas condições de apreensão e produção do real, e também às modificações nas formas de exercício do poder e no próprio aparato jurídico de regulação social.

Neste ensaio, partiremos de duas seqüências fílmicas selecionadas a partir de duas obras cinematográficas distintas. Em ambos trabalhos, no entanto, os fragmentos escolhidos tomam como problema central a relação entre imagem e real. Sem entrar numa análise detalhada de cada um dos filmes, discutiremos como o problema envolvendo os protagonistas é sintomático das transformações imagéticas que iremos abordar.

O primeiro filme é *Blow-Up*[98], realizado em 1966 pelo diretor italiano Michelangelo Antonioni. Nele, o protagonista central é Thomas, um jovem fotógrafo que registra compulsivamente o mundo a sua volta. Ele é tomado como exemplo de uma geração de novos profissionais imersos no universo de produção de imagens voltadas para a rápida veiculação de marcas, estilos e comportamentos. Parte do filme trata da sua relação desinteressada com o badalado circuito da moda, mediada pelo seu impulso visceral e erótico de captura do mundo que o cerca.

Entretanto, entre o olhar do instante fotográfico e o olhar que vê posteriormente o que foi registrado, há um abismo. Como bem analisou Gilda de Mello e Souza, a impulsividade de Thomas faz com que ele fotografe primeiro, deixando para depois a difícil tarefa de ver. Assim, o mundo que o cerca está disponível gratuitamente como algo que pertence ao visível e que por isso pode ser apreendido pelas lentes da sua câmera. No fotógrafo, a câmera torna-se praticamente uma prótese do seu corpo e sua visão atenta já manifesta o poder da técnica conferido pela pretensa objetividade fotográfica (Souza, 2006, p. 157-158).

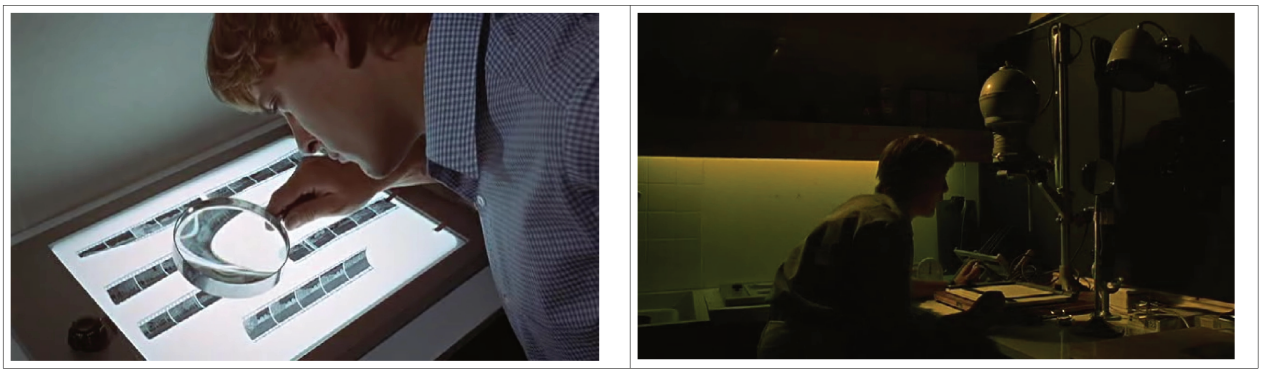
98 No Brasil o filme foi lançado com o título alterado para “Depois daquele beijo”.

Em uma de suas andanças cotidianas pela cidade, quase à maneira de um *flanêur*, Thomas entra num parque onde vê caminhando por entre os arbustos uma jovem e bela mulher acompanhada de um homem elegantemente vestido que aparenta ter muito mais idade do que ela. Thomas é tomado pela sua habitual curiosidade e passa a seguir e a fotografar à distância o casal. Há algo de estranho naquela situação, mas ele segue fotografando indiferente. Após alguns cliques a moça percebe a presença do fotógrafo, corre em sua direção e tenta impedi-lo de fotografá-los. Ela pede então que ele lhe entregue o filme, uma vez que não havia lhe dado autorização para registrá-los. Thomas não se abala e afirma que como fotógrafo é livre para registrar o que quiser. Entretanto, após uma rápida discussão ele promete entregar as cópias das imagens caso ela compareça mais tarde a seu ateliê.



Il. 38: Fotogramas do filme Blow-up. Seqüência no parque.

Mais tarde, no estúdio, Thomas inicia o processo de revelação do filme. Esta é a seqüência que nos interessa e recorremos, novamente, ao texto de Gilda de Mello Souza para elucidar o que se passa no laboratório. É aí, neste "*espaço da técnica, poderoso e eficiente*", onde é possível conseguir o "*aumento gradativo da potência do olhar. Lá está o homem e sua prótese, preparando-se para decifrar sem erro, a realidade*" (Souza, 2006, p. 163-164). Thomas começa a ampliar as fotografias e, na medida em que as novas imagens lhe relevam o "invisível" que foi capturado pela câmera, ele passa a investigar com maior cuidado as informações contidas na película fotográfica. É como se cada ampliação fosse lhe revelando uma parcela, uma "*fatia do real*" que fora registrado pela máquina e que seu olhar não fora capaz de perceber conscientemente durante o ato fotográfico.



Il. 39: Fotogramas do filme Blow-up. Seqüência no laboratório fotográfico, processo de ampliação dos negativos.

Após analisar meticulosamente as imagens, Thomas percebe algo em uma das fotografias. O detalhe, somado à seqüência das imagens já ampliadas lhe faz pensar que teria registrado um corpo caído na grama. Em outra imagem, ele vislumbra uma mão escondida num arbusto apontando um revólver na direção do homem que estava com a moça. Ele então ordena as imagens ampliadas, traça planos e retas entre as figuras presentes nas fotos e, de repente, se confronta com a possibilidade de ter presenciado um homicídio.



Il. 40: Fotogramas do filme Blow-up. Seqüência do estudo das fotografias ampliadas e descoberta do assassinato.

Neste ponto, porém, as imagens já estão muito granuladas pelas ampliações, dificultando a identificação precisa do que estava na foto. No entanto, Thomas é tomado pela certeza de que o filme fotográfico foi impregnado por algo que efetivamente "aconteceu". Há, como aponta Souza, uma "busca da verdade do olho" através de um olhar potencializado pela máquina:

> O primeiro, o *olhar natural*, viu a realidade de imediato, globalmente, e viu o idílico (a beleza). O segundo, o *olhar mecânico*, muito mais potente e eficaz, viu com retardo, decompôs o universo em pedaços do conhecimento e, reorganizando-os, viu o crime (a morte). (Souza, 2006, p. 165, grifos nossos).

Para eliminar suas dúvidas Thomas volta ao parque. Lá, sob uma árvore num canto do jardim encontra o corpo frio do homem que havia visto em suas fotografias. Thomas fica perturbado e vai atrás de outros amigos para lhes contar que havia presenciado um assassinato. Entretanto, neste percurso ele acaba numa festa e só na manhã seguinte consegue voltar ao parque. Neste momento, o corpo já não está mais lá. Frustrado, volta ao seu ateliê e aí chegando percebe que o filme fotográfico e todas as ampliações haviam sido roubados. Desolado, já que não tinha qualquer outra prova para confirmar o que tinha visto, Thomas voltará mais tarde ao parque onde encontrará uma trupe de *clowns* com os quais realiza a seqüência final do filme, encenando uma partida imaginária de tênis. Este encerramento é marcado por um espírito surrealista, deixando a significação de todo o filme que o antecedeu e a própria "realidade" do assassinato em suspensão poética.



Il. 41: Fotogramas do filme Blow-up. Seqüência noturna no parque quando Thomas encontra o corpo.

Percebemos, neste argumento, a centralidade da "indicialidade" da imagem técnica. Nesta seqüência observamos o protagonista mobilizar os recursos e procedimentos "técnicos" da fotografia que irão conferir legitimidade ao registro "automático" da câmera. Assim, sendo tomada como manifestação de uma verdade objetiva, é outorgado à imagem fotográfica o estatuto "documental". Em última instância, a existência do morto é o que confere a materialidade da prova do crime, já evidenciada no documento fotográfico. Tal entendimento, no entanto, só pode ter lugar num contexto em que tanto o "real" como a "verdade" gozam de existência e autonomia próprias.

O outro filme que inspira este capítulo é *The Road to Guantánamo*, realizado em 2006, co-dirigido por Michael Winterbottom e Mat Whitecross. Há neste filme um pequeno trecho sem grande importância na trama geral (ao contrário da cena escolhida em *Blow-up*), mas que é revelador dos problemas que iremos discutir.



Il. 42: Cartaz de divulgação do filme *The Road to Guantánamo*.

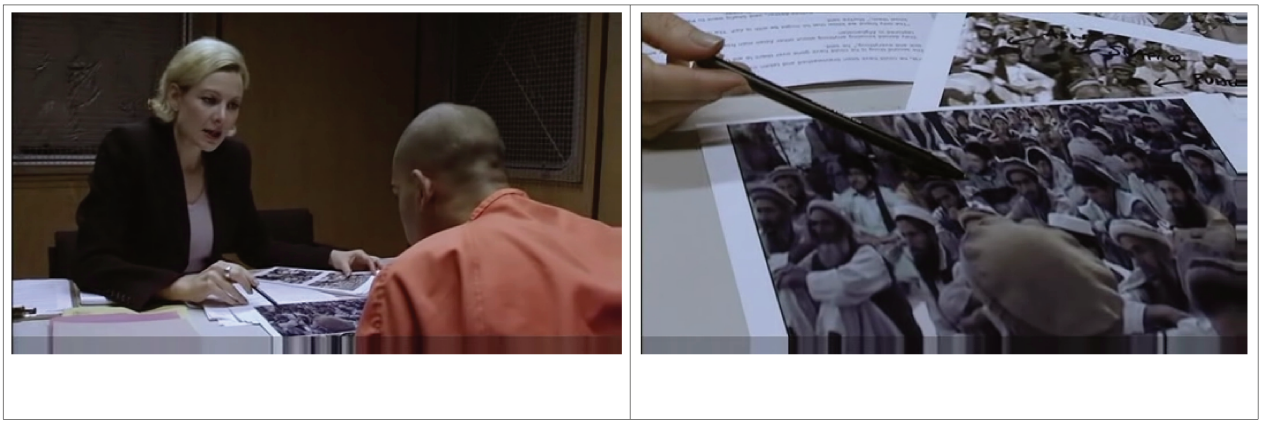
The Road to Guantánamo é um filme de fronteira em vários sentidos. Tanto nos aspectos da linguagem audio-visual, na medida em que é construído tensionando os gêneros documental e ficcional, como do ponto de vista dos temas tratados: mobilidade, identidade nacional, território e soberania, direitos humanos e direito internacional. O filme desenvolve-se a partir da história real de três jovens muçulmanos, cidadãos ingleses, residentes na Inglaterra e que são detidos no Afeganistão e tomados por terroristas da Al-Qaeda. Como conseqüência, passam mais de dois anos presos na base militar americana em Guantánamo, Cuba. O caso ficou publicamente[99] conhecido como "*The Tripton Three*", sendo Tripton o nome da cidade inglesa de origem dos três rapazes.

A jornada começa com a viagem de três amigos ao Paquistão, onde um outro colega muçulmano inglês irá se casar em outubro de 2001. Após alguns dias no país, os quatro resolvem cruzar a fronteira com o Afeganistão para ver de perto o que está se passando naquele país que vivia a iminência da invasão das "Forças da Coalizão". O problema começa logo na chegada em território afegão que está um caos diante da eminência dos ataques. Eles enfrentam inúmeras dificuldades com o transporte e acabam sendo levados, sem muito controle sobre os rumos de sua viagem, a um pequeno vilarejo cheio de soldados do regime Talibã. Quando se dão conta que estão cada vez mais no local errado na hora errada, já é tarde demais. Logo em seguida eles são presos por soldados e levados para uma prisão em Karachi. Já presos há alguns dias em péssimas condições, eles são interrogados pelos soldados americanos e são identificados como possíveis integrantes da Al Qaeda. O fato de serem de origem inglesa levanta suspeitas. Afinal, o que estariam fazendo ali? Sem demora, os três (um já havia desaparecido durante a viagem) são colocados num avião e enviados para a base militar americana na Baía de Guantánamo, território de um "estado de exceção" por excelência.

O restante do filme se desenvolve dentro das instalações desta base militar, mostrando a rotina de interrogatórios e os diversos métodos de tortura utilizados. Aqui, selecionamos um trecho de uma das sessões de inquisição de um dos rapazes presos.

99 Um dossie completo sobre o caso pode ser encontrado neste link: http://www.ccr-ny.org/v2/legal/september_11th/docs/Guantanamo_composite_statement_FINAL.pdf

Já tendo passado muitos meses desde sua chegada a Guantánamo, um dos jovens é levado para um novo interrogatório, mas agora ele se encontra diante de uma militar americana que diz ter vindo diretamente de Washington. A mulher, com uma fala e gestos frios, aparenta ser uma agente mais qualificada para o tratamento de assuntos “delicados”. Na primeira cena ela lhe apresenta algumas fotos com baixa qualidade de visualização, provavelmente retiradas de algum vídeo. A fotografia apresenta uma multidão e ela afirma que pode identificá-lo com seus amigos no meio daquele grupo. Ele contesta dizendo que não é ele, tampouco são seus amigos e que nunca esteve naquele lugar.



Il. 43: Fotogramas do filme The Road to Guantánamo. Seqüência do interrogatório diante das fotografias.

Na cena seguinte, após ter passado algum tempo em uma cela de isolamento, ele é levado para um novo interrogatório, só que agora a mulher tem diante de si um monitor de vídeo. Ela passa então a interrogar o garoto sobre sua relação com a Al Qaeda e sobre a sua presença em um evento público, no qual Osama Bin Laden teria feito um discurso. O jovem afirma que nada disso tem qualquer fundamento e que ele não se encontrava no Afeganistão naquela época, apontando para uma data registrada no canto do vídeo.



Il. 44: Fotogramas do filme The Road to Guantánamo. Seqüência do interrogatório diante de vídeo.

A mulher não se abala e afirma que “sim, você estava lá!”. Ela então aponta para um dos rostos na multidão, mas nenhum deles é muito nítido. Parece, inclusive, que foram coloridos digitalmente. Ele questiona dizendo que não é ele. Em seguida, a imagem é ampliada cada vez mais para “mostrar” a sua presença naquele evento. A imagem, no entanto, vira um conjunto nebuloso de unidades pontilhadas de cor (pixel) no monitor. Mais uma vez ela diz: “este é você, este é você”. Ao jovem nada lhe resta. Ele nega, mas nada pode fazer.

Esta seqüência toca numa diversidade de problemas. O vídeo apresentado pela interrogadora foi aparentemente filmado por uma câmera amadora de baixa resolução. Talvez, as pessoas ali presentes nem soubessem que estavam sendo filmadas. A generalização deste tipo de situação, em que estamos cada vez mais sob a visão automática de uma câmera de vídeo, seja no espaço público ou no espaço privado, tem gerado novas discussões, bem como modificado nossa relação e percepção dos

mecanismos de controle e regulação social. A possibilidade de transmissão e monitoramento em tempo real dessas imagens agrega ainda outro elemento de complexidade, na medida em que desloca registros e acontecimentos locais para uma escala global.

Por hora, no entanto, o que mais nos interesse neste trecho é a maneira como a imagem é utilizada para a produção de uma informação. No filme não sabemos a origem do material utilizado no interrogatório. Podemos supor, pela qualidade da imagem apresentada, que ela seja de origem (ou captura) digital. O diretor do filme joga com esta dúvida. Ao mesmo tempo em que as pessoas estão familiarizadas com a presença das câmeras digitais portáteis, lidamos, no entanto, com uma cultura visual herdeira da tradição indicial. Portanto, ainda que o caráter indicial da imagem técnica seja questionável (veremos isso adiante), do ponto de vista da recepção temos uma cultura visual que confere estatuto de realidade à imagem técnica (fotográfica, cinematográfica e videográfica num contexto "documental").

Porém, a imagem em suporte digital (capturada ou gerada digitalmente) adiciona uma nova complexidade à relação imagem-mundo. Neste sentido, este trecho do filme *The Road to Guantánamo* coloca as condições atuais de produção imagética no centro das formas de exercício do poder.

***

Na medida em que a imagem em suporte digital é também uma *imagem de síntese*, ela permite uma atualização e superação daquele velho debate entre o "poder da verdade" e a "verdade do poder" (Larossa, 1999). Como analisado por Dubois, com a tecnologia de geração digital, a imagem volta "*às fontes, ao ponto de partida do circuito da representação*", pois se antes as máquinas precisavam de um "real" que existisse "por si" e que podia ser "reproduzido", concebe, sintetiza, cria o seu próprio "real" (Dubois, 1999, p.65-85). A imagem em suporte digital, como discutiremos adiante, recoloca a imagem no plano da apresentação (ou seja, o que ela nos dá a ver), e assim tensiona os vínculos de analogia e representação historicamente herdados pela imagem técnica. Nesta nossa abordagem, a imagem "é" o fato e o "objeto" de discussão. A imagem não tem nada "a revelar", nada a "representar", nada que

esteja “por detrás dela”. Interessa-nos somente a imagem como ela se apresenta ao mundo, e, portanto, os mecanismos através dos quais ela é apropriada pelo poder, assumindo significações próprias que dizem respeito à produção de um determinado campo político.

Nesta seqüência fílmica, a “realidade” daquela imagem em suporte digital coincide com a “verdade do poder”. No caso daquele interrogatório, o que temos é uma situação emblemática gerada pela imagem granulada (pixializada) no monitor: é o poder que reivindica o caráter documental da imagem e afirma a relação de analogia e identidade entre o sujeito e sua representação.

A autoridade e o poder sobre a verdade, neste caso, residem na possibilidade de estabilizar o sentido da imagem e conferir estatuto documental sobre algo, a princípio, indeterminado. A fotografia e o vídeo servirão de suporte para o argumento do especialista (interrogadora) convocada a interpretar a imagem. Ao mesmo tempo, a imagem técnica guarda através da “mística” do automatismo-objetivista da câmera um resquício do índice, o “isso foi”. Neste exemplo, é o poder do Estado que localiza, identifica, nomeia, enfim, define e constrói o sujeito e sua relação no tempo e no espaço. Portanto, pode-se dizer que nesta relação entre a interrogadora e o preso atualiza-se, com toda a sua potência, o caráter excepcional do poder soberano.

O que tal procedimento revela é que não importa o que de fato aconteceu, o “*estar-lá*” fotográfico ou o “isso foi” (Barthes, 1984a). Paradoxalmente, ao mesmo tempo em que a imagem em suporte digital permite colocar por terra o fundamento indicial da imagem técnica, ela produz efeitos de “realidade” em outras bases, a saber: a captura do movimento, o cruzamento de informações dispersas, a produção de bases de dados e sua gestão para o estabelecimento e identificação de padrões. Graças à convergência digital, diversos tipos de dados podem ser integrados às redes eletrônicas em tempo real, o que antes não era possível com a imagem de base “analógica”. Adentramos, pois, ao cerne da chamada “sociedade do controle”.

É neste contexto que as metamorfoses da imagem técnica ganham uma significação especial, pois elas se relacionam com as transformações mais amplas que envolvem toda a sociedade. Pensemos, por exemplo, na importância do estatuto documental da imagem na dimensão jurídica. A metáfora “ocular”

como elemento central da veracidade do testemunho, ou a imagem registrada que serve de “prova material” para um crime, são exemplos desta “metafísica” da visão na construção do pensamento ocidental.

Voltamos então a *Blow-up*. Sem o corpo no parque não há morte e sem as imagens fotográficas nada aconteceu. Já neste outro filme, a veracidade da imagem será conferida primeiramente por quem detém o poder, mas para obter o efeito de “real” utiliza-se da somatória de outros elementos coletados que combinados produzem o perfil do terrorista potencial. Há, portanto, diversos “argumentos de verdade” (pequenos delitos na história pregressa do sujeito, vínculos étnicos e culturais) que se complementam e convergem para a imagem, ampliando as suas possibilidades de interpretação numa direção desejada. No extremo, o aparato policial e jurídico avançam sobre o terreno do virtual, onde o crime nem precisaria ter acontecido, desde que as diversas informações recolhidas apontem para uma situação potencial ou para um padrão esperado.

Nesta direção, a depender da apropriação da imagem em suporte digital, ela pode fortalecer a colonização do presente por uma imagem futura projetada (ou imaginada) a partir das tendências identificadas. Agora, o que temos diante de nós é outra “topografia” imagética, um outro regime de visualidade dado pela superfície da tela do monitor e pela simultaneidade do registro e transmissão “glocal” (local + global) (Trivinho, 2001a). Curiosamente, “retornamos” à imagem em sua manifestação mais “imaginal”.

Ensaio III: Internet, economia e política: o eterno-retorno do Leviatã?

Durante os meses de outubro e novembro de 2008, os noticiários de praticamente todos os veículos de comunicação do planeta foram ocupados por duas pautas de grande impacto: a eleição presidencial nos EUA e a crise mundial gerada pelo estouro da bolha financeira. Em ambos eventos a Internet teve uma participação relevante como veículo de comunicação, no entanto, ainda é muito cedo para avaliar os seus impactos ou tecer qualquer opinião conclusiva sobre a interconexão desses fenômenos. Há, todavia, alguns elementos que podemos apontar e que são relevantes para a nossa investigação.

Com relação à crise financeira global, destaca-se o grau de interdependência criado entre diversos mercados nacionais graças à velocidade dos fluxos internacionais de capital financeiro. A adoção de redes telemáticas permitiu, desde as últimas décadas do século XX, que o processo de financeirização da economia ganhasse sincronia global. A abertura e o fechamento das principais bolsas de valores acontecem de maneira coordenada, fazendo com que os mercados financeiros estejam 24hs no ar. Se por um lado tal integração em tempo real amplifica mundialmente os impactos de crises locais, por outro lado, ela também permite, desde que rápidos consensos sejam estabelecidos, uma melhor e mais ágil intervenção sobre os problemas.

Há ainda outra dimensão que merece atenção. A imbricação entre redes telemáticas e financeirização econômica cria uma perigosa situação de fusão entre a economia atual e a economia virtual numa escala e complexidade sem precedentes. Tanto a avaliação da situação econômica atual como a produção de cenários futuros e as decisões de investimentos com capacidade de impacto na direção desses fluxos, é realizada frequentemente pelas mesmas instituições. Os diagnósticos da situação econômica apóiam-se em instrumentos de cálculo simulacional, que produzem “retratos” desses momentos (atuais ou futuros). Na medida em que há situações de convergência entre os atores que produzem esses diagnósticos, os grupos que detém a capacidade decisória sobre a movimentação desses capitais e os grupos detentores dos principais meios de comunicação de massa, cria-se uma possibilidade de fusão (e manipulação) sobre a produção do “presente-atual” e do “futuro-desejado” em função dos interesses desses atores. Felizmente, os interesses não são tão convergentes e as “equações”

contêm muitas variáveis, o que faz com que não haja fácil coordenação entre elas. De toda forma, em situações de crise, a financeirização econômica integrada às redes telemáticas ajuda a dar expressão visível e "realidade" à dimensão simbólica embutida na determinação do valor do dinheiro.

Nesta imbricação entre economia e comunicação o que fica cada vez mais evidente são as determinações sociais, os ritos de convenção e confiança que atuam na determinação do valor monetário. Nunca a imagem que se produz sobre a situação econômica atual teve tanto impacto sobre a situação econômica real e futura. Talvez, esta situação seja a que melhor represente a dissolução das fronteiras entre o real e a simulação, entre o atual e o virtual.



Il. 45: Bolsa da Malásia, foto de Shamshahrin Shamsudin/EFE.
Fonte: http://www1.folha.uol.com.br/folha/galeria/imagemdodia/

As imagens de síntese e os gráficos econômicos partilham dos mesmos mecanismos de interpretação e codificação. A definição do que se torna visível ou o que entra no cálculo, será sempre o resultado de uma verdadeira luta política em torno do campo de visibilidade. O que é visível? O que é passível de ser quantificado e valorizado? O que entra na contabilidade? O que é considerado custo, ganho, externalidade?

No que diz respeito à circulação de informações sobre a crise financeira atual destaca-se o papel desempenhado pelos veículos de comunicação “tradicionais” ou corporativos até o presente momento. Na medida em que os impactos da crise são amplos e genéricos, parece ter havido (e aqui é impossível afirmar o grau de coordenação dessas ações) a emergência tácita de um padrão de resposta coletiva à situação, por parte dos atores com capacidade de influenciar no processo. Não é inimaginável (podemos apenas supor) que os bancos centrais de diversos países apressaram-se em estabelecer canais de comunicação direta com os grandes veículos de comunicação a fim de conter o pânico geral e estabelecer um discurso mais ou menos homogêneo. Neste sentido, parece ter surgido um relativo e rápido consenso entre governos e grupos de mídia em torno da necessidade de não se criar uma situação que fosse ainda mais instável. O mesmo vale para as medidas que estão sendo tomadas para combater a crise. Neste caso, os jogos de interesse em torno da difusão de informações estratégicas tornam-se mais evidentes, uma vez que a definição do real, ou a versão que quer se estabilizar como dominante, definirá quem vai pagar a conta!

Infelizmente, até agora (ainda estamos nos primeiros meses da crise) não emergiram canais de comunicação alternativos capazes de impactar de maneira relevante sobre os rumos da crise. Tais canais seriam de fundamental importância para aumentar a diversidade interpretativa sobre os fenômenos e, sobretudo, questionar as medidas adotadas em favor dos grupos politicamente hegemônicos. Estes últimos, não coincidentemente, estão em plena sintonia com os meios de comunicação de massa.

Do ponto de vista macro-político, a crise financeira ajudou a ressuscitar o Leviatã. Após décadas de “políticas” liberalizantes que contribuíram para o desmanche (no caso dos países onde havia o que se desmanchar) econômico, institucional e, sobretudo, dos direitos sociais, o Estado ressurge como o único capaz de colocar a casa em ordem. Confirma-se, e agora muitos economistas disputam a cadeira do oráculo de plantão, o fato de que a manutenção do sistema financeiro sempre dependeu de massivas inversões estatais através dos fundos públicos. Se no período neoliberal o Estado proporcionou a privatização dos ganhos nas mãos de poucos e seletos grupos, será que agora o Estado irá proporcionar a socialização das perdas? Ao que tudo indica, tudo dependerá da mobilização e articulação dos setores afetados.

Assim, será que estamos diante do ressurgimento do Leviatã, dotado de autonomia soberana que representa a comunidade política que lhe dá origem, ou será que estamos diante da expressão fantasmagórica do Leviatã, que ressurge como espectro da máquina gerencial biopolítica, através de uma imagem unificada de autoridade? Estaria este funcionando como aparato de legitimação das decisões estatais que, de fato, seriam tomadas por grupos nacionais e internacionais que desconstruíram os espaços efetivamente políticos?

Voltemo-nos agora para a eleição presidencial de Barack Obama. Diversos analistas apontaram rapidamente que o sucesso da campanha de Obama deveu-se, em parte, ao uso eficiente das tecnologias de comunicação em rede e, sobretudo, à utilização das ferramentas colaborativas que ficaram conhecidas como *Web 2.0.* Através da Internet, de *sites* colaborativos de publicação aberta (por exemplo, *Youtube*) ou de redes sociais (*Facebook, Hi5, Orkut*, entre outras), o cidadão americano teria ampliado a sua participação política, gerado uma onda de forte mobilização social num eleitorado que estava distanciado da política e alterado substancialmente o peso dos veículos tradicionais de comunicação na campanha. Acreditamos que tal diagnóstico esteja aparentemente correto, porém, seria necessária uma investigação mais ampla e empírica para se testar e validar tais hipóteses.

Abordaremos uma outra dimensão do problema a partir de um dado minimamente confiável. Para nossa investigação, o simples fato da Internet e das ferramentas colaborativas da *Web 2.0* terem sido utilizadas pelos cidadãos americanos em prol dos principais candidatos à presidência, já fornece um bom objeto e ponto de partida para a reflexão.

Perguntamo-nos qual diagrama de poder social podemos traçar a partir da utilização da Internet num contexto de disputa eleitoral partidária? Ao que tudo indica, a Internet foi um importante recurso para a prática política ao permitir a manifestação e participação distribuída de milhares de cidadãos. Ao mesmo tempo, toda a movimentação criada convergiu em direção aos candidatos no interior de um regime de representação bastante centralizado e hierárquico.

É certo que tal nível de participação contribui para o aperfeiçoamento da qualidade de uma eleição e

para a aprendizagem democrática em geral. No entanto, talvez seja exagero afirmar que a participação política através da Internet, neste caso específico, tenha inaugurado uma nova forma de fazer política.

Uma leitura crítica do processo indica que a Internet tem funcionado muito bem como um sistema de comunicação distribuída. Entretanto, na maior parte das vezes, ela só adquire eficácia como dispositivo de intervenção política no momento em que é capaz de fazer emergir no interior de sua vasta planeidade, fluxos de convergência e concentração capazes de estabelecer uma outra topografia. É através deste processo de "emergência" de um padrão de convergência, que alguns autores denominam de "comportamento de enxame" (Johnson, 2002; Ronfeldt & Arquilla, 2003), que esses fluxos passam a impactar de maneira relevante sobre as instituições (governos, empresas, universidades, entre outros) que estão organizadas sob modelos hierárquicos e centralizados. Exemplo disso foi o uso da Internet para a captação individual distribuída de recursos financeiros que foram utilizados para a compra de espaço comercial televisivo para a campanha de Obama nas principais empresas de comunicação de massa nos EUA.

Ainda com relação à eleição de Obama, chama atenção os inúmeros ritos de refundação nacional que se utilizaram de antigas imagens da história política dos EUA, mas também de "novas" imagens produzidas e que circulavam em torno da idéia da unidade e da identidade. Nas palavras de Barack Obama: "Out of Many, we are One!"



Il. 46: Imagens de Barack Obama. Fonte: http://www.observer.com/2008/media/obama-contains-multitudes-again



Il. 47: Fotomontagem, fonte: http://www.time.com/time/photogallery/0,29307,1866936_1815467,00.html

Com isso não estamos desvalorizando as inúmeras experiências inovadoras que têm surgido no/através do ciberespaço e que apontam para outras formas de organização e participação. Todavia, do ponto de vista político, parece que as possibilidades organizativas e as experimentações sociais gestadas através das redes telemáticas ainda estão nos primeiros passos de sua constituição. Afinal, quais são as expressões e formas políticas nascidas a partir dessas experiências? Estariam elas para além dos regimes de representação e da constituição de corpos políticos unitários e sedentários como o Leviatã? Estariam sendo gestados novos modelos de contratualidade, com base em outros princípios não tão evidentes e ainda incipientes? Será que a fronteira entre o visível e o invisível nessas experiências constitui-se de maneira distinta, e por isso seja mais difícil nomeá-las?